

Geografia

Ensino & Pesquisa

Programa de Pós Graduação em Geografia
Departamento de Geociências

Vol. 19 N^o especial, 2015

ISSN 2236-4994



Revista Geografia Ensino & Pesquisa

Departamento de Geociências

Programa de Pós Graduação em Geografia

Curso de Geografia

Universidade Federal de Santa Maria

ISSN 2236-4994

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.especial, Nov. 2015

Revista Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n. Especial, p. 01-133, nov. 2015

ISSN 2236-4994

GEOGRAFIA ENSINO & PESQUISA

Geografia Ensino & Pesquisa/ Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Naturais e Exatas. Departamento de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. 1 (1987).

Desde 2011 a revista passou a ter edições quadrimestrais, divididas nas seguintes seções:

- 1 — Produção do Espaço e Dinâmica Regional
- 2 — Ensino e Geografia
- 3 — Meio Ambiente, Paisagem e Qualidade Ambiental
- 4 — Geoinformação e Sensoriamento Remoto em Geografia.

Indexadores

Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (México). Disponível em: <http://www.latindex.unam.mx>

DOAJ - Directory of Open Access Journal. Disponível em: <http://www.doaj.org/>

Para cada artigo é gerado um registro DOI - Digital Object Identifier (<http://www.doi.org/>).

Banco de Dados

Sumários.org (Sumários de Revistas Brasileiras), site: <http://www.sumarios.org>

Qualis / Capes – B2 (Geografia), B1 (Planejamento Urbano e Regional/Demografia), B4 (Geociências).

Disponível no Portal CAPES - <http://qualis.capes.gov.br>

Revista Membro da



Universidade Federal de Santa Maria

Departamento de Geociências- sala 1106-B. Campus Universitário- Camobi

Santa Maria - RS. CEP: 97105-900

Tel.: (55) 3220 8971

E-mail: revistageografia@mail.ufsm.br

Site: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia>

Presidente da República — Dilma Rousseff

Ministro da Educação — Aloísio Mercadante

Reitor da Universidade Federal de Santa Maria — Paulo Afonso Burmann

Diretora do Centro de Ciências Naturais e Exatas — Sônia Terezinha Zanini Cechin

Editor — Adriano Severo Figueiró

Núcleo Editorial

Adriano Severo Figueiró

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Jaciele Carine Sell

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, Santa Catarina, Brasil

María Silvia Pardi Lacruz

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Lauro Cesar Figueiredo

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Luis Eduardo Robaina

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Conselho Editorial Científico

Adler Guilherme Viadana — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil

Ana Dominguez Sandoval — Universidad de la Republica, Montevideú, Uruguai

Antonio Carlos Vitte — Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Arturo Garcia Romero — Universidad Nacional Autónoma de Mexico, Cidade do México, Mexico

Carlos Alberto Pires — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Carlos Roney Tagliani — Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

César Augusto Martins — Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil

Cesar De David — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Cláudia Natenzon — Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina

Edson Vicente da Silva — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil

Eliane Maria Foleto — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Francisco Mendonça — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

François Laurent - Université du Maine, Le Mans, França

Glaucio Jose Marafon — Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Mateo Rodrigues — Universidad de la Havana, Havana, Cuba

Lúcio Cunha — Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal

Maria Ligia Cassol Pinto — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil

Maria Sala Sanjaume — Universidad de Barcelona, Barcelona, Espanha

Rafael Hernandez Del Águila — Universidad de Granada, Granada, Espanha

Rita Montezuma — Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Solange Terezinha de Lima-Guimarães — Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, Brasil

Tania Maria Sausen — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19,
n.especial, Nov. 2015

Equipe Técnica de Editoração

Daniel Borini Alves — Universidad de Zaragoza, Zaragoza, España.

Djulia Regina Ziemann — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Editoração eletrônica

Daniel Borini Alves

Capa

Mara Eliana Graeff Dickel

SUMÁRIO

Preâmbulo

Francisco Costa, Simonne Teixeira, Álvaro Campelo

A Colonização Ecológica do Caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII

Alexia Helena de Araujo Shellard 9

Leituras Acerca das Políticas Patrimoniais no Litoral Norte de São Paulo, Brasil

Aline Vieira de Carvalho, Luciana Cristina de Souza 17

A Cidade e o Espaço Religioso em Salvador, Brasil. Construir o poder na paisagem urbana

Álvaro Campelo 25

Complejo Hidroeléctrico Necaxa. Territorio, Identidad Y Patrimonio

Catalina García Espinosa de los Monteros 37

Territorio y Paisaje Cultural en México. Análisis y reconstrucción histórica para su conservación patrimonial

Claudia Rodríguez Espinosa 48

Expansión Territorial Comercial en Mesoamérica y Mesoamérica Septentrional por Medio del Intercambio

Dafne Angélica Corona Velázquez 59

El Paisaje Cultural Andino en el Estado Mérida (Venezuela): una contribución geográfica

Francisco Enrique La Marca, Francisco Silva Costa 69

Ni Lluève en Invierno ni se Convierten en Ciénagas las Calles. Los paisajes sarmientinos antes y después del Facundo

Inmaculada Simón Ruiz 80

Paisaje y patrimonio en la Mojana, Caribe colombiano

Juana Camacho 90

Paisagem, Natureza e Conhecimento: políticas hidráulicas na Espanha setecentista e oitocentista

Simonne Teixeira 101

Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana

Teresa de Jesus Peixoto Faria 115

Geografia e Heráldica: Lendo a representação da paisagem nos brasões de armas dos Estados brasileiros

Tiago José Berg 123

Preâmbulo

Entre os dias 12 e 15 de Junho de 2013, realizou-se, no Porto (Portugal), o VII Conselho Europeu de Investigaciones Sociales de América Latina (CEISAL) sob o tema “Memória, Presente e Porvenir na América Latina”. A Universidade Fernando Pessoa acolheu centenas de investigadores com o objetivo de interpretar a construção histórica e a identidade latino-americana para o século XXI, promovendo uma maior auto-reflexão e facilitando diálogos transdisciplinares. Nesse sentido, apresentamos o simpósio “Território, Paisagem e Património”, como ponto de encontro entre disciplinas, campos, teorias e métodos e no qual se enquadram os textos que fazem parte deste número especial da Revista Geografia & Pesquisa. Depois de uma seleção cuidadosa, optamos por incluir neste número um conjunto de textos que reflete de forma aprofundada a temática que nos juntou - o Território, a Paisagem e o Património, nunca esquecendo, porém, o contributo das diferentes ciências, a origem institucional dos investigadores, o que enriqueceu a visão multidisciplinar e transdisciplinar que o tema apresentado requer.

O território e a paisagem, enquanto espaços humanizados, conservam uma “memória” dos processos que os construíram. Eles são o resultado dinâmico da relação entre um meio físico “disponibilizado” e a sua apropriação por parte das comunidades humanas aí residentes, ou que aí residiram. É nesta condição que podem, e devem, ser olhados como fazendo parte do património das sociedades humanas. E se os estudamos como partes integrantes do património cultural e tecnológico, é porque esse estudo contribui, por um lado, para compreender o que neles aconteceu e acontece, e, por outro, para fornecer elementos de leitura e de ação àqueles que neles pretendem intervir. Ao conceito de património estão adjacentes os conceitos de herança, de identidade cultural e de riqueza a querer valorizar.

A paisagem continua a ser objeto de estudo por parte de diversas ciências, em especial quando a escala de abordagem é local ou regional. Para além das mais variadas análises estruturais ou dinâmicas da própria paisagem, potenciadas pelas capacidades oferecidas pelas ferramentas de obtenção e de tratamento de informação cada vez mais potentes, ela emerge como recurso passível de procura por uma população ávida e carente de recuperação, ao menos momentaneamente, das suas matrizes mais profundas e, por isso, estruturantes da sua identidade. A frequência de populações desenraizadas, pelas mais variadas circunstâncias da vida, vem enfatizar o papel da memória na valoração de paisagens até então relativamente desvalorizadas.

O reconhecimento por parte de comunidades locais, regionais, nacionais ou internacionais, de paisagens particularmente valiosas quer naturais, quer culturais quer apenas memoriais, ou todas em conjunto, conferem-lhe o estatuto de património, portanto de algo merecedor de ser transmitido para as gerações vindouras. As razões que levam a esse reconhecimento são diversificadas e dão azo a estudos interessantes.

É isto que pretendemos, ao propormos o território e a paisagem como património: incentivar diferentes os investigadores em diferentes áreas do saber (desde a geografia, a arquitetura, a biologia e as ciências sociais) a refleti-los como um património que se herda, que tem uma identidade (por certo construída de diferentes realidades e com diferentes estratégias ao longo do tempo), cuja preservação (ou mudança) é um desafio para a ciência. Todos estes aspetos têm sido objeto de análises, mais ou menos aprofundadas, por parte das ciências sociais, em particular pela Geografia e pela História e assim, espera-se que sejam apresentadas neste número especial, para o qual serão uma mais-valia importante. É neste âmbito que os trabalhos apresentados se orientam: as particularidades do património cultural em diferentes regiões da América do Sul (Vide La Marca & Costa, Camacho e Espinosa); as relações culturais na definição da paisagem urbana (Vide Campelo, Faria e Teixeira

ra); as diferentes leituras da paisagem (Vide Ruiz e Berg) e o património nas suas diferentes dimensões (Vide Velázquez, Shellard, Espinosa de los Monteros e Carvalho & Souza).

Francisco Costa
Simonne Teixeira
Álvaro Campelo



A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII.

Alexia Helena de Araujo
Shellard*

Resumo: A interiorização da colonização portuguesa no Brasil apenas ocorreu no final século XVII, quando ricos reservatórios de ouro foram descobertos nas futuras Minas Gerais. A penetração se iniciou pelo eixo do Caminho Velho, que ligava o porto de Paraty aos arredores dos Pico do Itacolomi. O movimento de expansão colonial luso-brasileiro do século XVIII representou uma grande ruptura sócio-ambiental na região em função da introdução nesses ‘sertões’ de novos costumes, imaginários, técnicas e bioorganismos. Ainda que a limitação das técnicas tenha minimizado a escala de impactos, as raízes para a destruição massiva dos ecossistemas nativos da região foram plantadas nesse período, especialmente porque as lógicas locais passaram a ser suplantadas pela lógica metropolitana de acumulação de riquezas materiais.

* Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

The Ecological Colonization of the Gold Path: mining and devastation in the eighteenth century.

Abstract: The interiorization of Portuguese America only occurred in the late seventeenth century, when rich gold deposits were discovered in future Minas Gerais. The colonization of the hinterlands was initiated by the axis of the Old Path, which connected the port of Paraty to the surroundings of Itacolumi Peak. The movement of Luso-Brazilian colonial expansion that took place mainly during the eighteenth century represented a major social and environmental disruption in the region because of the introduction of new habits, imaginaries, techniques and bioorganisms. Although limitation on techniques have minimized the scale of impacts, the roots for the massive destruction of native ecosystems in the region were planted during this period, especially because logics from the place became supplanted by metropolitan logic of accumulation of material wealth.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; História Colonial; História Indígena.

Key-Words: Cultural Landscape; Colonial History; Indigenous History.

Introdução

O presente artigo consiste em uma análise das transformações sócio-ambientais ocorridas entre fins do século XVII e meados do século XVIII na região terrestre do Caminho Velho do Ouro. Aberto sobre trilhas indígenas milenares, o Caminho Velho ligava a costa ‘civilizada’ ao sertão ‘selvagem’, representando um dos primeiros eixos de interiorização da América Portuguesa. Partindo do porto de Paraty, a via terrestre atravessava a Serra do Mar e alcançava o Vale do Paraíba, onde se unia ao Caminho Geral do Sertão. Transpunha então a Serra da Mantiqueira, através da Garganta do Embaú, e adentrava os sertões que, ao longo do século XVIII, seriam devassados, na primeira corrida do ouro da era moderna.

O período estudado representa, portanto, uma profunda transformação sobre um território que, em menos de um século, perde inteiramente seu caráter ‘selvagem’, tornando-se, em função dos ricos depósitos de ouro, extensão da colônia luso-brasileira. As mudanças ocorridas há mais de dois séculos remetem hoje aos processos contemporâneos de globalização e segregação espacial; as ocorrências observadas no período setecentista refletem tendências homogeneizantes em curso ainda hoje: por um lado, espécies exóticas foram introduzidas em sistemas monocultores, contribuindo para a redução da diversidade natural; por outro, a diversidade cultural indígena foi restringida através da massificação perpetuada pela matriz européia.

Através de escravização, massacre e aculturação de povos nativos, a fronteira colonial se expandiu, provocando um profundo empobrecimento cultural e ambiental das Américas. As florestas foram destruídas, transformadas em lavras, pastos, lavouras e vilas, desestruturando comunidades, cuja sobrevivência dependia de determinadas configurações ambientais. Explorando a dialética entre cultura e natureza, o artigo abordará, então, a transmutação de parte do sertão desconhecido em uma das mais importantes capitânicas da colônia, nomeada de Minas Gerais. Nesse território, temporalidades e espacialidades distintas confrontaram-se, ocasionando novas lógicas estruturais da dinâmica histórico-geográfica.

Impondo inúmeras diretrizes sobre a mineração no Brasil, a Coroa Portuguesa articulou a realidade local à conjuntura sócio-econômica européia, e desvinculou motivações de uso e lugar, estabelecendo novas relações entre uso e preservação da natureza (SANTOS, 2008). Os limites de utilização de recursos da natureza deixaram de estar associados a conjunturas locais, possibilitando o desenvolvimento de um caráter predatório de exploração da natureza. Os efeitos da extração do ouro difundiram-se por realidades tão longínquas quanto a África e a Europa. Os quintos arrecadados contribuíram não apenas para a ostentação da corte portuguesa do rei João V, mas para o fortalecimento da economia britânica, culminando na Revolução Industrial.

Além disso, o fluxo comercial que unia o mercado negreiro africano às colônias ibéricas do Atlântico sul foi engrossado substancialmente para abastecer as volumosas demandas de Minas Gerais por escravos. Nas capitânicas brasileiras, a repercussão foi ainda mais imediata: o abastecimento do sistema minerador exigiu a colonização de novas áreas do sertão, além de implicar na introdução de novas espécies vegetais e animais para sustentar a nova onda de colonização. Por outro lado, mesmo as costas ‘civilizadas’ tiveram suas economias alteradas para abastecer necessidades materiais das Minas Gerais.

Caminho Velho

Em menos de trinta dias, marchando de Sol a Sol, podem chegar os que partem da Cidade do Rio de Janeiro às Minas Geraes [...] da Cidade do Rio de Janeiro foraõ a Paratijs. De Paratijs a Taubatê. De Taubatê a Pindamonhangâba. De Pindamonhangâba a Guaratingaetâ. De Guaratingaetâ ás Roças de Garcia Rodrigues. Deftas Roças ao Ribeirão. E do Ribeirão com oitos dias mais de Sol a Sol chegaraõ ao Rio das Velhas. (ANTONIL, 1711, p. 163)

Uma das primeiras rotas do ouro no Brasil, o Caminho Velho incluía, na verdade, não apenas o trecho terrestre descrito acima, mas também uma parte percorrida por vias marítimas, de Parati a Sepetiba, de onde, novamente por terra, os carregadores seguiam até a cidade do Rio de Janeiro através das roças da fazenda Santa Cruz. Nos atentamos, contudo, à região localizada nos entornos da via terrestre entre as minas e o porto de Parati.

Coberto originalmente por densa vegetação característica das florestas tropicais úmidas, o trecho da costa até a Serra da Mantiqueira era apenas um prenúncio dos árduos obstáculos que teriam que ser superados ao longo de centenas de quilômetros e dezenas de dias de viagem.

Nos arredores da vila de São Francisco das Chagas de Taubaté encontrava-se o Caminho Velho com a trilha oriunda de São Paulo de Piratininga. Ao longo das primeiras décadas do século XVII, esse entroncamento foi desviado para Pindamonhangaba e posteriormente para Guaratinguetá, diminuindo a distância entre a Freguesia do Falcão (que originou Cunha) e o Rio Paraíba (SANTOS, 2001). Após cruzar a Garganta do Embaú – um dos vales mais baixos da Serra da Mantiqueira, os relatos encontrados passam a ser vagos e contraditórios: Antonil (1711) cita as roças de Garcia Rodrigues tanto no Caminho Novo quanto no Velho; não se pode afirmar se é uma questão de homonímia ou se as roças de Rodrigues realmente tinham essa vasta extensão. O pai de Garcia Rodrigues Paes, Fernão Dias, de fato, foi um dos pioneiros desbravadores dos sertões dos Cataguás; assim, as mercês concedidas pela Coroa Portuguesa por papel tão crucial no desenvolvimento da exploração aurífera de Minas Gerais podem, porventura, ter beneficiado seu herdeiro com tão vasta propriedade.

O frágil mapeamento do interior brasileiro, que já vinha sendo explorado desde o século XVI, apenas se aprimorou ao longo do processo de exploração aurífera do século XVIII. Paralelamente ao surgimento e crescimento de arraiais e povoados, muitos dos acidentes geográficos nos arredores do Caminho Velho foram identificados e nomeados, facilitando o efetivo reconhecimento dos lugares citados. A evolução da produção cartográfica sobre as Minas ao longo do século XVIII demonstra uma drástica mudança de perspectiva: enquanto as imagens dos séculos anteriores mostram uma massa homogênea de terra representando o interior da América Portuguesa; os mapas do século XVIII são repletos de toponímia, especialmente aqueles que retratavam as Minas Gerais.

A descoberta de ouro no sertão dos Cataguás em fins do século XVII ocorreu como resultado do esforço contínuo de inúmeras gerações, que desde o século anterior vinham explorando as Américas em busca de metais preciosos (ZEMELLA, 1990). Diversas lendas se difundiam pelas áreas colonizadas, assim como pelas metrópoles, sobre o potencial aurífero do ‘novo’ continente, impetrando diversos movimentos de interiorização: a busca de Sabarabuçu, montanha resplandecente que os europeus imaginavam revestida de ouro ou prata (BOXER, 2000), promoveu, em certa instância, a colonização do sertão mineiro.

Alguns pesquisadores sustentam, no entanto, que paulistas já haviam encontrado jazidas de ouro anteriormente nos sertões interiores, ocultando das autoridades coloniais tais descobertas, para que não perdessem o domínio da região-berço de sua economia (COSTA, 2005; HOLANDA, 1996). Afinal, com a notificação da Coroa sobre tais tesouros, de fato, o controle da região deixou as mãos bandeirantes passando a ser efetivamente uma função oficial da metrópole. Assim, embora pela infinidade de descaminhos, continuassem a subsistir atividades proibidas pela Coroa, a liberdade outrora desfrutada pelos paulistas e outros grupos pioneiros é severamente restringida com o avanço do empreendimento colonial. Diversas espécies exóticas foram introduzidas nos ecossistemas mineiros, muitas vezes competindo com espécies nativas pelos recursos do meio; grandes áreas de floresta foram desmatadas para sustentar lavouras e pastos. Além disso, a exploração aurífera dos depósitos aluvionais provocou transformações na qualidade das águas, afetando toda a extensão dos ecossistemas através do efeito cadeia e assoreando diversos rios da região. Grandes áreas de montanhas foram desmatadas e erodidas com a busca do ouro de grupiara. Enfim, a mineração gerou severos impactos ambientais ainda hoje não cicatrizados.

Através das hipóteses do historiador Alfred Crosby (2011), tentamos contextualizar as transformações dos sertões mineiros em uma conjuntura mais ampla denominada academicamente como *Columbian Exchange*. Esse termo designa o intercâmbio de espécies, idéias e pessoas que se processou a partir das ‘descobertas’ marítimas do século XV. Conectando todos os continentes do planeta, com exceção da Antártica, essa troca teria sido, na visão de muitos pensadores ocidentais, um dos maiores e mais importantes eventos da história da humanidade, contribuindo para a diluição de diferenças culturais e ambientais entre os lugares. Outras idéias nas quais nos apoiamos partem do livro de Warren Dean sobre a Mata Atlântica (1996): segundo o autor, a região das minas teria sofrido um esvaziamento populacional ao longo dos primeiros séculos de colonização portuguesa em função dos patógenos trazidos nos navios europeus; assim a floresta estaria sofrendo na época das primeiras descobertas oficiais de ouro um processo de sucessão ecológica natural. A colonização europeia do século XVIII, contudo, altera esse processo

natural e instituiu uma nova dinâmica ambiental com a introdução de espécies de seres vivos do ‘Velho Mundo’ que operam numa tendência à homogeneização cultural e ambiental (CROSBY, 2011).

Colonização

As recentes pesquisas antropológicas e arqueológicas (MANN, 2007) vêm tentando desconstruir as versões tradicionais da história ocidental que calculam as populações ameríndias em números que não passariam de 10 milhões; essa velha perspectiva teria difundido a idéia de que a invasão europeia teria trazido consigo o progresso e a ‘civilidade’, contribuindo para a evolução dos modos de vida das Américas. No entanto, estudos atuais vêm corroborando estimativas que situam entre 60 e 100 milhões, os habitantes das do ‘Novo Mundo’ no século XV; intercâmbios culturais, comerciais, matrimoniais e bélicos seriam, assim, muito mais comuns do que a historiografia clássica costuma supor (CASTRO, 1993).

Os navios europeus, porém, carregavam homens, armas e germes, que causaram uma verdadeira revolução demográfica, exterminando grande parte das populações nativas; as epidemias foram responsáveis pela morte de cerca 90% das populações nativas do sudeste brasileiro, forçando grupos remanescentes a adotar a vida nômade para fugir do contato europeu (DEAN, 1996). Nessa revisão historiográfica, o mito da terra intocada (DIEGUES, 1994) perde sentido, já que aquelas que teriam sido consideradas por colonos como florestas virgens representavam, na verdade, paisagens antropizadas: através de técnicas e conhecimentos específicos, povos indígenas haviam sobrevivido por milênios à ‘hostilidade’ das florestas tropicais, compartilhando trilhas que conectavam os quatro cantos do continente americano (CASTRO, 1993). Para prevalecer, os europeus se apropriaram não apenas de territórios indígenas, mas também de conhecimentos milenares. Apoderado por aventureiros paulistas em fins do século XVII, o Caminho Velho foi inicialmente o percurso preferencial de escoamento do ouro descoberto nas Minas Gerais, unindo através de serras, rios e planaltos, o litoral aos depósitos auríferos dos sertões interiores. “[...] o que sucedeu em outros lugares da América, onde as picadas abertas pelos naturais da terra serviram mais tarde aos europeus, permitindo sua expansão através do Continente, ocorreu igualmente, e em maior escala, entre nós” (HOLANDA, 1994, p. 158). Ao longo do século, os paulistas haviam se debruçado sobre o interior na busca por escravos autóctones: “a zona inteira de floresta, dos 16° aos 26° de latitude sul, tornava-se sua área de operações” (DEAN, 1996, p. 97). A população paulista era, em grande parte, composta por mamelucos – filhos de homens portugueses e mulheres indígenas – que conservavam muitos costumes nativos como a língua. A relação entre as duas culturas, contudo, era assimétrica: os portugueses subordinavam conhecimentos e técnicas indígenas aos seus próprios interesses.

As bandeiras apresadoras devassaram os sertões interiores em todos os sentidos “do Prata ao Amazonas, da serra do Mar à cordilheira dos Andes” (ZEMELLA, 1990, p. 35). Num primeiro momento, isso significou a apreensão de milhares de ameríndios para serem vendidos aos senhores do nordeste como mão-de-obra para a indústria açucareira; o comércio de escravos nativos era, então, o eixo da economia paulista. A concorrência antilhana sobre a produção açucareira, contudo, alterou radicalmente o panorama econômico do período: não apenas a coroa passou a necessitar outras fontes de divisas como também os paulistas, que não encontravam compradores para seus presos. O governo metropolitano, que jamais perdera a esperança de encontrar depósitos auríferos no Brasil, resolveu então conjugar seus interesses aos interesses paulistas e passou a estimular expedições exploratórias de minérios, oferecendo mercês e benefícios aos descobridores de minas (ANTONIL, 1711).

O eixo de penetração delineado pelo Caminho Velho só se firmaria depois de algumas décadas quando a bandeira de Fernão Dias Paes, durante a segunda metade da década de 1670, fundou os primeiros núcleos de ocupação europeia em territórios mineiros, além de estabelecer roças e paragens para proporcionar abrigo e alimento aos caminhantes. Na década de 1690, a descoberta efetiva de depósitos aluviais auríferos nos arredores da Serra do Espinhaço iniciou um intenso fluxo migratório em direção às minas atraindo indivíduos de origens diversas, além de estimular a vinda compulsória de escravos africanos (RODRIGUES, 2003). Paulatinamente, a população indígena remanescente nas Minas Gerais foi sendo inteiramente substituída por negros africanos e brancos europeus, com exceção de alguns poucos focos de sertões que perduraram inconquistados ao longo dos séculos posteriores. Povoados pipocavam nos

arredores dos caminhos e das datas de mineração dando origem a uma incipiente malha urbana.

Visando controlar o transporte de pessoas, mercadorias e ouro, a Coroa determinou vias preferenciais – inicialmente, o Caminho Velho – onde foram instalados registros e casas de fundição que cobravam impostos e beneficiavam o ouro. Com exceção de mercadorias e indivíduos específicos, o trânsito por outros caminhos – ou descaminhos – era terminantemente proibido. O termo ‘Estrada Real’, que possivelmente não era utilizado nos documentos oficiais da época, é usado atualmente para designar caminhos que foram autorizados por Portugal ao longo do século XVIII. Restringindo a circulação de produtos e pessoas, a Coroa visava evitar o contrabando e o esvaziamento de outras capitânias.

Sertão

A idéia de sertão no período colonial está relacionada, mais do que a atributos físicos, a uma percepção sócio-cultural do espaço; os sertões seriam as terras interiores ‘não-civilizadas’, zonas de litígio e conflito, habitadas por selvagens (RIBEIRO, 2008). Nesse sentido, o ambiente do sertão seria caracterizado não necessariamente pelo clima seco e a vegetação rala, mas por uma natureza não-domesticada, hostil. Na visão européia, as florestas densas e exuberantes se enquadravam nessa classificação, não havia animais e plantas familiares aos naturais do Velho Mundo, tudo era novo. Desvinculado do domínio europeu, os sertões seriam os espaços desconhecidos, indomados, habitados por feras e homens ferozes, ‘mundos sem forma’ (WEGNER, 2000).

Mas, assim como a população nativa, vista a partir de uma perspectiva dúbia – fonte de mão-de-obra e conflitos – o sertão embutia também promessas de riqueza: correndo “para o ocidente por um largo espaço [...] sabia-se [...] consistir de terras férteis, nas quais se poderiam instalar lavouras e criação de gados e fundar vilas e cidades. Podia ainda abrigar minas de metais, salitre e pedras preciosas” (SANTOS, 2010, p. 34-35). Cabia à metrópole a incorporação desse sertão ambíguo e movediço que recuava e avançava segundo o movimento da fronteira de colonização luso-brasileira (RODRIGUES, 2003). Os pioneiros paulistas aderiram à vida errante em busca de escravos e terras num primeiro momento, e posteriormente, em busca de ouro. Necessitavam assim se adaptar às condições impostas por uma natureza ‘selvagem’ e dependiam, para isso, de um conhecimento de que apenas os ameríndios dispunham. A cultura ameríndia fornecia as bases técnicas e materiais para que colonos lusos pudessem efetuar suas explorações espaciais: os indivíduos indígenas serviam como guias, decifravam trilhas e apresentavam recursos de sobrevivência no ambiente selvagem; além disso, trabalhavam compulsoriamente nos empreendimentos paulistas ou eram vendidos aos engenhos do nordeste.

No início, portanto, os intercursos entre portugueses e nativos, especialmente em termos materiais, foram íntimos e positivos, permitindo o estabelecimento de fortes vínculos entre conquistadores e terra conquistada – ou a conquistar (WEGNER, 2000). O equipamento técnico do Velho Mundo, contudo, não funcionava nesses sertões do ‘Novo Mundo’, implicando em uma reavaliação de hábitos e concepções europeus. A adoção do milho na dieta alimentar, dos pés descalços nas trilhas e do arco e flecha na caça reflete a adaptação dos portugueses às asperezas do meio nesse primeiro momento em que a fronteira exige um constrangimento das heranças externas às tradições indígenas acomodadas previamente àquele ambiente.

A penetração do sertão somente foi possível mediante essa nativização/indianização do português bandeirante (DEAN, 1996; WEGNER, 2000) ocorrida além das vilas. Nessas, porém, embora houvesse elementos nativos como a língua e o milho, a relação de dominação do europeu sobre o índio e o mameluco era bastante enfatizada, particularmente através de signos de status como sapatos de couro e velas. Gradualmente em conformidade com a difusão das instituições e estruturas européias que acompanhavam o avanço da fronteira, os mamelucos foram perdendo prestígio, assim como os legados indígenas, não mais necessários após a retomada das tradições do ‘Velho Mundo’.

A transposição da cultura européia, então, não acontece de modo pleno, mas de acordo com as demandas cotidianas de um novo ambiente, resultando em uma nova dinâmica entre meio-cultura-sociedade. Os portugueses incorporam práticas da cultura indígena atribuindo-lhe novas lógicas e significados. Os portugueses e seus descendentes culturais luso-brasileiros, na tentativa de reproduzir no Brasil não apenas suas instituições sociais, mas um espaço físico familiar ao ‘Velho Mundo’, impõem sua cultura e ‘natureza’ a um espaço vasto e heterogêneo, importando

matérias e imatérias, costumes, animais, plantas, crenças. No decorrer de um século, forças políticas e econômicas concorreram para alterar inteiramente o perfil cultural e ecológico dos sertões de minas: enquanto o sertão dos Cataguases contava no século XVI com uma população escassa (provavelmente em função das viroses trazidas com os navios europeus) e dispersa, predominantemente indígena e mameluca; ao longo setecentos, a região transformou-se numa área populosa com alta concentração demográfica em determinados centros, e com elevado índice de populações africanas, afrodescendentes e brancas – quase inexistentes no século anterior.

Há, portanto, uma grande ruptura na dinâmica espacial do interior brasileiro no século XVIII: como esclarece Santos (2008), antes da conquista européia, as relações sócio-ambientais ameríndias eram regidas basicamente por lógicas locais, sendo imprescindível certa continuidade ambiental para manter intactos os *ethos* indígenas. A chegada dos portugueses, que atuam a partir de imperativos ultraoceânicos, impõe uma nova lógica que se sobrepõe aos interesses locais; para os adventícios, não há necessidade de manter equilíbrio ambiental, pois não há correspondência direta entre os ambientes nativos e os meios de vida coloniais. A metrópole e os colonos visavam apenas explorar as riquezas das minas de maneira rápida sem atentar para questões ecológicas que, direta ou indiretamente, constavam no imaginário ameríndio. Além disso, nem a cultura negra nem a branca haviam sido forjadas na interação com aqueles meios específicos, não há identidade.

Apesar da soberania portuguesa, as influências ameríndias impactaram permanentemente as relações entre luso-brasileiros e natureza: nas primeiras décadas de ocupação não-indígena das Minas Gerais, a técnica majoritariamente adotada pelos colonos para cultivo de espécies vegetais originara-se da coivara adaptada, porém a uma lavoura mais intensiva. Mesmo quando em meados do século XVIII, a Coroa tenta inculcar métodos sedentários para facilitar a cobrança de impostos, os horticultores relutam em adotar o arado; se por um lado isso revela a importância das raízes indígenas na formação da cultura mineira; por outro, a necessidade de suprir a população nos padrões de base européia, a partir de uma técnica nativa, teria custado, segundo Dean (1996) cerca de seiscentos quilômetros quadrados de floresta secundária anuais ao longo do século XVIII.

Transformação

Segundo Rizzini (1997), originalmente predominavam, na região estudada, diferentes formações do complexo vegetacional denominado Mata Atlântica, havendo ao norte, espaços de transição para o Cerrado. No Caminho Velho estavam presentes principalmente pequenas incrustações de manguezais em reentrâncias da baía de Ilha Grande, florestas ombrófilas densas, florestas estacionais semidecíduas e campos rupestres e de altitude. Cruzando informações de distintas fontes, concluímos que cerca de 66% da vegetação nativa de Minas Gerais foi destruída (SANO ET AL, 2008; SOS MATA ATLÂNTICA, 2013). Nossa tese sustenta que a invasão portuguesa tenha imprimido, ao longo de suas fronteiras coloniais, um ritmo de devastação de biomas nativos que, embora não tenha exterminado tanto volume de biomassa quanto o desmatamento do século XX, teria representado um marco irreversível de transformação ecológica do Brasil.

Ao longo dos séculos XVI e XVII, a região das futuras Minas Gerais foi explorada, intensamente por bandeirantes paulistas, mas apenas “a chegada de um fator econômico assaz possante” – a descoberta de depósitos auríferos em Minas Gerais na década de 1690 – motivaria Coroa e colonos a ocupar definitivamente um meio considerado tão hostil (LAMEGO, 1950, p. 4); a partir de então, percebe-se um processo progressivo de globalização ecológica.

O ingresso de espécies exóticas nas Américas desestruturou os espaços nativos através de competição, predação e transmissão de pragas e doenças. Os cavalos e bois, por exemplo, foram introduzidos nas Minas Gerais no século XVIII, afetando a permeabilidade dos solos já prejudicada pela perda de cobertura vegetal; os porcos chegaram às Minas talvez antes dos portugueses, multiplicando-se rapidamente e causando significativo impacto não apenas na vegetação, mas também em populações animais. Além disso, a introdução de instrumentos de ferro e a intensificação do uso de fogo expandiram áreas de desmatamento e impediram, muitas vezes, processos naturais de regeneração ecológica (DEAN, 1996).

A crescente pressão demográfica proporcionou uma drástica redução de florestas para a cessão de recursos florestais e espaço às atividades humanas:

o fogo era empregado indiscriminadamente em projetos agropastoris e no exame de formações rochosas e ‘afastamento’ de doenças. Novas dinâmicas predatórias entre cultura e natureza infligiram uma cadeia de eventos de alterações sobre as florestas originais, na qual a fragmentação e perda de habitat eram as primeiras etapas (TABARELLI ET AL, 2010). A retirada da cobertura vegetal e o revolvimento de volumosas camadas de terra criaram paisagens esburacadas, repletas de ravinas e voçorocas que evadiam os nutrientes (ROMEIRO, 2005). Poucas plantas conseguiam se estabelecer nesses solos pobres e erodidos, muitas vezes apenas mata-pasto e outras ervas tenazes ocupavam os espaços degradados (DEAN, 1996). As encostas desprotegidas ficavam sujeitas a desmoronamentos que, não raro, atingiam arraiais localizados nas proximidades. Os fazendeiros provocavam queimadas freqüentes para facilitar a expansão dos pastos; em poucas gerações de pastoreio, os solos, compactados e lixiviados, tornavam-se cobertos por plantas agressivas e pobres em nutrientes. O processo foi extensivo, a degradação dos pastos impulsionava o avanço das franjas pecuárias para áreas de florestas primárias e secundárias, onde o mesmo processo se repetia. “Uma vegetação raquítica, de brotação posterior, aos poucos tomava o lugar das florestas primitivas e dos bosques espessos que de início haviam coberto uma grande parte de Minas Gerais” (BOXER, 2000, p. 73). Nem mesmo as matas ciliares escapavam do inexorável avanço das fronteiras agropecuárias, já que eram os únicos solos desvantajosos às saúvas e, portanto, favoráveis à lavoura. Os campos agrícolas distanciavam-se progressivamente dos núcleos urbanos, impelindo novas alterações também por conta do transporte dos gêneros que necessitava estradas, animais e, conseqüentemente, pastos; as estradas, por sua vez, inauguravam novas dinâmicas que muitas vezes assentavam novos núcleos urbanos (VANGELISTA, 2005). A colonização portuguesa dos sertões selvagens representou, enfim, uma severa degradação natural: a transformação de espaços biodiversos em monoculturas e pasto causou empobrecimento de solos e redução da biodiversidade.

Considerações finais

Os luso-brasileiros derrubaram extensas áreas de florestas para criar plantas e animais, nativos e exóticos, imprimindo marcas ecológicas na paisagem da fronteira colonial. No início, a grande disponibilidade de florestas ofuscava os limites das técnicas; o aumento da demanda, contudo, evidenciou o desgaste ambiental proporcionado pelos amplos e assíduos desmatamentos característicos do avanço da fronteira. A expansão européia, portanto, não disseminou apenas homens e idéias, mas uma gama incalculável de vegetais, animais e microorganismos que completaram o processo de hegemonia que incorporou “uma grande variedade de territórios e ecossistemas, a uma economia-mundo sob sua dominância” (PÁDUA, 2010, p.84). A reflexão mais relevante sobre o tema, contudo, se refere à nova concepção de espaço imposta às regiões colonizadas: o espaço deixou de ser local. Reduzindo a complexidade do mundo a uma estrutura unidimensional sob domínio europeu, populações e territórios foram incorporados a um sistema-mundo que subordinou lógicas locais ao comando central das metrópoles, expandindo a expansão da escala de agência humana; as decisões agora partem de atores extra-locais não vinculados necessariamente ao lugar.

Referências

- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. <http://www.brasiliana.usp.br>. 1711. Acesso em: 29 mar. 2012.
- BOXER, Charles. **A idade do ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- CASTRO, Eduardo Viveiros. “Histórias ameríndias”. **Novos estudos**, n.36, jul.1993, p. 22-23.
- COSTA, Antônio Gilberto. “Os caminhos do ouro e a estrada real para as minas”. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Lisboa: Kapa Editorial, 2005, p. 28-151.
- CROSBY, Alfred. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. **Visão do paraíso: motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IBGE. **Mapa de solos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.
- MANN, Charles. **1491: novas revelações das Américas antes de Colombo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- PÁDUA, José Augusto. “As bases teóricas da história ambiental”. **Estudos Avançados**, v.24, n.68, 2010, p. 81-101.
- RIBEIRO, Núbia. **Os povos indígenas e os sertões das Minas do Ouro no século XVIII**. 2008. São Paulo: Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo – SP, 2008.
- RIZZINI, Carlos Toledo. **Tratado de Fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1997.
- RODRIGUES, André Figueiredo. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 46, 2003, p. 253-270.
- SANO, Edson Eyji et al. “Notas científicas: mapeamento semi-detalhado do uso da terra do Bioma Cerrado”. **Pesquisa agropecuária brasileira**, v.43, n.1, 2008, p. 153-156.
- SANTOS, Márcio. **Estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- SOS MATA ATLÂNTICA. “**Mata Atlântica**”. <http://www.sosma.org.br>. 2013. Acesso em: 20 fev.
- TABARELLI, Marcelo ET AL. “Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: lessons from aging human-modified landscapes”. **Biological Conservation**, v.143, 2010, p. 2328-2340.
- VANGELISTA, Chiara. “‘Sua vocação estaria no caminho’: espaço território e fronteira”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 107-142.
- WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ZEMELLA, Mafalda. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.



Leituras Acerca das Políticas Patrimoniais no Litoral Norte de São Paulo, Brasil .

Aline Vieira de Carvalho*
Luciana Cristina de Souza**

Resumo: O presente texto almeja discutir as políticas patrimoniais no Brasil, tendo como exemplos o estudo de caso do Litoral Norte do Estado de São Paulo. A proposta é compreender o patrimônio como espaço de poder e, neste sentido, apreender quais as categorias patrimoniais tem sido usadas para representar as relações entre os seres humanos e a natureza e suas consequências. .

Reading the Heritage Policies in the North Coast of São Paulo, Brazil.

Abstract: This paper aims to discuss the political heritage in Brazil; for this, we will explore the realities of policies about the material heritage at the North Coast of São Paulo. Our proposal is understand the heritage as “space of power” and, in this context, to analyze which categories of heritage have been used to represent the relationship between humans and nature, as well as, the consequences of public choices.

* Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam) – Universidade Estadual de Campinas.

** Mestranda em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – Universidade Estadual de Campinas.

Palavras-chave:

Patrimônio; Políticas públicas; Litoral norte de São Paulo; Natureza e Sociedade.

Key-Words:

Heritage; Public Policies; North Coast of São Paulo; Nature and Society.

Políticas do patrimônio: projetos políticos

Para escrever o presente artigo, partimos de três premissas sobre o patrimônio: 1) ele está relacionado aos conceitos de herança/identidade cultural e riqueza a ser valorizada; 2) o patrimônio é um projeto político que amarra passado, presente e futuro e, 3) as políticas públicas patrimoniais, em especial no Brasil, ainda estão majoritariamente atreladas a percepções culturais colonialistas e que segregam as categorias de Homem e natureza. Ressaltamos que o presente texto foi apresentado no 7. Congresso do Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (Ceisal), no ano de 2013, em Portugal.

A primeira premissa é compartilhada com aquela anunciada no texto de apresentação do simpósio *El Territorio, Paisaje e Patrimonio*, organizado pelos professores Francisco Costa, Álvaro Campelo e Simonne Teixeira: “(...) Ao conceito de patrimônio estão adjacentes os conceitos de herança, de identidade cultural e de riqueza a querer valorizar (...)”. Esses conceitos contíguos não são novidades dentro das narrativas sobre o funcionamento da civilização ocidental. Afinal, sabe-se que já nas línguas românicas existiam termos derivados do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, e, neste sentido, uma herança” (FUNARI e CARVALHO, 2010). Essas “propriedades herdadas”, que tinham uma existência material, tornavam-se pontos de referenciais identitários; em outras palavras, permitiam aos herdeiros responder (e demonstrar!) à quais famílias pertenciam para os grupos culturais em que estavam inseridos.

Já no contexto de invenção do patrimônio contemporâneo, e, aqui fazemos alusão ao momento histórico da Revolução Francesa (1789), tornou-se escancarada a função política que poderia ser imbuída a este bem. Culturas materiais presentes nos museus e nas ruas francesas, além, dentre outras nacionalidades europeias, deixavam de ser apenas materialidades que conferiam aos seus donos anteriores – colecionadores modernos - ares de excentricidade e de distinção cultural. No novo cenário dos bens públicos e dos cidadãos (e não mais dos bens particulares e dos súditos), essas culturas materiais específicas, escolhidas como patrimônios, tornavam-se símbolos de uma nova era; ou melhor, de um projeto político de presente e de futuro (KOSELLECK, 2006).

O patrimônio não se referia unicamente ao passado. Sem dúvida alguma, ele era uma materialidade que “vinha de lá”; deste local distante e imaginado, ou, como afirmou o historiador David Lowenthal, de um “país estrangeiro” (1985). Mas, ele tinha sua existência atrelada ao presente e, acima de tudo, a um projeto de futuro. Representativo de um determinado momento e acontecimento da história nacional, o patrimônio se tornava mais um instrumento político de criação de um cidadão ideal (para o presente e para o futuro). Junto com a escola, a língua, os mitos de origem, entre outros, o patrimônio fornecia referências materiais para que “(...) os cidadãos (...) compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns” (FUNARI e PELEGRINI 2006, p. 15/16). E, assim como esses outros instrumentos políticos-nacionais, o patrimônio deveria ser uma marca perene (restaurado e conservado) de determinada cultura (compreendida, neste contexto, como sinônimo de nação); atravessando os tempos vindouros.

O modelo de patrimônio instituído em território europeu, espalhou-se ao longo dos séculos XIX e XX para outros continentes (FONSECA, 2007, p. 2). E, além da função de materializar um projeto político de presente/futuro nacional, esse modelo carregava as próprias marcas do “ser europeu” para os novos lugares (HERWITZ, 2012). Inserido em um contexto colonialista, havia um eixo estético e moral que universalizava o patrimônio em torno de narrativas específicas. Poderíamos encontrar exemplos deste mecanismo nacional/colonialista em países que foram colônias até o século XX, no estrito senso do termo, como os casos da Índia e da África do Sul, mas também podemos fazê-lo no caso do Brasil.

Um exemplo pode ser retirado de nossas experiências com as comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral nas terras que mais tarde se configurariam como o Brasil. Naquela ocasião, o jurista Joaquim Falcão afirmou, com tristeza, que o “patrimônio histórico virou sinônimo de igrejas barrocas, palácios e casa grande” (FUNARI e PELLEGRINI, 2006, p. 7). A escolha oficial sobre as narrativas acerca do passado, bem como das materialidades representativas deste, levava a criação e celebração de memórias bastante específicas; de acordo com Arantes (1990, p. 4): “o patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o re-elaboram de maneira simbólica”.

É preciso destacar, em franco diálogo com as teorias pós-coloniais (FANON, 1968; SCOTT, 1999), que não defendemos a diáde simplificada do “colonizador x colonizado” transportada para as questões patrimoniais. Reconhecemos, ao contrário, a existência de novos espaços de representações, marcados por hibridações e traduções (BHABHA, 2007, p. 292-325) que tornam esses patrimônios campos complexos de disputas de poder.

Refletir acerca das políticas públicas sobre o patrimônio no Brasil, enfatizando, em especial, as questões relativas as representações do “Homem” e da “natureza” nestas políticas públicas, constitui um dos objetivos do presente texto; mas, frente a uma incapacidade de nós pensarmos todo esse quadro, abordando a extrema complexidade presente em cada uma das categorias patrimoniais – que gozam de um histórico e de uma tutela jurídica específica –, acrescida das diversas realidades regionais que interagem com esse passado e presente patrimonial brasileiro, fizemos a opção de trabalhar a partir da perspectiva de um estudo de caso. A proposta metodológica dialoga diretamente com algumas práticas próprias da micro-história. Almejamos a partir do estudo de caso enxergar em uma escala menor a multiplicidade de relações que interagem com essa esfera maior/nacional. O trabalho, portanto, pode ser colocado sob o abrigo da metáfora da análise de “uma gota d’água para enxergar algo do oceano inteiro” (BARROS, 2007, p. 170).

E a nossa “gota d’água” foi escolhida exatamente por sua complexidade; por ter, com todas as devidas proporções, um pouco do oceano inteiro em seu interior. Trata-se do Litoral Norte do Estado de São Paulo; composto por quatro municípios: Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba. A região possui uma expressiva extensão de seu território delimitado como área de proteção ambiental (patrimônio natural com comunidades tradicionais e não tradicionais em seu interior), rico em biodiversidade, e tem se demonstrado vulnerável às múltiplas pressões urbanas e às novas formas de exploração econômica, em especial, aos Programas de Aceleração do Crescimento (PACs) implementados pelo Governo Federal. Os contrastes gerados pelo contexto de risco, tem marcado tanto a vida dos moradores locais como dos turistas que frequentam a região. E, neste contexto geral, podemos nos indagar: quais tem sido as opções políticas de construção e de significação destes patrimônios materiais? Como os homens e a natureza tem se relacionado nestes espaços de poder? Quais são as potencialidades e limitações desta configuração atual? Precisamos de alternativas?

Estas são algumas perguntas para as quais tentaremos esboçar reflexões nas páginas que se seguem; partindo, sempre, das três premissas aqui anunciadas. E, por fim, tentaremos dialogar diretamente com a definição de território e de paisagem dada pelo Simpósio “Território, Paisagem e Patrimônio”, realizado no CEISAL 2013. E, tendo essa definição em mente, poderíamos provocar nossos leitores ao indagarmos se o próprio patrimônio não seria por si só um território.

1 - Relativas ao Patrimônio Material

Político patrimonial no Brasil e nosso estudo de caso

Traçar um panorama do cenário das políticas patrimoniais¹ no Brasil não é uma tarefa simples. Isto porque temos três esferas públicas de proteção do patrimônio (Federal, Estadual e Municipal), que se abrem, ao longo de quase oitenta anos, em institutos/departamentos específicos para lidar ora com o patrimônio histórico e artístico, ora para lidar com o natural. Esses movimentos institucionais são acompanhados por mudanças significativas na legislação sobre a definição e proteção de nosso patrimônio, bem como por pressões e diálogos acerca destes bens por parte dos movimentos sociais internos e de órgãos internacionais, em especial, da Unesco. À este percurso labiríntico, podemos acrescentar os desafios trazidos pelas categorias patrimoniais que são híbridas ou bastante recentes. Para organizar esta seção do texto, que não tem como objetivo fazer um aprofundamento de cada um destes elementos, mapearemos o surgimento das instituições de proteção do patrimônio, de forma conjugada com as mudanças relativas à legislação de proteção dos mesmos.

Antecipando-se à publicação da Carta de Atenas de 1933, que tinha como objetivo pautar, no contexto europeu, a administração, a conservação, entre outros elementos vinculados aos monumentos, o governo Federal brasileiro, em Julho do mesmo ano, através do Decreto de lei nº 22.928, institui a cidade de Ouro Preto como patrimônio cultural nacional. Sem dúvida alguma, a declaração marcava não apenas o início das políticas estatais voltadas ao patrimônio, mas, também sinalizava um diálogo constante entre os intelectuais e governantes brasileiros com os correspondentes internacionais. Em

Geografia Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 17-24, 2015

Carvalho, A.V.; Souza, L.C.

ISSN 2236-4994

| 19

outras palavras, a Carta de Atenas de 1933 materializa uma discussão anterior existente não apenas na Europa, como também na América Latina e, portanto, no Brasil.

Para lidar com a nova demanda, e, também com o comércio ilegal e internacional de objetos dotados de valor artístico e histórico nacional, o governo federal criou a Inspeção de Monumentos Nacionais (Decreto de lei nº 24.735 de 14 de Julho de 1934). Nota-se nestas ações estatais uma equivalência dos conceitos de patrimônio e monumento. Essa orientação semântica “monumento = patrimônio”, que é registrada na Constituição de 1934, marcará a gestão do governo federal por mais de 40 anos.

A Inspeção de Monumentos Nacionais teve uma existência curta e sua extinção acompanhou a instalação de um regime de governo autoritário no país. A partir de 1937, passamos a vivenciar o Estado Novo do governante Getúlio Vargas. A construção da “nação brasileira” era uma prioridade deste governo: além de uma política de eliminação de símbolos identitários estrangeiros no Brasil – através, por exemplo, da proibição do uso do alemão/italiano entre os descendentes destas nações (SILVA, 2007) – o Estado Novo passou a criar, proteger e promover o patrimônio no país.

O arcabouço teórico deste projeto veio de alguns intelectuais do movimento modernista no Brasil, entre eles, podemos citar Mario de Andrade; responsável pelo anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Mas, descolados do projeto original, o cotidiano do Spphan levou à uma valorização de um patrimônio arquitetônico, escolhido a partir do conceito de excepcionalidade, e, inserido apenas no universo simbólico do “católico e ibérico” (FONSECA, 2009, p. 108-110; FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 5-30). O patrimônio se construiu, nestes moldes, como referencial para a imaginada identidade nacional: branca, católica e da elite.

Esse movimento no campo do histórico cultural foi replicado nas discussões sobre o patrimônio natural; que também era tutorado pelo Spphan, acrescido das realidades institucionais do Serviço Florestal. Em franco diálogo com o contexto internacional (DIEGUES, 2001, p. 100), em 1937, “monumentos naturais são colocados no mesmo nível dos históricos e artísticos” (SERRANO, 1993, p. 50).

Algumas mudanças institucionais passaram a ser implementadas a partir da instalação do Regime Militar brasileiro em 1965; para além, é claro, do desaparecimento da democracia. No caso específico da tutela sobre o patrimônio, assistimos a um fortalecimento da descentralização da gestão destes bens. E, neste caso, o Estado de São Paulo foi pioneiro ao criar, em 22 de Outubro de 1968, um órgão estadual, subordinado ao Federal: o “Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico” (Condephaat).

De acordo com o historiador Walter Lowande (2010, p. 183-190), a criação do Condephaat “significou um primeiro passo para a pulverização que seria vista nas políticas culturais” do país e, neste contexto, o órgão se especializava na proteção e na valorização da história da arquitetura paulista, extremamente alterada pelas políticas econômicas e habitacionais promovidas pelo governo militar. Apesar da manutenção do sentido de patrimônio como monumento/excepcional e, portanto, voltado aos bens materiais da elite paulista, o órgão traz como inovador sua percepção da paisagem e, em especial, dos ecossistemas que deveriam ser preservados.

Se o plano cultural sentia as políticas desenvolvimentistas dos governantes militares, o mesmo ocorria com os espaços tidos como naturais no país. Para tentar lidar com essas novas pressões impostas pelo Estado, intelectuais e políticos se organizaram para a aprovação de um novo Código Florestal (Lei nº 4771 de 15/09/1965) e para a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura e instituída pelo Decreto-Lei Federal nº 289 de 28/02/1967 (MEDEIROS, 2006, p. 52). Torna-se importante ressaltar que, apesar do IPHAN/Condephaat serem os responsáveis pela gestão, proteção e promoção do patrimônio nacional, em alguns casos, em especial, o de áreas tidas como naturais (ex. Parques), há, desde 1937, obrigatoriamente, uma sobreposição de órgãos federal/estaduais para a sua tutela.

Os arranjos institucionais implementados em 1960 sofreram uma série de mudanças; em particular, no que tange aos sistemas de proteção das áreas denominadas de “ambientais” no Brasil. Todavia, para além das alterações institucionais, podemos afirmar, sem hesitação, que é a Constituição de 1988, produzida em um Brasil recém democratizado, traz novas balizas para a compreensão do patrimônio em suas diversas categorias.

Resultado dos movimentos civis, e, do engajamento de intelectuais e políticos, a Constituição de 1988, trás três grandes rupturas nas questões patrimoniais: 1) Abertura de espaço para a participação da sociedade civil na definição dos patrimônios nacionais; 2) Construção de uma aproximação entre os conceitos de cultural e ambiental e, por fim, 3) Pluralização da noção

de patrimônio para além dos eventos/construções/paisagens excepcionais na história do Brasil.

Com esse panorama político-institucional podemos mapear a trajetória da escolha do Patrimônio Nacional: distante de qualquer acaso, vemos uma política patrimonial que, ao longo das décadas, esteve bastante voltada à monumentalidade e à construção da identidade nacional. Resta-nos agora entender os resultados destas políticas nas esferas locais. Vamos à nossa gota de água no oceano.

Litoral Norte de São Paulo: escolhas identitárias

Como forma de representar as políticas patrimoniais implementadas no litoral norte de São Paulo, organizamos duas tabelas com informações sobre as esferas de poder (Iphan/Condephaat) e as categorias patrimoniais usadas por essas esferas. Observemos os dados abaixo (Quadros I e II):

Quadro I - Cenário das Políticas Federal (IPHAN) x categorias empregadas

Cidades x Categoria (Iphan)	Histórico	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico	Belas Artes
Ubatuba	--	--	1
Caraguatatuba	--	--	--
São Sebastião	--	--	1
Ilhabela	1	--	1

Quadro II - Cenário das Políticas Estaduais (Condephaat) x categorias empregadas.

Cidades x Categoria (Condephaat)	Histórico	Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
Ubatuba	4	3
Caraguatatuba	--	2
São Sebastião	4	2
Ilhabela	2	1

Os números apresentados acima retratam as políticas patrimoniais realizadas sobre a região entre os anos 1974 e 2005. Este período foi delimitado a partir da data do primeiro e do último patrimônio material escolhidos pelas esferas de poder nos quatro municípios analisados. Destacamos que a ação das esferas Federal e Estadual sobre esse território é simultânea a construção da Rodovia Rio Santos na década de 1970. Essa Rodovia passou a ligar fisicamente os municípios mencionados ao resto do Brasil; pela forma como foi construída, detonou não apenas um desastre ambiental sobre o que havia restado da Mata Atlântica, como também inaugurou novas atividades econômicas neste espaço, em especial, o turismo que foi acompanhado pela expressiva especulação imobiliária (CARVALHO, 2013).

Apesar dos anos que se passaram entre a criação destes órgãos patrimoniais - marcados por discussões sobre a definição de categorias mais plurais de percepção do patrimônio material (RIBEIRO, 2007) - e a atualidade, as categorias empregadas pelos órgãos Federal e Estadual na região mantiveram-se constantes: “Histórico”, “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico” e “Belas Artes”. No caso da esfera municipal, não apresentado em tabelas neste artigo, mas, analisado em nossas investigações, a constância encontra-se na percepção do patrimônio como Histórico, Natural (ou Ambiental – usado como sinônimo), ou como Monumento Histórico.

É bastante claro que os órgãos Federal e Estadual, no caso do patrimônio material, estão amarrados pela proposta das quatro categorias essencializadas do patrimônio formulada nos anos de 1930. De acordo com o Decreto Lei de n. 25 de 30 de Novembro de 1937, essas categorias são definidas da seguinte forma:

Cap. II - Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber: 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º. 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Ao ler o decreto podemos nos perguntar como poderíamos diferenciar uma obra de arte histórica de, por exemplo, uma arte erudita, nacional ou estrangeira. Ou, o que seria exatamente uma “coisa de interesse histórico” e como esta diferiria de uma cultura material arqueológica e assim por diante. A questão, neste caso, seria onde estariam os limites destas categorias arbitrárias? Categorias que parecem ter funcionado em uma sociedade dos anos de 1930, cujo o órgão de proteção do patrimônio era orientado pela percepção da monumentalidade e excepcionalidade.

No caso destas categorias, as relações entre as ações humanas e seus entornos tem pouco espaço de expressão: ou o patrimônio representa uma marcação histórica (arquitetônica) ou uma obra artística (pintura). Poderíamos inferir que a complexidade destas relações teriam alguma representatividade no rótulo “Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico”; mas, o quanto e como nossa sociedade – plural – se relacionaria com esses nomes próprios de um academicismo?

A partir destas constatações, poderíamos ler que as opções políticas de construção e de significação dos patrimônios materiais tem sido marcadas ainda por um conservadorismo próprio de nossa pioneira “fase heroica”. Esse conservadorismo expressa-se, todavia, para além das definições das categorias, mas, também, nas escolhas de que categorias usar e em que espaços. Podemos nos indagar, por exemplo, sobre os motivos pelos quais a esfera Federal reconhece apenas o Histórico (casarão do século XIX) e as Belas Artes em municípios que tem em quase toda sua extensão a materialidade de um Parque de Mata Atlântica. Em outras palavras, o quanto o casarão do século XIX, isolado em sua construção, e uma pintura (também em um casarão), poderiam representar o território dos quatro municípios do litoral norte de São Paulo em um contexto nacional? Paradoxalmente, essa mesma materialidade da Mata Atlântica, na esfera Estadual, é compreendida como o patrimônio que confere unidade entre os quatro municípios em questão. Nesta mesma esfera Estadual, não há menção há Belas Artes na região: apenas o histórico e o Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Concluimos, desta forma, que nos espaços de poder materializados pelos patrimônios, há um completo descolamento da complexidade da vida cotidiana dos moradores da região – e poderíamos nos arriscar a dizer dos cidadãos brasileiros – em relação aos patrimônios assim delimitados. E, para além do distanciamento, há uma clara separação entre o “Homem e a Natureza”. Poderíamos nos perguntar sobre quais seriam os problemas deste distanciamento e desta separação? As respostas variam de acordo com os sentidos que atribuímos ao patrimônio.

Instrumento de memórias: a pluralidade dos patrimônios

Entendemos o patrimônio material como uma baliza moral e ética que permite a nossa compreensão sobre nós mesmos como seres humanos; e, para esse argumento, mencionamos a filósofa Hannah Arendt que afirmou que a tragédia <referência à ascensão de regimes totalitários> começou quando desapareceram mentes para herdar e questionar, pensar e lembrar. Para a autora, a perda da memória é justamente o maior perigo enfrentado por nós. É a memória que permite ao Homem a compreensão de sua finitude e a percepção de pertencer a um mundo formado por outros e variados indivíduos (ARENDETT, 1968). Neste contexto, o patrimônio material é compreendido

como instrumento de memórias.

Mas, que memórias temos construído no Brasil a partir de nossos patrimônios? Temos criado confusões de categorias, desencantamentos das relações entre os seres-humanos e seus entornos e, por fim, a própria quebra da complexidade e pluralidade que existe em nossas realidades cotidianas. Reconhecemos no patrimônio seu potencial político, mas o reduzimos aos criamos políticas públicas para sua gestão. E, como um agravante a esse quadro, respaldados pela Constituição de 1988, entendemos as comunidades como colaboradores em relação a agência e manutenção dessas políticas patrimoniais (centradas na figura do Estado).

Ao analisarmos os dados do litoral norte de São Paulo – a gota d’água em um denso oceano – percebemos os patrimônios enquanto espaços humanizados, conservadores de ‘memória’ sobre os processos que os construíram. E, apesar deles serem o resultado dinâmico da relação entre um meio físico ‘disponibilizado’ e a sua apropriação por parte das comunidades humanas aí residentes, ou que aí residiram, ao serem categorizados e protegidos pelas esferas de poder, eles se transformam em poeiras isoladas que não representam essas relações. Assim, as provações para as nossas políticas patrimoniais estão vinculadas à necessidade de se desafiar a pensar no todo ambiental, formado pelos seres humanos e seus ambientes físicos, sem anular, os conflitos que ali existem. Tirar, portanto, o patrimônio das discussões estéticas e colocá-lo nos debates acerca do político. Afinal, para termos projetos de futuro, precisamos refletir sobre as memórias do passado e as percepções do presente; parece um grande desafio para o século XXI.

Agradecimentos

Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo suporte financeiro para a realização da presente pesquisa, à equipe do Laboratório de Arqueologia Pública Paulo Duarte (NEPAM/UNICAMP) pelos diálogos nas discussões sobre a Arqueologia e o Patrimônio no Brasil e aos coordenadores do Simpósio El Territorio, Paisaje e Patrimonio.

Referências

- ARANTES, A.A. **La Preservación del Patrimonio como Práctica Social**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1990.
- ARENDT, H. **Between Past and Future: eight exercises in political thought**. New York: Viking Press, 1968.
- BELTRÃO, A. F. G. Patrimônio Cultural: Conceito, Competência dos Entes Federados e Formas Legais para a sua Proteção. In: AHMED, F.; COUTINHO, R. **Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009.
- BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- CARVALHO, A. V. Políticas Públicas del turismo en el Litoral Norte de São Paulo (Brasil): turismo de natureza versus turismo cultural. In: ROZO, E. e OZORIO, J. (orgs). **Turismo y cultura: retos y perspectivas en América latina**. Universidad Externado de Colombia, 2013 (no prelo).
- CARTA MAGNA. Brasil. 1934.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 2001.
- FANON, F. **Black Skin, White Masks**. New York: Grove, 1967.
- FONSECA, M. C. L. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FONSECA, M. C. L.; MARIA, C. L. O Patrimônio Histórico na sociedade contemporânea. **Escritos - Revista da Casa de Rui Barbosa**. Ano 1, n. 1, 2007, p. 159-171.
- FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, A. V. Memória e Patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, v. 02, 2010, p. 7-16.
- FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- HERWITZ, D. **Heritage, Culture, and Politics in the Postcolony**. NY: Columbia University Press, 2012.

- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC – RIO, 2006.
- LOWANDE, W. F. F. **Os sentidos da preservação: história da arquitetura e práticas preservacionistas em São Paulo (1937-1986)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Mariana/MG, 2010.
- LOWENTHAL, D. **The past is a foreign country**. London: Cambridge University Press, 1985.
- MARTINS, A. de M.; ROCCO, R. A Proteção dos Ambientes Natural e Cultural no Brasil: Em Busca do Elo Perdido. In: AHMED, F.; COUTINHO, R. **Patrimônio Cultural e sua Tutela Jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2009, p. 21-38.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas. **Ambiente & Sociedade** – Vol. IX no. 1 jan./jun, 2006, p. 41-65.
- RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.
- SCOTT, D. **Refashioning Futures ¾ Criticism after Postcoloniality**. Princeton: Princeton University Press, 1999.
- SERRANO, C. M. T. **A invenção do Itatiaia**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- SILVA, F. L. A política da língua na era Vargas. **DELTA**. São Paulo, v. 23, n. 1, 2007, p.151-155.
- WALLAUER, M. T. B. **Sistema de unidades de conservação federais no Brasil: um estudo analítico de categorias de manejo**. Dissertação de Mestrado. Pós-graduação em Engenharia Ambiental – UFSC. Florianópolis, 1998.



A Cidade e o Espaço Religioso em Salvador, Brasil. Construir o poder na paisagem urbana.

Álvaro Campelo*

Resumo: A organização da urbe obedece a requisitos e contingências determinados, seja pela espaço geográfico, seja pelo saber e cultura urbana, que reflectem uma herança cultural, seja, por fim, pelas estratégias do poder político, artístico, social, económico e religioso/simbólico. De alguma forma a paisagem urbana e a “ideia” de uma determinada cidade reflecte estas contingências e estas imposições, umas vezes mais conscientes do que outras. A nossa exposição tenta, olhando para o caso da cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia, no Brasil, ler na organização do espaço urbano, no desenho da arquitectura e nas práticas sociais, a afirmação deste poder, tendo por critério a arquitectura religiosa e a forma como ela foi usada para definir a cidade, ocupar o espaço urbano e impor um sentido.

*CEAA/CECLICO – Universidade Fernando Pessoa, Porto.

City, Religion and Space in Salvador, Brazil. Make power in urban landscape.

Abstract: The organization of the city and the urban space is influenced by the social and cultural power. Between this powers, the religious, is one of the most significant. Religious architecture and the practice of public religious rituals, define the urban life. The city of Salvador, in Bahia, Brazil, has an extraordinary cultural heritage with different religious practices, since that inherited by the colonizer, to the enslaved populations. Recently, the growth of Evangelical religion changed, profoundly, the social and architectural landscape of the city. In this work we analyzed the conflicts between the traditional urban heritage and the new urban and religious narratives.

Palavras-chave: Salvador; organização urbana; poder; religião.

Key-Words: Salvador; urban organization; power; religion.

De inomináveis,
obscuros,
refluentes
sinais
se tece
a polpa,
a medula
do espaço que habitamos.
(Albano Martins)

Introdução

Desde os primórdios da antropologia urbana, com a escola de Chicago, ou com a de Manchester, o tema da relação do poder com a cultura na cidade esteve no centro da investigação (PARK & BURGESS, 1925; SIMMEL, 1969; FOX, 1977; HANNERZ, 1980; WIRTH, 1980). A análise da conflituosidade e das dinâmicas sociais, influenciada por uma nova abordagem das práticas tradicionais (GLUKCKMAN, 1963) e por uma fundamentação na teoria marxista (CASTELLS, 1977; BRENNER, 2000), estimula pensar a ação do poder na sociedade (FOUCAULT, 1980). Por outro lado, a metodologia etnográfica forneceu aos investigadores da cidade outras possibilidades de a estudar e de a entender (FOX, 1977; CLIFFORD & MARCUS, 1986; GRUPTA & FERGUSON, 1997; BRENNER, 2000; McFARLANE, 2004; PINK, 2009; HODGES & DENEGRÍ-KNOTT, 2012). Trata-se de um outro olhar, que obrigava a pensar as lógicas do exercício do poder urbano para além da autoridade pública, ou outras dominantes. A proximidade que os estudos de terreno proporcionam permite observar os micropoderes. Estes exercem importância significativa na prática da cidade, gerindo as fraquezas dos que desses micropoderes fazem uso, dentro das estratégias dominantes, o que possibilita novos projetos de justo uso da cidade (HANNERZ, 1980; HOLSTON, 1999; MITCHELL, 2003; BIELO, 2013). Se isto sempre foi verdade, não deixa de ser interessante saber que os teóricos das ciências políticas interpretam o actual poder – numa época de contestação à autoridade e de novas tecnologias que possibilitam essa contestação – como um poder difuso, em que a essência do poder de hoje é a fraqueza, a fragilidade com que ele se apresenta, obrigando os poderes anteriormente dominantes a saber gerir as suas fraquezas (NAIM, 2013).

A cidade é o espaço por excelência da afirmação do poder, onde as ideologias e os projetos políticos encontram espaço para a materialização de uma concepção de mundo (HAYDEN, 1997; MARSTON, 2000; GOONEWARDENA, 2005; MARAN et al., 2006; BLIJ, 2008). Funcionam como espaços da memória, na expressão de Pierre Nora (1989): ‘lieux de mémoire’, passíveis de usos diversos, desde se terem transformado em lugares referenciais de identidade, até manipulados e reconvertidos em espaços de criatividade cultural ou de mercado turístico (HALBWACHS, 1980; HOBSBAWM & RANGER, 1983; BADDELEY, 1994; HUYSEN, 2003; HOELSCHER & ALDERMAN, 2004). Não escapam a estes propósitos, antes pelo contrário, os assentamentos urbanos coloniais (MORPHY, 1993; GREGORY, 1994, 1995, 2004; NASH, 2002; HUGGAN, 2008; LINEHAN & SARMENTO, 2011).

Para além disso, depois de afirmada a ‘desterritorialização’ (APPADURAI, 1990; 1996), por uma erosão da distinção cultural entre lugares (BHABHA, 1994), a abordagem etnográfica permite-nos, para além de todo o mimetismo, ver a diferença entre os lugares urbanos, enquanto espaços de práticas sociais (HUYSEN, 2008), pois cada um deles está associado a uma vivência onde os sentidos e as emoções definem pertenças e identidades (FELD & BASSO, 1996; COX, 1998; DAVIDSON & MILLIGAN, 2004). Não deixa de ser interessante ver que entre os diferentes processos de revalorização do ‘lugar’ e da ‘vizinhança’, está a aproximação de algumas religiões aos espaços urbanos, na medida em que os assumem como territórios de acção e missão das suas igrejas. Veja-se o estudo de Bielo (2013), que observa uma nova atitude em igrejas evangélicas emergentes (Emerging evangelical movement), ao ocuparem o espaço dos centros urbanos abandonados, criando jardins urbanos, restabelecendo os laços entre vizinhos, criando associações de ajuda para as actividades pós-escolares das crianças ou um conselho económico para a criação de micro empresas e negócios. Famílias jovens vendem as suas casas dos subúrbios urbanos, e compram-nas nos centros das cidades, por vezes com grandes perdas económicas, numa missão onde empenham uma filosofia de vida e uma ‘vocação religiosa’.

A missão consiste em dar um futuro aos centros urbanos degradados, com uma nova prática cristã e com valores ecológicos e sociais focados na autenticidade de uma vida liberta dos ditames industriais, trazendo para o espaço urbano os modelos sociais e produtores do mundo rural (BIELO, 2011a; 2011b). A cidade, grande símbolo da civilização e da complexidade social, é agora a cidade falhada e inconsequente, um resto dos desequilíbrios sociais e económicos da industrialização. Ser a religião a ter um projeto para a cidade, reconstruindo os laços sociais e a presença da ‘natureza’ (numa lógica de novos mercados e de produtos oriundos de produção sustentável), é o reverso do mito da babel bíblica.

A forma como a religião faz e ocupa a cidade tem uma longa história (LE GOFF, 2007). Na afirmação da cidade clássica medieval, da cidade industrial e da pós-industrial, a prática religiosa de ocupação do espaço público urbano sempre esteve presente, tanto pela prática da rua, como pela arquitetura. Entre a afirmação do poder e a negociação dos conflitos, a presença do religioso marcou a estética urbana. Se o projeto de ocupação dos centros urbanos em algumas cidades americanas, por parte de igrejas, define uma nova estratégia de relação com o conceito de vida urbana, permanecem outras relações e conflitos, onde a apropriação e afirmação do poder passam por outros objetivos. Ou seja, o que se pode chamar de ‘sentido do lugar’ e o de ‘residir’, um conjunto de relações que se estabelecem entre experiências de vida de pessoas, mantidas com um lugar, dá às pessoas a capacidade de assumir e transmitir o sentido desse lugar (BASSO, 1988; SARMENTO et al., 2006; BAILEY, 2007; BARTOLINI, 2013). Essa experiência de sentido está tanto nas transformações físicas do espaço, como na apropriação das formas de residência, de que resulta uma ligação particular ao espaço de residência, onde as manifestações emocionais são parte integrante da ligação entre o ato de residir e a prática de cultivar um sentido para o espaço habitado (SIMMEL, 1996; SMITH, 1996). Pertencer, estar e construir o espaço comunitário, de que forma implica cada indivíduo na renovação do sentido da cidade? Como se constroem as estratégias urbanas e arquitectónicas para definir o papel de cada indivíduo / classe no poder urbano, na cidade perigosa e vulnerável ou na conquista de novos estilos de vida? De que forma os templos religiosos e sua organização dentro da cidade referenciam a ideia de poder e de organização da vida social?

Construir a cidade

A organização urbana de uma cidade é o resultado de vários fatores: o contexto físico e orográfico onde assenta o primeiro núcleo e as linhas de progressão que orientam o seu crescimento; os objetivos que estiveram na origem do assentamento, junto com as vicissitudes e alterações desses objetivos; a organização social e política que a conformou desde o início e suas consequentes transformações, onde os poderes efectivos, reais, marginais ou imaginários, condicionaram as relações entre a autoridade e o grupo social residente.

O contexto físico e orográfico funciona como um ‘pauta’ onde se inscrevem os poderes e as possibilidades de construção da cidade. Antes de ser ela mesma um ecossistema complexo, a cidade surge condicionada pelo espaço ecológico. As cidades construíram-se e organizaram-se à volta de alguns elementos arquitectónicos e espaços urbanos, que definiram o que lhe é próprio, e o que lhe é estranho ou excluído. É essa a força de um determinado lugar urbano (WOLFF, 1992; ZUKIN, 1995; FOX, 1997; VELHO 2011). Desde a torre e o castelo medievais, o templo, o palácio ou a praça, à volta da qual estes símbolos do poder e do sentido da cidade se dispõem, tudo se organiza em função dos interesses dos actores sociais. Uma vez eles agem como decisores e detentores do poder de definir a prática desses espaços, outras como aqueles que os praticam seguindo as regras estabelecidas pelos primeiros ou contrariando-as, em tácticas subversivas, no sentido da ‘ruse’ de Michel de Certeau (1990). Uma vez está-se e pertence-se ao locus urbano – e adquire-se a cidadania – (HOLSTON, 1999; MITCHELL, 2003); outras, o actor social define-se por oposição a esse locus, ou porque é marginalizado, dado os sentidos que configuram a cidadania não compreenderem a identidade dele quando se relaciona com o espaço urbano, ou porque o espaço vivido e referencial situa-o fora da civitas ou, inclusive, estando na civites, não o enquadra nos valores urbanos e arquitecturais que conformam o sentido de pertença¹. Desta forma convém reter que a construção da urbe está sujeita às diferentes formas do seu uso, onde os ‘centros’ e as ‘margens’ funcionam mais como espaços simbólicos da cidade, conformados pela organização urbana, arquitectural e pelas estratégias do poder, do que como impeditivos a ‘atos de uso’ de todos os actores sociais. Só muito recentemente a cidade

1 - Ver Licati (2011, p. 49): “However, the space/territorial identity assumes a crucial value for the individual and the community only to the extent they can confront themselves with the other in a constructive dialogue. In this direction the ambiguous value appears; the ambivalence of the border as an element that though dividing, at the same time constitutes a determining point of contact for oneself and the other”.

se constituiu em guetos de exclusão, pelo fracasso do projeto industrial, que levou, num primeiro momento, à fuga para a periferia e, recentemente, ao processo de gentrificação dos seus centros históricos (SMITH, 1996). Seja como for, todo o urbanismo manifesta uma geografia cultural, que por sua vez se reflete numa expressão estética e cognitiva (WASSMANN, 2011). Conforme se vão alterando os valores e as estratégias do poder, centros e periferias vão expulsando ou atraindo diferentes classes. E é nesse movimento que podemos ver como as referidas políticas de representação e estéticas de apresentação se transformam em práticas de poder (FOX, 1997).

As cidades não têm, portanto, uma memória e um património cultural consensual e homogêneo. A memória do espaço urbano é uma memória conflitual, onde os processos sociais, mentais/representativos e geográficos se negociam na dinâmica histórica da sua construção (WIRTH, 1980; WASSMANN, 2011). O uso das memórias urbanas e a sua transformação em património cultural, acarretou para os decisores políticos obrigações, transmutadas em manipulações, que lhes deu um novo papel na gestão da cidade patrimonial. Esta adquire um novo poder simbólico, onde a necessidade da visibilidade vai condicionar as expectativas e práticas do uso das memórias, de que a ‘invenção da tradição’ é consequência imediata (HALBWACHS, 1980; HOBBSAWM & RANGER, 1983; SMITH, 2006).

Numa época em que a ‘ideia de cidade’ e da cultura urbana se impõe à ‘ideia de Estado/nação’, isto é, em que as estratégias de afirmação política e económica passam pela gestão de uma identidade cultural das cidades, como realidades autónomas e imagem da diferenciação (dentro da lógica da relação entre o global e o local), o investimento na ‘leitura’ do diferente ou na construção do inusual (práticas e arquiteturas) orienta o poder económico. Daí que a etnografia como metodologia na interpretação e comunicação do diferente na cultura urbana seja assumidamente referida para potencializar a visibilidade da cidade e o consequente crescimento económico (APPADURAI, 1990; HODGES & DENEGR-KNOTT, 2012).

Um dos campos críticos da preservação cultural de uma cidade e do património que a constitui é o da especulação imobiliária. Esta actua de duas formas em relação ao património cultural: umas vezes ela destrói esse património, porque disputa os terrenos ocupados por património classificado como “menor”, como foi o caso dos “terreiros de candomblé” (VELHO 2006, p. 241), ou descarta completamente o património, eliminando-o simplesmente na voragem de construir a cidade moderna; outras vezes invoca a existência do património classificado no entorno dos empreendimentos a comercializar, com o intuito de o valorizar, repercutindo esse valor nos preços de venda dos imóveis.

A cidade foi desde sempre um espaço construído pela negociação de interesses e pela afirmação de poderes. Espaço por excelência da diversidade (de que Babel é a metáfora perfeita), ela incorpora necessariamente a negociação e o conflito, pois as diferentes classes sociais e os interesses diversos a obrigam a isso mesmo. Já Simmel (1964; 1971) mostrava como o conflito constitui a vida social, entre o institucional e o individual.

Salvador, da cidade colonial à cidade a colonizar

Salvador, cidade do Estado da Bahia, no Brasil, à época em que foi realizado o trabalho de campo, 2005, era a terceira cidade com mais população do Brasil (2.714.119 habitantes), depois de São Paulo e Rio de Janeiro. Tem algumas características históricas, entre outras, que marcam a sua identidade social, cultural e urbana: foi a primeira capital da colónia portuguesa no Brasil; teve, na história da economia brasileira, a primeira economia agrária de grande rendimento, baseada nos engenhos de açúcar, que proliferavam no seu entorno²; e tem uma característica que singulariza Salvador na demografia brasileira, ou seja, tem a maior percentagem de população afrodescendente (cerca de 70%), fazendo dela a cidade fora de África com mais habitantes afrodescendentes. Estas três características estão ligadas entre si, dado a necessidade de mão-de-obra intensiva para a cultura do açúcar ter na exploração de pessoas escravizadas, vindas de África, o seu sustento. Apresentando-se como o ‘lugar’ de entrada do poder colonizador, Salvador mostra-nos também todas as vicissitudes, pecados e glórias de um cenário social, político e cultural associado a esse poder. Desde a hierarquização social, exploração escravagista, à afirmação da religião e cultura do colonizador, contraposta a uma religião vivida na clandestinidade, até à organização do espaço que dá conformidade e sentido a esse mundo real e simbólico.

2 - A que se seguiram as culturas do Cacau, do Seringal e do Café, em Ilhéus, Belém e S. Paulo.

Desta forma, a cultura, os grupos sociais, a organização geográfica e a espacialidade das práticas sociais testemunham uma herança e um património, a contextualizar na dinâmica da história, até ao presente. Entre o branco colonizador, o escravocrata, o negro escravizado e o caboclo oprimido, o que resta nesta cidade como expressão urbana? Como se fez e se faz a interpretação e construção do espaço urbano nas negociações, imposições, ou seja, entre o obrigar, e o proibir, entre o permitir e o impedir, entre o evidenciar e o ocultar? Como a religião ocupa um lugar dentro desta sociedade, onde o catolicismo do colonizador, os cultos afro dos escravizados e as igrejas protestantes, em particular os neopentecostais, vão ocupando particular destaque entre os conflitos mais recentes de apropriação da cidade?

A cidade de Salvador é uma metrópole que se afirma, no contexto da geografia cultural brasileira, como a máxima manifestação de uma herança histórica que cruza as tradições dos construtores do Brasil colonial e pós-colonial. Ela apresenta-se como o grande testemunho da cultura afrobrasileira, até aos dias de hoje. Sendo o Brasil um país multicultural e de influências várias, que se expressam nas regiões que o compõem, para onde diferentes vagas migratórias, oriundas de países diversos com culturas diversas chegam, ele sempre se construiu dentro de um imaginário muito próprio.

Olhar para uma cidade do Nordeste Brasileiro e olhar para uma cidade do sul do país, confunde a ideia de uma identidade brasileira. No entanto, essa identidade tem-se construído e ainda se constrói na base de um discurso simbólico com profundas raízes na história já centenária do Brasil. Gilberto Freyre (1961) construiu uma teoria sobre as raízes desta identidade, o luso-tropicalismo, dando particular ênfase a um modo diferente de integração dos povos autóctones com a cultura do colonizador português. Uma construção mítica e sobrevalorizada, que esconde as tensões do colonialismo e marginaliza a capacidade de renúncia cultural de cada um desses povos (cf. SPIVAK, 1999; PIMENTO et al., 2011; BASTOS, 1998; FELDMAN-BIANCO, 2001; SIDAWAY & POWER, 2005).

A herança da população afrodescendente deu origem às religiões de matriz africana, que se diferenciam por nações, com diferenças nos rituais e no vocabulário (Angola, Ketu, Jeje, Ijexá). Estas práticas religiosas, concretizadas nos 'terreiros' de Candomblé, são uma marca incontornável da identidade de Salvador (RODRIGUES, 1976; CARNEIRO, 1976; VERGER, 1997; MOTT et al., 1998; PINHO, 1998; BASTIDE, 2001; DIAS, 2003; PRANDI, 2005; SANTOS, 2005; PARES, 2006; SILVEIRA, 2006; PASCHEL, 2009). Depois de ter sido perseguida pela autoridade colonial e menosprezada pela República brasileira, a identidade afrodescendente adquire em tempos democráticos uma paradoxal relevância. Ela tanto serve para a promoção da imagem de uma sociedade de diversidade 'étnica', uma multiculturalidade brasileira e uma democracia racial, com propósitos ideológicos a testemunhar uma ideia de Brasil (PASCHEL, 2009), como assume uma militância política por parte dos movimentos negros, numa re-africanização do Carnaval de Salvador, na defesa das religiões afro e na apropriação do Centro Histórico, o Pelourinho (SANTOS, 2005a). O resultado é esta reivindicação servir para dar substância à ideia de democracia racial (FREYRE, 1933) e à imagem da diversidade cultural propagada pelas narrativas de promoção turística. No entanto, este movimento regenerador, onde se vê o aumento dos terreiros de candomblé³, não consegue dissimular as graves tensões e desigualdades da sociedade de Salvador e da gestão do espaço urbano (SANTOS, 2005b).

A cidade colonial cresceu à volta do Pelourinho. As relações espaciais entre a Praça, centro da prática do poder (CAMPELO, 2013) e os edifícios públicos, privados e religiosos, que davam sustento a esse poder, definem o conceito urbano da cidade colonial, das hierarquias sociais e das práticas permitidas e negociadas com essas hierarquias. Em cada praça e rua que circunda o Pelourinho, o templo religioso, católico, pela sua estrutura arquitectónica e centralidade, define a organização do espaço urbano, estabelecendo-se como elemento simbólico de ordenamento das práticas sociais. Nascidas do poder colonial, as Igrejas sintetizam a resolução dos objectivos colonizadores: dar ordem a um mundo desconhecido e perigoso; transmutar a civilização urbana ocidental na sacralização do espaço ordenado; afirmar uma autoridade que se legitima numa verdade a comunicar e viver; apresentarem-se como espaços e instituições de resolução das diferenças, pela mensagem/verdade universal que as justificavam. Mais do que os palácios dos governadores, as igrejas tinham essa qualidade de representar a paz e ordem desejada, pois, mesmo sendo, em alguns dos casos, a sua ocupação e uso organizadas por regras hierárquicas e até elitistas, não deixam de dar um certo sentido de pertença (na maior parte das vezes controlado e desigual) aos grupos sociais privados do poder e dos direitos de cidadania.

3 - O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, realizaram uma grande pesquisa sobre as religiões de matrizes africanas na cidade do Salvador. O objetivo foi conhecer os terreiros da cidade de Salvador: saber quantos são, onde estão localizados, suas condições de documentação, regularização fundiária e infraestrutura, entre outros aspectos socioculturais e demográficos (cf. SANTOS, s/d.).

Uma extraordinária prova desta participação diversa, mas visível, encontramos-na nas manifestações religiosas de rua, nas festas das irmandades (CÉSARBOSCHI, 1986; 1998), significativamente diferentes das cerimônias públicas da autoridade colonial. Segundo Stuart Schwartz (2004) as manifestações festivas realizadas na Bahia durante a Idade Moderna serviam para promover a memória histórica colectiva, reforçando também desta forma a pertença ao império.

Ao mesmo tempo que o templo católico estrutura a urbe e as vivências sociais, nas margens da mesma – no sentido de ausência de poder – existem os ‘terreiros’ de candomblé, frequentados pelos afrodescendentes (MOTT & CERQUEIRA, 1998; SANTOS, 2005b). Temos referência a 7 ‘terreiros’ fundados até 1890 (cf. figuras 1 e 2), o que contrasta visivelmente com os fundados até 2006, que andam pelas centenas de ‘terreiros’ (cf. figuras 1 e 3)!

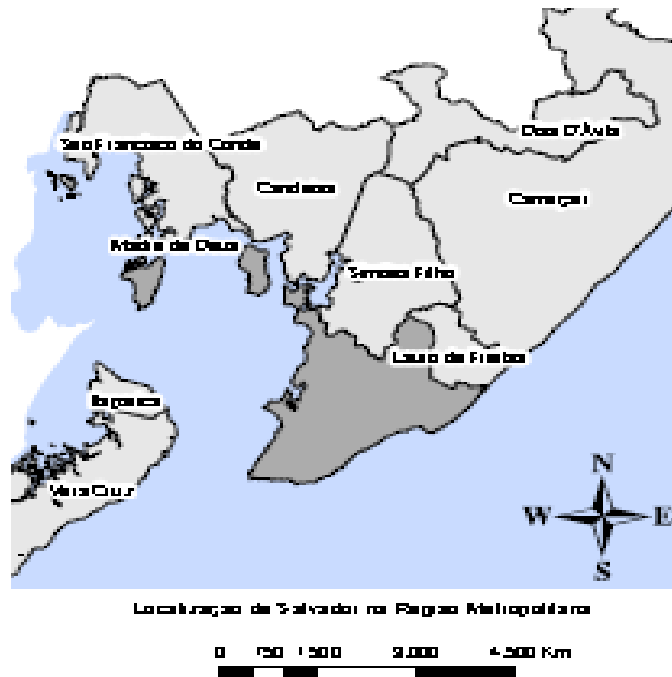


Figura 1 – Localização de Salvador na Região Metropolitana

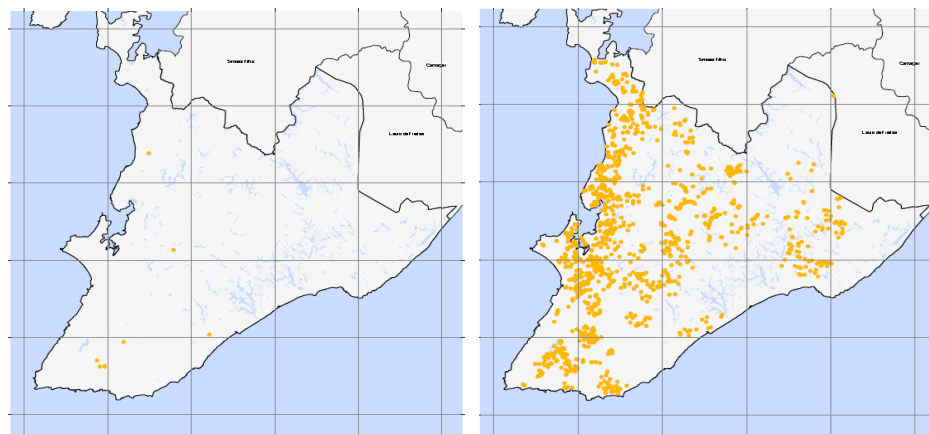


Figura 2 – Distribuição dos terreiros até 1890.

Figura 3 – Distribuição dos terreiros até 2006.

(Fonte: VELAME e CARVALHO, 2007)

A evolução dos lugares de culto do candomblé mostra duas coisas: uma maior liberdade religiosa, nascida dos valores sociais contemporâneos e do processo de democratização do Brasil; uma maior consciencialização da identidade afrobrasileira na população de Salvador, que com o tempo se valoriza em património cultural.

Tanto uma realidade como outra, são bem aceites na sociedade aberta e liberal do século XX, preocupada também em salientar a memória e o património cultural. Para além de uma valorização turística, este esforço repercute uma valorização social, política e histórica de parte significativa da comunidade de Salvador. Contudo, este esforço de promoção da herança patrimonial afrobrasileira não foi realizado sem dificuldades, como bem mostra Gilberto Velho (2006) aquando do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, como património nacional do Brasil. Como o próprio título do seu trabalho anuncia “Património, negociação e conflito”, o desafio era extraordinário, pois nunca antes se tinha realizado um tombamento que não fosse feito sobre construções (palácios, fortes e igrejas) relacionadas com o poder colonial. E concluiu recomendando “o tombamento de todo o sítio, uma área de aproximadamente 6.800m², com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, acompanhado de todas as medidas necessárias que efetivamente garantam a segurança desse património” (VELHO, 2006, p. 238). Estava Gilberto Velho convencido que “a vida da cidade de Salvador não poderia ser compreendida sem essa percepção” (2006, p. 238), ou seja, que este património ocupava um importante espaço social e simbólico nas camadas populares de Salvador (PRANDI, 2005; SANTOS, 2005a).

Mas se neste trabalho de Gilberto Velho as palavras ‘negociação’ e ‘conflito’ se referiam a uma dificuldade no entendimento do que deveria ser ou não classificado, ou seja, do real valor patrimonial do terreiro de candomblé, o que vemos surgir nas últimas décadas é um outro tipo de conflito: o da famosa ‘guerra santa’!

A chegada do pentecostalismo e dos evangélicos ao Brasil é feita pela região norte e com muitas dificuldades (ANTONIAZZI, 1994; BERG, 1995; MAFRA, 2002). Veja-se o caso da evolução arquitectónica dos templos religiosos e do seu uso (KILDE, 2002; MAFRA, 2007). A sua entrada fazia-se dentro de uma relação complexa e singular dos crentes brasileiros com as diversas religiões (SANCHIS, 2001). Mas com o advento e afirmação do neopentecostalismo, principalmente da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), o panorama religioso no Brasil alterou-se profundamente (MARIANO, 1999; ORO et al., 2003; REINHARDT, 2006). Essa alteração está manifesta, essencialmente, no aumento significativo de crentes nestas novas igrejas, com clara perda para o catolicismo; num novo tipo de vivência religiosa e nos processos de atração dos crentes; no aumentar do conflito religioso, principalmente com a diabolização dos cultos afrobrasileiros (MACEDO, 2005), mesmo que os rituais da IURD mimetizem os do candomblé em partes significativas das suas celebrações (SOARES, 1994; SANTOS, 2007; SILVA, 2007).

A violência nos discursos e nas ações é recorrente nos tempos que correm. A estratégia da IURD (muito discutida e pouco aceite pelas outras igrejas evangélicas) tem sido apostar na confrontação, sem qualquer intenção de agradar ou negociar uma imagem pacificadora. A sua intenção é essa mesma: denunciar o mal, as forças maléficas, fazendo do choque das suas propostas e ações o elemento de atração e de denúncia da falsidade dos outros cultos, apresentando-se, então, como a detentora dos métodos verdadeiros de ‘livração’ das entidades maléficas (os ‘encostos’). Foram muitos os testemunhos recolhidos de invasão dos ‘terreiros’ e de ofensas, verbais e físicas, perpetradas pelos evangélicos. Os crentes do candomblé são acusados de adorar demónios (daí o lançarem enxofre para os terreiros) e de serem um perigo para a comunidade, pois esses demónios e espíritos poderem vir a ser ‘encostos’ maléficos para outras pessoas. A IURD aposta no medo e numa comunicação bem estudada e planificada com o crente, onde o conteúdo da crença não passa da experiência libertadora do suposto mal que o acompanha no quotidiano.

Mas o que foi durante muito tempo uma disputa ‘territorial’ pelo número de crentes (e consequente quantidade de dízimos), passou a ser uma luta por um outro ripo de territorialidade: a que define uma ocupação do espaço urbano, sua visibilidade e poder. O espaço urbano de Salvador, vindo desde os tempos coloniais, está definido pela centralidade do assentamento original, como já referimos onde as referências políticas e religiosas são claramente referenciais para entender a vida da cidade. Esta organiza-se entre o poder do governador, representante do poder colonial, o poder do bispo, representante da igreja oficial católica, e o poder dos nobres, das ordens religiosas e Irmandades – uma forma da sociedade civil se introduzir na gestão do espiritual e aliar este à manifestação pública do domínio das classes médias e baixas, por parte dos detentores do poder económico.

As comunidades escravizadas faziam parte desta organização social e estavam dentro dela, suportando-a nessa visibilidade dominadora. Só nas margens da cidade e nos segredos da vida quotidiana os povos escravizados podiam dar azo à sua herança cultural. Se algumas das palavras

da sua língua foram entrando na comunicação, se técnicas e sabores da gastronomia marcam a culinária, os rituais e crenças, porque sacrílegos e associados a “fetiches”, foram combatidos.

A máxima condescendência era dada quando na celebração das festividades cristãs, possibilitavam às comunidades escravizadas adotar formas rituais e vivências estranhas à ordem oficial. O poder associava essa estranheza à ‘diferença’ social e cultural dos praticantes e não à afirmação de uma nova ordem religiosa e política. Com o reconhecimento posterior da expressão livre desta identidade social e cultural, nasce a dimensão pública dos terreiros de candomblé. Presentes nos bairros mais modestos, a visibilidade dos mesmos não é percebida senão pelos iniciados, dada a organização espacial e arquitectónica se diluírem na paisagem urbana comum. Alguns artefactos e signos assinalam os lugares de culto, mas não alteram a organização espacial.

Com a emergência dos neopentecostais, e com o tipo de proselitismo que caracteriza a IURD, vamos assistir a uma nova disputa pela visibilidade no espaço urbano, conseqüente à afirmação de um novo tipo de poder religioso. Da centralidade dos tempos cristãos, oriundos do poder colonial, à marginalidade dos terreiros de candomblé, responde a IURD com uma dupla estratégia: conquistar a visibilidade, aproveitando o discurso urbano das novas mobilidades; conquistar o território onde se organiza o quotidiano, seja distribuindo panfletos e templos no ‘lugar do outro’, seja afrontando as debilidades dos cultos tradicionais. Conquista fiéis católicos que não encontram resposta para os problemas prementes da vida económica e emocional; conquista fiéis do candomblé, ao construir uma narrativa de diabolização das suas práticas, usando, em proveito próprio, as mesmas armas linguísticas e rituais.

A dita ‘guerra santa’, deixa as suas marcas na organização urbana. Não podendo competir com conjuntos arquitectónicos que estruturam a identidade urbana de Salvador e marcam o património cultural arquitectónico da cidade; e não podendo disputar com as práticas culturais das comunidades afrobrasileiras que, entretanto, ocupam esse espaço central⁴ e também expressam parte significativa do património imaterial de Salvador, a IURD transporta a sua afirmação para a construção de um grande templo na encruzilhada das avenidas. Pelas características arquitectónicas e pela localização, este templo da IURD impõe-se no discurso urbano, sendo impossível o seu ocultamento⁵. Com este edifício a IURD afirma que um novo poder está ali, que vai marcar a paisagem urbana e as novas estratégias de negociação. Ao mesmo tempo, atacando os fiéis dos terreiros de candomblé e propalando um discurso contínuo e agressivo, através dos meios de comunicação de massa que tem, pretende impor-se no terreno da identidade cultural, contestando o discurso e as acções que as autoridades têm para a promoção e valorização do património das comunidades associadas aos cultos afrobrasileiros, como foi o caso da instalação das estátuas dos Orixás no Dique do Tororo.

No nosso trabalho de campo muitos foram os informantes que denunciaram este conflito. Por parte dos frequentadores dos terreiros, a denúncia da violência das palavras e gestos dos vizinhos evangélicos; a afronta clara e manifesta destes às crenças e rituais que celebravam, tendo, inclusive, de alterar em segredo datas de culto para os poderem realizar em paz! Confrontam essa violência com a relativa aceitação da igreja católica da manifestação das suas crenças em templos e festas católicas, como é o caso da Festa do Senhor do Bonfim. Não deixam de afirmar que, para além da valorização do património gastronómico (como é o caso do acarajé) e do património imaterial, como o das estátuas dos orixás, eles relacionam-se com esse património com uma leitura religiosa efectiva. Dos três entrevistados crentes evangélicos que tivemos, vizinhos de terreiros, foi notória a vontade de se diferenciarem dos cultos de candomblé. Saliente foi o seu discurso de ‘pureza’, de estarem livres de ‘encostos’ que eram a causa dos seus sofrimentos, manifestando uma claro propósito de fuga ao contágio e ao perigo que incorriam se contactassem com esses cultos. Há uma associação imediata entre o sucesso na vida económica e emocional, e a ‘conversão’, mesmo que aparentemente a diferença entre a casa e estilo de vida entre vizinhos antagónicos isso não fosse evidente. A todos era evidente a diferença entre os lugares de culto, onde a visibilidade do templo da IURD marcava o poder territorial sobre a cidade de Salvador.

Conclusão

Em Salvador o espaço urbano está marcado pela afirmação do poder e pela conflituosidade, de que os espaços e templos religiosos são particulares referências. Desde as grandes Igrejas

4 - O centro de Salvador, outrora o centro político e religioso do poder colonial, foi-se degradar ao ponto das classes mais poderosas o terem abandonado. Passou a ser ocupado e praticado por grupos mais pobres e alguns associados a comportamentos segregados, como a prostituição. Com o advento dos processos de classificação patrimonial e consciencialização cultural, o centro da cidade, Pelourinho, transformouse nesse grande palco de apresentação da cultura bahiana, onde o contributo dos grupos anteriormente escravizados é preponderante.

5 - O templo fica na Avenida António Carlos Magalhães, junto ao cruzamento de várias vias e próximo do Centro Comercial Iguatemi. A recente vaga de construção de templos das igrejas evangélicas caracteriza-se pela grandiosidade e impacto arquitectónico, alguns dos quais de clara simbologia revivalista, como é o caso do templo salomónico de Palmeiras.

que organizam as praças e ruas da cidade colonial e se apresentam como o ‘grande’ patrimônio arquitetônico da cidade, passando pelos terreiros de candomblé, onde em espaços marginalizados da cidade e, aparentemente, anônimos ao que visita a cidade, até aos novos templos neopentecostais, particularmente ao principal templo da IURD, que revela um outro discurso de apropriação da cidade e de afirmação religiosa, somos confrontados por diferentes práticas de construção da cidade e de demonstração de poder.

Nos dois primeiros casos os espaços religiosos e suas práticas se apresentam como um herança / memória de uma convivência entre identidades em negociação para dar visibilidade (ou invisibilidade) e gerir o exercício estratégico (ou tático) de um poder político e religioso manifesto (ou ausente). Ambos se transformam em ‘produtos’ identitários que definem uma memória da história e que são assumidos no presente como um patrimônio cultural (material e imaterial), reconhecido pelas autoridades que têm o poder para o classificar. No último caso, recusa-se a pertença a uma história e a uma memória, reforçando o conceito de quebra com a tradição, através de uma libertação das formas e vivências anteriores, mesmo que para isso se faça recurso à mesma linguagem arquitetônica de poder, agora evidente na modernidade e entre as vias de comunicação automóvel por onde todos circulam! Há uma denúncia para o patrimônio identitário de grupo e a afirmação, pela arquitetura e pela linguagem, de uma nova violência assumida, material e linguística, a exigir ao indivíduo a decisão de escolha pela renovação que propõe, pela violência do corte com o passado, uma nova ordem da vida social.

Bibliografia

- ANTONIAZZI, A. (org.), **Nem Anjos, nem Demônios — Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. **Theory, culture, and society**, 7(2–3), 1990, p. 295–310.
- APPADURAI, A. (ed.). **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- BADDELEY, A. D. Working memory: The interface between memory and cognition. In: SCHACTER, D. L. & TULVING (Eds.). **Memory systems**. Cambridge, MA: MIT Press, 1994. p. 351–367.
- BAILEY, G. Time Perspectives, Palimpsests and the Archaeology of Time. **Journal of Anthropological Archaeology**, 26, 2007, p. 198–223.
- BARTOLINI, N. Critical urban heritage: from palimpsest to Brecciation. **International Journal of Heritage Studies**, DOI: 10.1080 / 13527258. 2013. 794855 [consultado a 3 de Fevereiro 2014]. 2013.
- BASSO, K. Speaking with names: Language and landscape among the Western Apache. **Cultural Anthropology**, 3, 1988, p. 99–130.
- BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia: rito nagô**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BASTOS, C. Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre. **Análise Social**, XXXIII (146–47), 1998, p. 415–32.
- BERG, D. **Daniel Berg. Enviado de Deus**. Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- BHABHA, H. K. **The Location of Culture**. London: Routledge, 1994.
- BIELO, J. S. Promises of Place: A Future of Comparative U. S. Ethnography. **North American Dialogue**, 16 (1), 2000, p 1-11,.
- BIELO, J. S. (2011a). City of Man, City of God: The Re-Urbanization of American Evangelicals. **City & Society**, 23(s1), 2011a, p. 2–23.
- BIELO, J. S. **Emerging Evangelicals: Faith, Modernity, and the Desire for Authenticity**. New York: NYU Press, 2011b.
- BLIJ, H. de. **The Power of Place**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- BRENNER, N. The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. **International Journal of Urban and Regional Research**, 24(2), 2000, p. 361–378.

- CAMPELO, A. A Praça: espaço para a criatividade e sustentabilidade do poder. In: VIEIRA, A.; COSTA, F.; REMOALDO, P. (Orgs.). **Cidades, criatividade(s) e sustentabilidade(s)**. Guimarães: UM. 2013, p. 11-21.
- CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CASTELLS, M. **The Urban Question: a Marxist Approach**. Cambridge: MIT Press, 1977.
- CERTEAU, M. de. **L' invention du quotidien. 1. Arts de faire**. Paris: Gallimard, 1990.
- CÉSARBOSCHI, C. **Os leigos e o poder. (Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CÉSARBOSCHI, C. (1998). Sociabilidade religiosa laica: as irmandades. In: BETHENCOURT, F. e CHAUDHUR, K. **História da Expansão Portuguesa, volume 3**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 360-361.
- COX, K. Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale or: looking for local politics. **Political Geography**, 17, 1998, p. 1–24.
- DAVIDSON, J & MILLIGAN, C. Embodying emotion sensing space: introducing emotional geographies. **Social & Cultural Geography**, vol. 5 (4), 2004, p. 523 – 532.
- DIAS, J. C. R. **Territórios do candomblé: desterritorialização dos terreiros na região metropolitana de Salvador**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFBA, 2003..
- FELD, F. & BASSO, K. (Eds.). **Senses of place**. Santa Fé, NM: School of America Research Press, 1996.
- FELDMAN-BIANCO, B. Colonialism as a continuing project: the Portuguese experience. **Identities**, 8 (4), 2001, .477–82..
- FOUCAULT, M. Lecture 2: 14 January 1976, in: Colin Gordon (ed.), **Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings (1972-1977)**. New York: Random House, 1980.
- FOX, R. **Urban Anthropology: Cities in Their Cultural Settings**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.
- FOX, J. (Ed.). **The poetic power of place**. Canberra: Australian National University, 1997.
- FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.
- FREYRE, G. **O Luso e o Trópico. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o Luso-tropical**. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961.
- GLUCKMAN, M. **Order and Rebellion in Tribal Africa**. London: Cohen and West, 1963.
- GOOEWARDENA, K. The Urban Sensorium: Space, ideology and the Aestheticization of Politics. **Antípode**, 37 (1), 2005, p. 46-71.
- GREGORY, D. **Geographical Imaginations**. Oxford: Blackwell, 1994.
- GREGORY, D. Imaginative geographies. **Progress in Human Geography**, 19 (4), 1995, p. 447–485.
- GREGORY, D. **The colonial present**. Oxford, UK: Blackwell, 2004.
- GUPTA, A., & FERGUSON, J. **Culture, power, place: Explorations in critical anthropology**. Durham, NC: Duke University Press, 1997.
- HANNERZ, U. **Exploring the City: Inquires toward an Urban Anthropology**. New York: Columbia University Press, 1980.
- HALBWACHS, M. **The collective memory**. New York: Harper and Row, 1980.
- HAYDEN, D. **The Power of Place: Urban Landscape as Public History**. Cambridge: MIT Press, 1997.
- HOBBSAWM, E., & RANGER, T. (Eds.). **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- HODGES, C. & DENEGRI-KNOTT, J. Transforming the city: The potential for urban ethnographies of PR. The case of Latin América. **Public Relations Review**, 38, 2012, p. 529-540.
- HOELSCHER, S. & ALDERMAN, D. H. Memory and place: geographies of a critical relationship. **Social & Cultural Geography**, vol. 5 (3), 2004, p. 347- 355.
- HOLSTON, J. (ed). **Cities and Citizenship**. London: Duke University Press, 1999.
- HUYSSSEN, A. **Present Pasts: Urban Palimpsests and the Politics of Memory**. Stanford: Stanford University Press, 2003.

HUYSSSEN, A. **Other cities other worlds: Urban imaginaries in a globalizing age**. Columbia: Duke University Press, 2008.

KILDE, J. H. **When Church Became Theatre**. New York: Oxford University Press, 2002.

LE GOFF, J. **Por amor das cidades**. Lisboa: Edições Teorema, 2007.

LICARI, G. Anthropology of urban space: Identities and places in the postmodern city. **World Futures: The Journal of New Paradigm**, 67 (1), 2011, p. 47- 57.

LINEHAN, D. & SARMENTO, J. (2011). Spacing Forgetting: the birth of the museum at Fort Jesus, Mombasa, and the legacies of the colonization of memory in Kenya. In: MEUSBURGER, P.; HEFFERNAN, M.; WUNDER, E. (Eds.). **Cultural Memories. The geographical Point of View**. Berlin: Springer, 2011, p. 305-325.

LOW, S. M. & LAWRENCE-ZUNIGA, D. (eds.). **The Anthropology of Space and Place: Locating Culture**. London: Blackwell, 2003.

MACEDO, E. (2005). **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demónios?** Rio de Janeiro: Editora Gráfica Universal, 2005.

MAFRA, C. **Os Evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

MAFRA, C. Casa dos homens, casa de Deus. **Análise Social**, vol. XLII (182), p. 145–161, 2007.

MARAN, J.; JUWIG, C.; SCHWENGEL, H. & THALER, U. (Eds.). **Constructing power: Architecture, ideology and social practice**. Hamburg: LIT, 2006.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, 24 (2), p. 219–242, 2000.

McFARLANE, C. (2004). Geographical imaginations and spaces of political engagement: examples from the Indian alliance, **Antipode**, 36(5), p. 890–916, 2004.

MITCHELL, D. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford Press, 2003.

MORPHY, H. Colonialism, history and the construction of place: The politics of landscape in Northern Australia. In: BENDER, B. (Ed.), **Landscape: Politics and perspective**. Oxford, UK: Berg, 1993, p. 205–244.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. (orgs.). **Candomblés da Bahia. Catálogo de 500 casas de culto afro-brasileiro de Salvador**. Salvador: Ed. Centro Baiano Anti-Aids, 1998.

NAÍM, M. **The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being In Charge Isn't What It Used to Be**. London: Basic Books, 2013.

NASH, C. Cultural geography: postcolonial cultural geographies, **Progress in Human Geography**, 26 (2), 2002, p. 219-230.

NORA, P. Between memory and history: Les lieux de mémoire. **Representations**, 26: 7-25, 1989.

ORO, A.; CORTEN, A.; DOZON, A. (org.). **Igreja Universal do Reino de Deus: os novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PASCHEL, T. S. Re-Africanization and the cultural politics of Bahianidade. **Souls**, 11 (4): 423-440, 2009.

PARES, L. N. **A formação do candomblé. História e ritual da nação jeje na Bahia**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.

PARK, R. & BURGESS, E. (Eds.) **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PIMENTO, J. R.; SARMENTO, J.; AZEVEDO, A. F. Lusotropicalism: Tropical geography under dictatorship, 1926-1974. **Singapore Journal of Tropical Geography**, 32, 2011, p. 220-235.

PINHO, O. Bahia no fundamental: Notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13 (36), 1998, p. 109-120.

PINK, S. **Doing sensory ethnography**. London: Sage, 2009.

PRANDI, R. **Segredos guardados: orixás na alma brasileira**. São Paulo: Companhia, 2005.

REINHARDT, B. M. N. **Espelho ante espelho: a troca e a guerra entre o neopentecostalismo e os cultos Afro-brasileiros em Salvador**. Dissertação (Mestrado em Antropologia, apresentada no Departamento de Antropologia), Universidade de Brasília (DAN-UnB), 2006.

RODRIGUES, N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

SANCHIS, P. (org.). **Fiéis e Cidadãos: percursos do sincretismo no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

- SANTOS, J. T. **O poder da cultura e a cultura no poder. A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil.** Salvador: Edufba, 2005a.
- SANTOS, J. T. Candomblés e espaço urbano na Bahia do século XIX, **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 27, n. 1/2/3, P. 205-206. jan-dez. 2005b.
- SANTOS, J. T. **Os Candomblés da Bahia no século XXI.** Em linha in http://www.terreiros.ceao.ufba.br/pdf/Os_candombles_no_seculo_XXI.pdf [consultado em 23 de Maio de 2013], S/D.
- SANTOS, L. A. M. **O reino dos orixás versus o reino de Deus: candomblecistas diante da intolerância religiosa em Salvador-Bahia.** Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos), UFBA, 2007.
- SCHWARTZ, S. Ceremonies of public authority in a colonial capital. The king's processions and the hierarchies of power in seventeenth century Salvador. **Anais de história de Além Mar**, V, 2004, p. 9-16.
- SIMMEL, G. The Metropolis and Mental Life. In: SENNET, R. (ed.) **Classic Essays on the Culture of Cities.** New York: Meredith, 1969, p. 47- 60.
- SOARES, L. F. **Dimensões democráticas do conflito religioso no Brasil: a guerra dos pentecostais contra o afro-brasileiro. Os dois corpos do presidente e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- SIDAWAY, J.; POWER, M. The tears of Portugal': empire, identity, 'race', and destiny in Portuguese geopolitical narratives. **Environment and Planning D: Society and Space**, 23, 2005, p. 527-44.
- SILVA, V. G. **Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro.** São Paulo: Edusp, 2007.
- SILVEIRA, R. **O candomblé da Barroquinha. Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto.** Salvador: Edições Maianga, 2006.
- SIMMEL, G. **Conflict.** New York: The Free Press, 1964.
- SMITH, A. D. Culture, community and territory: The politics of ethnicity and nationalism. **International Affairs**, 72, 1996, p. 445-458.
- SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City.** London: Routledge, 1996.
- SMITH, L. **Uses of heritage.** London: Routledge, 2006.
- VELHO, G. **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- VELHO, G. Património, Negociação e Conflito. **Mana**, 12 (1), p. 237-248, 2006.
- VELHO, G. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, 17 (1), 2011, p. 161-185.
- VERGER, P. **Orixás: deuses iorubas na África e no novo mundo.** São Paulo: Corrupio, 1997.
- WASSMANN, J. Person, Space, and Memory: Why Anthropology Needs Cognitive Science and Human Geography. In: MEUSBURGER, P.; HFFERNAN M.; WUNDER E. (Eds.). **Cultural Memories. The geographical Point of View.** Berlin: Springer, 2011, p. 347-360.
- WIRTH, L. Urbanism as a Way of Life. In: PRESS, I. & ESTELLIE SMITH, M. (eds.) **Urban Place and Process: Readings in the Anthropology of Cities.** New York: Macmillan, 1980, p. 30-48.
- ZUKIN, S. **The Cultures of Cities.** Cambridge, MA: Blackwell, 1985.



Complejo Hidroeléctrico Necaxa. Territorio, identidad y patrimonio.

Catalina García Espinosa de los Monteros*

Resumen: El territorio es soporte material de la cultura. Veamos el caso de la Hidroeléctrica Necaxa, construida en 1906, en operación desde ese año, fue la más grande de AL, permitió la industrialización del país. Situada en un territorio biodiverso y rico en recursos hídricos, si al principio significó una catástrofe para las comunidades nahuas, después, se produjo un proceso de patrimonialización e identificación. El paisaje es cultural, dice Bonfil, ha sido intervenido y la naturaleza “humanizada”, el agua, devela una grafía del terreno escrita por el hombre; recíprocamente, aquel lo determina. Según Florescano, no existe patrimonio en sí, resulta de procesos sociales, el llamado “medio ambiente”, es una red de relaciones entre agentes sociales, este objeto industrial, el territorio, los modos de concebir el mundo, los conflictos y contradicciones. Todo esto se expresó dramáticamente en 2009; cuando el gobierno mexicano liquidó la empresa estatal Luz y Fuerza del Centro, desposeyó a los trabajadores no sólo de su lugar de trabajo, sino de aquello que constituye el sentido de su vida.

* Doctora en Filosofía de la Ciencia por la UNAM, Profesora de tiempo completo en la Escuela Normal Superior de México, Responsable de su División de Posgrado. Miembro del Seminario Sociedad del Conocimiento y Diversidad Cultural, Coordinación de Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México

Palabras clave: Territorio, patrimonialización, identidad, objetos industriales, cultura.

Key-Words: Territory, patrimonial, identity, industrial objects, culture.

Necaxa hydroelectric complex. Territory, heritage and identity.

Abstract: The territory is support material culture. Take the case of hydroelectric Necaxa, built in 1906, in operation since that year, was the largest in AL, allowed the country's industrialization. Set in a biodiverse and territory rich in water resources, if at first meant a catastrophe for the Nahua communities, after there was a patrimonial and identification process. The landscape is cultural, says Bonfil, has been involved and the “humanized”, water, nature reveals a spelling Land written by man; reciprocally, that is determined. According Florescano, no heritage itself, resulting from social processes, the so-called “environment” is a network of relationships between social actors, this industrial object, the territory, the ways of understanding the world, the conflicts and contradictions. All this is expressed dramatically in 2009; when the Mexican government liquidated the state-owned Luz y Fuerza del Centro, workers stripped not only of their place of work, but what is the meaning of life

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 37-47, 2015

Monteros, C.G.E.

ISSN 2236-4994

| 37

Necaxa, donde nace el agua

El complejo hidroeléctrico de nombre Necaxa está situado en la cuenca del río del mismo nombre, sierra norte de Puebla, limita con la llanura costera del Golfo de México, recibe vientos húmedos que favorecen precipitación pluvial que alimenta cascadas, lagunas y ríos. Las corrientes fluviales desembocan en el río Tecolutla y viajan para regresar al Golfo.

Necaxa, en idioma náhuatl, aglutina los vocablos Nemi, Caxani y Atl, significa “lugar donde nace el agua” (ROMERO, 2010, p. 39-40). Es un ecosistema de montaña con suelos productivos profundos y alta capacidad de nutrientes, el terreno presenta grandes pendientes (CASTELÓN, 2007, p. 43), se asienta una diversidad biológica notable, es refugio tropical pleitoscénico con especies de flora y fauna relevantes. (kolijke.com/historia.html). Existen también bosques templados de pino y pinoencino, y porciones de selva mediana y alta. Es refugio de aves migratorias (FLORES, 2007, p. 4-9).

“El agua no es un recurso, es un elemento de vida”

Guillermo Bonfil en, México Profundo postulaba que la grafía del agua es escrita por la naturaleza y reescrita por el hombre, en sus canales, chinampas, obras hidráulicas (1987, p. 32-33). Necaxa ha reescrito la historia de sujetos individuales y colectivos, sus constructores. Su existencia depende de la vigilancia sobre el conjunto de factores que determinan comportamiento, volumen y calidad del agua, ésta concentra todos los problemas ambientales, (JIMÉNEZ, 2007, p. 39-42) es el elemento central de la existencia de la comunidad, el complejo y la región natural. En palabras de Pablo Ceguera de la Comisión Nacional del Agua, “el agua no es un recurso, es un elemento de vida”, (2007, p. 16-17) cierto de manera general, pero más aún en un sistema hidroeléctrico; adquiere valor tecnológico, material, económico y cultural.

Sistema hidráulico y de generación, ingeniería civil

La obra hidráulica comprende la galería filtrante alimentada por corrientes subterráneas; canales y túneles hasta de 30 kilómetros alimentan el embalse y transportan agua a la casa de máquinas a 450 metros de profundidad (GOVEA, 2009, p. 2). Se construyeron cinco presas para los ríos Necaxa, Tenango, Xaltepuxtla y Laxaxalpan, absorbido el impacto ambiental, la obra permitió un equilibrio del sistema lagunero cuyos niveles dependen del vaso central. (GOVEA y LÓPEZ, 2010, p. 35). La cortina es de arcilla y la vía férrea debía transitar por pendientes hasta del 6% y radios de curvatura hasta de 16 metros. “Se seleccionaron locomotoras engranadas de 33 toneladas marca Lima tipo Shay, como las utilizadas en los Andes peruanos, para maniobras de patio se dispuso de dos pequeñas máquinas Porter de 16 toneladas” (ORTEGA, 2007, p. 5). El sistema tiene diez unidades con 112 Megawatts (MW), aportaba la mayor capacidad en el conjunto de generadoras de Luz y Fuerza del Centro, (LyFC) (GOVEA, 2010, p. 2). Los primeros generadores Siemens fueron instalados entre 1904 y 1905, (LIEHR y TORRES, 2010, p. 204).

Relevancia de las hidroeléctricas

Las primeras hidroeléctricas se construyeron a finales del siglo XIX o principios del XX. Caso relevante del patrimonio industrial, hicieron posible estructurar el sistema central-red porque produjeron energía en volúmenes suficientemente grandes para suministrar energía motriz y alumbrado a grandes centros fabriles y de población. Su relevancia también se debe a razones sociales: Se construyen en lugares distantes de los centros de consumo, los habitantes de estos lugares son afectados y en la mayoría de los casos no retribuidos ni económica ni socialmente por afectaciones territoriales, culturales y económicas; pero al mismo tiempo las hidroeléctricas conforman una nueva realidad cultural que reordena la vida comunitaria.

Comunidad originaria e hidroeléctrica

La población es de origen náhuatl y totonaca, han vivido en esta zona hace miles de años y tejido relaciones profundas con el bosque, los ríos y cañadas, las serpientes, los coatis y las aves (FLORES, 2007, p. 3). Para construir el complejo Porfirio Díaz, expropió terrenos desplazándola.

En 1903 la Mexican Light and Power Limited, obtuvo la concesión (CAMPOS, 2005, p.108). Necaxa fue determinante para su crecimiento, era un monopolio regional protegido por el Estado (DE LA GARZA et al, 1994, p. 21) con base en su lema central: Orden y Progreso, atrás quedaban las perspectivas democráticas de la revolución de Ayutla y la Constitución de 1857. Paz y desarrollo entendidos como modernización a cualquier precio, represión y exclusión en beneficio de una pequeñísima capa social. En junio de 1895, Díaz otorga la primera concesión para aprovechamiento como fuerza motriz de las caídas del Río Necaxa, según el decreto se autorizaba al señor Arnoldo Vaquí para desviar cauces de ríos, expropiar terrenos y todo lo que fuera necesario.

El decreto permitía importar máquinas, instrumentos y aparatos libres de derechos arancelarios, obligaba al gobierno a otorgar apoyo al concesionario. Léase, poner las fuerzas federales a su servicio contra eventuales oposiciones de los pobladores. La concesión era excesiva, (WIONCZEK, 1975, p. 47). Andrés Molina Enríquez manifestaba su desacuerdo en que estas concesiones, tuvieran duración indefinida, se concedieran excesivas exenciones tributarias y no se reglamentaran tarifas. Manifestaba su preocupación por las desigualdades sociales que se profundizaban y en las que percibía una bomba de tiempo: “La propiedad existe para las sociedades, no las sociedades para la propiedad, la concentración desmedida de la propiedad en unos cuantos, sólo puede ser destruida por la acción violenta de una revolución sangrienta e implacable” (1910, p. 254)

Puede imaginarse el impacto que significó la llegada del progreso, la civilización y la modernidad en el lapso de cuatro años, sobre las vidas de los habitantes, sus propiedades comunales y cultura. A la pequeña comunidad de 700 habitantes y otras aún menores, llegaron diez mil trabajadores, 35 000 toneladas de maquinaria, 50 kilómetros de vías férreas y lo que es fundamental, fueron evacuados de sus pueblos y se inundaron varios pueblos y rancherías. (GALARZA, 194, p. 27). Durante la construcción y en los primeros años, entre 1906 y 1916, la empresa impuso la superexplotación de trabajadores, con auxilio de “guardias blancas”. La cotidianeidad en la vida laboral eran los bajos salarios, incontables accidentes y represión contra cualquier tentativa de organización obrera (ROMERO, 2010, p. 133)

“Dios dijo: ‘hágase la luz’ y la luz se hizo en Necaxa”¹

1 - Proverbio local.

Sin embargo, en medio de incontables dificultades, del choque brutal entre la cultura indígena-campesina y la construcción invasiva del artefacto, se fue abriendo paso un proceso de construcción identitaria, una reconstitución de la sociedad. El primer vínculo fue el del conocimiento, los problemas técnicos fueron resolviéndose con la participaron como usuarios mediadores y agentes activos de producción de conocimiento (CASTRO, IBARRA y ORDÓÑEZ, 2011, p. 12) de trabajadores e ingenieros mexicanos, historia que desafía las concepciones de transferencia y aprendizaje tecnológico como procesos asimétricos en los cuales en un extremo habría agentes poseedores de conocimiento y en el otro, individuos y colectividades neutras y deficitarias.

La realización de una obra de tal dimensión, requería constituir una red de conocimiento, a partir del potencial hidroeléctrico ya conocido. Era un nuevo terreno de conocimiento para Frank Stark Pearson, ingeniero responsable de obra y concesionario y para su equipo de ingenieros, conocer las particularidades del lugar era indispensable y en ello se comprometió el gobierno, ingenieros mexicanos y trabajadores. La concreción de la obra fue posible por la red epistémica que involucró a los actores, haciendo posible generar, distribuir y usar conocimiento.

El gobierno, si bien ofreció facilidades a concesionarios, estableció un mecanismo de supervisión: Ingenieros inspectores mexicanos debían revisar el proyecto, años después, este grupo asumió la posición de que no sólo estaba cumpliendo una tarea técnica, sino representando y defendiendo intereses de la Nación y lo hizo saber mediante un sistemático trabajo de divulgación técnica y científica, importante para la ingeniería mexicana.

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 37-47, 2015

Monteros, C.G.E.

ISSN 2236-4994

La expropiación ofreció posibilidades de empleo a campesinos cuyo origen cultural como nahuas y totonacas era radicalmente distinto a la cultura industrial en la que fueron insertados, pero a la que contribuyeron en la búsqueda de soluciones, frente a una racionalidad tecnológica distinta, la sociedad se re-constituyó simultáneamente a la construcción y operación del artefacto. El aporte de la visión de estos pueblos, es un componente del pensamiento de los trabajadores y ofrece una parte de la explicación de la sobrevivencia del sistema.

Comenzó un proceso de construcción identitaria, en medio del cual se recrearon y fortalecieron relaciones con la naturaleza. Basándonos en Boege, hablamos del desarrollo de patrimonialización biocultural como parte de un curso más general: el objeto industrial, se transforma en patrimonio cultural. Él dice que cuando los recursos bióticos son intervenidos con diferentes gradientes de intensidad, las actividades se desarrollan alrededor de prácticas productivas (praxis), organizadas por un repertorio de conocimientos tradicionales (corpus) y relacionando la interpretación de la naturaleza con su quehacer, el sistema simbólico en relación con el sistema de creencias (cosmos), ligados a los rituales y mitos de origen. (BOEGE, 2005).

Valor del conocimiento de los trabajadores

A juicio del Sindicato Mexicano de Electricistas, al principio del siglo XX se opera un viraje gracias a Necaxa (www.sme.historia), gracias a la creatividad de ingenieros y trabajadores, fundamental en la formación de capital intelectual. En México se pudo hablar de revolución industrial hasta que Necaxa permitió usar energía a gran escala (Ortega, 2007, p. 2): Por primera vez se presenta tal concentración de trabajadores, la dimensión de obras civiles, hidráulicas y eléctricas obligó a una innovadora división del trabajo, un hito en el desarrollo de la sociedad industrial en México. La transformación de campesinos en trabajadores industriales ya se había presentado en éste y otros sectores, pero fue relevante hasta la construcción de Necaxa. La resolución de problemas de orden industrial se hizo con préstamo empírico y conceptual del pensamiento campesino, como lo relata el nieto de Ruperto Vargas Velásquez, uno de los obreros autodidactas que desarrolló soluciones tales como usar grandes troncos de árbol como moldes cubiertos de alambre y arcilla para tuberías de desfogue².

Antes de su construcción se hicieron estudios de ingeniería hidráulica, como el del ingeniero Oropeza, El Río de Necaxa y sus caídas de “La Ventana” y de “Ixtlamaca” (AZUELA, 1996, p. 98). la Fundación Necaxa publicó algunos extractos (ROMERO, 2010, p. 27-37) así como fragmentos del informe de 1865 del jefe de la Comisión Científica del Valle de México, Ramón Almaraz en las Memorias acerca de los terrenos de Metlatoyuca. (ROMERO, 2010, p. 21-23) Una revisión cuidadosa de las fuentes nos habla de disputas técnicas planteadas por ingenieros locales, resueltas a favor de la “Sociedad Necaxa”, por razones políticas. (GONZÁLEZ, 2003, p. 40-66), ellas revelan su importancia en el desarrollo de ingeniería local y los obstáculos políticos para lograrlo. Miranda y Ramos confirman esta apreciación. (2006, p. 242-281) La experiencia técnica laboral se originó en la Mexican Light and Company con ingenieros alemanes, entre ellos Roland, Dietrich y Wolfgang Pollentz. Los ingenieros mexicanos aprendieron rápidamente, eran un cuerpo técnico sólido y un grupo de ciudadanos comprometidos y dignos que aportaron conocimiento y dieron origen al Sindicato Mexicano de Electricistas. La hidroeléctrica ha contribuido a la conformación del proletariado industrial en este sector.

Para garantizar abasto de energía a la capital, los operarios se coordinaron con sus pares de la ciudad de México, este es uno de los elementos objetivos que contribuyeron a formar una condición subjetiva: La perspectiva nacional. La combinación de una especializada división del trabajo y la responsabilidad de enviar energía a la capital, los define y sienta las bases de su modo peculiar de ser: Una visión integral del trabajo marcó a la empresa como articuladora de diferentes niveles de un sistema eléctrico. Una red epistémica, social, histórica y económica visibilizada por el complejo Necaxa comenzó a gestarse desde su construcción, un estrecho tejido social en cuya urdimbre los electricistas han jugado un papel de primera importancia en aspectos económicos, culturales y educativos, un proceso de identificación y patrimonialización desarrollado por los trabajadores, sus familias y comunidades aledañas. Agreguemos a eso su papel fundamental

2 - Testimonio ofrecido a la autora, mayo 2011

para la economía de la región. En esta historia ha sido determinante el conocimiento desarrollado para resolver la operación y mantenimiento de este sistema tecnológico. Las redes han permitido no sólo resolver problemas locales, sino situarlo como artefacto importante del sistema eléctrico nacional en virtud de la robustez de su diseño y el conocimiento de los trabajadores a pesar de que actualmente no es importante por su capacidad de generación, muy pequeña para el tamaño actual del sistema. La red comprende componentes epistémicos, de cohesión social, una infraestructura económica vital y un modo de vida que ha producido identidad y patrimonialización paradigmática por los lazos entre agentes, actores y dispositivos. La planta visibiliza la red, es un objeto cultural, cuya existencia es fundamental para la vida comunitaria.

La patrimonialidad de los bienes materiales, entre ellos los objetos industriales, reside en su potencialidad para transformarse e integrarse al patrimonio cultural de un pueblo por apropiación colectiva y reconocimiento social de su historia y significado, estas características perceptibles o no, adquieren un simbolismo más allá de su materia constitutiva. Existe patrimonio cuando determinados agentes activan mecanismos simbólicos que erigen una versión de identidad, legítima y plausible a través de prácticas sociales de reconocimiento colectivo, valorizando y activando un repertorio patrimonial, apelando a una memoria selectiva (HOMOBONO, 2008, p. 59).

Los objetos visibilizan redes que permiten comprenderlos en su forma fundamental: Su presencia como valores de uso, estructuradores de la vida cotidiana como realidad contradictoria, como proceso de producción y consumo de valores de uso y como proceso de valorización del valor mercantil. En medio de esas contradicciones, el objeto industrial puede emerger a la conciencia como constituyente de identidad social y colectiva, se puede transformar en patrimonio, en herencia. Hacer la historia de estas estructuras de lo cotidiano en el trabajo, permite visibilizar el protagonismo de los anónimos, revelar a la agencia humana constituida en la apropiación de procesos de trabajo, en los cuales se supera la cosificación de la división del trabajo y el sujeto emerge como agencia.

¿Cómo se constituyó en patrimonio?

En 1960, el presidente López Mateos decretó la nacionalización de la industria eléctrica abriendo una etapa de crecimiento exponencial. Se lograron economías de coordinación articulando la estatal Comisión Federal de Electricidad (CFE) con la compañía privada que atendía el área central, Compañía de Luz y Fuerza del Centro (CLyFC) y pequeñas compañías privadas locales, esto impactó el desarrollo tecnológico, se transitó desde un conglomerado heterogéneo e ineficiente de sistemas locales, a uno nacional integrado, las empresas estatales trazaron una política de eficiencia productiva centralizándose tecnológica, administrativa y contractualmente. (DELAGARZA et al, 1994, p. 99-143)

Ingenieros y trabajadores demostraron enorme capacidad, esta condición social e histórica fue determinante para el desarrollo de su aprendizaje, para ellos no era sólo una manera de ganarse la vida, sino de jugar un papel en la construcción de la Nación. Aportando conocimientos tácitos y explícitos, desarrollando creatividad frente al reto de construir un sistema basado en criterios de servicio público, trabajadores e ingenieros ganaron en dignidad, en condición humana, se reconocieron como sujetos históricos. Los trabajadores de Necaxa jugaron un papel fundamental, no sólo como herederos de los fundadores del complejo que dio origen al sistema nacional, sino porque su compromiso con el servicio público, los hizo indispensables.

El 11 de octubre de 2009, ese proceso se rompió violentamente cuando el ex presidente Felipe Calderón ordenó liquidar Luz y Fuerza del Centro argumentando que tal medida (inconstitucional e ilegal) era necesaria para mejorar el servicio público, deteriorado, según sus argumentos, por los trabajadores. Desde que se emitió el decreto que envió al desempleo a 44 000 trabajadores, ellos, agrupados en su Sindicato, no han dejado de luchar por la reinstalación en sus puestos de trabajo y la preservación del patrimonio cultural tangible e intangible que representan tanto las instalaciones de la empresa, como sus propios conocimientos.

En el caso de Necaxa, el valor que le otorgan puede apreciarse a través de algunos testimonios. El 25 de mayo del 2011, el secretario general del sindicato, Martín Esparza, llamaba a los asistentes a defenderlo:

Que no sólo es de nosotros, sino ha sido por generaciones desde nuestros abuelos y seguirá siendo para nuestros hijos y nuestros nietos; pero además este histórico complejo hidroeléctrico de Necaxa que es tan emblemático para nosotros, es patrimonio de la Nación [...] y lo debemos de mantener vivo, no como parque turístico ni como museo...tiene que seguir siendo fuente de empleo del pueblo de Necaxa por generaciones. [...] Hay riesgos por la falta de mantenimiento que sólo ustedes, los especialistas, los obreros de Necaxa que durante años han operado este sistema hidroeléctrico, lo hacían. Ellos no dan el mantenimiento adecuado, no conocen nuestra materia de trabajo, no saben ni siquiera que los diques de las presas son diques de humedad y que hay que darles un mantenimiento constante porque son de siete tipos de arcilla... hay graves riesgos por el mal manejo de las presas que pueden provocar desastres en poblaciones de agua abajo o aquí mismo en los túneles...¡están dañando estas históricas instalaciones que son nuestra materia de trabajo! Por eso hay que denunciar y vamos a defenderlas” (ESPARZA, 2013, p. 2).

No se trata sólo de la defensa del lugar de trabajo o de incapacidad para ir a otro empleo, sino de identidad como lo formula un trabajador:

¡No tenemos otra forma de vivir, aquí nacimos, aquí vivimos! Somos operadores de Centrales Hidroeléctricas, tenemos conocimientos adquiridos con base en la experiencia nos han transmitido, por eso nuestra dignidad es más fuerte que nuestros problemas, es la dignidad del obrero, nuestros conocimientos nos han sido heredados por nuestros compañeros. Por eso, si tenemos que comer papas y frijoles para mantener la dignidad, eso comeremos. Nosotros venimos de un lugar, venimos de padres electricistas, golpeándonos, el gobierno golpeó a la clase obrera. (AMLOTV, Enero 21 2010).

Este objeto industrial adquirió significado cultural-político, suele ocurrir que en la reconstitución de sujetos individuales y colectivos, en el proceso de reproducción social, hay una “politicidad” mostrada en su capacidad para “armonizar” sus sistemas de necesidades y capacidades. Su identidad está permanentemente en juego como identidad global de la comunidad y como identidad diferencial de sus individuos sociales, en ese devenir, “su totalidad ha sido re-totalizada” (ECHEVERRÍA, 1998, p. 172-173)

La larga historia de identificación se remonta a los orígenes, Miguel Soto, trabajador jubilado y ex presidente municipal de Necaxa, relata:

El gobierno de Porfirio Díaz otorgó una concesión muy abierta, los pueblos debían ser evacuados hacia las partes altas para construir el vaso de la presa. [...] Los empleados fueron ubicados en un nuevo asentamiento llamado Canaditas y en otro, al que se llamó Nuevo Necaxa se instaló el campamento y los almacenes para la obra. Ahí se dio un encuentro de muchas culturas: Ingleses, canadienses, trabajadores que venían de las comunidades de la región, fue una verdadera Babel. [...] Se requería una gran cantidad de trabajadores con funciones diversas, desde los tlacualeros que viajaban en la vía interna que comunicaba una central con otra, hasta todos los que participaron en diferentes etapas de la construcción, ingenieros y trabajadores. Pero todos aprendieron a convivir para construir y operar las centrales de este sistema. El nombre Necaxa es un símbolo de identidad para una región mucho mayor que el propio municipio, de hecho todo aquel que trabajaba en la hidroeléctrica o en las líneas de transmisión de ésta, aun cuando hubiese nacido en Xicotepc, Tenango, Beristáin u otras comunidades, se reconoce como necaxista (E2 18/09/2012).

Su significado para el gremio, se aprecia en el testimonio del arquitecto Francisco Carrillo:

Necaxa es un referente para todo el gremio. En aquellos años que éramos veintitantos mil trabajadores del SME, alrededor de la cuarta parte eran originarios de Necaxa, es una presencia inevitable. Tiene toda la lógica del mundo, al ser la planta que prácticamente funda el servicio público en la Mexican Light and Power, muchas familias se desplazaron al DF para trabajar en la empresa, se vuelve un centro de presencia de electricistas, se genera un sentimiento de paisanía entre los necaxistas, una red de conocimiento mutuo de fraternidades y enemistades relacionadas con la pertenencia al pueblo. Es la primera impresión que tengo, la segunda es cuando me empiezo a meter en los temas técnicos como dirigente del sindicato y voy .

conociendo a través de los ingenieros la historia de la planta, su importancia, lo que representó para la ingeniería de Luz y Fuerza o de la Mexican Light and Power, cómo es que los trabajadores se comprometían. Tuve una amistad cercana con un sobrestante de mantenimiento, Francisco Alfaro, él llega y se identifica como muchos y junto con el ingeniero Román Vázquez, ganan un premio nacional de ingeniería en los años ochenta, por los trabajos de rehabilitación de algunos generadores que se consideraban ya absolutamente imposibles de restablecer, hicieron algunas innovaciones técnicas, seguramente de los generadores de Siemens. Yo era secretario de trabajo, me comprometí a buscarles un reconocimiento, una nota buena, le llamábamos en el contrato colectivo. La empresa se las otorga para ponerla en su expediente. Sólo querían eso, ni siquiera una compensación económica [Su conocimiento] era parte del capital intelectual de la empresa, Román, es un estudioso, un hombre que conoce desde sus orígenes los primeros ingenieros que pisaron esas tierras. Te puedo decir que sí tiene un profundo significado para mí, lo viví muy intensamente con los compañeros y realmente se vuelve una relación que no puedes eludir si eres parte del gremio. Ahora ya frente a esta nueva realidad de la liquidación y el conflicto con el ejecutivo actual, toma otros valores, reivindicar su valor patrimonial, es motivo de lucha. Es un pueblo sublevado, insurreccionado, en resistencia. Ahí la ley la impone el sindicato y los valores colectivos de la gente, la experiencia que ha construido un pueblo como Necaxa, es algo que se debiera estudiar, reivindicar. El Comité de Necaxa nos dijo que se enfrentaron a la disyuntiva de tener que establecer cierta colaboración con CFE a pesar de la resistencia, para evitar que se dañara la planta por quedar paralizada y además se presentaban muchos problemas en el suministro de energía en la región. Para que la gente no se quedara sin energía y la planta no sufriera mayor deterioro han tenido que aceptar tener cierta relación de intercambio de información técnica con los operadores y la gente de CFE que llegó a tomar posesión. Los trabajadores, que ahí nacieron y trabajaron dominan todas las particularidades y es muy conflictiva la relación con CFE porque si se encuentran a alguien de CFE trabajando en un canal por ejemplo, les impiden trabajar porque sienten el esquirolaje a su fuente de trabajo (E3 06/11/12).

Después de la liquidación de la empresa y el despido masivo, los tiempos han sido difíciles, lo relata Domingo Aguilar Vázquez, dirigente de la División Necaxa del Sindicato:

Si me preguntan cómo hemos sobrevivido, no lo se, nunca creí que podía vivir sin dinero. Cuando tengo que ir a México a alguna gestión sindical, no falta quien me ofrezca cien pesos para el pasaje y llegando allá también. Igual me invitan a comer, así que ahí voy pasándola. Ha habido muchos momentos difíciles, los compañeros están a punto de flaquear porque de verdad es muy duro. Yo les digo “No te liquides hoy, espérate un día, a ver como le hacemos para que pagues lo que debes”, así hemos ido pasando los días, consiguiendo solidaridad entre los compañeros, con parientes, amigos, vendiendo lo poco que se tiene. Una cosa muy importante han sido las aportaciones de los compañeros jubilados que se pusieron una cuota quincenal que entregan aquí en el sindicato para que se reparta entre los despedidos. Hay quien hace artesanías, vende comida, en fin. Casi hemos perdido todo, pero la dignidad eso si que no, sobre todo porque uno siente el apoyo. Cuando me detuvieron en Puebla, los primeros días después del golpe, yo iba con mi hijo de quince años cuando los policías me subieron a una camioneta de redilas, mi única preocupación era mi hijo, pero me quedé tranquilo cuando vi que unos compañeros lo abrazaron y se lo llevaron (O. 2010)

¿Qué pasa si se rompe la red?

El decreto de liquidación plantea la controversia entre el suministro de energía como servicio público y la otra manera de ver la cuestión, como negocio frente al cual la propiedad estatal es una antigualla de museo. En esta última concepción, los trabajadores no tendrían nada que decir, aún si han quedado en desamparo, desposeídos no sólo de su lugar de trabajo, sino de lo que constituye su identidad.

Como establece Carrillo, se trata de reivindicar la patrimonialización y construcción de identidad forjadas a lo largo de más de cien años. El valor del trabajo y la identificación con el artefacto, se ha transformado en algo intrínseco a la construcción de los sujetos. Existe una

herencia cultural que explica la persistencia de un antiguo sistema tecnológico y su resistencia a abandonar lo que consideran la razón de su existencia. Digámoslo con sus palabras, expresadas después del golpe del gobierno federal:

Los trabajadores de Operación, Cables Subterráneos y Líneas Aéreas son los que se negaron a firmar su “renuncia voluntaria”. Son los que quieren a su empresa y a su comunidad. No entienden la terrible y masiva campaña de difamación del Gobierno y los medios en su contra. Son quizá las personas más valientes y responsables que conozco. Una noche que estaba de visita, llegaron camiones de la Policía Federal Preventiva a dismantelar el campamento que los trabajadores habían instalado para evitar el saqueo de las instalaciones de Luz y Fuerza. Las que ellos construyeron. Sonaron las campanas del pueblo y miles de personas bajaron a apoyarlos. El déspota general que iba al mando amenazaba con usar la violencia y fue cuando entonces por la montaña sonaron machetes, gritos y cohetes. Eran los pueblos vecinos que bajaban a apoyarnos. Los soldados disfrazados de policías federales apuntaban desconcertados al cerro: el reflector que traían no lograba ver a nadie. Fue entonces que el general de la PFP entendió quizá de qué se trataba y retrocedió. La prepotencia se fue, cambió el semblante de su cara. Huyó por la misma carretera por donde vino. (...) Necaxa es la Compañía de Luz, no vamos a perderla, no vamos a permitir que este pueblo muera. Perder la lucha y la huelga es perdernos a nosotros. (ESCORCIA, 2010).

Decir que Necaxa es patrimonio cultural, significa que la devastación personal y colectiva de los trabajadores, expulsados de su razón de vida, corre pareja con la devastación de bosque, agua y los demás seres vivos de la región, porque ellos han incorporado su praxis, su corpus de conocimientos y su bagaje simbólico en la operación del complejo.

Las controversias

En condiciones “normales” los trabajadores no se identifican con su materia de trabajo, Saunier (1993) explica que las palabras que nombran a los trabajadores son reveladoras: Operario, es quien usa los brazos, la mano de obra, cita a Navailles, para quien el término se refiere a las “manos sin cuerpo, cabezas ni corazón [...] los Fordistas reducen el saber del obrero prefordista a una familiaridad instintiva con la «materia trabajada» y hacen del obrero fordista un obrero desprovisto de todo saber, un «cuerpo-máquina» (p. 131). Marx explica en *Tecnología del Capital*, que en la división capitalista del trabajo:

Opera una cosificación de la división del trabajo, mediante la cual, no es el trabajo el que se reparte entre ellos (los trabajadores), son ellos los que son repartidos entre los distintos procesos. [...] Se quiere obtener una subordinación pasiva que consiste en el acoplamiento total por parte del trabajador a las necesidades y exigencias del sistema, en este sistema, la universalidad del trabajador es reconquistada [...] pero sólo en sí, en la medida en que él es indiferente a su trabajo, cuyo contenido le es exterior (1861, p. 28-33).

Edgerton explica que en un proceso de apropiación de tecnología se forma resistencia a la situación que en otras condiciones se asume como “normal”, la condición de los trabajadores de “vivir en casas no propias, trabajar en cosas no propias, con herramientas que no son suyas” (2008, p. XVII), se desatan procesos de creatividad del trabajador como individuo o como parte de un colectivo, hacia el uso y control de las cosas, hacia la creación de tecnologías “criollas”.

Las controversias

En Necaxa se ha desatado la creatividad por apropiación de la materia de trabajo e identificación con el artefacto. La especificidad del vínculo está definida por la intensa ocupación territorial de cuerpos de agua y bosques, relación con los animales no humanos; el territorio cultural se ha conformado con muchas vertientes: Pobladores originarios, ingleses, canadienses y alemanes, cultura obrera forjada en el trabajo cotidiano, vinculación del sindicato con la vida comunitaria.

El complejo hidroeléctrico ha sido patrimonializado, el movimiento de cada protagonista deforma la red de relaciones. Sujetos individuales y colectivos se re-constituyen, la subordinación pasiva no existe más y eso es fuente de conflictos contra la lógica neoliberal que agudiza la presión hacia la subordinación.

La identificación con la región natural, contraría la idea de “la naturaleza únicamente como fuente de recursos” vinculada a “una ineficiencia real del proceso de producción de bienes” (ECHEVERRÍA, 1995, p. 19) basada en el postulado de que adquieren valor sólo en el proceso de mercantilización. Es la divergencia entre uso necesario para generación y el uso de potencial hídrico para enriquecimiento de algunos en actividades turísticas, como propone el gobierno de acuerdo con el mensaje de Esparza. La intención gubernamental de continuar a toda costa la privatización del sistema eléctrico nacional, trae consigo un retroceso técnico.

La destrucción en aras de la ganancia corresponde a lo que Echeverría llama “una civilización cínica, esto es, una construcción del mundo en la que para afirmarse como tal, debe volver sobre la destrucción de la vida” (1995, p. 40) Como lo recuerda Hoùart, Marx escribió en los Grundrisse que fue el capitalismo, con su carácter profundamente destructivo el que provocó la separación entre hombre y naturaleza. La naturaleza cesa de ser reconocida como potencia para sí misma, se transforma en puro objeto para el hombre, en simple cosa de utilidad (2011, p. 2).

La “destrucción de la vida” significa aplastamiento de los sujetos, menosprecio a la condición del trabajador, en este caso la liquidación estuvo precedida de una campaña del Estado contra los trabajadores, se denunciaban sus presuntos privilegios, se les responsabilizaba de las reales o supuestas ineficiencias de la empresa. El ensañamiento estaba cargado de la intención de reducir a la condición de parias a un sector inteligente, propositivo y pensante del proletariado industrial, convertir la desigualdad social en una especie de ‘condición técnica de segundo orden’ (ECHEVERRÍA 1995, p.13)

En Necaxa ha habido apropiación territorial basada en el conocimiento del manejo histórico del complejo, identificación cultural y convicción de estar a cargo de bienes nacionales. En cambio, el neoliberalismo postula la abolición de Estados propietarios. Vargas explica que para esta lógica, la propiedad estatal es obstáculo, el valor de las riquezas naturales es el del precio de mercado (2011, p. 27), la ganancia empresarial es legítima, la estatal no. Aplicando el método a la energía eléctrica, ésta, producida por energéticos primarios adquiriría valor si y sólo si proporciona ganancia. Su producción en manos del Estado Nación y la construcción identitaria es contraria a esta lógica.

El proceso cultural es político. La desposesión de lo que constituye identidad y patrimonio es un acto de violencia cultural, esencialmente político. “En el liberalismo, la cultura sobrevive, pero privatizada, es decir, como modo de vida, como conjunto de creencias y prácticas, no como una red pública de normas y reglas” (ZIŽEK, 2004, p.171). Cuando las particularidades culturales son expresiones colectivas, se tornan peligrosas para el statu quo. (ZOLETTO 2012, p. 3).

En Necaxa, lo cultural es político, a juicio de los trabajadores: “Perder la lucha y la huelga es perdernos a nosotros.”

Bibliografía

AGUILAR Vázquez, Domingo. **Observación de la autora**, 2010.

ALBÍQUEZ, Carlos. “**Intervención en el Foro sobre Desarrollo Integral de la Cuenca Necaxa**” Cámara de Diputados, LX Legislatura, México, Cámara de Diputados, 2007, p. 4-9.

AZUELA, Luz Fernanda. **Tres sociedades científicas durante el porfiriato. Las instituciones y las relaciones entre la ciencia y el poder**, México, Ed. SMHCT/ Universidad Tecnológica de Nezahualcóyotl / UNAM, 1996.

BARRIOS Ordóñez, J. Eugenio. **Programa de Manejo del Sistema Hidrológico de Necaxa: Diagnóstico, implementación y financiamiento**. En: XXVIII CONGRESO INTERAMERICANO DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL, Cancún, México, 2002.

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 37-47, 2015

BOEGE Eckart. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México**, México, INAH/ CONACULTA/ CDI, 2005. **Monteros, C.G.E.**

BONFIL Batalla, Guillermo. **México profundo, una civilización negada**, México, DEBOLSILLO, 1987.

ISSN 2236-4994

CAMPOS Aragón, Leticia, **La electricidad en la ciudad de México y área conurbada**, México, Ed. Siglo XXI, 2005.

CARRILLO Soberón, Francisco. **Entrevista de la autora**, 2011(E2 06/11/12).

CASTELÓN, Rosalía, **“Intervención en el Foro sobre Desarrollo Integral de la Cuenca Necaxa”** Cámara de Diputados, LX Legislatura, México, 2007, p. 42-47.

CASTRO Spila, Javier; IBARRA, Andoni; ORDÓÑEZ Gómez, José Miguel. **Tomando en serio a los usuarios del conocimiento científico-tecnológico** (manuscrito), Universidad del País Vasco, Campus Donosti, 2011.

CEGUERA, Pablo, **“Intervención en el Foro sobre Desarrollo Integral de la Cuenca Necaxa”** Cámara de Diputados, LX Legislatura, México, 2007, p. 16-17.

DE LA GARZA Toledo, Enrique et al. **Historia de la industria eléctrica en México**, México, Ed. Universidad Autónoma Metropolitana, 1994.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Valor de uso y utopía**, México, Ed. Siglo XXI, 1998.

ECHEVERRÍA, Bolívar. **Ilusiones de la Modernidad**, México, UNAM/ El Equilibrista

EDGERTON, David. **The Shock of the old. Technology and Global History Since 1900**, London, Profile Books, 2008.

ESCORCIA, Alberto. **Necaxa, una ciudad siempre en resistencia**, en www.pateandopiedras.com, 2010, Consulta 22 noviembre 2011.

ESPARZA, Martín. **Unidos para defender Necaxa, México, Radio Turbina**, en, <http://www.sme1914.org/2011/05/26/radio-turbina-unidos-para-defender-necaxa-martin-esparza/>, 2011.

FERNÁNDEZ Maldonado, Emilio. **Y Pearson dijo: hágase la luz en Cataluña**, en, www.asasve.es, consulta el 3 de octubre de 2011.

FLORESCANO, Enrique. “El patrimonio cultural de México” en Florescano, Enrique (Coord.) **El patrimonio cultural y la política cultural**, México, CONACULTA /Fondo de Cultura Económica, 1993.

FLORES Guerrero, Efraín, “Sistema de represas y corredores biológicos de la cuenca hidrográfica del Río Necaxa”. En: **FICHA INFORMATIVA DE LOS HUMEDALES DE RAMSAR**, México, Comisión Nacional de Áreas Protegidas, 2007.

GALARZA, Ernesto. **La industria eléctrica en México**, México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

GEERTZ, C. **Interpretation of Cultures**, New York, Basic Books, 1973.

GONZÁLEZ, Laura. **La hidroelectrificación en México. El caso de Necaxa, 1895-1906**. Tesis (Licenciatura en Historia), Universidad Autónoma Metropolitana, México, 2003.

GOVEA Sansón, Mario. **Historia del sistema eléctrico de potencia de Luz y Fuerza del Centro**, México, Ed. SME, 2009.

GOVEA Sansón, Mario y LÓPEZ Luis. **Situación de las instalaciones del sistema hidroeléctrico de Necaxa después del 11 de octubre de 2009**, México, Presentación ppt, 2010.

HOMOBONO Martínez, José Ignacio. **Del patrimonio industrial al industrial. Una mirada socioantropológica**, en, www.euskomedia.org, Departamento de Sociología I. Facultad de Ciencias Sociales y de la Comunicación, Campus de Bizkaia (Leioa), Universidad del País Vasco, 2008.

HOÛTART, Francois. **El concepto de Sumak Kawsai (Buen vivir) y su correspondencia con el bien común de la humanidad**. en, <http://alainet.org/active/47004&lang=es>. 2011. Consulta: noviembre 22, 2012.

JIMÉNEZ Blanca, **“Intervención en el Foro sobre Desarrollo Integral de la Cuenca Necaxa”**, México, Cámara de Diputados, LX Legislatura, 2007, p. 39-42.

LIEHR Reinhard y TORRES Bautista, Mariano E., “Formas y Estrategias de Expansión de las Empresas Multinacionales Eléctricas Alemanas en México, 1894-1942”. En: LIEHR, Reinhard y TORRES Bautista, Mariano E. (Coords.), **Compañías eléctricas extranjeras en México (1880-1960)**, Puebla, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla/ Bonilla Artigas Editores, 2010.

MARTÍNEZ Miranda, Elio Agustín y RAMOS Lara María de la Paz. **Funciones de los ingenieros inspectores al comienzo de las obras del complejo hidroeléctrico Necaxa**, México, Colegio de México, 2006.

MARX, Karl. **La tecnología del capital, subsunción formal y subsunción real del proceso de trabajo al proceso de valorización. Selección y traducción de Bolívar Echeverría**, México, Ed. Itaca, 1861, [2005].

MOLINA Enríquez, Andrés. **Filosofía de mis ideas sobre reformas agrarias**, Guadalajara, México, Imprenta Plus Ultra, 1911.

MULÁS Del Pozo, Pablo. "Investigación y Desarrollo Tecnológico en el Sector Eléctrico". En RESÉNDIZ-NÚÑEZ, Daniel (Coord.) **El sector eléctrico en México**, México, Ed. CFE/FCE, 1994, p. 129-137.

OLIVÉ, León. "Justicia Social y Democracia en un Estado plural". En, ALCALÁ, Raúl y GÓMEZ Mónica, (Coords.), **Redefinición de los Estados**, México, UNAM/ Facultad de Estudios Superiores Acatlán, 2013, p. 193-202.

ORTEGA Morel, Javier. **El sistema hidroeléctrico de Necaxa: extraordinario patrimonio industrial eléctrico en operación**, en www.morgan.iaa.unam.mx/usr/industrial, 2007, Consulta el 13 de abril de 2013,

ROMERO Rodríguez, Javier, **Necaxa, Cuna de la Industria Eléctrica**, México, Ed. Fundación Necaxa, 2010.

SAUNIER, Pierre. **Las tribulaciones de la autonomía y el saber obrero**, en <http://es.scribd.com/doc/88387648/15/Los-saberes-obreros-%C2%BFsaber-es-clandestinos-o-saber-es-tacitos>. 1993, Consulta, noviembre 22, 2012.

SOTO, Miguel. **Entrevista de la autora**, México, (E2 18/09/2012), 2012.

VARGAS, Rosío. **La Renta Petrolera y la Construcción de Regímenes no Propietales. El caso de Pemex**, México, UNAM/CISAN, 2011.

WIONCZEK, Miguel. **El nacionalismo mexicano y la inversión extranjera**, México, Ed. Siglo XXI, 1975 [1965].

ZIŽEK, Slavoj. **Sobre la violencia. Seis reflexiones marginales**, Buenos Aires, Paidós, 2004.

ZOLETTO, Oscar. **Hacia la Repolitización de la Cultura, Ponencia presentada en el Primer Coloquio del Proyecto PAPIIT IN403211-3 'Desafíos éticos de la diversidad cultural para una ciudadanía de calidad'**, México, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México. (Manuscrito), 2012.

Páginas de internet

Kolijke.com/historia.html

Staff Puebla On Line, consulta 13-10-2011)

Siemens.com.mx/siemens Mesoamérica

(www.sme.historia), Consulta 13 abril 2013.

sme.org.mx

www.amlotv



Territorio y Paisaje Cultural en México. Análisis y reconstrucción histórica para su conservación patrimonial.

Claudia Rodríguez Espinosa*

Resumen: Esta comunicación tiene por objetivo presentar algunas reflexiones acerca de la problemática actual que afecta a los paisajes culturales de Michoacán, tanto a nivel urbe como a escala territorial. La historia de este patrimonio cultural, ha estado marcada por las acciones que las diferentes culturas que se han apropiado de estos espacios han ejercido sobre el contexto natural. Partiendo de que el paisaje cultural está conformado por formas físicas y formas culturales determinadas por el tiempo, el análisis de los paisajes y los asentamientos humanos permite realizar reconstrucciones históricas, que aporten datos sobre el pasado, den explicaciones del presente y permitan tomar decisiones a futuro que permitan su conservación.

* Profesora e Investigadora titular de tiempo completo en la Facultad de Arquitectura de la Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo.

Cultural Landscape in Mexico. Analysis and historical reconstructions for heritage preservation.

Abstract: This paper aims to present some thoughts on current issues affecting cultural landscapes of Michoacan, both at urban and territorial scale. The history of this cultural heritage, has been marked by the actions that different cultures have appropriated these areas have had on the natural context. Based on the idea that cultural landscape consists of physical forms and cultural forms determined by the time, the analysis of landscapes and human settlements enables historical reconstructions, which provide data about the past, give explanations present and possible future decisions to allow conservation.

Palabras clave:

Conservación patrimonial, paisajes culturales, arquitectura histórica, urbanismo histórico, territorio.

Key-Words:

Heritage preservation, cultural landscapes, historic architecture, historic urbanism, territory.

Introducción

La historia de los paisajes culturales, entendidos como patrimonio significativo para las sociedades que los habitan y en necesidad de ser conservados como parte importante de la memoria colectiva que da identidad a los grupos humanos, parte desde sus raíces prehispánicas hasta las últimas décadas del siglo pasado, y por lo tanto ha estado marcada por las acciones que las diferentes culturas que se han apropiado de estos espacios han ejercido sobre el contexto natural.

Partiendo de la idea establecida por Sauer (1940) de que el paisaje cultural (en sus escalas urbana y territorial) está conformado por formas físicas y formas culturales determinadas por el tiempo, el análisis de los paisajes y los asentamientos humanos permite realizar reconstrucciones históricas, que aporten datos sobre el pasado, den explicaciones del presente y permitan tomar decisiones a futuro que permitan su conservación.

Esta conservación está supeditada a los dos principales protagonistas de la conservación patrimonial en México: el gobierno en todos sus niveles que define las políticas conservacionistas y la sociedad depositaria de este legado que le otorga significado e identidad.

Esta comunicación por tanto, está conformada por tres grandes apartados: la primera que analiza la parte teórica sobre la construcción del concepto de paisaje cultural desde el punto de vista de su morfología. Una segunda parte que analiza las políticas conservacionistas del gobierno federal, estatal y municipal de México, utilizando como ejemplo el caso de la arquitectura patrimonial del siglo XVI en el estado de Michoacán. Y una tercera parte que hace énfasis en el rol que la sociedad depositaria de ese patrimonio desempeña en su conservación. Finalmente se presentan algunas reflexiones como conclusión.

El concepto de paisaje cultural

Los paisajes poseen ciertas cualidades, que vistas desde el enfoque antropocéntrico de la geografía, aquellas que interesan son las que tienen valor de hábitat, es decir, aquellas que han sido, son o pueden ser de utilidad para un grupo humano (SAUER, 1940). Por lo tanto, al recordar que cultura es

La actividad aprendida y convencionalizada del grupo que ocupa un área. Un rasgo o complejo cultural se origina en un momento determinado en una localidad particular. [...] Existe una manera estrictamente geográfica de pensar la cultura; específicamente, como la impresión de los trabajos del hombre sobre el área.

Se plantea entonces que el estudio del paisaje cultural, será entendiéndolo como la suma de formas físicas (entendidas como recursos naturales, aspectos climáticos, perfiles, etc.) con formas culturales (acción del ser humano sobre las formas físicas). Para estudiarlo, Sauer retoma el método morfológico usado por Vidal de la Blache, y que consiste en la acumulación y ordenamiento de los fenómenos, considerándolos formas que se integran en estructuras y que deben ser comparadas entre ellas (SAUER, 1940).

Las formas relativas a los fenómenos que estudia la geografía histórica, se dividen en dos: formas físicas y formas culturales. Las formas físicas se refieren al clima, a la tierra o superficie y que incluyen suelo y drenaje, y la vegetación. Las formas culturales son cuatro principalmente: población, alojamiento, producción o economía de grupo y comunicaciones. Estas formas, serán por tanto, las categorías de análisis del fenómeno .

Esta delimitación, referida a lo que Sauer (1940) llama “unidad de observación”, consiste en un paisaje en el cual predomina un modo de vida funcionalmente coherente, y por tanto con un alto grado de homogeneidad en los fenómenos que tienen lugar en este espacio y que son transformados con el paso del tiempo.

Este mismo autor, hace referencia a estos fenómenos o procesos históricos de la sociedad humana: El área cultural, en tanto que comunidad con una forma de vida, es por tanto un crecimiento que ocurre en un “suelo” u hogar particular, una expresión histórica y geográfica (SAUER, 1940).

El conocimiento de los antecedentes históricos, culturales, sociales, etc., de un grupo social, permite entender el espacio o territorio desde su proceso de conformación o apropiación. Los procesos de transformación del espacio

natural por parte de un grupo cultural, parten de la satisfacción de las necesidades espaciales de esa sociedad, que requiere, acorde a su contexto cultural, de espacios adecuados en que desarrollar sus actividades.

Retomando a Sauer (1940), se presenta la necesidad de interactuar con la disciplina de la historia para lograr hacer las reconstrucciones que permitan entender el pasado y el desarrollo de los espacios o territorios. “No puede tratar la localización de actividades sin conocer el funcionamiento de la cultura, los procesos de vida en comunidad del grupo, y solo puede hacer esto mediante la reconstrucción histórica” (SAUER, 1940).

Por otra parte, es obvia la relación existente entre el espacio o territorio y el grupo social que lo ocupa y transforma, definiendo características propias resultado no sólo de las características culturales del propio grupo humano, sino que además son definidas por el contexto natural o físico del mismo territorio. Esto nos lleva a la necesidad de definir o delimitar un paisaje cultural, como la llama Sauer y define que el estudio de estas áreas y lo grupos humanos que las transforman, es objetivo de la geografía histórica. Sobre ella, menciona lo siguiente:

Si el objetivo consiste en definir y entender las asociaciones humanas como crecimientos en áreas, debemos descubrir cómo han llegado a ser lo que son en sus distribuciones (asentamientos) y sus actividades (uso de la tierra). Tal estudio de áreas culturales es geografía histórica. La calidad de la comprensión que se busca depende del análisis de orígenes y procesos. El objetivo general es la diferenciación espacial de la cultura. Al ocuparse del hombre, y al ser analizado en una perspectiva genética, el tema se vincula necesariamente con secuencias en el tiempo.

La reflexión sobre el objeto de la geografía y su imbricación con la historia nos hace considerar que el vínculo entre teoría social y concepto de espacio ha cambiado de identificar el espacio sólo como contenedor, para en su lugar considerarlo como una dimensión de la experiencia humana, como representación subjetiva y como objeto y materialidad social y, por lo tanto, como producto social, como objeto social, vinculado a la naturaleza espacial de la sociedad humana, esto es, vinculado a la producción, como espacio construido (ORTEGA, 2000, p. 337-367).

Retomando la idea de que el objeto de este estudio, es la morfología del paisaje cultural, es necesario indicar que ésta es entendida desde el punto de vista de conocer los procesos que intervienen en la misma conformación, así como entender el espacio como construcción social y como elemento inherente a la cultura. Al entender el espacio así, el territorio será entonces la expresión espacial o materialización de los procesos de desarrollo del grupo humano, y su apropiación será referido a las condiciones en que se da el habitar el espacio (PALACIOS, 1983, p. 56-68).

La producción social del espacio incorpora la apropiación y transformación del espacio natural, creando un nuevo espacio cultural, Así mismo, el espacio es simultáneamente el producto de una transformación y un elemento transformador en sí mismo. Como un producto social, el espacio puede ser continuamente reforzado o reproducido manteniendo una apariencia de estabilidad y continuidad (SOJA, 1985, p. 93-95).

La producción del espacio y la fabricación de la historia pueden ser descritas como el medio y el fin de las relaciones y acciones sociales, es decir, las estructuras espaciales y sus relaciones son la materialización de las estructuras y las relaciones sociales. En este sentido, el espacio se convierte en producto social, en la concreción de una sociedad y debe ser reproducido acorde a las necesidades de ese mismo grupo social. El espacio debe entonces no sólo ser un producto, sino que debe convertirse en productor de relaciones sociales al ser el contenedor de toda la vida de una sociedad (SOJA, 1985, p. 95-99).

Considerando que es preciso ahondar en la relación existente entre espacio y sociedad, retomamos otra rama de la geografía, que presenta estudios de este tipo muy recientes y que se ha apoyado en los escritos de Sauer. A partir de la geografía crítica, el espacio se puede clasificar en tres: el espacio continente, el espacio como reflejo y el espacio como una instancia de la totalidad social. El espacio como continente es pasivo, pues solo se presenta como un mero soporte sobre el que se ubican elementos y relaciones, sin ejercer ninguna acción o influencia sobre los objetos que contiene.

El espacio como un reflejo de la sociedad que lo habita y transforma, es decir, si las relaciones sociales cambian, el espacio a su vez sufre

transformaciones. Finalmente, el espacio “es entendido como una instancia o una estructura social integrante de la totalidad social, y como tal toma un carácter de estructura subordinante-subordinada, es productor y producido” (HIERNAUX y LINDON, 1993, p. 90-92).

Retomando esta idea, Milton Santos considera al espacio como relaciones que se desarrollan a través de funciones y formas que representan una historiografía generada por procesos del pasado y del presente. (SANTOS, 2002, p.103-104) Y a la conformación espacial como el modo que los objetos que integran el espacio adopta y como la esencia de esos mismos objetos en la medida que respondan a los procesos sociales que transforman el espacio. Estos procesos se expresan como acciones sociales que se realizan a través de formas espaciales. Por tanto, la conformación de un espacio supone el conjunto de acciones sociales realizadas en formas espaciales en momentos determinados (SANTOS, 2002, p. 103-104).

Para lograr la delimitación de la unidad de observación, retomamos lo propuesto por otro exponente de la geografía histórica, Braudel, como resultado de sus reflexiones sobre la dialéctica del espacio y del tiempo, en que considera la pluralidad de las duraciones y decide descomponer la historia en tres planos escalonados, un tiempo geográfico que se ocupa de la influencia del medio ambiente en el objeto de estudio; un tiempo social; y un tiempo individual o actual en que se analizaron los acontecimientos específicos objeto de esta investigación. Cada una de las partes en sí es un intento de explicación de conjunto (CORCUERA DE MANCERA, 1997, p. 186).

En el primer aspecto, la delimitación geográfica y de influencia del medio ambiente se hará retomando tanto elementos del presente, como documentos del pasado que permitirán una reconstrucción hipotética de la zona en su momento histórico definido, como lo hiciera Braudel en su obra sobre el Mediterráneo en que comenta que la consulta de varios mapas le permitieron localizar y explicar el desarrollo de un grupo humano para después escribir una geografía humana retrospectiva (CORCUERA DE MANCERA, 1997, p. 185).

En cuanto a la delimitación temporal, se buscó hacerla conforme a la propuesta de Bloch, (2000, p. 176-177) en que el corte temporal no debe ser el establecido comúnmente por el tiempo humano, sino el que mejor se adapte a la naturaleza de la investigación. El tercer aspecto a tratar, es el del aspecto social del estudio, ya que siendo un estudio del pasado, refiere a “actos humanos, nacidos de necesidades colectivas y que solo fueron posibles merced a una estructura social determinada” (BLOCH, 2000, p. 28).

Retomando el método morfológico de Sauer basado en Vidal de la Blache, que consiste en conocer lo fenómenos en tanto que formas integradas en estructuras y tomando en cuenta que el paisaje cultural está integrado por formas físicas y formas culturales, definiremos a continuación cada una de ellas (Figura 1).



Figura 1. Esquema basado en Sauer, interpretado por la autora

Formas físicas

Las formas físicas, dentro del esquema teórico planteado por Sauer, consisten en una serie de características naturales, que son las que dan sustento físico al desarrollo de las formas culturales. El clima es la forma física más importante, ya que las demás en mucho dependen de ella. Este mismo autor la define como una expresión de escala área y como el conjunto de rasgos o características atmosféricas de un espacio delimitado en específico (SAUER, 1925).

Este espacio delimitado o paisaje natural, está definido por las formas terrestres. Estas se clasifican en cuatro: superficie o forma de la tierra, suelo, drenaje y formas minerales. El primero se refiere estrictamente a los perfiles de la tierra, y su relación con el clima es fundamental. La segunda se refiere a las propiedades del suelo en tanto que su uso por los grupos humanos, es decir, su productividad o significado como hábitat. Las formas del drenaje son expresiones directas del clima, y se consideran corrientes, pantanos y cuerpos inmóviles de agua. Las formas minerales igual se refieren a su importancia para el uso humano (Figura 2).

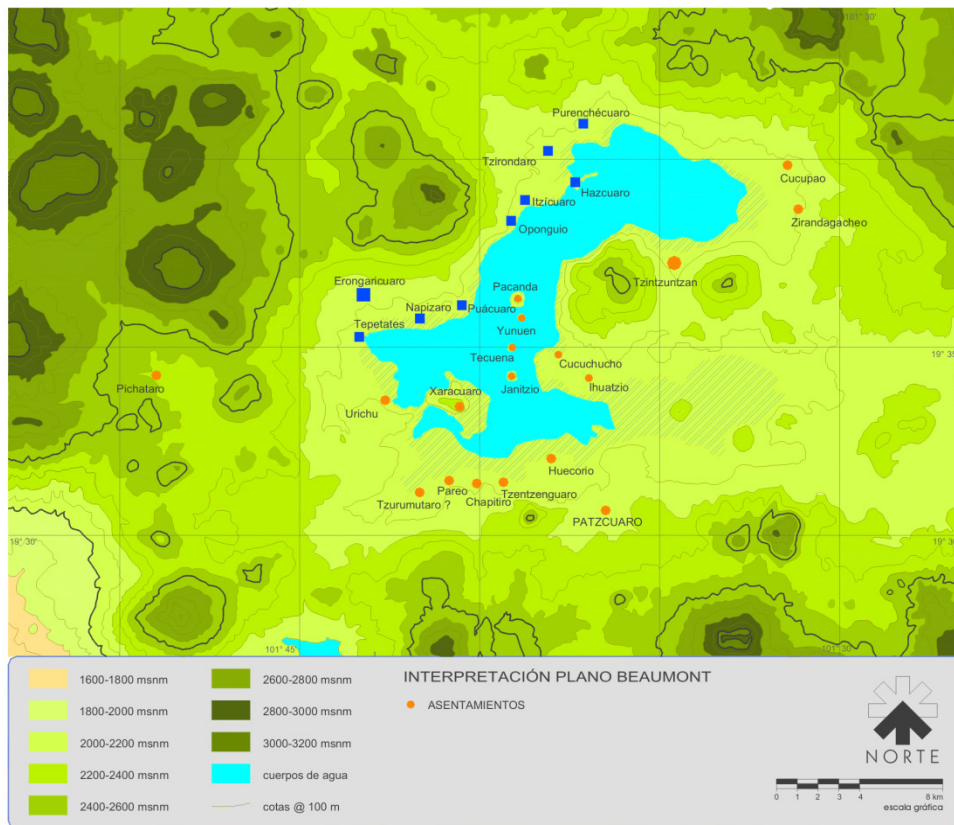


Figura 2. Mapa de la cuenca lacustre de Pátzcuaro, basado en cartas del Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática, y en la reinterpretación de un mapa del siglo XVIII, mostrando las formas físicas de un paisaje cultural del siglo XVI. Elaboración de Jorge Luis Bonilla.

Finalmente, la vegetación, que en mucho es la forma que otorga carácter al paisaje natural, además que casi siempre ha proporcionado materiales al ser humano para lograr adaptarse al contexto natural del cual se apropia y transforma en paisaje cultural. Su importancia es remarcada por Sauer (1925) en los siguientes términos citando a Humboldt:

Por mucho que el carácter de las diferentes partes del mundo dependa de la totalidad de las apariencias externas; aunque el perfil de las montañas, la fisonomía de las plantas y animales, las formas de las nubes y la transparencia de la atmósfera componen la impresión general; aun así no puede negarse que el elemento más importante en esta impresión es la cobertura vegetal.

La suma de todas estas formas físicas, da como resultado el paisaje natural, fundamental porque es sobre él que los grupos humanos generan el paisaje cultural, usando sus materiales o recursos naturales para construir su cultura, dentro de un proceso de apropiación y transformación del espacio, dándole su dimensión de habitabilidad a partir del establecimiento de formas culturales. Así, el paisaje cultural es creado por un grupo cultural a partir de un paisaje natural. Aquí lo importante es el conocimiento o registro de las actividades humanas sobre el paisaje natural.

Estas actividades humanas, son llamadas por Sauer formas culturales, e incluyen población, alojamiento, producción y comunicación. Las formas de población son referidas a los fenómenos de densidad y a los fenómenos de desplazamiento, como migraciones o movimientos de población.

El alojamiento incluye las estructuras edificadas por los grupos culturales, en dos categorías: dispersas y aglomeradas. Las primeras se refieren sobre todo a territorios rurales y las segundas a asentamientos en sus diferentes niveles: poblados, ciudades, megalópolis, etc. En cuanto a producción, se hace referencia a los tipos de uso del suelo, no sólo para usos primarios como agricultura, producción forestal, minería, etc., sino todas las formas de explotación y aprovechamiento de recursos naturales.

La cuarta forma cultural, la comunicación, es referida a las huellas que el ser humano deja sobre el paisaje natural, marcando sus rutas, resultado de la búsqueda de los grupos culturales de satisfactores para sus necesidades básicas. El fenómeno del intercambio, no solo de productos, sino ideológico, tiene su medio en estas formas (Figura 3).

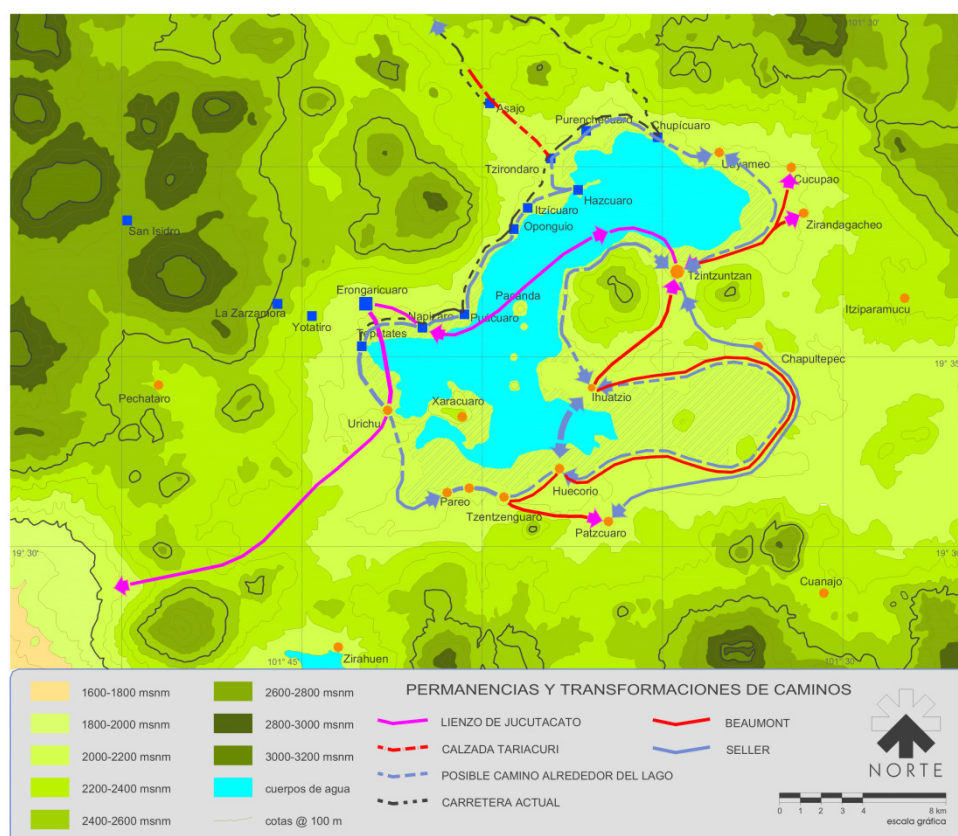


Figura 3. Reconstrucción histórica de la forma cultural de comunicación, en el paisaje cultural del siglo XVI de la cuenca lacustre de Pátzcuaro en México, Basado en mapas de INEGI, crónicas franciscanas y códices prehispánicos. Elaborado por Jorge Luis Bonilla.

Una vez definido el concepto de morfología del paisaje cultural, y su metodología de análisis, que permite aplicarla tanto a las reconstrucciones históricas como a la actualidad, abordaremos ahora el segundo problema planteado al inicio: el de las políticas gubernamentales relativas a la protección y conservación de estos paisajes culturales.

Las políticas culturales conservacionistas

Las necesidades actuales de espacios por parte de la sociedad contemporánea, aunadas a políticas económicas de sobreexplotación del suelo, han llevado a la destrucción o utilización incorrecta del patrimonio arquitectónico. Y muchas de estas acciones proceden del desconocimiento o desvalorización del pasado de los hechos arquitectónicos que forman parte de la ciudad presente.

La conciencia patrimonial como reflejo de la otorgación de valor a los bienes culturales, se traduce históricamente en estrategias conservacionistas diferentes, que, con respecto a los objetivos de la discusión actual, podemos en última instancia reducir a tres:

1. La conservación a ultranza, la opción conservacionista maximalista que es en la práctica totalmente inviable y que deriva generalmente en el absurdo.

2. La no conservación, a la que se llega a menudo no tanto por olvido del pasado o por existencia de un conflicto de identidades, como por la emergencia de un conflicto de intereses entre conservación del pasado y construcción del futuro.

3. La conservación selectiva guiada por una “razón práctica”, que actualmente podemos asociar al principio de la sustentabilidad, y que es la opción que merecerá a partir de ahora nuestra atención. Esta opción se basa en la idea de que conservación y uso del patrimonio no entorpecen la aspiración a la construcción del futuro, sino al contrario.

Esta tercera opción persigue para los “derechos del patrimonio” encontrar una vía factible en términos de balance económico social con respecto a los usos del patrimonio, y una vía consensuada en términos de legitimidad político social. Prevé consecuentemente, una selección “razonable” de bienes en función de unos objetivos de uso determinados, lo más ampliamente consensuados y de suficiente entidad como para asegurar su viabilidad económica y su adecuado manejo profesional, sin menoscabo de los derechos de las comunidades y sin incurrir en agravios comparativos entre las personas y los grupos (UNESCO, 1982).

El consenso como signo de identidad de la sociedad postmoderna, habría de entenderse con relación a la conservación, puesta en valor y uso del patrimonio cultural, como resultado de la intervención activa y la interacción de diversos contextos funcionales, que no de meras personas o instituciones. Estos contextos han sido definidos por Ballart (2003) de la siguiente manera:

1. Contexto científico-profesional. Este contexto se ocupa de fundamentar racionalmente el valor específico de los bienes culturales (simbólico, formal, científico) valor que no se traduce automáticamente en precio.

2. Contexto social-civil. Apuntando a este conglomerado diverso y rico que llamamos sociedad civil, por oposición a lo institucional, que caracteriza a las sociedades contemporáneas ampliamente urbanizadas, este ámbito, contrapeso de otros poderes, se materializa en la acción y demandas de las asociaciones y grupos de carácter social y cultural fundamentalmente, así como en las tomas de posición de los medios de comunicación generadores de opinión pública.

3. Contexto político-administrativo. Representado por las Administraciones Públicas, este ámbito generalmente cohesionado, toma iniciativas con respecto a la conservación y uso del patrimonio a instancias generalmente de representantes de otros contextos.

4. Contexto económico. Representado por el mercado, pondera en términos de capital y pone precio a las iniciativas conservacionistas y al uso de los bienes culturales. En otras palabras, discute en términos financieros las utilidades del patrimonio como recurso mercantil para el desarrollo.

La interacción de estos distintos contextos no se da en el vacío ni sobre el papel como mera retórica, sino en el marco específico de la cooperación interesada en la búsqueda de unas “utilidades” para el patrimonio, que en última instancia, deberían beneficiar tanto a la sociedad local, como a la auto conservación de los bienes patrimoniales.

Aquí, es necesario hacer un paréntesis para ahondar en el concepto de patrimonio y sus políticas conservacionistas. Acorde a Choay (1992, p.7-19), en la Francia posrevolucionaria se genera la necesidad de preservar aquellos monumentos considerados necesarios para recordar a otras generaciones el pasado. A partir aquí, surge la intención de preservar ese legado, destacando su función antropológica. Desde la Carta de Atenas de 1931 hasta la Convención del Patrimonio Mundial, se ha hecho énfasis en los beneficios locales que la preservación del patrimonio debe generar, acorde a las particularidades de cada sociedad.

En México, la conservación patrimonial ha dependido de políticas gubernamentales diversas, que de forma sistemática han ignorado los múltiples factores que afectan al patrimonio, sobre todo al edificado. Esto ha resultado en obras de restauración poco exitosas, sobre todo en el aspecto referido al papel de la sociedad local. Por ello, cabe aquí la visión de Choay cuando establece que “Adoptar políticas de conservación sin disponer de un marco histórico referencial, sin atribuir un valor particular al tiempo y a su continuidad, y sin haber situado el arte en una perspectiva histórica, es algo [...] desprovisto de significación [...]” (CHOAY, 1992, p. 7-19).

De manera paralela, dentro de las políticas conservacionistas gubernamentales, existe una tendencia a buscar, como se mencionó anteriormente, que el patrimonio genere utilidades económicas, por ello, es preciso analizar el llamado turismo cultural, que afecta directamente al patrimonio que analizamos en este documento.

El turismo cultural

Como resultado de factores económicos y políticos, la tendencia actual para obtener recursos en México, es la de impulsar al turismo. Clara muestra de ello, es lo planteado en el Plan Nacional de Desarrollo, que dice:

El sector turismo es una prioridad del Estado mexicano y éste se ha propuesto asegurar su capacidad competitiva. Se buscará desarrollar y fortalecer la oferta turística para consolidar los destinos nacionales y diversificar el producto turístico nacional, aprovechando el enorme potencial con que cuenta México en materia de recursos naturales y culturales (SECRETARÍA DE TURISMO. 2001, p. 44).

Esta diversificación de la oferta turística, acorde a la amplia oferta de patrimonio cultural, incluye actualmente los destinos llamados de “turismo cultural” como una buena oferta ante el turismo conocido como de “sol y playa”. Aquí, entra por ejemplo el enorme interés que la arquitectura patrimonial del siglo XVI ha despertado en la población en general, gracias a campañas de difusión e inclusive, a eventos político sociales que se han llevado a cabo en algunos edificios de esta temporalidad, como el caso de la recepción a los Príncipes de Asturias en el ex convento agustino de Santa María Magdalena de Cuitzeo de Michoacán en septiembre de 2008 (figura 4).



Figura 4. Recepción de los Príncipes de Asturias en el ex convento agustino de Santa María Magdalena de Cuitzeo, Michoacán, México en 2008. Foto tomada de la página de la Secretaría de Relaciones Exteriores del Gobierno Mexicano.

Por lo anterior, cabe hacer una reflexión acerca del patrimonio cultural en México. La Ley Federal de Zonas y Monumentos Arqueológicos, Históricos y Artísticos, que es la que regula la protección del patrimonio edificado del siglo XVI, data de 1972, y no ha sido revisada, ni mucho menos actualizada, generando un “vacío” legal sobre el uso o abuso del patrimonio cultural.

Aunado a esta situación, el gobierno a nivel federal y estatal ha impulsado el desarrollo del turismo en todos sus frentes, como menciona HIRIART (2004, p. 279):

Desde finales de la década de los noventa, los gobiernos federal y estatales le han dado al turismo una importancia creciente dentro de las estrategias económicas, convirtiéndolo en la actualidad en uno de los sectores clave de las políticas de recuperación económica y desarrollo social del país, en virtud de la presunción de la capacidad que tiene esta “industria” [...] para generar empleos, aportar divisas e impulsar el desarrollo regional.

Este turismo, al relacionarlo con la gestión del patrimonio cultural, en un principio, buscaba que lograra ser autosustentable, y que fuera un generador de ingresos para la sociedad que es depositaria de ese legado. Este espíritu es el que estaba presente en la Carta Internacional sobre Turismo Cultural, que dice:

El Turismo es cada vez más apreciado como una fuerza positiva para la conservación de la Naturaleza y de la Cultura. El Turismo puede captar los aspectos económicos del Patrimonio y aprovecharlos para su conservación generando fondos, educando a la comunidad e influyendo en su política. Es un factor esencial para muchas economías nacionales y regionales y puede ser un importante factor de desarrollo cuando se gestiona adecuadamente (ICOMOS, 1999).

Siguiendo con el ejemplo tomado para este análisis del patrimonio cultural en México, esta gestión, ha sido motivo de preocupación por varios sectores ante la problemática que afronta la conservación del patrimonio edificado del siglo XVI en Michoacán.

Al analizar la gran cantidad de inmuebles del siglo XVI existentes en Michoacán, como ejemplo, hemos observado que la gran mayoría de ellos sufren de riesgos reales de pérdidas parciales o totales en su estructura o aspectos constructivos y formales. Considerando que los inmuebles religiosos son propiedad federal, es el Instituto Nacional de Antropología e Historia la dependencia encargada de velar por su salvaguarda.

Sin embargo, la misma riqueza arquitectónica existente hace imposible la labor de este Instituto al carecer de suficiente personal que colabore con su protección. Muchos edificios se encuentran en el abandono o son usados de forma parcial por la misma comunidad en que intenta conservar estos edificios que por lo general, son aquellos con los que más se identifica. El sentido de pertenencia e identidad de muchas comunidades de Michoacán, están relacionadas con estos inmuebles.

El patrimonio, es decir, aquello que se ha elegido valorar, aporta a la comunidad relaciones de conectividad y de pertenencia. Por ello, su concepto trasciende los límites de la preocupación y la acción preservadora de determinados bienes tangibles o intangibles, para reconocer las relaciones complejas en la que está envuelta.

El legado cultural se convierte así en el espacio donde, a través de un proceso de apropiación significativa y puesta en valor por parte de la comunidad, los símbolos y las representaciones permiten un diálogo entre la sociedad actual y las del pasado. El patrimonio se vuelve entonces un símbolo público de identidad colectiva.

Pero además de identidad, se supone que el patrimonio cultural, dentro de las políticas de desarrollo social, debe ser un factor de beneficio para la comunidad. Como se menciona dentro del principio 5 de la citada Carta Internacional del Turismo Cultural, se hace énfasis en el papel que debe tener la comunidad. “La gestión de la conservación del patrimonio y de las actividades turísticas debería proporcionar beneficios equitativos de carácter económico, social y cultural a los hombres y mujeres de la comunidad anfitriona, a todos los niveles, a través de la educación, la formación y la creación de oportunidades de empleo a tiempo completo” (ICOMOS, 1999).

Participación social

Como se ha mencionado anteriormente, parte importante de la conservación patrimonial es la participación activa y consciente de la sociedad, no solo de la que visita o disfruta ocasionalmente este legado arquitectónico mediante el llamado turismo cultural, sino aquella depositaria de esa arquitectura, de ese urbanismo que forma parte de su vida diaria, y que en muchos casos ignora su valor patrimonial.

Los habitantes de las localidades en que se insertan los conjuntos conventuales del siglo XVI en Michoacán, son los principales afectados por las políticas gubernamentales de preservación patrimonial. Su papel, ha sido discutido en recientes reuniones por especialistas, como menciona Sigaut, (2007, p. 286) “El patrimonio cultural es esencialmente, una obra colectiva, producida por el conjunto de la sociedad. El patrimonio es una construcción social”.

Por ello, la importancia de ese constructo social que debería ser la base en que se apoyen todas las políticas gubernamentales, y que generalmente se mantiene apartada de las tomas de decisión que afectan a su patrimonio.

Como fue definido en la Carta de México en defensa del patrimonio cultural, firmada el 12 de agosto de 1976,

Con el objeto de lograr una más adecuada y completa defensa del patrimonio cultural y en garantía de su supervivencia y vitalidad, es de fundamental importancia la toma de conciencia por parte de las propias comunidades del valor de su tradición cultural. Esto sólo se puede obtener a través de un progresivo y siempre más hondo conocimiento del carácter y de los elementos constitutivos del patrimonio mismo, mediante una investigación continua que comprometa la participación de la propia población local. Es también indispensable que esta documentación y sus resultados sean devueltos a la comunidad como un instrumento de defensa de la autenticidad y protección de su patrimonio (GOBIERNO DE MÉXICO, 1976).

Reflexiones finales

El patrimonio que conforman los diferentes paisajes culturales de México, debe ser protegido, conservado, estudiado, por parte de especialistas de múltiples disciplinas, con el fin último de acrecentar y alimentar la memoria colectiva de las diferentes sociedades que lo habitan. La identidad, el relacionarse con esta riqueza histórica, permitirá en última instancia su permanencia en el futuro, como testigo de la evolución de los grupos humanos.

Sin embargo, este patrimonio no puede de ninguna manera permanecer “congelado” en el tiempo. La sociedad actual tiene necesidades diferentes, y requiere usar ese patrimonio. La tendencia actual por parte del gobierno, es la de explotar esa riqueza patrimonial, como solución inmediata para mejorar las economías locales, a partir del desarrollo del llamado turismo cultural. Programas federales como “Pueblos mágicos” apuestan a vender la magia de localidades tradicionales, e invierten grandes recursos económicos para maquillar y hacer más atractiva esa magia.

El problema de ello, es que no se tome en cuenta a la sociedad de esos lugares. Se imponen programas, con la excusa de mejorar el nivel de vida de los pobladores, pero no les dicen que es a costa de perder muchas de sus tradiciones en aras de atraer a los visitantes. Hacer sentir al turista como en su casa, muchas veces implica la alteración de las tradiciones locales, para adaptarse a las necesidades del visitante. Por ello, es fundamental la revisión de estos factores: patrimonio-gobierno-sociedad para lograr mejores actuaciones en la preservación de este legado.

Referencias bibliográficas

BALLART, Joseph. “El pasado presente: valor y utilidades del Patrimonio Cultural”. En: **CONGRESO IBEROAMERICANO SOBRE PATRIMONIO CULTURAL, DESARROLLO Y TURISMO**. Morelia: Secretaría de Turismo del Estado de Michoacán, 2003, p. 223-234.

BLOCH, Marc. **Introducción a la historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

CHOAY, Françoise. **Alegoría del patrimonio**. Barcelona: Gustavo Gili, 1992.

CORCUERA DE MANCERA, Sonia. **Voces y silencios en la historia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Carta de México en defensa del patrimonio cultural**. En: Ministerio de Cultura Español, 1976, [www.mcu.es/patrimonio/docs/MC/IPHE/.../CARTA_DE_MEXICO.pdf], (26/03/2010)

GOBIERNO DE MÉXICO. **Programa nacional de Turismo 2001-2006. El turismo, la fuerza que nos une**. México: Secretaría de Turismo, 2001.

HIERNAUX N., Daniel y LINDON, Alicia. “El concepto de espacio y el análisis regional”. En: **Secuencia**, num. 25, Nueva época, México, 1993, p. 90-92.

ICOMOS. **Carta internacional sobre turismo cultural, (La Gestión del Turismo con Patrimonio Significativo)**. México. 1999. En: [http://www.international.icomos.org/tourism_sp.htm] (15/10/2008).

PALACIOS, Juan José. “El concepto de región: la dimensión espacial de los procesos sociales”. En: **Revista interamericana de Planificación**, Vol. XVII, n° 66, México. 1993, p. 56-68.

HIRIART Pardo, Carlos Alberto. "Los retos del turismo frente al patrimonio cultural en Michoacán". En: ETTINGER MCENULTY, Catherine Rose (coord.) **Michoacán, arquitectura y urbanismo, Nuevas perspectivas**. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Sao Paulo: Editora Universidad de Sao Paulo, 2002.

SAUER, Carl O. "La morfología del paisaje" en **University of California Publications in Geography**, vol. 2 n° 2, octubre 1925, pp. 19-53. 1925. Traducción de Guillermo Castro. Publicado en internet en el portal de la Universidad de Colorado, URL <http://www.colorado.edu/geography/giw/sauer-co/LaMorforlogiaDelPaisaje.doc>, [13/10/2006].

SAUER Carl O. "**Hacia una geografía histórica**" - Discurso a la Asociación Norteamericana de geógrafos, Baton Rouge, Louisiana, 1940. Traducción de Guillermo Castro. Publicado en internet en Department of Geography, University of Colorado, URL: <http://www.colorado.edu/geography/giw/sauer-co/GeografiaHistorica.doc>, [2/10/2006]

SIGAUT, Nelly. "El patrimonio y las políticas culturales". En Ana Cistina Ramírez Barreto (coord.) **Prácticas, legislación y políticas culturales. Enfoques académicos desde Michoacán**. México: Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, 2007, p. 282-289.

SOJA W., Edward. "The spatiality of social life: towards a transformative retheorisation". En DEREK y URRY. **Social relations and spatial structures**. Nueva York: St. Martin's press, 1985, p. 93-95.

UNESCO. **Declaración de México sobre las Políticas Culturales. Conferencia mundial sobre las políticas culturales**. México D.F., 26 de julio. 1982. 6 de agosto de 1982. En: [http://portal.unesco.org/culture/es/files/35197/1191413801mexico_sp.pdf/mexico_sp.pdf] (06/10/2008).

ORTEGA Valcarcel, José. **Los horizontes de la geografía. Teoría de la Geografía**. Barcelona: Ariel, 2000.



Expansión Territorial Comercial en Mesoamérica y Mesoamérica Septentrional por medio del Intercambio.

Dafne Angélica Corona Velázquez*

Resumen: Parte del desarrollo económico que se generó en Mesoamérica y en Mesoamérica Septentrional fue a través del comercio, no importaron las distancias territoriales para que se dieran diversas rutas establecidas por medio de acuerdos y decisiones comerciales, para que se diera la distribución y la extensión espacial de un sistema de comercio, definido a través del tiempo (preclásico terminal, clásico y postclásico) por los productos comerciales, generando vínculos con los distintos grupos étnicos establecidos en estas áreas, constituyendo rutas comerciales, alianzas matrimoniales y las peregrinaciones de los centros- santuarios-mercado.

* Arqueóloga, Escuela Nacional de Antropología e Historia.

Territorial Expansion for Mesoamerica and northern Mesoamerica through trade.

Abstract: Part of economic development that generated Mesoamerica and Northern Mesoamerica was through trade, not imported territorial distances for various routes established through trade agreements and decisions were given, generating a distribution and spatial extent of a system trade across the different cultural processes (Preclassic period, classic and post-classic period time) defined through the various commercial products, creating social bonds trade in these two areas through trade routes and pilgrimages marriage alliances with different groups ethnic established in these areas.

Palabras clave: territorio, Mesoamérica, Mesoamérica septentrional, producción local, intercambio mercantil, rutas de intercambio.

Key-Words: territory, Mesoamerica, northern Mesoamerica, local production, commercial exchange, exchange routes.

Introducción

Tanto en Mesoamérica como en Mesoamérica Septentrional se generaron diferencias, en cuanto a los procesos culturales y a los grupos étnicos que se desarrollaron en estas áreas, determinando ciertas formas de producción a través del uso y conocimiento del medio en el que se desarrollaron definiéndose como grupo y caracterizándose tanto culturalmente, espacialmente y temporalmente.

Sin embargo, aunque se dieron diferencias y similitudes culturales en estas dos áreas, fue a través del comercio que se dio un acercamiento de los grupos étnicos asentados en estas áreas, introduciendo a través de rutas comerciales conocimientos económicos, de organización social, ideológicos, simbólicos, arquitectónicos y políticos, que les permitió el comercio generar una mayor estabilidad como organización social.

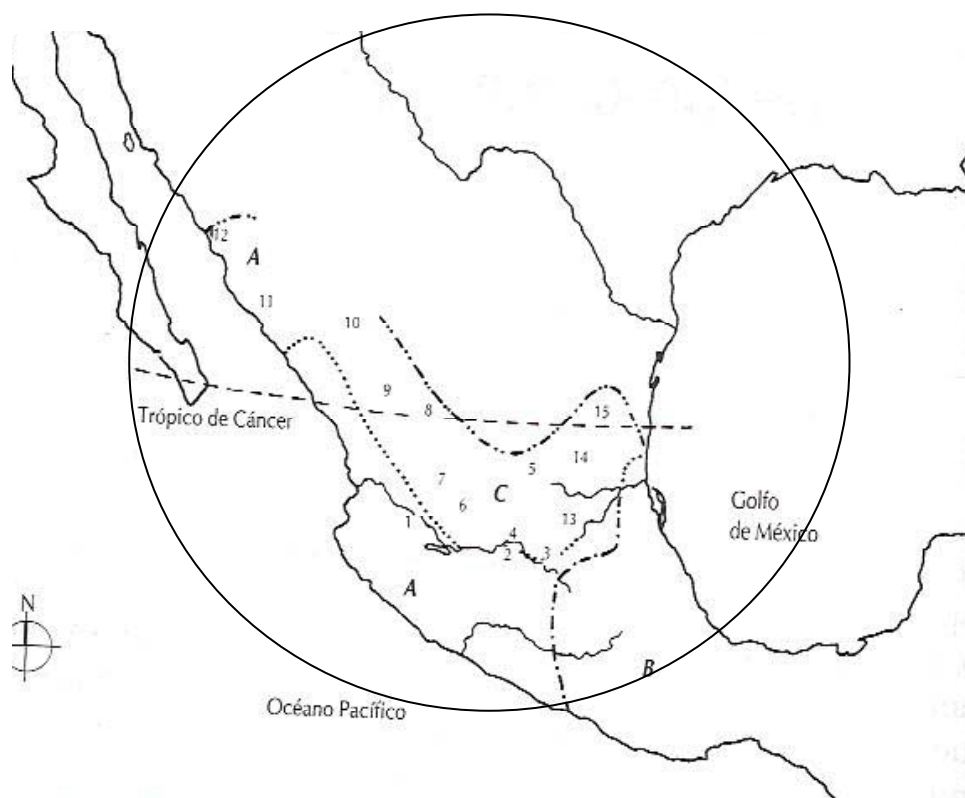
Para entender la presencia de estas influencias culturales es a través de los estudios etnográficos, arqueológicos, de antropología física, lingüísticos y etnológicos, realizando conocimientos del estudio del material cultural, de los símbolos ideológicos (hallados en la cerámica, en la arquitectura) y de las distinciones físicas.

Estas diferencias no solamente establecen conocimientos de las distintas familias lingüísticas o de los grupos étnicos que se establecieron en el territorio, sino también de los procesos de desarrollo cultural que los diferenciaba de los grupos delimitando sus límites geográficos.

Kirchhoff (1967) establece varias fronteras para determinar los límites geográficos, culturales, de las familias lingüísticas (maya, zoque, totonaca, nahua o los grupos lingüísticos como yuto azteca, otomangue, zoque maya o macro maya) que se asentaron estas áreas de Mesoamérica y de Mesoamérica Septentrional.

Si se hace referencia de las fronteras como límites geográficos para definir el territorio, se pueden establecer distinciones de la frontera norte de Mesoamérica con la frontera sur.

Por ello, Mesoamérica se diferencia de Mesoamérica Septentrional por las semejanzas culturales que tienen los diversos grupos que se asentaron en cada una de estas áreas definiendo sus límites geográficos. Siendo que a Mesoamérica se le puede considerar como un área extensiva (abarcando la Costa del Golfo, Altiplano Central, Región Oaxaqueña y Región Maya), en cambio Mesoamérica Septentrional abarca el Occidente, la zona nororiental y norcentral de México, siendo estas regiones con características económicas y de organización social específica (Figura 1).



Piña Chan (1975) a través del dinamismo de las culturas del México antiguo, definió los distintos procesos en Mesoamérica: Etapa de los grupos Nómadas (periodo de recolectores-cazadores que temporalmente abarca de 20,000a.C.-5,500 a.C.), Etapa de las comunidades sedentarias (abarca el periodo agrícola incipiente 5,500 a.C. -2,500 a.C. y periodo agrícola aldeano 2,500 a.C. -1,200 a.C.), Etapa de los pueblos y señoríos teocráticos (comprende el periodo de los centros ceremoniales 1200 a.C. – 200 d.C. y el periodo de las ciudades urbanas de 200-900 d.C.). Etapa de los señoríos y Estados Militaristas del 900- 1521 d.C.

Por ello a Mesoamérica se le puede considerar como una región con ciertos rasgos comunes de los habitantes de diferentes grupos étnicos y de grupos lingüísticos que se ven unidos por una historia común en un límite geográfico establecido, con un desarrollo económico a través de la agricultura que permitió un desarrollo complejo reflejando ciertas semejanzas y similitudes de los grupos asentados en el área (KIRCHHOFF, 1967, p. 4).

En cambio para Mesoamérica Septentrional Braniff (1994) menciona una Etapa de cazadores recolectores (10,000 a.C.), Etapa de la introducción agrícola (500 a.C.) y donde alcanzó su máximo desarrollo durante el horizonte clásico (200 d.C.-900-1000 d.C.) edificándose complejos asentamientos. Etapa de abandono de grupos cultivadores (1000 – 1350 d.C.)

Tanto en el Norte como en el Occidente se dio una complejidad social donde llegaron a conseguir una potencialidad política y económica para organizarse en unidades políticas sobre todo en la época del Posclásico (1200 d.C.). A diferencia de Mesoamérica, Mesoamérica Septentrional fue abandonada por grupos cultivadores hacia 1000 d.C. pero en la región de Durango la cultura de Chalchihuite perduro hasta 1350 d.C. (BRANIFF, 1994, p. 120).

Como se acaba de mencionar estos procesos de desarrollo no se dieron de la misma forma de los grupos étnicos que conformaron el territorio de Mesoamérica y en Mesoamérica Septentrional.

En el caso de Mesoamérica los grupos étnicos asentados en esa área se desarrollaron dentro de un medio ambiente fértil, con lluvias suficientes para la subsistencia en la agricultura a diferencia de la gran Chichimeca que se ubica dentro de un medio ámbito árido dificultando la supervivencia (BRANIFF, 2010, p.30).

Debido a las características geográficas de Mesoamérica Septentrional (abarcando el occidente y el norte) considerándolo como enormes regiones desérticas o semidesérticas, en el noroeste no son tierras aptas para la agricultura ni para el sedentarismo.

Como se mencionó anteriormente las diferencias que se dieron de Mesoamérica con Mesoamérica Septentrional, fueron a través de las condiciones geográficas que les permitió un desarrollo económico diferenciado, estableciendo una organización social determinada por el medio, siendo grupos agricultores en el área de Mesoamérica y sedentarios, cazadores, recolectores, pescadores, o con una economía mixta en Mesoamérica Septentrional.

Siendo que en Mesoamérica se desarrolló la agricultura incrementando la producción a través del control, uso de los sistemas hidráulicos y el uso de las chinampas, que definieron una economía local a través de la elaboración de diversos productos necesarios para la estabilidad como organización social.

Tanto la presencia de los diversos grupos étnicos que se asentaron en Mesoamérica como en Mesoamérica Septentrional, se definieron en el territorio por la presencia cultural a través de su organización, de su ideología, de sus costumbres, de la tecnología, de sus formas de producción, diferenciando el desarrollo de los distintos grupos étnicos que se asentaron en estas áreas.

Aunque la distribución geográfica de las áreas que conforman Mesoamérica y Mesoamérica Septentrional eran desiguales en los recursos, sin embargo, se especificaron redes o tutas de intercambio que sirvieron para mover los recursos, desde las áreas donde se producían hacia los puntos de demanda, logrando así que todas las áreas tuvieran el mismo acceso a los recursos, tanto de productos básico como de bienes de prestigio.

Estas condiciones del área permitieron que se dieran ciertas diferencias en el desarrollo de los diversos grupos asentados en estas áreas, con el uso de la agricultura en Mesoamérica desde épocas tempranas a otros grupos que no tuvieron las mismas condiciones geográficas para la producción agrícola, generando una diferenciación en el aprovechamiento de los recursos y de la estabilidad como grupo, por esos se generaron unas rutas de comercio.

Por la presencia de ciertas rutas de intercambio y de las relaciones sociales, permitió entender la presencia de diversos productos que no se producen en un área, así como, las diversas rutas de

intercambio que dio la introducción de ciertos elementos económicos, políticos e ideológicos.

Con estas rutas de comercio se determinaron áreas de comercio que se consideraron como lugares estratégicos con una ubicación geográfica que permitía que se dieran rutas de comercio y con recursos especializados que tenían las condiciones de recibir y producir grandes cantidades de elementos comerciales, generando grandes centros que crecieron como resultado del dominio comercial o si las rutas comerciales se trazaron de acuerdo con los centros existentes (ATTOLINI, 2010, p. 71).

A continuación veremos las diferencias que se desarrollaron en estas rutas de comercio a través de las distintas épocas preclásico (2,500 a.C. -200 d.C.), época clásica (200 d.C. -900 d.C.) y posclásico (900d.C.- 1,500 d.C.), así como, entendiendo la presencia y ausencia de ciertos productos y de las áreas que conformaron estas rutas.

En la época del preclásico en el periodo tardío (1,200 a.C. – 200 d.C.) se dieron indicios de un intercambio comercial a larga distancia, tal es el caso de los Olmecas que llegaron desde Veracruz y Tabasco hasta el centro de México y centro América, debido a la presencia de cerámica y lítica en estas áreas se generó que se estableciera una influencia cultural no solamente una relación de materiales culturales, sino ideológica a través de la escritura¹.

Se conoce que en Mesoamérica desde 1200 a.C., estaba constituido por unidades que tenían la fuerza económica, política y social para integrar varios satélites que les permitieron una consolidación y la colonización de nuevos territorios y un auge empresarial macro regional (BRANIFF, 1994, p. 117).

En esta época parte del plusproducto que se generó en las unidades domésticas está destinado al intercambio regional, donde la demanda de bienes alóctonos es el reflejo de la necesidad de mantener una comunicación entre las comunidades y evitar conflictos, la posibilidad de abrir nuevas vías de intercambio para obtener los productos o materias primas de difícil acceso local (BRANIFF, 1994, p. 117).

En el preclásico tardío las rutas de comercio abarcaron tanto áreas de Mesoamérica como: Teotihuacán y Guerrero y en Mesoamérica Septentrional abarcó del Occidente las regiones de Michoacán, el altiplano Potosino y del norte posiblemente Sonora y Culiacán (Figura 2).

1 - Piña Chan, en el Lenguaje de las piedras (1986), establece formas de intercambio de escritura a través de los ideogramas que se desarrollan en el área Olmeca con los de la cuenca de México con Chalcatzingo (Morelos) y en el área Maya, en el que se define una forma de escritura a través de la economía. 1

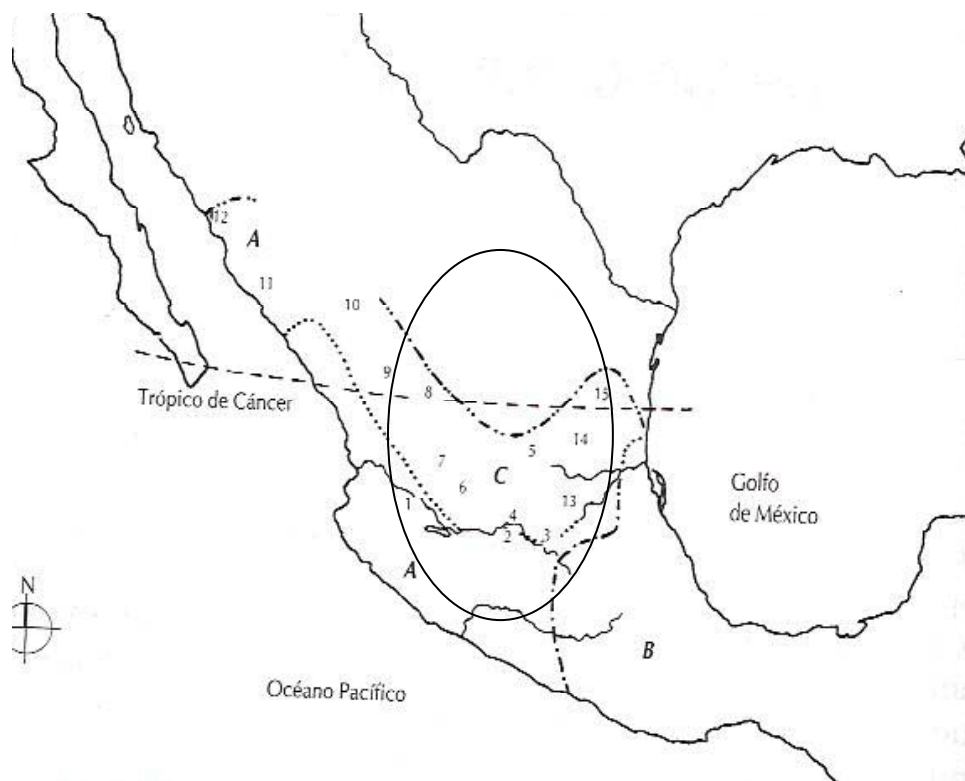


Figura 2. Rutas de comercio en el Preclásico Tardío

De los productos que se intercambiaron durante esta época están: la cerámica, la trompeta de caracol, líticos (hachas de piedra), productos agrícolas como el maíz, el conocimiento de la forma de producción agrícola, la escritura y algunos símbolos ideológicos, este sistema de intercambio les permitió que se desarrollara una ruta continua de los materiales.

En cambio en la época del clásico en Mesoamérica se desarrollaron grandes urbes poderosas políticas y económicas, que les permitió ampliar sus fronteras, generando un verdadero comercio entre varias poblaciones con base en los materiales comerciados y en la distribución de iconos y símbolos.

En la época del clásico se dio una gran urbanización con una mayor concentración de excedentes económicos, una agricultura intensiva, una producción especializada de mayores productos, una población más concentrada, centros ceremoniales y proliferación de edificios y servicios públicos, una extensión de comercio y una jerarquización más marcada de la sociedad, con el siguiente incremento de los conocimientos intelectuales, de la región y las festividades, de las artes (PIÑA, 1975, p. 9).

También en esta época se dio un control y poder militar donde la actividad militar se intensificó, que generaron disputas para definir las áreas de influencia por los recursos económicos.

Durante esta época se da una relación de productos que van de Mesoamérica Septentrional a Mesoamérica, donde los productos que se intercambiaron fueron: la cerámica, obsidiana, conchas, caracoles, productos agrícolas como el cacao, el maíz, aves (guacamaya), abulón, en la dispersión del conocimiento de cultivos de maíz y de otras plantas de sur a norte, trompeta de caracol, caracoles, cobre, turquesa, arco y flecha, hacha ranurada, cascabeles, arco y flecha.

Así como, diseños simbólicos que no existen en tierras áridas que están asociados con la ideología en Mesoamérica, pero también hay símbolos del norte que aparecen en el sur como el peinado de mariposa, flautista jorobado, elementos arquitectónicos como juego de pelota y símbolos relacionados con la fertilidad (BRANIFF, 2010, p. 30).

Debido al incremento de productos a través del comercio, se dio una imitación de ellos, tal es el caso de objetos teotihuacanos que fueron imitados por los artesanos zapotecas y mayas del sur (ESCALANTE, 2004, p. 30).

El comercio en esta época comprendió las áreas de Mesoamérica como las ciudades de Teotihuacana, Monte Albán Oaxaca, ciudades del área maya, en cambio en Mesoamérica Septentrional abarcó del Occidente loma alta Michoacán, Morales Guanajuato y las del Norte como Arizona, y Nuevo México (Figura 3).

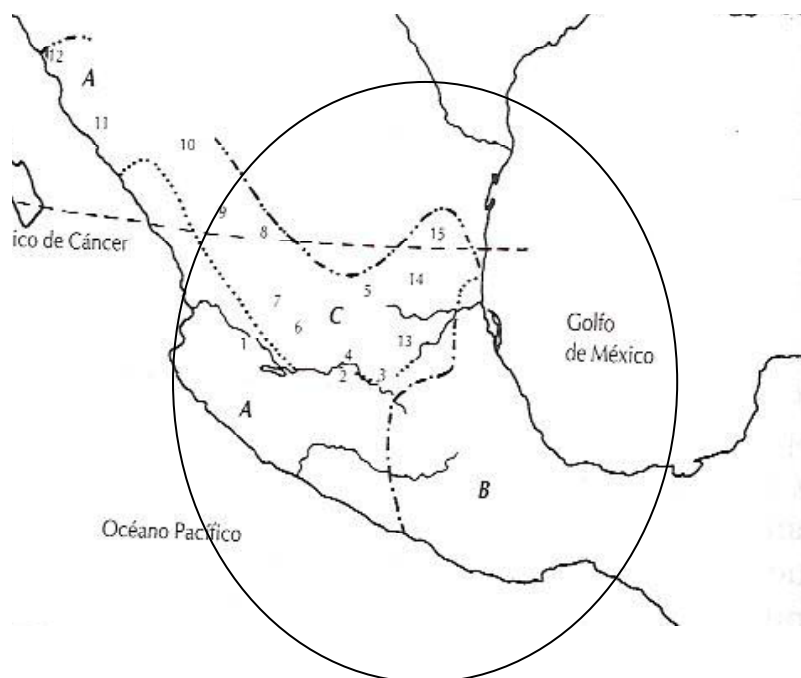


Figura 3.- Rutas de intercambio comercial en la época colonial

En cambio para la época del posclásico como se mencionó anteriormente en el inicio de esta época, se dio el abandono de muchos asentamientos mesoamericanos septentrionales y por consiguiente se dio un flujo migratorio de sus habitantes hacia el sur.

Así como, en esta época del posclásico los intercambios pueden estar determinados por el producto o por la forma de intercambio como es el caso del trueque, se determinaron las áreas donde se almacenaban ciertos productos para ser redistribuidos en artículos manufacturados y artesanales, dándose un control por medio de las instituciones políticas.

No obstante a estas circunstancias, en esta época del posclásico se dio un alto nivel de comercialización económica, donde los procesos de intercambio se regularon por el uso de varios tipos de moneda.

De los posibles productos que se intercambiaron en el posclásico esta la sal, cacao, plumas de quetzal, jade copal, madera, cerámica, concha, plumas, obsidiana, mosaico de turquesa, cobre, tabaco, miel, pescado, algodón plantas medicinales y metales. También los esclavos se consideraban como intercambio debido a la fuerza del trabajo.

Para esta época del posclásico se desarrolló las rutas de comercio abarcando regiones de Mesoamérica entre ellas Yucatán, tabasco y el Golfo de honduras, abracando la zona maya. En esta época tanto los mayas como otros grupos étnicos desarrollaron un mayor volumen de intercambio a distancia, mayor diversidad de los bienes intercambiados y la comercialización de la economía, además de un crecimiento poblacional sin precedentes y del control de sistemas políticos (ATTOLINI, 2010, p. 53). De Mesoamérica Septentrional abarcaron áreas del norte como casas Grandes y Sonora, del Occidente lugares como Nayarit (Figura 4).

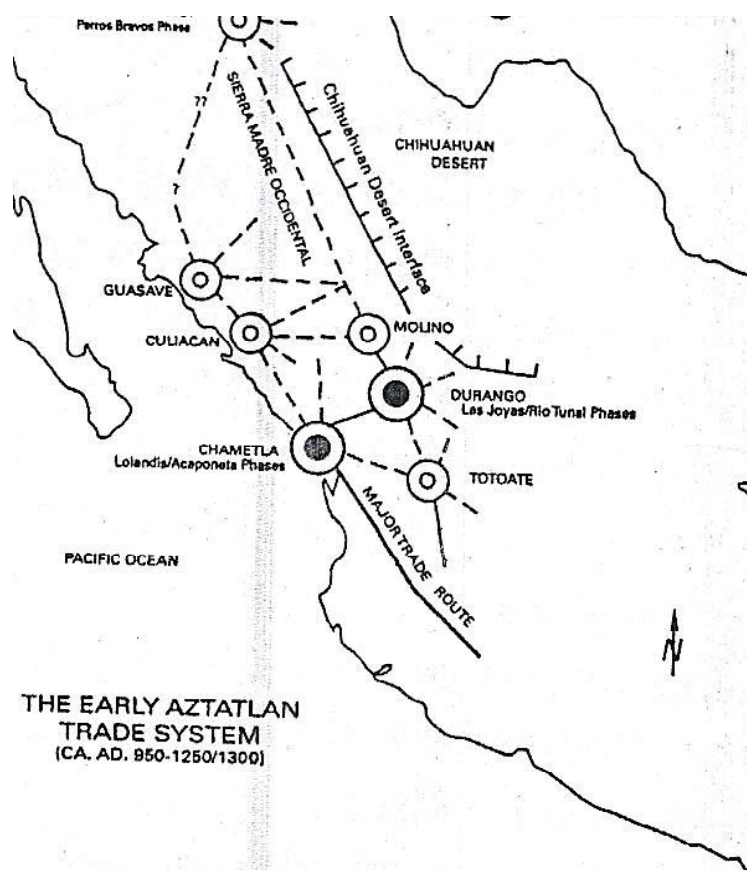


Figura 4. Rutas de comercio en las épocas del posclásico en las áreas de Mesoamérica septentrional

También se dieron centros de intercambio comercial como Tabasco que ese lugar representaba un cruce de corredores comerciales entre México y la zona maya concentrando su producción regional.

En la época del posclásico como en anteriores épocas (preclásico tardío y de la época del clásico) se dio una actividad de intercambio integrado por diversos grupos mesoamericanos y de Mesoamérica Septentrional, con el fin de proveerse de productos no disponibles en su entorno.

Pero el intercambio que se desarrolló en las distintas épocas diferencio los productos locales y regionales. En las regiones las actividades económicas se establecieron agrupando grandes núcleos de población y en focos culturales y centros de intercambio comercial, basados en especialización.

Así como, se determinaron posiblemente las fronteras que están presentes a través de las semejanzas culturales, pero no es un límite esas fronteras ya que existen ciertas difusiones y divulgaciones culturales que permitieron estas influencias, con una mayor movilidad e inseguridad en la frontera sur a diferencia del norte debido a las invasiones (KIRCHHOFF, 1967, p. 4)

Los productos comerciados se fueron aumentando según las demandas y otros de ellos se fueron manteniendo, de un periodo a otro hay un incremento en los intercambios a larga distancia, un crecimiento de población y nuevos patrones.

Se dio una estructura política en el control de los productos de intercambio, que conducía la actividad comercial bajo las normas administrativas precisas, donde las riquezas acumuladas se encaminaban principalmente como artículos de prestigio y se consolidaba el estatus del gobernante y señor del comercio (ATTOLINI, 2010, p. 65).

Con la apropiación de los recursos definieron su producción local a través del aprovechamiento de la ecología del territorio, generando el uso de los productos a través del intercambio mercantil propiciando una expansión no solo comercial, sino ideológica, económica y política.

Cada sociedad se ha manifestado en el territorio con un proceso de desarrollo definido a través de la manipulación del área, reflejado en su utilización y su producción de los medios definidos en los distintos procesos culturales en el territorio.

De una época a otra se determinan ciertos aspectos de comercio a través de la distribución de productos, donde posiblemente el intercambio se halla desarrollado de forma desigual debido a que los grupos mesoamericanos no son homogéneos.

Las rutas de intercambio

Para que se den esas rutas comerciales tuvieron que haberse dado una vinculación, una organización del sistema de intercambio y una buena producción para que se establezca ese intercambio.

Estas rutas comerciales que generaron los distintos grupos étnicos establecidos en Mesoamérica y Mesoamérica Septentrional establecieron vínculos y contactos culturales, económicos y políticos, estas rutas de intercambio quedaron registradas a través de las migraciones etnohistóricas y arqueológicas.

Como se mencionó anteriormente tanto en Mesoamérica como Mesoamérica Septentrional se desarrolló un comercio específico, un intercambio comercial y el tributo de recursos básicos y de lujo que provocaron la movilización de las poblaciones y sus símbolos.

Al darse un intercambio comercial se determinó una especialización que influye de manera decisiva en proceso de desarrollo de sociedades jerarquizadas y centralizadas. Este intercambio comercial dio acceso a los diferentes grupos de productos que no se encuentran en el entorno inmediato, por lo que se considera que todo flujo de productos cabe en la categoría de intercambio.

Debido a la diversidad ecológica en el territorio se dio la producción de productos que permitió el abastecimiento, control y producción de ciertos elementos que formaron parte de las necesidades culturales. Se puede determinar la propiedad de la tierra a través de la producción, de los asentamientos.

Se dieron estas rutas tomando en cuenta los ríos navegables, arroyos y lagunas, que estaban bien conectados abarcando áreas y regiones, considerándose como lugares estratégicos, que permitieron el intercambio de los diversos productos anteriormente mencionados y recursos suficientes para el intercambio y el mercado.

Aunque en algunas circunstancias la obtención de ciertos productos podían ser difícil, porque las fuentes de la materia prima eran poco accesibles y obligaban a la sociedad y a los especialistas a enfrentarse a horas y trabajo a una destreza excepcional por parte de los especialistas en su obtención, como en el caso de algunos productos: cacao, algodón, las plumas de jade, la

obsidiana, las pieles de ocelote y de venado, las conchas, la explotación de la sal y de los tintes (ATTOLINI, 2010, p. 65).

También se crean zonas complementarias y que el movimiento de recursos entre las diferentes regiones ambientales, puede llevar al establecimiento de mercados fronterizos e instituciones económicas especializadas.

La distribución de productos no se dio de la misma forma, por eso las redes de intercambio servían para mover los recursos desde las áreas, donde se generaban las demandas, accediendo los grupos tanto a los de consumo básico como a los de prestigio.

Estas redes o rutas de intercambio propician una introducción de productos no locales considerados como productos extranjeros. Estos productos se pueden diferenciar por la región que los produce con ello se tendrían distinciones hacia esta variedad, tal es el caso de Productos locales de Mesoamérica y productos de la Mesoamérica Septentrional.

La producción local en Mesoamérica se diferencia por productos agrícolas y productos artesanales, tal es el caso: productos agrícolas (maíz, frijol, calabaza, chile); productos artesanales (cerámica, tejidos, mantas, joyas); productos líticos (obsidiana).

En cambio los productos locales de Mesoamérica Septentrional serían productos mineros, productos de caza, de pesca y de recolección, tal es el caso: productos mineros (lítica, turquesa, cobre); productos de caza (pieles, animales, aves); productos de recolección (plantas medicinales, granos y semillas) (Figura 5).



Figura 5. Productos comerciales (Mapa elaborado por Amalia ATTOLINI Lecon).

Aunque hay una diferencia de productos de la sierra, la costa o por la vía terrestre lo que permite una continua circulación de materiales. De los materiales que se comercian de norte a sur está la turquesa, fue requerida del norte al sur, siendo el caso de la turquesa extraída de las minas de Cerrillos, Nuevo México, se trabajó en la ciudad de Paquimé, como material de comercio.

Se da una diferencia de productos siendo comestibles o productos que por su calidad sean de uso no solo comercial sino ideológico. La diferenciación de productos de intercambio en el área establece ciertos elementos de prestigio.

Estas formas de vinculación con otros grupos étnicos, determino una forma productiva específica, para Bartra (1973) el artesano que lo considera como productor y dueño de los medios de producción, cuando cambia la artesanía de una economía primitiva y de autoconsumo, se une al

nivel familiar o comunal a la agricultura, pero cuando es una cuestión mercantil el productor artesanal constituye una mercancía pero no adquiere un carácter capitalista, en tanto se mantenga la unidad entre el trabajador (el artesano) y las condiciones de la producción (los instrumentos de trabajo).

Esta forma mercantil por parte de los artesanos hizo que los productos tuvieran una mayor apertura tanto en Mesoamérica como en Mesoamérica Septentrional que las rutas de comercios fueran de forma distributiva.

Estas rutas de comercio se vuelven una empresa comercial y política, lo que permitió una poderosa empresa comercial y política que determino la distribución de nuevos conocimientos de organización social, políticas, económicas e ideológicas.

Hay diferencias de las rutas comerciales en las distintas épocas, en la época del preclásico las rutas de comercio abarco mayormente áreas de Mesoamérica. Para la época del clásico por los cambios culturales que se suscitaron se dieron relaciones interculturales del Occidente y Mesoamérica.

En cambio para la época del posclásico se incrementaron varias rutas del norte y occidente (Mesoamérica Septentrional) relacionados con Mesoamérica, cubriendo el territorio mexicano, que se conocen las rutas del Occidente, Mesoamérica Chichimeca y el noroeste es donde se generaron la distribución de materiales en ambos sentidos (BRANIFF, 2010, p. 32). Dándose en esta época una relación comercial mucho más intensa entre el occidente y el noroeste.

La obtención de productos comerciales a través del intercambio, fomento una economía de redistribución y una economía mixta por la diversidad de producción, pero también una continua relación de los grupos sociales con el comercio. Sobre las rutas de comercio se han dado referencias de la distribución de ciertos símbolos o iconos culturales.

A través del tiempo para la época del posclásico sobre todo en Mesoamérica, se dio gente que se encargaba a los tratos de larga distancia, que su función era abastecer a los gobernantes con numerosos productos en puertos distantes y llevaban al extranjero objetos que los soberanos entregaban o eran comprados en los mercados de Tenochtitlan y Tlatelolco sobre todo en la cuenca de México, también los mayas que controlaba el comercio a larga distancia. Las áreas que abarcaban el sur de Campeche, los ríos de Usumacinta y Grijalva en Tabasco.

A través de conocer estas rutas de comercio en áreas como Mesoamérica y Mesoamérica Septentrional, se puede decir que se dio la relación del artesano-producto- zonas de producción- sitios donde se reciban los productos- los productos de intercambio.

Consideraciones finales

Las distintas rutas de comercio que se establecieron tanto en Mesoamérica como en Mesoamérica Septentrional, permitían que los distintos grupos étnicos tuvieran acceso a distintos productos que no estaban en su área, estas rutas de intercambio abarcaron áreas del norte, centro, occidente y sur, por la presencia y distribución de los recursos producidos en el área.

Estas rutas de comercio trajeron a los demás grupos conocimientos agrícolas, de manufactura, de producción, así como, elementos simbólicos que permitieron a cortas distancias la imitación de especializaciones.

Al establecer las diferencias de la apropiación del territorio en cuanto a la producción, no solo se define su economía local, sino el control de estas fuerzas productivas en relación con la organización social y la extensión territorial por medio de la producción comercial.

Lo que se van intercambiando no son solo alimentos, abrigo, bienes artesanales, técnicas, tecnologías, ideologías, rituales, sino que se desarrolló un acercamiento de la integración de diversas regiones de Mesoamérica en un mismo sistema comercial.

Referencias bibliográficas

ATTOLINI Lecón, Amalia. “Intercambio y caminos en el mundo maya prehispánico. Caminos y Mercados de México”. Universidad Nacional Autónoma de México. INAH. México, 2010, p. 51-77.

- BARTRA, Roger. **Breve Diccionario de Sociología Marxista**. Enlace. Grijalbo. México, 1973.
- BRANIFF Cornejo, Beatriz. “**Comercio e Interrelaciones entre, Mesoamérica y la Gran Chichimeca**”. INAH, 2010, p. 27-50.
- BRANIFF Cornejo, Beatriz. “**La frontera Septentrional de Mesoamérica. En: Historia Antigua de México**”. Volumen I. El México antiguo sus áreas culturales, los orígenes y el Horizonte Preclásico. INAH. 1994, p.113-139.
- ESCALANTE, Pablo. “El México Antiguo. En: **Nueva Historia de México**”. Colegio de México. 2004, p. 11-57.
- KIRCHHOFF, Paul. “**Mesoamérica. Sus Límites Geográficos, Composición Étnica y Caracteres Culturales**”. Suplemento de la Revista Tlatoani, Segunda Edición. México, 1967, 12 p.
- MATOS Moctezuma, Eduardo. “Mesoamérica”. En: Linda Manzanilla y Leonardo Lopez Lujan. **Historia Antigua de México**. Volumen I. El México antiguo sus áreas culturales, los orígenes y el Horizonte Preclásico. INAH. p. 1994, p. 49-7.
- PIÑA Chan, Román. “Introducción. En: **Del Nomadismo a los Centros Ceremoniales**. México Panorama Histórico y Cultural”. INAH. Departamento de Investigaciones Históricas. 1975, p. 7-12.
- PIÑA Chan, Román. **El Lenguaje de las piedras**. México. INAH, 1986.
- PALERM, Ángel. **Antropología y Marxismo**. Universidad Iberoamericana. México, 2008.
- SARMIENTO Griselda. La creación de los primeros centro de poder. En: MANZANILLA Linda y LOPEZ Leonardo, LUJAN. **Historia Antigua de México**. Volumen I. El México antiguo sus áreas culturales, los orígenes y el Horizonte Preclásico. INAH. 1994, p. 248- 277.
- .
- .



El Paisaje Cultural Andino en el Estado Mérida (Venezuela): Una Contribución Geográfica.

Francisco Enrique La Marca*

Francisco Silva Costa**

Resumo: El estado andino de Mérida cuenta con numerosos recursos paisajísticos y escénicos de gran belleza. Los principales atractivos, además de su vegetación y fauna, son las formaciones montañosas que contienen los páramos. Sus paisajes son variados por los diversos bosques húmedos y nublados, bolsones áridos, páramos, superpáramo y las cumbres desérticas heladas. La agricultura, el turismo, la ganadería, la agroindustria y la truchicultura son actividades importantes con usos muy intensivos. Existen aquí varias escalas geográficas que determinan, por ejemplo, la erosión de suelos, calidad del agua, e intoxicación humana por el abuso de biocidas y otros agroquímicos. A partir de varias excursiones y trabajo de campo, pretendemos dar una contribución sobre el paisaje andino en el estado Mérida, privilegiando la perspectiva geográfica..

* Departamento de Geografía Física, Escuela de Geografía, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, enrique.lamarca@gmail.com..

** Departamento de Geografia, Universidade do Minho, Guimarães, Portugal e CEGOT - Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, costafs@geografia.uminho.pt

Andean cultural landscape in Mérida (Venezuela): a geographical contribution.

Abstract: The Andean State of Merida has numerous landscape resources and scenic beauty. The main attractions, besides its vegetation and fauna, are the mountain formations containing the 'paramos'. Their landscapes are varied because of the different wet and cloud forests, arid pockets, paramos, superparamo and icy summits. Agriculture, tourism, livestock, agro-industry and trout fishery are important activities with very intensive applications. There are here several geographic scales that determine, for example, soil erosion, the water quality, and human intoxication by abuse of biocides and other agro-chemicals. From various excursions and fieldwork, we intend to give a contribution on the Andean landscape in the Mérida

Palabras-clave: Andes, Cordillera de Mérida, recursos escénicos, recursos hídricos, biodiversidad..

Key-Words: Andes, Cordillera de Mérida, scenic resources, water resources, biodiversity.

Paisaje, y Geografía de Viaje

‘Paisaje’ es un término de carácter interdisciplinario utilizado en diferentes ámbitos: Geografía Aplicada, Ecología del Paisaje, Planificación Territorial y Ambiental (LESER, 2001). Es interpretado como ‘cualquier parte del territorio percibido por la población cuyo carácter resulta de la acción de los factores naturales y humanos y de sus interrelaciones’ (CONVENIO EUROPEO DEL PAISAJE DE FLORENCIA, 2000), o como ‘aquella parte de la superficie terrestre con una unidad espacial que por sus características exteriores específicas se distingue de otras a través de fronteras geográficas naturales’ (Troll 1950). Todos los paisajes son herencias en varios sentidos, bien sea como realidad terrestre o cultural, transformadas de manera continua (GUIMARÃES, 2002, 2004).

Bajo una visión de sistemas dinámicos, Marx (1977) hace consideraciones sobre el término “paisaje”, llevándolo a una concepción más amplia en el sentido de ‘todo y cualquier ambiente de nuestro territorio’; y considera que son recursos paisajísticos “aquellos paisajes que, debido a las características específicas de orden estético, científico o histórico, constituyen bienes culturales de una comunidad” (GUIMARÃES, 2005). El propio paisaje es un recurso turístico notable, lo que hace que la observación del mismo sea de gran importancia en definir una Geografía de Viaje o del Turismo. Según Lema (1999), viaje es descubrimiento y también ocupación del espacio.

El paisaje ecológico andino del estado Mérida

El estado Mérida presenta un terreno heterogéneo, compuesto por una gran diversidad de ecosistemas que, considerados como elementos del paisaje, interactúan y se repiten de forma similar a través del espacio. En este sentido, podemos hablar de un “paisaje ecológico” andino (véase ZONNEVELD, 1995; CHACÓN-MORENO, 2007; JOSSE et al., 2009) y su estructura espacial, evolución temporo-funcional y los intercambios físico-biológicos a través de los paisajes regionales pueden ser tratados bajo el enfoque conceptual y metodológico de la Ecología del Paisaje (SANTAELLA, 2007).

Mérida es una de las divisiones político-territoriales con mayor diversidad ecológica y geográfica en Venezuela. Ubicada al oeste de este país tropical, presenta una ubicación geográfica, relieve, clima e historia geológica que contribuyen con su inusual diversidad de ambientes (LA MARCA, 1997, 2012). Su territorio es atravesado por la imponente Cordillera de Mérida, que allí se encuentra dividida en tres Sierras principales (Nevada de Mérida, La Culata, y de Santo Domingo). El sistema tectónico de la Falla de Boconó separa estos ramales montañosos y es el origen del paisaje abrupto y de los principales valles de los ríos, configurando las depresiones intramontanas (MENDOZA, 2001; LARA, 2010). Aquí están los cinco picos más elevados del país (Bolívar 4980m, Humboldt 4.942m, La Concha 4.922m, Bonpland 4.883m, Toro 4.654m y León 4.740m), junto con otros 30 picos y picachos que sobrepasan los 4.500m (PAREDES, 2001; GUTIÉRREZ, 1999) y los últimos glaciares pleistocénicos (BARRERO, 2002).

En el relieve del estado se puede diferenciar tres grandes unidades fisiográficas, a saber: montaña y valles intermontanos, piedemonte andino lacustre y la planicie lacustre. En la primera, donde nacen los más importantes cursos de agua, la topografía es muy irregular, con pendientes elevadas en las cumbres glaciares y la franja periglaciaria; y de moderadas a altas en el resto del territorio, a excepción de las pendientes suaves en los pequeños valles intermontanos (Fotografía 1). El Piedemonte es un conjunto montañoso bajo con colinas residuales de topografía ondulada, que forma abanicos aluviales sobre depósitos geológicamente recientes que caracterizan el resto de la planicie lacustrina (GUTIÉRREZ, 2005).

Dado el componente montañoso, el pronunciado gradiente altitudinal y la tropicalidad (definida por su posición predominantemente ecuatorial), todo el estado manifiesta una gran variedad climática, ecológica y antropológica que abarca diferentes pisos altitudinales, desde la tierra caliente hasta la tierra helada (VIVAS, 1992). Las sierras principales conforman imponentes barreras geográficas que condicionan el clima regional al separar las tierras bajas y de piedemonte en la cuenca del Lago de Maracaibo (con un régimen tetraestacional), de las planicies elevadas y

pedemonte en las vertientes llaneras (con un régimen biestacional). El régimen tetraestacional es característico de la zona noroccidental de Venezuela (incluyendo la cuenca del Lago de Maracaibo) y afecta sobretudo a las vertientes andino-lacustres; presenta precipitaciones altas en dos periodos (abril-junio y septiembre-noviembre) y baja en dos periodos (diciembre-marzo y julio-agosto). El régimen biestacional, característico de los Llanos de Venezuela, afecta las vertientes andino-llaneras; presenta dos estaciones bien marcadas: una lluviosa (marzo-agosto) y una seca (septiembre-febrero). En ambos regímenes se producen variaciones significativas de pluviosidad anual, observándose años más secos y otros más húmedos (PAREDES y LA MARCA, 2007).



Figura 1 - valles intermontanos (Fotografía de Enrique La Marca)

Los tipos climáticos regionales van desde el cálido-húmedo de las planicies septentrionales en la región lacustre, al cálido-seco estacional en las planicies meridionales en los Llanos; del semiárido de la región de Lagunillas al muy húmedo de los bosques nublados intra-andinos, y del seco y frío de las estepas andinas en los Pueblos del Sur hasta el frío húmedo de los páramos; como ejemplos de un amplio espectro climático ambiental.

La variabilidad térmica en el estado es pronunciada, con promedio anual de unos 28°C en las tierras bajas lacustres, hasta temperaturas menores que 0°C en las cumbres heladas, determinada por un gradiente altotérmico de 0,6 °C/100 m de elevación que es factor clave para el establecimiento y distribución de las especies (SANTAELLA, 2007).

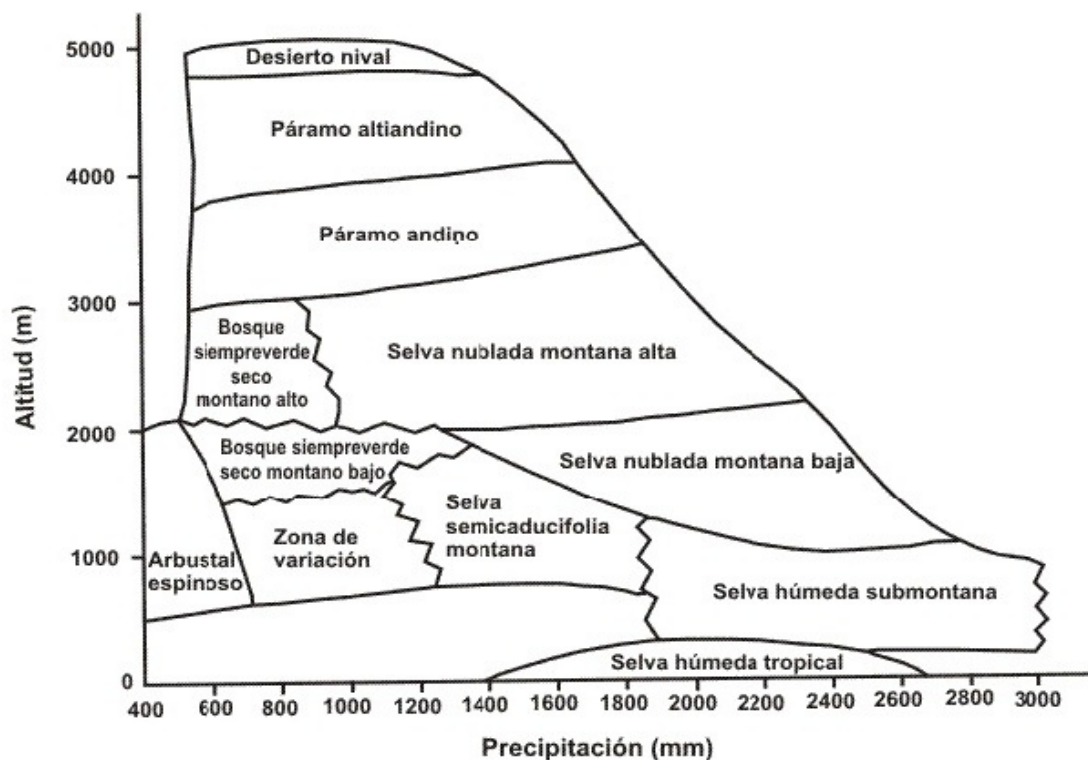
El estado Mérida posee una de las mayores concentraciones y diversidad de cuerpos de agua en Venezuela, con características geoecológicas que lo convierten en un verdadero sistema de recepción hídrica; contribuye al país con uno de los mayores aportes hídricos al N del río Orinoco, con cerca de 790 millones de m³ de agua de escurrimiento. Sus cuencas hidrográficas abastecen de agua potable a un 65% de la población y también aporta al estado 80% del agua de riego; su alta capacidad de captación de agua alimenta dos de las principales centrales hidroeléctricas, Santo Domingo y Uribante-Caparo. La abundancia del recurso agua, representado principalmente por el escurrimiento superficial a través de una extensa red hidrográfica, es explicada por la masividad de la cordillera, las altas precipitaciones, la capacidad de retención de humedad, más los bajos índices de evaporación debido a la alta nubosidad y temperaturas moderadas (NUBIS, 2011).

El territorio merideño está comprendido entre dos hoyas hidrográficas, al N la del Lago de

Maracaibo y al S la del río Orinoco. La vertiente N alimenta los drenes hacia la depresión del lago de Maracaibo. Allí vierten sus aguas ríos importantes como el Escalante, Onía, Chama, Capazón, Torondoy, Chirurí y Pocó. El mayor volumen de agua corresponde al río Chama, con 275 millones de metros cúbicos al año (PAREDES, 2001; MALDONADO y DE BIEVRE, 2011). La vertiente S produce la mayor parte del agua que alimenta el río Apure y, a través de éste, al río Orinoco. Allí destacan los ríos Guaimaral, Mucuchachí, Aricagua y Santo Domingo.

En el territorio merideño también se encuentra un sinnúmero de lagunas, muchas formadas por el retroceso de glaciares, que dan un importante valor agregado al paisaje. Entre ellas destacan las lagunas de Santo Cristo (la de mayor dimensión), El Suero (la más elevada), Urao (epicentro de comercio en la cuenca del río Chama en tiempos pre-hispánicos), y Caparú (espejo de agua en el enclave semiárido de lagunillas que sirve de área de paso y descanso para aves migratorias de ambos hemisferios N y S). Para una Geografía de Viaje también son importantes las cascadas presentes en el estado, como la de la India Carú, en Bailadores; la Cascada del Velo, en las inmediaciones de Santo Domingo; la Chorrera de Las González, en las inmediaciones del pintoresco pueblo de Jají; y las cascadas pequeñas que dan su nombre al parque Chorros de Milla, en la ciudad de Mérida.

En el estado Mérida podemos identificar 4 grandes pisos altitudinales que condicionan una gran diversidad de flora y fauna, a saber: 1) Tierras Bajas (0 a 400 msnm) con bosques húmedos ubicados hacia los piedemontes externos de la Cordillera de Mérida; 2) Tierras Intermedias (400 a 2000 m) generalmente con bosques estacionales, aunque en algunos valles aparecen arbustales xerófilos o bosques secos; 3) Tierras Altas (2.000 a 3.500 m), con vegetación de tipo paramera; y 4) Tierras Muy Altas (más de 4.000 m), con vegetación escasa y predominancia de rocas desnudas (ATAROFF y SARMIENTO, 2003; LA MARCA y SORIANO, 2004; MALDONADO y DE BIEVRE, 2011). La Figura 2 (MONASTERIO y REYES, 1980) muestra el ordenamiento de las unidades ecológicas del estado Mérida de acuerdo a dos gradientes: altitud (m) y precipitación anual (mm).



Las formaciones vegetales más notorias son el Páramo y el Bosque Nublado (o “selva nublada”). El Páramo, con una composición florística y faúnica de numerosos endemismos, se ubica entre 2700 y 4300m y es el ecosistema más representativo de la colonización, adaptación, especialización y evolución de la flora en un ambiente tropical frío de origen relativamente reciente (BARRERO, 2002; ALDANA y BOSQUE, 2008; SUAREZ, CHACÓN-MORENO y ATAROFF, 2011). Combina isoterminia anual de bajas temperaturas (entre 0-10°C), heladas frecuentes y precipitación entre 600 mm y 1800 mm con hasta 3 meses secos (SARMIENTO et al., 1971; MONASTERIO y REYES, 1980; VIVAS, 1992; SEGNINI y CHACÓN, 2005). Predominan las gramíneas en macolla, arbustos y plantas en rosetas (SANTAELLA, 2007; MARTÍNEZ et al. 2009). El páramo provee diversos servicios ecosistémicos: conservación de biodiversidad, captación y regulación de agua, bellezas escénicas, y soporte de actividades agroproductivas y ecoturísticas (SUÁREZ et al., 2011).

El Bosque Nublado ocupa entre 1.700 a 3.000 m y contiene bosques densos con numerosas especies endémicas. Presenta altas precipitaciones y humedad relativa durante todo el año (que limita seriamente la agricultura), con isotermas anuales entre 18 y 10°C. Exhibe toda una gama de condiciones ambientales que permite un desarrollo de una variada vegetación arbórea y, a la vez, contribuye con una gran oferta de servicios ambientales desde regulación de caudales y rendimiento hídrico, hasta escenarios de belleza escénica incomparable (SEGNINI y CHACÓN, 2005). La deforestación de amplios espacios de bosque nublado ha ido paralelo con el desarrollo de una ganadería de altura, de tipo lechera.

Otras unidades ecológicas de importancia son los Bosques Deciduos y Semideciduos. Ocupan pisos altitudinales más bajos (a menos de 1.700m), presentan climas más secos, precipitación entre 500 y 1700 mm, temperaturas más cálidas (12 a 24°C), con predominio de formas arbustivas. Muchos de los bosques secos fueron severamente intervenidos para el establecimiento de los primeros cultivos introducidos en la región, particularmente el trigo, mientras que los bosques semideciduos fueron destruidos para dar paso a los cultivos de café, que se convirtió en un importante rubro de exportación para el país antes del auge petrolero.

Un aspecto importante del estado Mérida es la presencia de 19 Áreas Bajo Régimen de Administración Especial que ocupan más del 60% de su superficie, entre las que destacan los parques nacionales (PN). El PN Sierra Nevada, el mayor y más antiguo (año 1952), posee 276.446 ha. Es importante por su condición de reservorio de agua, por su gran variedad de flora y fauna, y por poseer los picos y lagos más elevados del país, junto con una multitud de atractivos biológicos y geográficos que lo colocan como ícono nacional de riqueza y potencial natural. El PN Sierra de La Culata, creado en 1989, con 200.400 ha, alberga una variedad de bosques siempreverdes y páramos, posee numerosos ríos y riachuelos, presenta elevadas cumbres por sobre 4700m y entre sus ecosistemas únicos destacan el Páramo Desértico Altiandino y del Desierto Periglacial. El PN Juan Pablo Peñaloza (páramos de El Zumbador, El Batallón y La Negra) tiene una superficie de 75.200 ha, cuya mayor significación es su función protectora y estabilizadora de los caudales de los ríos Uribante y Mocoties, indispensables para la generación de energía eléctrica en el sistema hidroeléctrico de Uribante-Caparo, así como para la sustentabilidad agroproductiva del valle del río Mocoties. El PN Tapo-Caparo, el de más reciente creación (1993), ocupa 205.000 ha y fue establecido para la conservación de bosques, y fauna y flora única (INPARQUES, 1991; PAREDES, 2001; MÉNDEZ, 2003).

El Paisaje cultural andino del estado Mérida

El “Paisaje Cultural” (sensu LESER, 2001) del estado Mérida, mantiene su expresión regional a través de los asentamientos (forma y distribución de centros poblados), la forma y capacidad económica (usos de la tierra) y la estructura y función (sistema de comunicaciones) del espacio andino y sus áreas de influencia. Presenta determinados espacios con una tipicidad característica, tal como el paisaje cultural del Páramo y está definido por la evolución de la sociedad (historia, costumbres) y el uso del espacio a lo largo del tiempo, que en el contexto geográfico puede ser expresada como un sentimiento colectivo único y definido con las limitaciones y oportunidades del medio natural y de sucesivas fuerzas sociales, económicas y culturales que están en un equilibrio dinámico de desarrollo (WÖBSE, 2001; SÁNCHEZ y AYALA, 2006; MÁRQUEZ

DE LANDAETA et al., 2007; IFLA, 2013).

Dentro del sistema de sierras montañosas del estado Mérida se puede diferenciar 5 principales tipos de paisajes culturales: las cuencas intraandinas, los grandes valles de penetración, el paisaje periglacial y glacial, las áreas de poblamiento disperso en cadenas montañosas (Figura 3), y las áreas de poblamiento concentrado en valles, terrazas, abanicos aluviales y conos de deyección, donde también se realiza la mayor parte de las actividades agroeconómicas (MÉNDEZ, 2003).



Figura 3. Áreas de poblamiento disperso (Fotografía de Enrique La Marca).

La base económica de los Andes de Mérida se centra, fundamentalmente, en dos actividades productivas: la agropecuaria y la turística. En menor proporción existen actividades industriales con poca representatividad; así como una minería muy básica, que se circunscribe a la extracción de granzón, arena, arcilla y caliza (MALDONADO y DE BIEVRE, 2011). De acuerdo con el Plan de Ordenación del Territorio (MARNR, 1991), el estado Mérida cuenta con poco más del 5% de la superficie aprovechada a nivel nacional. De estas, 11,9 % son de agricultura intensiva (horticultura, floricultura, fruticultura, cultivos anuales mecanizados y plantaciones tropicales); 15,4% son de actividades pecuarias (intensiva, semi-intensiva y extensiva); 1,8% son de agricultura y ganadería de subsistencia; 16,1% son plantaciones de sotobosque, y 54,8% con uso forestal y de protección integral. El porcentaje de tierras agrícolas, si bien no representa un valor importante a nivel nacional, posee en cambio una importancia relativa en cuanto a su especificidad para ciertos sistemas productivos como horticultura y plantaciones de sotobosque, las cuales llegan a representar el 34,3 y 18,6% respectivamente, de las tierras disponibles para estos sistemas en el país (PAREDES, 2001). El estado Mérida ocupa un lugar preeminente en la producción de rubros como hortalizas de piso alto, tubérculos, ajo, café, plátano, cambur y frutas cuyas superficies cosechadas han sufrido variaciones significativas a lo largo del tiempo; así como una ganadería bovina orientada a la producción de leche y carne, y la producción piscícola especializada en truchicultura (LARA, 2010).

Una zonificación del espacio agrícola y agropecuario andino-merideño permite identificar 3 zonas claramente definidas, cuya configuración responde básicamente a factores de tipo climático y a las exigencias del mercado nacional (GUTIÉRREZ, 2005; LARA, 2010). En la Zona Alta se desarrolla una agricultura de tipo comercial e intensiva de pequeños y medianos productores que hacen uso de gran cantidad de pequeños sistemas de riego y modernas técnicas de producción. Produce cultivos de alta rentabilidad, como papa, hortalizas y flores. Las condiciones ambientales limitan la ganadería a una actividad de tipo extensiva en los páramos y de tipo lechera intensiva

especializada en ambientes de bosque nublado. La truchicultura destaca como un rubro importante, colocando a Mérida como la principal entidad productora de truchas del país. La Zona Media destaca por el desarrollo de una agricultura basada en el café, cambur, caña de azúcar, frutales y hortalizas (tomate, pimentón y cebolla), y un elevado potencial para el cultivo de flores. La Zona Baja se caracteriza por predominio de cultivos extensivos e industriales como maíz, algodón y sorgo, y producción de plátano, cambur y frutales, con potencial para plantaciones de cacao y frutas tropicales. Allí se desarrolla una ganadería de doble propósito, leche y carne (PAREDES, 2001; GUTIÉRREZ, 2005; ROMERO y ROMERO, 2007; LARA, 2010).

Degradación física y disfunciones ambientales en el paisaje andino

Los Andes de Mérida constituyen la zona productora de agua más importante del occidente venezolano, garantizando los procesos socio-económicos más relevantes de la región (agricultura, consumo urbano, energía hidroeléctrica, turismo y recreación). Enfrentan una presión socio-ambiental muy compleja que compromete el equilibrio funcional del sistema regional (NUBIS, 2011). Uno de sus principales problemas es la deforestación por la fuerte presión antropogénica. Los bosques alto-andinos (al igual que los páramos), ecosistemas fundamentales para proveer de agua dulce a las poblaciones y permitir la regulación de la hidrología regional, tienen una elevada tasa de alteración, fragmentación y destrucción que cambia la estructura del bosque, hace que se modifiquen las propiedades hidrofísicas de los suelos y, por ende, se altere su funcionamiento hidrológico, incluyendo la interceptación de neblina (BUYTAERT et al.; 2006, TOBÓN, 2009; TOBÓN et al., 2009).

La segunda actividad negativa más importante es la agricultura, no sólo en si misma sino por sus actividades colaterales de apoyo (e.g. sistemas de riego, carreteras, infraestructura). Conlleva a: 1) uso excesivo de agroquímicos y aportes no procesados de origen animal (como “gallinazo” y “abono de chivo”, que generan problemas de salud pública); 2) escasa aplicación de prácticas de conservación de suelos y aguas, 3) deterioro de humedales, producto del pisoteo del ganado o de dragado con fines de riego (ROMERO y ROMERO, 2007; SUAREZ, CHACÓN-MORENO y ATAROFF, 2011), 4) modificación de los procesos hidrológicos, bioquímicos, así como la estructura y productividad del ecosistema (VENTURINI, 2007), y 5) disminución de la biodiversidad al afectarse un alto número de endemismos.

Hay otros impactos como la afectación directa e indirecta por carreteras y vías de penetración, el aumento de temperaturas con el consiguiente derretimiento de glaciares que afecta el caudal y suministro de agua, cambios en los sitios donde se genera neblina orográfica, el pastoreo, y la influencia de árboles exóticos como el eucalipto y los pinos introducidos (VÁZCONEZ, 2010).

Entre los ecosistemas más afectados del estado están los páramos, los bosques nublados, los bosques estacionales, los bosques secos y arbustales espinosos, y los bosques húmedos de piedemonte y tierras bajas. En los Páramos ha ocurrido una profunda transformación por una agricultura de gran productividad dominada por cultivos hortícolas y tubérculos. La producción de papa acarrea una degradación sistémica, con sus respectivas expresiones en lo ecológico, lo socioambiental, lo económico y lo político (ROMERO, 2003). La ganadería de tipo extensivo, no tecnificada, con pocas ganancias, es la actividad más ampliamente presente en los páramos y genera un impacto ambiental generalizado (VÁZCONEZ, 2010; SUAREZ et al., 2011). El manejo indiscriminado e inadecuado del agua de riego conduce a erosión y degradación ambiental, con repercusiones económicas; sus efectos se reflejan en la disminución de la productividad y un deterioro en las condiciones y la calidad de vida de los mismos agricultores (ROMERO, 2003; ROMERO y ROMERO, 2007).

Los Bosques Nublados han ido perdiendo su fisonomía original, la cual se encuentra dominada ahora por sistemas agropecuarios (BARRERO, 2002) Este ecosistema ha sido sometido a talas continuas para establecer pastizales y cultivos. En la búsqueda de mayor rendimiento en los cultivos (como la papa) y la ganadería (lechera, de altura), la degradación de las tierras por la intensificación de estas actividades conlleva a un avance de la frontera de intervención hacia altitudes mayores, provocando la afectación de humedales altoandinos, entre otros (ROMERO,

2003). La agricultura practicada aquí se basa en un uso intensivo e irracional de agroquímicos, unido a la presión y al mal manejo de los recursos agua y suelo (GUTIÉRREZ, 2005). La degradación se manifiesta en erosión de suelos, extinción de especies, establecimiento de especies invasoras, aparición de superficies impermeables, contaminación del agua, y desviación de cursos de agua, entre otros (TOBÓN, 2009).

De los Bosques Estacionales sólo quedan remanentes en lugares muy inaccesibles generalmente asociados con altas pendientes. Se encuentran en muchas cuencas de la cordillera de Mérida entre 800 y 1.700m de elevación, afectados principalmente por la actividad cafetalera y el establecimiento de sistemas pecuarios con pastizales, que afectan el balance energético e hídrico por degradación del suelo, con la aparición de procesos erosivos que disminuyen la calidad y productividad de las tierras. Los cafetales tradicionales bajo árboles de sombra, frutales o maderables podrían ser considerados uno de los cultivos menos perniciosos, porque preservan algunos de los procesos ecológicos propios del bosque natural, como el mantenimiento de una constante cobertura de los suelos (VENTURINI, 2007). Es interesante notar que la gran mayoría de los asentamientos humanos en los Andes venezolanos se localizan dentro de la zona de vida que alberga estos bosques estacionales.

Los Bosques Secos y Arbustales Espinosos fueron lugar de asentamiento de numerosas parcialidades indígenas prehispánicas. A la llegada de los europeos, estos lugares fueron incorporándose progresivamente a nuevos usos. La degradación ambiental aceleró los procesos de pérdida de suelos y cárcavamiento, entre otros problemas ambientales. Los cursos de agua han disminuido su caudal, y el uso ancestral de acequias conductoras de agua para los cultivos y uso humano ha desaparecido por la disminución o desaparición de las fuentes y por la introducción de nuevos sistemas de riego o suministro humano.

En la cuenca media del río Chama, el pastoreo de ganado caprino, en manadas dispersas, está contribuyendo con la degradación de los suelos en los ambientes intervenidos; los procesos erosivos se han visto acelerados con la desertificación. En la cuenca del río Mocotíes, los ambientes más elevados presentan una alta incidencia de intoxicación humana, debido al uso desmedido de fertilizantes y biocidas en tierras ganadas a la agricultura y horticultura tras la desforestación de los bosques secos.

Los bosques húmedos de piedemonte y planicie son importantes en las vertientes externas de la Cordillera de Mérida. De particular importancia, por su extensión y características geográficas son los bosques remanentes en la cuenca del Lago de Maracaibo. Hasta la década de los años 50 del siglo XX había todavía una densa cobertura boscosa que desapareció después de la apertura de la carretera panamericana, la eliminación de las condiciones de insalubridad que presentaban las ciénagas, el establecimiento de hatos, haciendas y fincas, así como por la fundación de nuevos centros poblados. Los bosques y humedales cedieron paso a diferentes cultivos y a pastizales para cría de ganado vacuno.

En la región andina se presentan actualmente las siguientes tendencias: 1) disminución de la productividad en gran parte de las tierras agropecuarias, a un ritmo variable dependiendo de la ubicación geográfica; 2) agricultura más intensiva que la que puede soportar la clase de tierra bajo explotación, y avance de la frontera agrícola, especialmente hacia las tierras bajas, a fin de compensar las tierras abandonadas; 3) utilización de técnicas de laboreo inadecuadas e intensificación en pequeñas áreas de las cuencas media y alta de los principales ríos, para la producción de papas y hortalizas; 4) sobrecarga de ganado con la consiguiente degradación del suelo y la vegetación, daños en los patrones naturales del drenaje, erosión y depósito de sedimentos; (5) degradación por la extensa red de caminos, trochas y senderos con trazado inadecuado o en mal estado; y (6) deterioro de las coberturas naturales, traducido en pérdidas significativas y degradación de hábitats naturales en las Áreas Bajo Régimen de Administración Especial (LARA, 2010; JOSSE et al., 2012; MOLINA y ALBARRÁN, 2013).

Consideraciones finales

Los Andes tropicales encabezan la lista mundial de 'hotspots' de biodiversidad, por el endemismo y de número de especies por unidad de área (MYERS et al., 2000) y son, también, una de las áreas tropicales más drásticamente amenazadas con una prolongada historia de ocupación

humana desde tiempos pre-hispánicos y con importantes pérdidas de su riqueza biológica (MITTERMEIER et al., 1999; JETZ et al., 2007; WASSENAR et al., 2007).

La Cordillera de Mérida se caracteriza por una gran diversidad de climas, topografía, paisajes, zonas de vida y unidades ecológicas donde las intervenciones antropogénicas han aumentado paulatinamente, ocasionando que los diferentes ecosistemas hayan experimentado una transformación acelerada y se hayan modificando los patrones del paisaje. Una vez que este paisaje fue transformado, se hizo más vulnerable, debido a la velocidad de pérdida de su diversidad original, disminuyendo sus posibilidades de recuperación como consecuencia de que sus diversos sistemas presentan coberturas geográficas restringidas (VENTURINI, 2007).

La potencialidad de la tierra en el Estado Mérida es muy alta; existe una importante superficie que podría ser incorporada para usos agropecuarios, si los productores adoptaran algunas prácticas conservacionistas que permitan superar las limitaciones actualmente existentes (AGUILAR y MENDOZA, 1979; AGUILAR y ALDANA, 1988). Los paisajes pueden tener diferentes usos (turístico, recreativo, docente y/o científico), que pueden desempeñar al mismo tiempo un importante papel en la conservación de las cuencas hidrográficas tanto para la producción agropecuaria como para el mantenimiento de los ríos. Debido a que más de las 3/4 partes de la superficie del estado se encuentra ubicada dentro de áreas protegidas (como Parques Nacionales, Monumentos Naturales y Zonas Protectoras), se hace imprescindible compatibilizar los diversos usos (GUTIÉRREZ, 2005).

Por su importancia ecológica y económica, el cuidado de las unidades ecológicas naturales es prioritario en las estrategias de conservación regional (MARTÍNEZ et al., 2009). Estos ambientes albergan una flora y fauna tropical de montaña de las más diversas del mundo.

Los ambientes de montaña en el estado Mérida ofrecen lugares muy hermosos que constituyen un atractivo importante para la promoción de la industria turística; esta se beneficia durante todo el año de sus impactantes paisajes, pues la producción y las visitas pueden realizarse sin pausas, a diferencia de lo que ocurre en las montañas templadas, todo lo cual contribuye con el bienestar de los habitantes y visitantes de esta porción del país.

En todos los análisis sobre las amenazas a la integridad de los ambientes de montaña siempre están presentes la tala, la quema indiscriminada, la ampliación de la frontera agrícola, la ganadería mal manejada, la forestación con especies foráneas, la cacería ilegal y ciertas formas de turismo mal planificado, las cuales se juntan con nuevas amenazas actuales que han resultado en otros desafíos para su manejo (VÁZCONEZ, 2010).

En síntesis, la geografía merideña no son solamente el páramo, los bosques altoandinos y las cumbres nevadas, entre otros atractivos, sino también los espacios estratégicos para la captación, almacenamiento y aprovechamiento del agua; el estudio de la diversidad biológica, su conservación y apropiación. El disfrute y aprovechamiento turístico de los paisajes en el estado Mérida completaría el conjunto de actividades variadas que se pueden llevar a cabo en esta singular región andina.

Referencias bibliográficas

AGUILAR, L., y MENDOZA, G. **Determinación de áreas potenciales para el desarrollo agropecuario. Cuenca del río Motatán**, IGCRN, FCFA, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, 1979, 129 p.

AGUILAR, L. y ALDANA, F. **Potencialidad de la tierra del estado Mérida**, IGCRN, FCFA, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, 1988.

ALDANA, A. y BOSQUE, J. "Evaluación de la zonificación de uso del Parque Nacional Sierra de La Culata, Mérida-Venezuela", **Rev. Forest. Latinoam.**, vol.23, n.43, 2008, p. 9-34.

ATAROFF, M., y SARMIENTO, L. "**Diversidad en Los Andes de Venezuela. I. Mapa de Unidades Ecológicas del Estado Mérida**", Ed. Instituto de Ciencias Ambientales y Ecológicas (ICAE), Univ. Los Andes, Mérida, Venezuela, 2003, CD-ROM.

BARRERO, J. M. "**El páramo: producción social del espacio en las altas montañas ecuatoriales**", Documento CESO no. 39, Bogotá, Colombia, Ediciones Uniandes, 2002, 19 p. .

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 69-79, 2015

La Marca, F.E; Costa, F.S.

ISSN 2236-4994

| 77

BURBLE Marx, R. “**Recursos Paisagísticos do Brasil**”, SUPREN, Recursos Naturais, Meio Ambiente e Poluição, IBGE, Rio de Janeiro, Brasil, 1977, p. 39-46.

BUYTAERT, W., et al. “Human Impact on the hydrology of the Andean páramos”, **Earth-Science Reviews**, 79(1-2), 2006, p. 53-72.

CHACÓN-MORENO, E. Ecological and spatial modelling: Mapping ecosystems, landscape changes, and plant species distribution en INTERNATIONAL INSTITUTE FOR GEO-INFORMATION SCIENCE AND EARTH OBSERVATION, AND WAGENINGEN UNIVERSITY. **Llanos del Orinoco**, PhD Thesis. Enschede, The Netherlands, 2007, 238 p.

GUIMARÃES, S. T. L. “Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação”, **OLAM - Ciência & Tecnologia** Rio Claro/SP, Brasil, 5(1), 2005, p. 202-219.

GUIMARÃES, S. T. L. “**Imagens de Lugar: um estudo de percepção, interpretação e representação do meio ambiente**”, Relatório Final de Atividades Científicas/FUNDUNESP, São Paulo, Brasil, 2004.

GUIMARÃES, S. T. L. “Percepção Ambiental e Conservação de Recursos Paisagísticos em Áreas de Turismo Rural e Ambiental” en Yoshiya Nakagawara, FERREIRA (Org.), **Construção do Saber Urbano Ambiental - a caminho da transdisciplinaridade**, Londrina: Humanidades, 2002, p. 334-345.

GUTIÉRREZ, A. et al. “**Plan estratégico a largo plazo: Mérida estado competitivo 2020**”, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales (FACES) – Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, 1999 [online].

GUTIÉRREZ A. GUTIÉRREZ, A., QUINTERO, M. L., GARCÍA, L., GRISOLÍA, A., RIVERO, J. C., GARCÍA, A. R., ORTIZ, M. de. “Algunas características importantes del Sector Agrícola del Estado Mérida”, Plan Estratégico del Estado Mérida, **Revista Provincia** - Número 005 y 006, I Etapa, Mérida, Venezuela. 2005. En: <http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/23371/5/artic4.pdf>. Consultado el 9 mayo 2013.

IFLA - International Federation of Landscape Architects “**A comprehensive inventory of cultural landscapes Venezuela**”, Lista de paisajes culturales en Venezuela organizada por tipología de paisaje. 2013. En: <http://www.iflalc.org/inventory/IFLA-Venezuela-Cultural%20Landscape%20Inventory-Fernandez%20et%20al-2008-Espanol.pdf>. Consultado el 9 mayo 2013.

JETZ, W., WILCOVE, D. S., y DOBSON, A. P. “Projected impacts of climate and land-use change on the global diversity of birds”, **Biology** 5, 2007, p. 1211-1219.

MALDONADO S., G.; DE BIEVRE, B (Eds.) “**PARAMUNDI, Memorias do II Congreso Mundial de Páramos**”, CONDESAN, Ministerio del Ambiente del Ecuador. Quito, 2011, 158 p.

MINISTERIO DEL AMBIENTE Y DE LOS RECURSOS NATURALES RENOVABLES – MARNR. **Resultados del taller sobre el proyecto de investigación “Un Modelo Pedogeomorfológico para Venezuela**”, MARNR, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas, Táchira. Venezuela, 1991.

MÁRQUEZ DE LANDAETA, S., MORA, M. R., COLLS, N. P. y MEJIA, N. “Definición del paisaje de la parroquia rural La Toma, del Estado Mérida en Venezuela, a partir de la percepción de sus pobladores. Arquitectura vernácula en el mundo ibérico”, **Actas del Congreso Internacional sobre Arquitectura Vernácula**, A.M. Aranda Bernal (Coord.), 2007, p.123-131.

MARTÍNEZ J. S. et al. **Atlas de los Andes del Norte y Centro, Consorcio para el Desarrollo de la Ecorregión Andina** - CONDESAN, Lima, 2009, 25 p.

MÉNDEZ, E. **Una Ventana Geográfica del Estado Mérida**. Alcaldía del MUNICIPIO SANTOS MARQUINA, MÉRIDA, VENEZUELA, 2003.

MENDOZA, F. R. **Visitando a Mérida**, Mérida, Talleres Gráficos Universitarios, Mérida, Venezuela, 2001.

MITTENMEIER, R.A., ROBLES GIL, P., HOFFMAN, M., PILGRIM, J., BROOKS, T., GOETTSCH MITTERMEIER, C., LAMOREUX, J. y DA FONSECA, G. A.B. **Hotspots Revisited: Earth’s Biologically Richest And Most Threatened Terrestrial Ecoregions**, Conservation International, Ciudad de México. CEMEX, México, 2004.

MOLINA, G.Z. y ALBARRÁN, A. “Análisis multitemporal y de la estructura horizontal de la cobertura de la tierra: Parque Nacional Yacambú, estado Lara, Venezuela”, **Cuadernos de Geografía (Revista Colombiana de Geografía)** 22(1), 2013, p. 25-40.

MONASTERIO, M. y REYES S. “Diversidad ambiental y variación de la vegetación en los páramos de Los Andes de Venezuela” en MONASTERIO M. (Editora): **Estudios Ecológicos en los Páramos Andinos**, Ediciones de la Universidad de Los Andes. Mérida, Venezuela, 1980.

NUBIS P. “El crecimiento urbano en las cuencas de la región Andes de Venezuela y su articulación con el recurso agua”, **Revista Geográfica Venezolana**, 52(2), 2011, p. 101-122.

PAREDES, N. S. “Espacio, tiempo y cultura: encuentros y desencuentros de la memoria prehispánica andina”, Presente y Pasado. **Revista de Historia**, 6(11/12), 201, p., 140-159.

PAREDES, S., y LA MARCA, E. “Comportamiento del clima a finales del siglo XX en los altos Andes venezolanos y el declive de *Atelopus mucubajensis*”, **Herpetotropicos** 3(1), 2007, p. 7-20.

ROMERO, L. “Hacia una nueva racionalidad socioambiental en los Andes parameros de Mérida ¿de qué depende?”, **Fermentum**, 13(36), 2003, p. 55-72.

ROMERO L. y ROMERO R. “Agroecología en Los Andes Venezolanos”, **Revista Investigación** 15, 2007, p. 52-57.

SÁNCHEZ, Y. y AYALA, J. “Transformación del paisaje y uso sustentable del ecosistema agrícola andino en el municipio Rangel, Mérida”, **Geoenseñanza** 11, 2006, p. 63-77.

SANTAELLA, W. “**Cambio del paisaje en la línea transicional páramo-selva nublada, sector La Aguada de la vertiente norte de la Sierra Nevada de Mérida**”, Trabajo de Grado inédito, Lic. Estudios Ambientales, Universidad Yacambú, Barquisimeto, estado Lara, Venezuela. 2007, 92 p.

SARMIENTO, G., MONASTERIO, M., AZOCAR, A., CASTELLANO E. y SILVA, J. **Estudio integral de la cuenca de los ríos Chama y Capazón**. Vegetación Natural, Instituto de Geografía y Conservación de Recursos Naturales, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, 1971.

SEGNINI, S. y CHACÓN-MORENO, M. “Caracterización fisicoquímica del hábitat interno y ribereño de ríos andinos en la cordillera de Mérida, Venezuela”, **Ecotropicos** 18(1), 2005, p. 38-61 [Online].

PEÑA, D. E. S., CHACÓN-MORENO, M. y ATAROFF, M. “Heterogeneidad del paisaje de selva semicaducifolia Montana en tres cuencas de los Andes venezolanos”, **Revista Geográfica Venezolana**, 52(2), 2011, p. 11-30.

TOBÓN, C. “Los bosques andinos y el agua”, Serie **investigación y sistematización** 4, Programa Regional ECOBONA – INTERCOOPERATION, CONDESAN, Quito, Ecuador, 2009, 64 p.

TOBÓN, C., BRUIJNZEEL, L.A., y FRUMA, U. “Physical and hydraulic properties of Tropical Montane Cloud Forest soils and their changes after conversion to pasture”, **Proceedings of the Second International Symposium: Science for Conserving and Managing Tropical Montane Cloud Forests**, Waimea, Hawaii, July 27 – August 1, 2004, 2009.

TROLL, C. “Die geographische Landschaft und ihre Erforschung”. **Studium Generale** 3. Springer, Heidelberg, German Democratic Republic, 1950.

VÁZCONEZ, P. M. “Los páramos ecuatorianos: Paisajes diversos, frágiles y estratégicos”, **AFESE: Revista de la Asociación de Funcionarios y Empleados del Servicio Exterior Ecuatoriano**, 54, 2010, p. 97-122.

VENTURINI, O. L. “**Geografía de la Región de Los Andes Venezolanos**, Cátedra de organización del espacio”, Programa: Ambiente – salud y sociedad, Mención Geografía/cs de la Tierra, Universidad de Los Andes, Mérida, Venezuela, 2007, 17 p.

VIVAS, L. **Los Andes venezolanos**. Academia Nacional de Historia. Caracas- Venezuela, 1992.

WASSENAR et al. “Projecting land use change in the Neotropics: the geography of pasture expansion into forest”, **Global Environmental Change**, 17, 2007, p. 86-104.

WÖBSE, H. “Historische Kulturlandschaften, Kulturlandschaftsteile und Kulturlandschaftselemente” in KOMMUNALVERBAND GROßRAUM HANNOVER (Hrsg.): **Kulturlandschaften**. Europa-regionale und internationale Konzepte zu Bestandserfassung und Management. Hannover.= Beiträge zur regionalen Entwicklung 92, 2001, p. 9-12.

ZONNEVERLD, I. S. **Land Ecology. An introduction to landscape ecology as a base for land evaluation, land management and conservation**, SPB Academic Publishing, Amsterdam, Netherlands, 1985.

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p.69-79, 2015

La Marca, F.E; Costa, F.S.

ISSN 2236-4994

79



Ni Llueve en Invierno ni se Convierten en Ciénagas las Calles. Los Paisajes Sarmientinos Antes y Después del Facundo¹.

Inmaculada Simón Ruiz*

Resumen: En estas páginas presentamos una aproximación a las ideas de Domingo Faustino Sarmiento y cómo éstas son expuestas en sus descripciones del paisaje. Entre el romanticismo y el positivismo, Sarmiento expone los condicionantes que explican, a su juicio, las formas de dominación en Argentina y en América Latina. El intelectual viaja y describe para explicar no lo que ve sino lo que quiere ver. Así, el paisaje se presenta como el pretexto para demostrar sus hipótesis. En su crónica de viaje de Santiago a Valparaíso (1841) presenta unas ideas previas sobre la relación civilización-barbarie que desarrollará en el Facundo (1843) y sus viajes por Andalucía y el Norte de África (1845) se constituyen en el pretexto para explicitar la relación entre llanura y caudillismo expuesta en su anterior trabajo sobre Quiroga.

* Profesora de la Universidad Autónoma de Chile

1- Este trabajo ha sido realizado con apoyo del proyecto interno de investigación otorgado por la Universidad Autónoma de Chile y del programa FONDECYT Regular 2014 para el proyecto de investigación “Transformaciones políticas y socioambientales derivadas del cambio en el paradigma higiénico sanitario. Modernización del sistema de aguas en Chile a finales del siglo XIX: los casos de Valparaíso y Talca”, referencia 1140292. Un avance de la investigación fue presentado en el VII congreso Internacional CEISAL, 2013 celebrado en Lisboa. Contacto: isimonr@uautonoma.cl

Neither Rain in Winter nor Change the Streets in Bogs. The Landscapes Sarmientinos Before and After of Facundo.

Abstract: In these pages we present an approach to the ideas of Domingo Faustino Sarmiento and how they are exposed in their descriptions of the landscape. Between romanticism and positivism, Sarmiento outlines the factors that explain, in his view, the forms of domination in Argentina and Latin America. The intellectual travels and described to explain not what you see but what you see. Thus, the landscape appears as a pretext to prove his hypothesis. In his chronicle Trip from Santiago to Valparaiso (1841) presents some preliminary ideas on civilization-barbarism that develop in Facundo (1843) and his travels through Andalusia and North Africa (1845) Relation constitute a pretext for explicit plain the relationship between warlordism and forth in his earlier work on Quiroga.

Palabras clave:

Romanticismo, paisaje, positivismo, civilización, barbarie.

Key-Words:

Romanticism, landscape, positivism, civilization, barbarism.

Introducción

Del análisis de la bibliografía de Sarmiento interesa particularmente en estas páginas reflexionar sobre la construcción de su discurso y en torno a la utilización que hace del paisaje chileno, argentino, español y norte africano para sustentarlo. Imbuido de las corrientes ideológicas y literarias del momento, Sarmiento no escapa de la influencia del romanticismo al tiempo que su calidad de “hombre de acción” termina conduciéndolo a realizar propuestas para el cambio que emparentan ya con el positivismo.

Veremos a continuación como Sarmiento viaja a Europa, concretamente a España, y al Norte de África para demostrar una hipótesis presentada en el *Facundo*: la semejanza entre las grandes llanuras semidesérticas de Asia y África y su semejanza con la Pampa argentina y cómo este paisaje influye en la configuración del sistema de relaciones de poder en esos lugares.

También veremos cómo este discurso, manifestado en el *Facundo* para hacer referencia a un espacio y contexto específico como es el de la provincia argentina, ha sido utilizado previamente para describir otro contexto como es el del espacio comprendido entre Santiago y Valparaíso. Así, dos países tan distintos como son el chileno y el argentino (según la propia visión de Sarmiento como veremos más adelante) o tan distantes como puedan ser las llanuras mesopotámicas y la pampa terminan emparentándose por el paisaje pero también por las soluciones propuestas por el autor para contrarrestar lo que él considera deficiencias: civilización.

Sarmiento oscila entre el romanticismo que exalta la barbarie y el positivismo que aboga por la civilización entendida según el paradigma capitalista del progreso. Por eso en su análisis no habla de civilización “o” barbarie sino de civilización “y” barbarie, si bien siempre aboga por que la primera irá siendo sustituida inexorablemente por la primera.

La distancia entre lo vacío y lo lleno, lo “esteril” y lo cultivado, lo improductivo y lo productivo, lo malsano y lo sano se irá cubriendo poco a poco con desarrollo y progreso, cosas que serán posibles únicamente a partir de la institucionalización. Como veremos a continuación, en este proceso es fundamental para Sarmiento la figura del gobierno local como instrumento para el control y para el cambio.

En pos de las llanuras

Después de la publicación del *Facundo*, escrito como respuesta a la llamada de Rosas al gobierno chileno para que no diera asilo a los enemigos de Argentina, el Gobierno de Chile encomienda a Domingo Faustino Sarmiento una misión de estudio de los sistemas educativos y de colonización en Europa y en Estados Unidos. El viaje, iniciado en 1846, tiene, sin embargo, un objetivo más allá de la misión encomendada. Sarmiento pretende demostrar la hipótesis planteada en el *Facundo*, descubrir las similitudes entre África y Argentina para justificar su tesis de la llanura y las grandes distancias como obstáculo al desarrollo y como germen del caudillismo.

Aunque el tema de la colonización y de la educación son elementos constantes en su discurso, escasas son las referencias concretas en las páginas dedicadas a España en el libro que publicó, *Viajes por España, África i América 1845-1847* (SARMIENTO, 1997). Sin embargo son muchas y muy valiosas las que emplea en la descripción del paisaje a través de las cuales nos muestra una idea de España y del norte de África que servirán de base para entender la herencia latinoamericana. Veremos como el paisaje natural andaluz se presenta como el punto de unión entre España y África y, en última instancia con América y lo americanos.

Sarmiento busca sus orígenes en España y en el norte de África. Llama la atención que las ideas de lo español, de lo americano y de lo africano sean elaboradas por Sarmiento a través de las descripciones del paisaje desde una perspectiva de la que el propio autor hace burla de manera persistente, el romanticismo. A pesar de sus frecuentes referencias peyorativas a los libros de viajes escritos en clave romántica, Sarmiento termina por explicar al hombre y por justificar la idiosincrasia de los pueblos y sus representaciones desde el medio en el que están inmersos dentro del más puro estilo romántico.

Sarmiento llega a España con una idea previa: demostrar la similitud entre las grandes llanuras de la pampa argentina y los desiertos africanos y las grandes estepas asiáticas se corresponde

con la similitud entre los gauchos y los nómadas que atraviesan el desierto con sus caravanas y con los mongoles y pastores cosacos. El paisaje, así, influye poderosamente en la idiosincrasia de sus habitantes y modula su comportamiento y su forma de vida así como la manera de hacer política. El parentesco vislumbrado entre árabes, cosacos, mongoles y gauchos tiene su nexo en común en España y, sobre todo, en Andalucía, donde los árabes dejaron su impronta y la traspasaron, así, a América a través de los conquistadores. Destacaremos a continuación algunos fragmentos en los que expresa esta idea previa, esta imagen que de España lleva Sarmiento en su viaje y que con tanta claridad refleja en su *Facundo* (SARMIENTO, 1986) para compararlos también con la idea posterior al viaje con el fin de detectar posibles modificaciones posteriores a la investigación. Procuraremos en estas páginas analizar las referencias a la llanura y su influencia sobre la población con las que explica el sistema político imperante en Argentina durante la primera mitad del siglo XIX.

Desde Occidente se asume la idea del orientalismo (SAID, 1990) romántico de los viajeros europeos del norte y el centro en Asia, en el norte de África y en la Europa meridional pero es menos frecuente encontrar ese espíritu de búsqueda y de recreación en un americano que llega a Europa. Domingo Faustino Sarmiento es una muestra palpable de la existencia de un orientalismo que vendría desde el extremo occidente (ROUQUIÉ, 1989).

Nicolás Ortega (1999) señala que los viajeros románticos en España no traían ideas previas sobre el paisaje y su interpretación porque no había relatos anteriores que analizaran esta cuestión. Antes, las preocupaciones se habían centrado en otras cuestiones como las costumbres, la forma de organización social, los tipos humanos, etc. Pero después de la invasión napoleónica los viajeros del grand tour europeo comenzaron a tener en cuenta a España después desde un punto de vista que hasta entonces no había sido conocido: el artístico. El expolio realizado por los soldados napoleónicos tuvo como resultado el que la pintura española se comenzara a conocer y cotizar al otro lado de los Pirineos. Desde entonces, los viajeros románticos se enfrentarán al espacio geográfico, al paisaje y a su representación sin ideas previas pero cargados de otros tópicos con los que enriquecerán sus relatos ya que llegarán a España en busca de aventura y exotismo aunque también ávidos de conocer su historia o su pasado y su paisaje.

Para el espíritu romántico, sin duda, el paisaje favorito será la montaña así como la vegetación frondosa. Por eso, cuando viajen a Andalucía se fijarán más que en la belleza de su entorno paisajístico en las ciudades y en los monumentos árabes. Pero un elemento que no puede faltar en todo espíritu romántico es el del misterio y la incertidumbre y en eso el paisaje andaluz, sobre todo Sierra Morena, brindará enormes recompensas a los esforzados viajeros que se arriesgaban a cruzarla con la posibilidad de ser atracados por bandoleros y asaltantes de caminos.

La sierra, que dio la oportunidad a los antiguos defensores de la península con respecto a los invasores franceses de refugiarse en sus riscos, alojará también a sus descendientes, a los que no quisieron o no pudieron volver a la “civilización” y a ellos se sumarán también los huidos de la justicia, los famosos bandoleros que, como los hombres de Sherwood, darán motivo para más de una leyenda.

La posibilidad de ser asaltados por estos bandidos dará un “aliciente” a los viajeros románticos ávidos de aventura que, después, en sus relatos describirán -a veces utilizando la primera persona y otras evocando lo que otros viajeros les contaron (o que supuestamente les contaron), terribles anécdotas en las que eran brutalmente atacados a su paso por Andalucía.

Sarmiento abominará de estos viajeros y de estos vendedores de aventuras que a su juicio sólo buscan entretener y vender libros y no investigar, descubrir y relatar lo encontrado sino que se limitan a recrear lo imaginado:

El viaje escrito, a no ser en prosecución de algún tema científico, o haciendo exploración de países poco conocidos, en materia mui manoseada ya, para entretener la atención de los lectores. Las impresiones de viaje, tan en voga como lectura amena, han sido explotadas por plumas como la del creador inimitable del género, el popular Dumas, quien con la privilegiada facundia de su espíritu, ha revestido de colores vivaces todo lo que ha caído bajo su inspección, hermoheando sus cuadros casi siempre con las ficciones de la fantasía, o bien apropiándose acontecimientos dramáticos o novedosos ocurridos muchos años a otros, i conservados por la tradición

local; a punto de no saberse si lo que se lee es una novela caprichosa o un viaje real sobre un punto edénico de la tierra (SARMIENTO, 1997, p. 3).

Y más adelante señala, con no menor ironía:

En cuanto a pintoresco i poesía, la España posee sin embargo grandes riquezas, aunque por desgracia cada día va perdiendo algo de su orijinalidad primitiva. Ya hace por ejemplo cuatro años a que la diligencia no es detenida por los bandidos con aquellas largas carabinas que todavía llevan consigo hasta hoy los muleteros, razgo que caracteriza a todas las sociedades primitivas, como los árabes, los esclavones, los españoles (SARMIENTO, 1997, p. 131).

Para Sarmiento, los viajeros que siguen esa línea adolecen de un excesivo entusiasmo a la hora de exaltar lo misterioso y maravilloso y de hermostrar lo que ven, desvirtuando lo que la realidad hace evidente:

¡Cuan bellos son los paisajes así descritos, i cuán animado el movable i corredizo panorama de los viajes! I sin embargo, no es en nuestra época la excitación continua el tormento del viajero, que entre unas i otras impresiones agradables, tiene que soportar la intercalación de largos días de fastidio, de monotonía, i aun la de escenas naturales, mui bellas para vistas i sentidas; pero que son ya, con variaciones que la pluma no acierta a determinar, duplicados de lo ya visto i descrito (SARMIENTO, 1997, p. 3-4).

El procurará, por ello, ceñirse a lo que ve y a lo que experimenta sin, al parecer, percatarse de que esto que él experimenta condiciona también lo que describe después, de manera que, finalmente, termina recreando en sus escritos lo que pretende hacernos pasar por descubrimiento y hallazgo científico despojado de toda subjetividad.

A tal punto se deja impresionar por el paisaje y por lo que de él conoce que termina justificando que sus características determinan las de los hombres que los habitan. Sarmiento, como el resto de los viajeros románticos, está analizando el paisaje como ente vivo, como sistema, tal y como lo hace la geografía moderna pero añadiendo al análisis su percepción personal adelantándose a lo que en la actualidad se conoce como geografía humanística o geografía de las representaciones (RODRÍGUEZ, s/f).

Sarmiento tiene una relación ambivalente con la pampa. Cuando la relaciona con Quiroga y sobre todo con Rosas la abomina:

La vida del campo, pues, ha desenvuelto en el gaucho las actividades físicas, sin ninguna de la inteligencia. Su carácter moral se resiente de su hábito de triunfar de los obstáculos y del poder de la naturaleza: es fuerte, altivo, enérgico... De manera que si en esta disolución de la sociedad radica hondamente la barbarie, por la imposibilidad y la inutilidad de la educación moral e intelectual, no deja, por otra parte de tener sus atractivos (SARMIENTO, 1986, p. 33-34).

Pero la exalta cuando la evoca como exiliado y como hombre de letras:

¿Qué impresiones ha de dejar en el habitante de la república argentina, el simple acto de clavar los ojos en el horizonte, y ver...no ver nada; porque cuanto más hunde los ojos en aquel horizonte incierto, vaporoso, indefinido, más se le aleja, más lo fascina, lo confunde y lo sume en la contemplación y la duda? ¿Dónde termina aquel mundo que quiere en vano penetrar? ¡No lo sabe! ¿Qué hay más allá de lo que ve? La soledad, el peligro, el salvaje, la muerte! He aquí ya la poesía: el hombre que se mueve en estas escenas, se siente asaltado de temores e incertidumbres fantásticas, de sueños que le preocupan despierto” (SARMIENTO, 1986, p. 37).

De esta manera, termina presentando como atractivo aquello de lo que supuestamente quiere huir: la falta de civilización, la incertidumbre, el vacío. Todo ello porque Sarmiento, en su libro, lo que nos está presentando es la difícil separación entre civilización y barbarie y no la posibilidad de elegir entre un cosa y la otra.

El paisaje como laboratorio de la historia

Sarmiento observa la realidad para explicarla pero con frecuencia la realidad que observa y/o la que recrea es pintoresca, popular, folklórica; en una palabra, costumbrista.

Así no es infrecuente que confunda el estereotipo con la historia:

Rugendas es un historiador mas bien que un paisajista; sus cuadros son documentos, en los que se revelan las transformaciones, imperceptibles para otro que él, que la raza española ha experimentado en América. El chileno no es semejante al argentino que es mas árabe que español, como el caballo de la pampa se distingue de a leguas del caballo del otro lado de los Andes (SARMIENTO, 1997, p. 73).

¿Y qué hace diferente al chileno del argentino, según Sarmiento? La barrera de los Andes que separa a los primeros de aquellos que viven y cabalgan en las extensas y polvorientas llanuras de la pampa.

Esa idea que trae forjada desde América se ve reflejada en su descripción de España:

El aspecto físico de la España trae en efecto a la fantasía la idea de África o de las planicies asiáticas. La Castilla vieja es todavía² una pradera inmensa en la que pacen numerosos rebaños, de ovejas sobre todo. La aldea miserable que el ojo del viajero encuentra, se muestra a lo léjos terrosa i triste; árbol alguno alberga bajo su sombra aquellas murallas medio destruidas, i en torno de las habitaciones, la flor mas indiferente no alza su tallo, para amenizar con sus colores escojidos la vista desapacible que ofrecen llanuras descoloridas, arbustillos espinosos, encinas enanas, i en lontananza montañas descarnadas i perfiles adustos (SARMIENTO, 1976, p. 131).

2- Al menos que se especifique lo contrario los subrayados son míos

Miserable, terroso, triste, desapacible, descolorido, espinoso... Esa es la herencia que España lleva a la Argentina. Aparentemente no hay solución salvo que en un momento Sarmiento señala que esto ocurre "todavía". Su espíritu romántico está dejando paso al posibilismo. El desarrollo y el progreso pueden modificar las condiciones geográficas y con ellas las humanas ¿pero cómo puede esto hacerse si los habitantes ya están imbuidos de ese paisaje? Sencillamente, a través de la educación y de la colonización, cuestiones que son las que precisamente lo han llevado a España. De esta manera, todo lo que relata el autor, todo lo que dice analizar sin ojo prejuicioso o placentero no es más que una reproducción de lo que había expuesto años atrás en su *Facundo* cuando aún no conocía ni España ni África personalmente.

Todo ello queda justificado si aceptamos su tesis en la que marca que un investigador bien informado puede saber mucho más de un lugar que cualquier viajero avezado.

La descripción carece, pues, de novedad, la vida civilizada reproduce en todas partes los mismos caracteres, los mismos medios de existencia; la prensa diaria lo revela todo; i no es raro que un hombre estudioso sin salir de su gabinete, deje parado al viajero sobre las cosas mismas que él creía conocer bien por la inspección personal (SARMIENTO, 1997, p. 4).

Pero entonces ¿Para qué viajar? ¿Para qué escribir otro libro sobre viajes si lo que él había estudiado en los libros y a través de sus conversaciones con otros intelectuales ya había sido dicho? Siguiendo con su propia tesis, lo que estaría haciendo Sarmiento con la publicación de sus viajes terminaría siendo, entonces, lo que criticaba en los autores españoles de la época al hacer referencia a la literatura española que llegaba a América dice:

No hemos visto allá mas libro español que uno que no es libro, los artículos de periódico de Larra; o no sé si Uds. pretenden que los escritos de Martínez de la Rosa son también libros, pudiendo citarse la página de Blair, Boleau, Guizot, i veinte mas, de donde ha sacado tal concepto, o la idea madre que le ha sujerido otro desenvolvimiento (SARMIENTO, 1997, p. 128).

Geografía Ensino & Pesquisa, v. 19, n.especial p. 80-89, 2015

Ruiz, I.S.

ISSN 2236-4994

| 84

Pero no es así, porque lo que el autor hace es usar la descripción y el viaje para corroborar

su tesis de la herencia negativa española en Argentina. Esto no lo aleja, sin embargo, tanto como él cree de los estereotipos o de la recreación del paisaje frente a un supuesto trabajo de investigación como el que presenta en sus escritos. Como señala Antonella Cancellier, (1996) “es característica del estilo de Sarmiento desplazar muy gradualmente la atención, sin solución de continuidad, sobre el verdadero blanco al cual apunta su crítica” de manera que toda sus descripciones, todas sus metáforas, todas sus observaciones tienen una intención crítica destinada a demostrar su hipótesis que, por cierto, viene ya demostrada desde antes de la realización de la propia investigación. Como señala Fernández (1997) el relato del viaje sarmientino a África es “una construcción intelectual ya estructurada en Sarmiento ya antes de haberla escrito como carta a Thomson, antes de realizar el viaje a Argel” (p. 1071)

Y esta idea previa de Sarmiento viene precisamente de un autor romántico, costumbrista que analiza España como problema y al que hace referencia en el párrafo anteriormente citado: Larra. Al igual que a Larra, a Sarmiento le “duele” España aunque sólo por las consecuencias que su influencia ha tenido en Argentina. Al igual que Larra, piensa que los males de España (y de Argentina) se resolverán con educación y progreso capaces de erradicar un pasado violento que les viene de los árabes, sí, pero también de los romanos:

Por sus costumbres i su espíritu, el pueblo español es el pueblo mas romano que existe hoy día. Todos los males le vienen de ahí; enemigo del trabajo, guerrero, heróico, tenaz, sobrio, i apasionado por los espectáculos todavía pide panen et circenses³ para vivir feliz en medio de su caída. (SARMIENTO, 1997, p. 139-140).

las costumbres y en el paisaje queda la huella de los esfuerzos que, a su juicio, la civilización ha hecho para imponerse, sin mucho éxito, en el país:

Una montaña separa la Mancha de la Andalucía. Este era el límite entre el gobierno del ejército romano i el del Senado. Aquí principian las antiguas repúblicas de la Bética; los pastores feroces del lado de las Castillas, los labradores alegres de esta parte; Roma i los bárbaros; las colonias latinas, i la Lusitania y la Iberia. Aquí se encuentran las colonias suizas de Carlos III, la Carolina. En tiempo de aquel rei sucedió en España una cosa estupenda; en poco estuvo que la España se hiciese europea; todos los monumentos de utilidad pública en España llevan el nombre de Carlos III, antes ni después de él se han construido otros. Olavide pensó en colonizar la España, poblarla i hacerla cambiar de vida, i al efecto se introdujeron colonias agrícolas que murieron luego. Olavide tuvo que vérselas con la inquisición moribunda pero terrible aun (SARMIENTO, 1997, p. 162).

Paisaje y despotismo

Como buen romántico, Sarmiento, al llegar a Andalucía centrará su descripción en el paisaje urbano. No obstante no dejará impresionar por el legado árabe en sus monumentos a los que considera poco interesantes. De la Mezquita de Córdoba (un “galpón grande”, según sus palabras) señala la profusión de columnas que la componen y que no son otra cosa que la recolección de columnas de antiguos templos y palacios romanos que han sido recuperadas y transformadas para adaptarlas a su nueva ubicación.

Le fastidia, dice, describir monumentos que pueden ser vistos mejor en una litografía así que se limita a realizar una pequeña descripción de la ciudad cordobesa que recuerda al mejor Quevedo:

La mas desamparada de las ciudades que han sido i no son nada. La patria de Séneca, el último asilo de los pompeyanos, la corte de los musulmes, llora todos los días tanta gloria i abatimiento tanto! Su puente romano, sus murallas moriscas, su mezquita árabe, sus columnas miliarias, el nombre del cónsul Marcelo escrito en sus calles, todos aquellos recuerdos históricos se unen a la belleza del paisaje, al desecado Guadalquivir, para protestar contra la decadencia actual. ¡Qué triste es una ciudad muerta, que fue reina i la vemos mendiga i cubierta de harapos i de lepra (SARMIENTO, 1976, p. 162).

3- El subrayado es suyo

Y parafraseando al poeta del siglo XIV Rodrigo Caro al describir Itálica dice “esto que veis, oh Fabio! son olivares, paredones sin forma, nada mas!” (SARMIENTO, 1976, p. 162).

Al igual que la inquisición había frustrado el experimento colonizador de Olavide, la iglesia católica, los “bárbaros cristianos” han sido los culpables de que las tierras andaluzas prósperas, civilizadas, entraran en la decadencia en que las encuentra Sarmiento a su paso por Andalucía.

Reivindica que el pasado argentino, su “Oriente”, está en España y en la herencia africana que, lamentablemente, ha llegado tamizada a través del prisma cristiano. Así, cuando contempla las extensas y casi desérticas tierras africanas no puede evitar tener una evocación:

¡I de improviso con la abrupta petulancia de la imaginación para transportarse de un lugar a otro sin transición racional, acaso guiada solo por la análoga fisonomía exterior del Sahara i de la Pampa, yo me encontré en América, de este lado de los Andes, donde usted i yo hemos nacido, en medio de aquellas planicies sin límites, en las cuales nace i se pone el sol, sin que una habitación humana se interponga entre el ojo del viajero i el límite lejano del horizonte. ¡ Bien! Reflexionaba yo, va para cuatro siglos que un pueblo cristiano posee sin disputa este rico suelo, igual en extensión y superior en fertilidad a la Europa entera, i no cuenta sin embargo un millón de habitantes...helos aquí estos pueblos, dejenerados cristianos y europeos, desgarrándose entre sí por palabras que les arrojan como un hueso a hambrienta jauría de perros; helos ahí sumiéndose de mas en mas en la impotencia i barbarie...helos ahí dando vueltas en fin en un solo lugar, creyendo que marchan en línea recta cual los miseros caminantes a quienes sorprende la caída de las nieves en nuestra cordillera. (SARMIENTO, 1967, p. 201).

Pero se trata de una supuesta evocación improvisada que, por cierto, sabemos que ya había tenido previamente cuando escribió el Facundo y aún no había viajado al otro lado del Atlántico:

En las llanuras argentinas, no existe la tribu nómada: el pastor posee el suelo con títulos de propiedad; está fijo en un punto, que le pertenece; pero, para ocuparlo, ha sido necesario disolver la asociación y derramar las familias sobre una inmensa superficie. Imaginaos una extensión de dos mil leguas cuadradas, cubierta toda de población, pero colocadas las habitaciones a cuatro leguas de distancia, unas de otras, a ocho, a veces, a dos, las más cercanas. El desenvolvimiento de la propiedad mobiliaria no es imposible; los goces del lujo no son del todo incompatibles con este aislamiento: puede levantar la fortuna un soberbio edificio en el desierto; pero el estímulo falta, el ejemplo desaparece, la necesidad de manifestarse con dignidad que se siente en las ciudades, no se hace sentir allí, en el aislamiento y la soledad (SARMIENTO, 1986, p. 29).

Las grandes llanuras, las grandes distancias y la despoblación dificultan la labor civilizadora y favorecen el caudillismo en América, en Asia y en África de la misma manera. Sarmiento hace el viaje a Europa y al norte de África para corroborar lo que ya venía planteando en el Facundo:

Muchos filósofos han creído, también, que las llanuras preparan las vías al despotismo, del mismo modo que las montañas prestaban asidero a las resistencias de la libertad. Esta llanura sin límites, que desde Salta a Buenos Aires, y de allí a Mendoza, por una distancia de más de setecientas leguas permite rodar enormes y pesadas carretas, sin encontrar obstáculo alguno, por caminos en que la mano del hombre apenas ha necesitado cortar algunos árboles y matorrales, esta llanura constituye uno de los rasgos más notables de la fisonomía interior de la República...Esta extensión de las llanuras imprime, por otra parte, a la vida del interior, cierta tintura asiática, que no deja de ser bien pronunciada...hay algo en las soledades argentinas que trae a la memoria las soledades asiáticas; alguna analogía encuentra el espíritu entre la pampa y las llanuras que median entre el Tigris y el Éufrates; algún parentesco en la tropa de carretas solitarias que cruza nuestras soledades para llegar, y la caravana de camellos que se dirige hacia Bagdad o Esmirna...Es el capataz un caudillo, como en Asia, el jefe de la caravana: necesitase para ese destino, una voluntad de hierro, un carácter arrojado hasta la temeridad, para contener la audacia y turbulencia de los filibusteros de la tierra, que ha de gobernar el solo, en el desamparo del desierto (SARMIENTO, 1989, p. 23-24).

Con esto queda demostrada la hipótesis sarmientina de la llanura y su relación con el sistema despótico propio de los caudillos, ya sean asiáticos, africanos o americanos. Pero en su planteamiento intelectual y vital termina evidenciándose también el hombre de acción, el político que pondría las bases del sistema alberdiano de “gobernar es poblar”.

Como señalábamos al principio, Sarmiento, en su publicación sobre el viaje por España no da excesivos detalles sobre sus investigaciones en torno al modelo educativo o en torno a la colonización pero sí utiliza ambas cuestiones para presentar una lectura moral del paisaje. Así, la geografía determina y puede tener consecuencias negativas sobre las personas que habitan en cierto territorio pero, y aquí aparece la conclusión de la hipótesis, existe la posibilidad de modificar estas pautas como evidencia en el siguiente párrafo:

...dos artistas franceses acaban en estos días de recorrer las montañas de la Ronda, atravesando en mula el Reino de Murcia, i continuando a pie su escursión desde Sevilla a Madrid, sin haber tenido la felicidad de ser atacados por los bandidos como se lo habían prometido, a fin de descargar las carabinas de que se habían provisto, o tomas las de Villadiego, segun lo aconsejase la gravedad del caso. En cambio, la pobre España a adquirido al municipal, bicho raro esportado de extranjis, i cuyo bulto eminentemente prosaico i civilizador, recorre los caminos en traje de parada, disipando con su presencia toda cavilación un poco poética. ¿Cómo pensar en efecto en el Cid, los godos, o los moros cuyas tiendas cubrían en otro tiempo estas llanuras, cuando ve uno al jendarme o al guardia municipal con su banderola amarilla i su sombrero galoneado? (SARMIENTO, 1997, p. 131).

La figura civilizadora del municipal importado acaba de un plumazo con el tópico formulado por los “vendedores de libros” a los que hacíamos referencia al principio de estas páginas al tiempo que presenta una solución a la barbarie. Con él se vuelve menos inhóspito el paisaje y se reducen las grandes extensiones al minimizar la incertidumbre del viajero. El camino se hace más amable para el viajero que ya no tiene que atravesarlo en tensión permanente. Así, siguiendo por la geografía española, la civilización va avanzando por la geografía hasta llegar al norte desafiando cualquier obstáculo que se le oponga por elevado que sea: “...a la sombra de los gendarmes, la constitución y la aduana, las dos plagas temidas por la gente vasca, vendrán bien pronto a plantar su bandera sobre los picos más altos de los Pirineos” (SARMIENTO, 1997, p. 131).

La solución ex-ante

Aduanas, constituciones y guardias municipales aparecen como solución a todos los obstáculos presentados por la falta de civilización. Pero estas conclusiones se han tomado previamente al análisis del problema planteado. Ya se había hablado de esto en el Facundo y antes de éste en las crónicas de viaje aparecidas en El Mercurio de Valparaíso en septiembre de 1841⁴.

La crónica apareció publicada en varias entregas durante los primeros días de septiembre. Escrita con grandes dosis de humor y de ironía describe las dificultades halladas para recorrer la distancia relativamente corta existente entre la capital y su puerto principal. A Sarmiento le resulta inconcebible que un camino de tal importancia para el país goce de unas condiciones tan lamentables de transitabilidad y a mitad de camino, en Casablanca, después de haberse quedado atrapado en el fango su transpote por enésima vez, reflexiona en torno a esta debilidad adjudicándola a la falta de gobierno local:

[...] me acordé que los habitantes de este lugar eran villanos, y como villanos que eran vivían entre el lodo y la miseria, y que acaso el gobierno de la república no los ha creído dignos de nombrarles gobernador, y ellos no han sabido como se nombra una municipalidad, lo que es tan sencillo; pues es seguro que habiendo gobernador y municipalidad, ni llueve en invierno, ni se convierten en lagunas y ciénagas las calles. Aquí, sin embargo, la cosa pasaba de la raya; diez cuadras, contadas desde la plaza, de fango perpetuo, eterno, inacabable, con todo lo demás que queda referido” (SARMIENTO, 2013, p. 32).

4- La crónica está recogida íntegra en Sarmiento, Domingo F.; Viajes por Chile, Universidad Diego Portales, Santiago, 2013

de lluvia el suelo estuviera en esas condiciones, pero continuando camino, Sarmiento, imaginaba (en su discurso) que en Valparaíso la cosa sería diferente.

[“Sea ello lo que fuera, libre ya de mi encarnizado enemigo, respirando, por fin, después de tantas fatigas, trepando la colina en que se mueven las giratorias aspas de los molinos; divisando el mar, descubriendo una lejana vela y apercibiendo el fanal que me señalan a lo lejos, me acerco gozoso de que en sus hermosas calles no veré ni fango ni pantanos. Allí viven extranjeros opulentos; hay un gobierno ilustrado y anheloso por la mejora del país; hay un pueblo civilizado que quisiera dar a sus huéspedes la más ventajosa idea de su cultura, civilización y costumbres; hay comercio que hace apreciar lo que las vías de comunicación influyen en la riqueza pública; hay gente educada, en fin, y con costumbres a la europea, y las calles serán un modelo de policía, aseo y esmero, digno de proponerse a la imitación de las demás ciudades del interior que conservan más arraigados sus hábitos coloniales” (SARMIENTO, 2013, p. 33).

Pero no encontró lo que esperaba. En Valparaíso conviven lo civilizado con lo bárbaro: “este contraste de edificios tan limpios y de gusto tan moderno, formando calles tan inmundas y descuidadas, me sugiere la idea de que es una perceptible imagen de la civilización europea y la rudeza inculta de nuestra América; el arte y la naturaleza; los progresos ajenos y el atraso propio. Las casas son extranjeras o de gusto europeo, las calles son indígenas y no están bajo la protección de los cónsules” (SARMIENTO, 2013, p. 34).

Y aquí enlaza con la tesis manejada después en Facundo y en su viaje por España y por África, la herencia española sigue pesando más que la innovación traída por los “extranjeros opulentos”. Duda incluso de que haya gobernador y se pregunta por qué no ha sustituido la Calle vieja por una nueva “ya pudiera el gobernador, si lo hay, poner en su lugar una nueva, pues que esta, de tan usada y vieja, ha desaparecido dejando en descubierto el camino sobre que en otro tiempo fue formada” (SARMIENTO, 2013, p. 34).

La herencia del pasado colonial pesa demasiado. Por eso aún no se ha logrado la transformación definitiva. No obstante, a juicio de Sarmiento es cuestión solo de tiempo. Entonces, Sarmiento se aventura a imaginar lo que, está seguro, ocurriría en unos años:

“Me imaginaba esta ciudad caos después que el transcurso de cincuenta años más haya acumulado una población cuádruple, y la cultura penetrado hasta la policía, que es el último rincón a que puede penetrar un día, con sus calles tortuosas, ascendiendo por espaciosos escalones a Cerro Alegre, tan vistosamente decorado con mansiones inglesas... me suponía al gobierno local haciendo desmoronar los blandos cerros para formar terraplenes y esplanadas, y robando a las olas, con una línea recta, el recodo que desde el muelle hasta el fuerte San Antonio ocupan inútilmente; y avanzando desde este último punto hacia el oriente una fuerte muralla, que como en Barcelona y otros puertos de Europa, pusiese a cubierto el fondeadero de la furia de los vientos que tantas desgracias causan a las mal guardadas embarcaciones” (SARMIENTO, 2013, p. 36-37).

Consideraciones Finales

En su viaje a España y al norte de África, Sarmiento demuestra la hipótesis planteada en el Facundo. La similitud entre calmuco, cosacos, jefes de caravana y gauchos viene dada por la llanura y las grandes distancias que se ven obligados a recorrer para relacionarse con otros grupos o para llegar a las grandes ciudades. La existencia de ríos no facilita las comunicaciones puesto que no son navegables y la soledad y el modo de ganarse la vida no favorecen de ninguna manera la civilización; civilización que va a ser defendida por Sarmiento en tanto en cuanto puede modificar las pautas de conducta política de sus conciudadanos.

Como hiciera en su viaje a Valparaíso, Sarmiento plantea las soluciones a ese gran problema que es el caudillismo: educación y colonización. Ambas cuestiones no se harán de la noche a la mañana, nos advierte. Las grandes distancias han sido y siguen siendo un obstáculo para implementarlas y por ello terminará proponiendo también que se agilice la navegabilidad de los ríos. Por ello, en su programa político presentado al final de Facundo expresa con claridad cuál es su modelo, cuáles sus objetivos y cuáles los métodos para hacerlos posibles:

El nuevo gobierno establecerá grandes asociaciones para introducir la población y distribuirla en territorios feraces, a orillas de los inmensos ríos y, en veinte años, sucederá lo que en Norteamérica ha sucedido en igual tiempo: que se han levantado, como por encanto, ciudades, provincias y Estados en los desiertos, en que poco antes pacían manadas de bisontes salvajes...fomentará, de preferencia, la navegación fluvial; millares de naves remontarán los ríos e irán a extraer las riquezas, que hoy no tienen salida ni valor, hasta Bolivia y el Paraguay, enriqueciendo a su tránsito, a Jujuy, Tucumán y Salta, Corrientes, Entre Ríos y Santa Fe, que se tornarán en ricas y hermosas ciudades, como Montevideo, como Buenos Aires (SARMIENTO, 1989, p. 242).

No es momento éste de recordar que las llanuras a que hace referencia Sarmiento no estaban sólo habitadas por bisontes ni que en su crecimiento las grandes ciudades han alcanzado unas dimensiones fuera de todo control; tampoco vamos a señalar las consecuencias ambientales del desarrollo de las comunicaciones, o de la ocupación de las quebradas en Valparaíso y de la forma en que se “ganó” terreno al mar. Todas estas cuestiones traspasan el contenido de estas páginas en las que nos hemos limitado a considerar la percepción del paisaje en Sarmiento y cómo ésta se encuentra profundamente contaminada por los paradigmas de la época de transición en la que está viviendo así como por su propia experiencia vital y su propia idea de progreso.

Referencias bibliográficas

CANCELLIER, Antonella “Sarmiento costumbrista en su viaje a España”, **Actas del VI Congreso: El costumbrismo romántico, Centro Internacional de Estudios sobre el Romanticismo Hispánico “Ermanno Caldera”**. 1996. Consultado el 28 de abril de 2013 en http://www.cervantesvirtual.com/portal/romanticismo/menu/roman_seis_c.html

FERNÁNDEZ latour de botas, Olga. “La parábola africana como pre-texto de Sarmiento” en Domingo Faustino SARMIENTO, **Viajes, edición crítica Javier Fernández** (coord.), Madrid: ALLCA, 1997, p. 1053-1074.

ORTEGA Cantero, Nicolás. “**Romanticismo, paisaje y geografía. Los relatos de viajes por España en la primera mitad del siglo XIX**”, *Ería*, 49, 1999, p. 12-128.

RODRÍGUEZ Martínez, Francisco “**El paisaje de España y Andalucía en los viajeros románticos. El mito andaluz en la perspectiva geográfica actual**”. S/f. <http://hispanismo.cervantes.es/documentos/rodriguez.pdf>, última fecha de consulta 27 de abril de 2013.

ROUQUIÉ, Alain. **Introducción al extremo occidente**, México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

SAID, Edward W. **Orientalismo**, Barcelona: Libertarias, 1990.

SARMIENTO, Domingo F. Facundo. **Civilización y barbarie**, Barcelona: Planeta, 1986 [1845].

SARMIENTO, Domingo F. **Viajes por Europa, Africa i América 1845-1847**, edición crítica Javier Fernández (coord.), Madrid: ALLCA.

SARMIENTO, Domingo F; **Viajes por Chile**, Universidad Diego Portales, Santiago, 1997 [1886].

.
.



Paisaje y patrimonio en La Mojana, Caribe colombiano¹

Juana Camacho*

Resumen: Este artículo describe y analiza algunas de las formas de uso y transformación del paisaje, y las tensiones resultantes de la apropiación y privatización de bienes que configuran el patrimonio comunal en la región de la Mojana, uno de los contextos arqueológicos y patrimonios ambientales y culturales más importantes del Caribe colombiano. Desde una perspectiva histórica y etnográfica, presenta las principales tendencias del reordenamiento socio espacial durante la Colonia y la República que da lugar a las nociones de baldíos y tierras comunales. También contrasta la normatividad oficial sobre estos espacios con las formas de facto y los argumentos que han empleado elites y campesinos para acceder, controlar e individualizar espacios y bienes públicos.

* Profesora, Instituto Colombiano de Antropología e Historia

1- Este trabajo es parte de una investigación sobre sistemas agroalimentarios en La Mojana, que ha contado con la financiación del Instituto Colombiano de Antropología e Historia, y con la colaboración de la antropóloga Nury Silva

Landscape and heritage in La Mojana, Colombian Caribbean.

Abstract: This article describes and analyzes some landscape uses and transformations in the Mojana region, and the tensions resulting from the appropriation and privatization of common goods that make up the communal heritage in one of the most important archaeological, environmental, and cultural sites of the Colombian Caribbean. Using a historical and ethnographic perspective, it presents the main socio spatial reorganization trends during the Colonial and the Republican periods, that give way to the notion of public (baldíos) and communal lands. It contrasts the official legislation regarding these spaces with the arguments and de facto practices used by elites and peasants to access, control, and individualize public spaces and public goods.

Palabras clave: Paisaje, patrimonio, tierras comunales, bienes públicos, Caribe colombiano.

Key-Words: Landscape, heritage, communal lands, public goods, Colombian Caribbean.

Introducción

La Mojana es uno de los patrimonios ambientales, arqueológicos y culturales más importantes del Caribe colombiano. Esta región está ubicada en la cuenca hidrográfica de la Depresión Momposina, y se caracteriza por la presencia de una extensa red de humedales que se inundan periódicamente debido al vertimiento de las aguas de tres de los principales ríos del país. Los cuerpos de agua, junto con las llanuras aluviales y las colinas y sabanas de las tierras más altas de la cuenca, albergan una importante diversidad de flora y fauna terrestre y acuática que localmente se usa para alimentación, medicina, cultura material y como fuente de ingreso económico. Arqueológicamente, la Mojana se compone de un intrincado sistema de canales, camellones y terraplenes de aproximadamente 500.000 hectáreas, que la convierten en uno de los mayores complejos hidráulicos de América. Los restos de más de 2000 años de presencia humana continua (entre los siglos 10 a.p. al siglo 12 d.p.), atestiguan la relación dinámica de las poblaciones prehispánicas con el entorno antes de la colonización española.

Actualmente la región está poblada por una mayoría mestiza producto de la mezcla de indígenas, europeos, esclavos africanos y migrantes libaneses. Los mojaneros han sido caracterizados como culturas anfibias (FALS BORDA, 2002) por el conjunto de conocimientos, prácticas y estrategias con los cuales han adaptado sus modos de vida en un tránsito permanente entre tierra y agua, en labores de ganadería, agricultura, pesca, comercio y servicios varios. En los sistemas productivos locales los campesinos han manipulado y mantenido una significativa diversidad de variedades vegetales y animales que constituyen un importante patrimonio genético, alimentario y cultural. Las figuras que simbolizan estos pueblos del Caribe son el hombre-caimán y el hombre-hicotea (tortuga), debido al caparazón o coraza que han desarrollado para protegerse de las condiciones ambientales así como de los conflictos permanentes por la tierra y los recursos. En efecto, la abundancia y diversidad ecosistémica de la Mojana se acompaña de una histórica concentración de la tierra y la riqueza y de altos niveles de necesidades básicas insatisfechas, pobreza y desempleo.

Mientras que los restos arqueológicos en La Mojana encarnan la memoria de interacciones socio ambientales de larga duración, el paisaje actual es testimonio de las distintas formas de percepción, uso y control del territorio y los recursos, que han ocurrido desde la colonización española. Las transformaciones ecológicas del territorio se concretan hoy en el predominio de una matriz de pastos para la ganadería extensiva con parches agrícolas de mediana y pequeña escala, que se ha consolidado gracias al aplanamiento y destrucción de los camellones arqueológicos para tales fines. Tal configuración del paisaje está signada por un proceso de apropiación y concentración del patrimonio común representado por los bienes del estado: tierras y aguas de uso público.

La Mojana es una región relativamente desconocida en el contexto nacional y poco valorada en parte por las distintas formas de entender e intervenir este complejo ecosistema: mientras para unos ha sido y sigue siendo una zona pobre, malsana, atrasada y sujeta a inundaciones y desastres naturales, para otros es una frontera abierta, fuente de recursos para explorar y expandir el poder económico y político. Para quienes allí habitan, sin embargo, es el lugar que sustenta sus modos de vida, su cultura y sus relaciones afectivas con la naturaleza. Recientemente, y como eco del renovado interés mundial por el patrimonio material e inmaterial, se han emprendido distintos esfuerzos públicos y privados para promover el reconocimiento, la valoración y la protección de la Mojana como patrimonio arqueológico y cultural, fuente de identidad, arraigo histórico y memoria de la nación. La oferta ambiental, paisajística y patrimonial de la región también es considerada como un factor de empleo e ingresos, turismo, bienestar social, desarrollo y competitividad. Ahora bien, qué es patrimonio o qué es patrimonializable es objeto de discusión y tensión. Su gestión tampoco está exenta de fricciones y negociaciones debido a los variados intereses y relaciones de poder de los diversos actores implicados en su definición, protección o su inserción en nuevos escenarios sociales y económicos. El patrimonio puede generar reconocimiento y bienestar para unos y ser fuente de exclusión para otros por los efectos sociales, materiales y simbólicos que produce.

Con base en una investigación etnográfica en los municipios de San Benito y San Marcos (departamento de Sucre), este artículo explora la relación entre el paisaje y el patrimonio en La

Mojana. Más concretamente, describe y analiza algunas de las formas de uso y transformación del paisaje, y las tensiones resultantes de la apropiación y privatización de bienes que configuran el patrimonio comunal. Señala que un aspecto importante de estas tensiones, no es la ausencia de legislación sino la repetición histórica de prácticas de acceso y control de recursos naturales en las que confluyen distintas concepciones e intereses, así como diferentes ideologías culturales y morales sobre lo público y sobre todo del patrimonio común. Desde una óptica antropológica, también presenta argumentos de tipo cultural y moral empleados por distintos actores para justificar sus acciones y aspiraciones frente al dominio que ejercen sobre ciertos espacios de uso colectivo. Tales argumentos están atravesados por fuertes ideologías de clase, raza y género que permean las relaciones sociales en el Caribe, pero que con frecuencia son subsumidas por los imaginarios y las narrativas folclorizantes, tradicionalistas y culturalistas sobre el Caribe y su gente (FIGUEROA, 2009).

Estructuralmente el texto está organizado de la siguiente manera: la primera parte presenta el contexto biofísico, arqueológico y social de La Mojana. En seguida se describe las principales tendencias del reordenamiento socio espacial durante la Colonia y la República que da lugar a las nociones de baldíos y tierras comunales. A continuación se discuten aspectos de la legislación agraria frente a estos espacios y recursos en contraste con las formas de facto de acceso y control de los bienes públicos. El artículo termina con una breve reflexión sobre el patrimonio y la patrimonialización de cara al futuro de la Mojana y sus gentes.

Conceptualmente este trabajo se nutre de los estudios ambientales y del Caribe, la ecología política y recientes debates sobre el patrimonio. Parte de la noción de paisaje como un reflejo de las interacciones entre naturaleza y comunidad, es decir, las maneras como la naturaleza ha sido vivida, significada y transformada en distintas escalas espaciales y temporales (BENDER, 1993). Además de la relación material y tangible implicada en el entorno, también hay una dimensión perceptual, simbólica y afectiva que conecta a los individuos con el paisaje (BASSO, 1996; INGOLD, 2001; TUAN, 1977). Como se ha señalado (MITCHELL, 1996), el paisaje no es estable, fijo o inerte; por el contrario, es un proceso de construcción cotidiano atravesado por relaciones sociales y de poder. Respecto del patrimonio, me guío por las definiciones oficiales de la UNESCO (2003, 2004) sobre el patrimonio material e inmaterial, que sirven de referencia para las políticas públicas, las iniciativas privadas y los discursos sobre el tema. Es de anotar que al igual que paisaje, el patrimonio también es un concepto polisémico y cambiante según el contexto y un creciente campo atravesado por múltiples tensiones (CHAVES, MONTENEGRO y ZAMBRANO, 2014).

La Mojana: patrimonio móvil y cambiante

Como su nombre lo indica, La Mojana es una región donde el agua marca el ritmo de la vida. La dinámica hidrológica depende de las fluctuaciones climáticas, de su localización entre las zonas montañosas del norte de la región andina y las llanuras del Caribe, y de la red hídrica que la atraviesa. En este paisaje activo y móvil, la red de ríos, ciénagas, caños y arroyos forma un delta interior que amortigua y mitiga los impactos de las inundaciones y el depósito periódico de sedimentos de los ríos Magdalena, Cauca y San Jorge que desaguan en esta planicie inundable. Durante el invierno (abril - octubre) los ríos se desbordan y forman ciénagas ricas en nutrientes, algunas de las cuales se secan en el verano (noviembre - marzo). La dinámica en los cuerpos de agua, que puede variar hasta un 80% (AGUILERA, 2004), determina los ciclos reproductivos de las especies que circulan entre los ríos, las ciénagas y los ecosistemas terrestres, algunas de las cuales son migratorias. Cuando las aguas bajan y se secan las ciénagas, los peces emigran hacia los ríos donde desovan y fertilizan los huevos, lo que se denomina como subienda; la bajanza ocurre con la llegada de las lluvias cuando los huevos descienden a las ciénagas nuevamente donde se nutren del plancton y las plantas acuáticas (MÁRQUEZ, 2008). Otras especies como tortugas, caimanes e iguanas también aprovechan las tierras que emergen en el verano para desovar y reproducirse (Ibid). Con la inundación y sequía de las ciénagas también se mueven los ganados y las personas que alteran sus actividades económicas: se vuelven pescadores, agricultores, jornaleros o migran temporalmente dentro y fuera de la región.

Además de los cuerpos de agua, las principales unidades estructurales y funcionales del

paisaje son las zonas altas donde existen parches de bosque húmedo y bosque seco tropical, sabanas y bosques inundables o zapales (DNP, 2003). Los zapales son importantes porque las plantas acuáticas aportan oxígeno al agua, protegen los litorales, y sirven de refugio a la fauna terrestre y acuática (peces, aves, hicotetas, babillas, conejos, ponche o chigüiro), que a su vez contribuye a la seguridad y diversidad alimentaria local así como a la generación de ingresos. Hay quienes durante el verano siembran arroz en los zapales más densos.

En las zonas secas se localizan los principales asentamientos humanos y las cabeceras municipales. Allí se desarrollan la mayoría de las actividades agropecuarias, entre las que se destacan la ganadería extensiva, la agricultura comercial de cereales y tubérculos (arroz, maíz, sorgo, yuca, ñame, ajonjolí) y la producción campesina diversificada de productos tropicales para el autoconsumo y el mercado como caña, plátano y variedades de ciclo corto (3 o 4 meses): maíz, frijol, yuca, patilla, ahuyama, hortalizas como ají, berenjena, pepino, habichuela, entre otros (DNP, 2003). Allí también se dan las actividades de rebusque que comprende el conjunto de acciones de búsqueda de alimentos, recursos, empleo, ingresos y oportunidades para la reproducción de la vida.

Canales, camellones y caños

La presencia prehispánica de la Mojana se revela con la aparición regular de vestigios arqueológicos, en su mayoría cerámicos. Aunque no hay datos suficientes y sistemáticos sobre la temporalidad de la ocupación humana en la región, se estima que la transición de la horticultura de raíces (yuca, batata, malanga, *Xanthosoma* spp) a la producción de cereales (maíz) tuvo lugar entre el 4000 al 3000 a.p. Los registros más completos indican la presencia continua de la cultura Zenú durante más de 2000 años, entre el siglo 10 a.p. y el siglo 12 d.p. Este grupo humano estaba dividido en tres grupos asentados en distintas partes de la región y especializados cada uno en la extracción de oro, la producción de alimentos, y la orfebrería y producción de tejidos (PLAZAS y FALCHETTI, 1981). La necesidad de habitación, comunicación, producción e intercambio en un medio inundable, estimuló la adecuación de la zona mediante la construcción de canales, camellones y campos elevados, algunos dispersos y otros nucleados, distribuidos a lo largo y ancho de los cursos de agua (PARSONS, 1966; HERRERA, ROJAS y MONTEJO, 2004).

El sofisticado conocimiento y manejo de los suelos, el clima y las dinámicas hídricas se plasma en los intrincados patrones de canales que van desde el tipo cruzado en forma de ajedrez en áreas periféricas de las ciénagas, la espina de pescado y otros en estilo de abanico en los meandros internos de ríos y caños (PARSONS, 1966; PLAZAS y FALCHETTI, 1981). Su diseño, construcción y mantenimiento requirieron también una considerable y compleja organización social y planificación. La red de canales sirvió para controlar las inundaciones periódicas y mantener la humedad en el verano. Se estima que este sistema de drenaje, aunado a la agricultura de roza y quema y de rotación de cultivos, permitió el sostenimiento de poblaciones entre 12 y 14 veces mayores que el sistema de tumba y quema en zonas tropicales no aluviales (HERRERA, ROJAS y MONTEJO, 2004). La dieta prehispánica fue abundante y variada, compuesta por cultivos de maíz, yuca, tubérculos (batata), ajíes y frutales, y complementada por alimentos silvestres, entre los que se cuentan peces, aves, tortugas, caimanes, venados, manatíes, ponche (chigüiro), conejos, pecarís, otros mamíferos y roedores pequeños.

Por razones de cambio climático y una prolongada sequía que puso a prueba los límites del sistema, parece ser que la zona estuvo deshabitada entre 1300 y 1350, pero fue repoblada hacia 1400 por los malibú, grupo que habitaba el territorio en el momento de la conquista y colonización española. La documentación etnohistórica sugiere que para entonces la Mojana era una zona de refugio de distintos grupos con asentamientos dispersos (QUIROGA, 2012)

La extensión y profundidad de las modificaciones del paisaje no son fácilmente identificables desde el horizonte plano debido a las continuas inundaciones y la vegetación. Existen, sin embargo, continuidades históricas en el uso del paisaje contemporáneo como el uso de los ecosistemas terrestres y acuáticos, la agricultura de roza y quema, la rotación de cultivos, la ubicación de viviendas dispersas en terraplenes o lomillos prehispánicos, y la comunicación y transporte por vía fluvial.

El orden colonial marcó un giro dramático en la historia ambiental y social de La Mojana. La colonización instauró un nuevo orden ecológico basado en una ideología de la civilización de la naturaleza regida por la voluntad y ley humana (TOVAR, 1997). La extracción de recursos del bosque por las economías de enclave y la introducción de la ganadería extensiva en las tierras altas y en las riberas de los ríos, redujo la cobertura vegetal natural en un 80% y dio lugar a una matriz de pasturas a expensas de otros ecosistemas terrestres y acuáticos (HERRERA, ROJAS y MONTEJO 2004). Para los pueblos nativos implicó la desarticulación territorial y social a causa del despojo de tierras y recursos, así como el declive demográfico por la explotación de la mano de obra para el pago de tributos y servicios forzados en encomiendas y haciendas². A la reducción indígena en pueblos de indios y resguardos, se sumó un rápido proceso de hispanización, pérdida de la lengua y mestizaje con europeos y africanos esclavizados que trabajaban en la agricultura, la ganadería y el transporte terrestre y acuático (QUIROGA, 2012).

El patrón de distribución desigual de tenencia de la tierra que se estableció desde la Colonia, se consolidó lentamente y sin grandes restricciones geográficas bajo la institución de la hacienda ganadera. Esta figura ha tenido un peso histórico en la estructura agraria nacional y en particular en el Caribe interior donde la economía ha girado en torno de esta actividad. Allí, la expansión de la hacienda se acentuó a partir de 1850 con la colonización y apropiación de tierras baldías y tierras comunales para la expansión de la frontera agrícola y la producción de carne de exportación al Gran Caribe y el interior del país (REYES, 1978). En la Colonia, los baldíos eran los bienes realengos pertenecientes a la Corona, que eran cedidos a privados, como incentivo para colonizar el territorio o como pagos por diversos servicios. En la República, estos territorios pasaron a ser bienes de la nación, de dominio público, y consagrados en el código civil. Por la condición de no poseer dueño, fueron empleados por el Estado como fronteras abiertas para ampliar los terrenos agrícolas, incentivar la inmigración e inversión extranjera, mitigar conflictos sociales por la tierra y fortalecer alianzas entre las elites políticas nacionales y locales. Si bien algunas de las leyes agrarias de finales del siglo 19 (Ley 61 de 1874 y 28 de 1882) y principios del 20, beneficiaron a grupos de colonos pobres y medianos que accedieron a pequeñas parcelas y predios hasta de 200 ha, los más favorecidos con las adjudicaciones fueron los combatientes de las guerras de independencia, funcionarios públicos, extranjeros, empresas y grandes solicitantes (LEGRAND, 1988; TOVAR, 1997).

En la Mojana, entre 1875 y 1893 el Estado otorgó sustanciales porciones de baldíos (terrenos que iban de 7958 a 2000 hectáreas) en áreas aledañas a los poblados de San Benito y Caimito³ (TOVAR, 1997, p. 42) con lo cual se fue consolidando la gran propiedad. En el Caribe el acceso a baldíos se caracterizó por la iniciativa personal y privada tanto de grandes empresarios, como de medianos, que aspiraban tener predios entre 50 y 200 ha, y de colonos que buscaban hacerse a una parcela (Ibid). Por la misma época, la introducción de pastos como el pará, de nuevas razas (cebú) y del alambre de púa para cercar, contribuyó a formalizar la concentración de tierras, recursos y mano de obra de colonos pobres y desposeídos, a quienes los terratenientes dejaban vivir en la hacienda a cambio de tumbar monte, “civilizar” la tierra y mejorarla con la siembra de pasto (FALS BORDA, 2002; REYES, 1978).

Baldíos y tierras comunales: ciénagas, zapales y playones

En tanto los baldíos históricamente han coincidido con zonas rurales relativamente alejadas de los centros del poder, o con áreas de bosque o selva tropical, en el imaginario nacional se han asociado con áreas inhóspitas, salvajes y peligrosas. La definición de estas tierras como bienes ubicados dentro del territorio nacional y sin dueño, ha dado lugar a la noción de baldío como vacío, noción que desconoce la presencia, ocupación y posesión histórica del territorio por parte de comunidades indígenas, negras y campesinas. Este es el caso de la Mojana, cuyos montes, ciénagas, terraplenes, playones y caños fueron refugio de los “libres de todos los colores”: indígenas, mestizos, negros cimarrones y blancos pobres, quienes hicieron sus vidas de manera relativamente autónoma de la ley, la moral y las normas del régimen colonial y hacendatario (HERRERA, 2007; JIMÉNEZ y PÉREZ, 2007). Siguiendo una organización espacial heterogénea, los mojaneros establecieron asentamientos dispersos y móviles, con sistemas productivos que incluían plantas y animales nativos y del Viejo Mundo, y que se complementaban con actividades de pesca, cacería,

2- La encomienda, las mercedes de tierra y la hacienda fueron las principales instituciones socioeconómicas que permitieron la ocupación y apropiación de la tierra y el control de la mano de obra indígena, esclava y campesina sin tierra. La encomienda no implicó la cesión de la tierra las “composiciones de tierras” de fines del siglo 16 legalizaron la apropiación de estas tierras (MÁRQUEZ, 2008, p.133)

3- La Mojana era parte del entonces Estado de Bolívar, que se fragmentó en 1952 y en 1966 dando lugar a los departamentos de Córdoba y Sucre respectivamente

recolección y comercio con los poblados y villas españolas⁴. Esta dinámica continuó durante épocas republicanas aunque a medida que la región se fue poblando e insertando en redes comerciales más amplias, las tierras baldías empezaron a ser apropiadas, privatizadas y eventualmente se convirtieron en escenario y fuente de conflicto social y violencia debido a las ambigüedades en la definición legal de los baldíos, a la debilidad estatal para regular la legislación agraria, territorial y de tenencia de la tierra en zonas marginales (CAMARGO, 2010; REYES, 1978).

En la Mojana, los baldíos se asocian con las ciénagas y los playones. Ciénagas se emplea como genérico local para referirse tanto a los cuerpos de agua, permanentes o estacionales, así como a las tierras que emergen de ellas durante la época seca cuando baja el agua. Las tierras emergidas también se conocen como playones comunales de ciénaga, abonados o ciénagas abonadas debido a los sedimentos y limos que reciben durante las inundaciones de los ríos y que las hacen muy fértiles para el cultivo y el pastoreo del ganado. En ocasiones, como cuando los ríos desvían su curso o cuando son desecados, los playones de ciénaga se convierten en tierras permanentes. Las sabanas comunales, que en la región también se denominan playones, son áreas de transición entre el hábitat terrestre y acuático, que además de servir como zona de vivienda, se distinguen por la presencia de nidos de termitas o bindes. A diferencia de los playones de ciénaga, éstos son predominantemente secos, aunque ocasionalmente se encharcan y pueden llegar a inundarse permanentemente en los inviernos fuertes. Durante las lluvias los suelos en estas áreas se vuelven barrocos y cienosos pero en el verano son arcillosos y muy duros, condición que limita la agricultura pero no la ganadería debido a los pastos naturales que allí crecen.

La existencia de dos clases de playones en el paisaje de la Mojana es motivo de confusión y ambigüedad en la literatura sobre la región pues no siempre se diferencian y/o se explicita el tipo de playón al que se hace referencia. En este texto emplearemos los términos locales y nos referiremos a los playones de las ciénagas, como ciénagas, y las sabanas comunales como playones. Concentraremos el análisis en las ciénagas por ser bienes públicos y objeto de las mayores disputas.

Por sus características y cualidades biofísicas y ecológicas, estos espacios han sido muy atractivos para ricos y pobres quienes históricamente las han empleado en agricultura y ganadería. Para las poblaciones desposeídas, minifundistas y más vulnerables, los baldíos y las tierras comunales han sido estratégicos en la reproducción social y la seguridad alimentaria. Para las élites, han sido el sustento de la ganadería trashumante, práctica que se inició con la llegada de los españoles y que caracteriza la actividad ganadera en esta zona del Caribe. La trashumancia consiste en el traslado, a pie, de las reses de las tierras altas en el verano (diciembre a mayo) cuando se secan los pastos, hacia los playones y ciénagas de las tierras bajas donde nacen pastos naturales, para el engorde. El uso alternado de los ecosistemas de zonas altas y bajas se ha mantenido por razones ecológicas, económicas y culturales en tanto permite el uso estacional de recursos, el descanso temporal de los suelos, a la vez que evita invertir en sistemas de riego o ensilaje de forrajes. Mientras el comercio se hizo por vía fluvial, la presencia de las reses en áreas aledañas a las fuentes de agua, facilitó su transporte por el norte hacia los mercados de Magangué, Cartagena y Barranquilla, y por el sur al departamento de Antioquia. Culturalmente, la tierra y la ganadería han sido los símbolos por excelencia de prestigio social y poder político.

El uso consuetudinario y colectivo de tierras que solo estaban disponibles durante unos meses al año, convirtió a las ciénagas en espacios de uso comunal para quien lo necesitare y sin necesidad de títulos de propiedad. Anualmente, y a veces de manera conjunta, hacendados, campesinos y pescadores usaron estos terrenos, pero delimitándolos y diferenciándolos para el aprovechamiento individual o familiar. La regularidad de la práctica configuró el “derecho de ciénaga”, derecho de facto que se naturalizó, pero que terminó volviéndose un privilegio de quienes tenían el poder para controlarlos bien mediante cercamiento, el uso de la fuerza o la manipulación de la ley. Como se ha documentado extensamente (CAMARGO, 2010; DÍAZ CALLEJAS, 2002; FALS BORDA, 2002),

4- A diferencia de la región andina, donde predominó la fundación de pueblos de indios y parroquias de españoles y libres, en el Caribe la débil y heterogénea organización espacial en el Caribe redundó en la coexistencia de sitios que albergaban a la población dispersa y móvil, y que por carecer de iglesia o parroquia, eran considerados rochelas o poblados cuyos habitantes estaban fuera de la ley, la moral y las normas coloniales (HERRERA, 2002; JIMÉNEZ y PÉREZ, 2007)

y según cuentan los pobladores locales, el problema de los baldíos y las tierras comunales empezó cuando los ganaderos de las sabanas quisieron tener fincas en las tierras altas y bajas, y por ambición cercaron y privatizaron las ciénagas y playones y excluyeron del acceso a los campesinos e indígenas. Para ello no solo recurrieron al alambre de púa sino a la compra a bajo precio, el engaño, el pago de jueces, el clientelismo, la corrupción, la violación de la legislación agraria, la intimidación y la violencia (REYES, 1978). Entre las múltiples historias que circulan en la región sobre las formas de acaparamiento y privatización, está la de un gran ganadero de quien se dice que “tierra o mujer que le gustaba se la cogía, ahí llegaba con una cerca a cogérsela, o un romance”. Prácticas como estas no sólo eran comunes sino que eran el mecanismo por el cual, además de apoderarse de la tierra, los hombres aumentaban su capital social y prestigio de género mediante el ejercicio del poder sobre las mujeres y la ampliación de las redes de parentesco al dejar numerosos hijos naturales por la región.

Para principios del siglo 20, los medios de comunicación del Caribe ya denunciaban la especulación con los baldíos como “El cáncer de la comarca” (REYES, 1978) pues además de apropiarse de la tierra, los nuevos propietarios terminaron cobrando por el alquiler de la misma. A pesar de las denuncias públicas, esta práctica se mantuvo a lo largo del siglo y se exacerbó con la demanda de tierras para la producción comercial a gran escala que se instauró con la modernización agrícola de los años 1950. El imperativo de adecuar y convertir la región en una despensa agrícola y alimentaria del país, se acompañó de la desecación de humedales y la construcción de diques para alterar el curso de las fuentes de agua. En los años 1960, con la intensificación de los discursos desarrollistas y el inicio de la construcción de la carretera troncal que atraviesa el departamento de Sucre y une a Cartagena y Medellín, se acentuó el afán de legalizar la propiedad individual sobre los baldíos. Para ello se apeló a la ley 200 de 1936 (Ley de Tierras) y a la figura de los juicios de pertenencia, que no ponía límites legales al tamaño de la propiedad. La publicidad obligatoria para notificar acerca de las transacciones prediales, se hacía en un periódico cualquiera de modo que no circulara la información y no hubiera indagación pública sobre su legalidad (REYES, 1978).

Los campesinos no fueron víctimas pasivas de esta situación; al acaparamiento de bienes públicos, la inequidad y la exclusión estructural, respondieron con acciones y demandas legales, invasiones de tierra y acciones sostenidas en favor de la reforma agraria, la modernización económica y la justicia social. A lo largo del siglo 20, el movimiento campesino del Caribe, que se inició en los años 1920s en la zona bananera en contra de la United Fruit Company (LEGRAND, 1988; VEGA, 2002) fue uno de los más significativos en América Latina. Posteriormente la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), jugó un papel central en la lucha por la tierra y en la protección de los colonos y los pequeños propietarios; el departamento de Sucre, fue particularmente activo entre las décadas de 1970 y 1980 (DÍAZ CALLEJAS, 2002; ZAMOSC, 1987)⁵. A raíz de las invasiones y recuperaciones de tierra y de la radicalización de las demandas de modernización y democratización rural, la organización y sus líderes fueron dura y violentamente golpeados y fragmentados por los sectores oficiales y tradicionales del poder local y nacional (FALS BORDA, 2002; FIGUEROA, 2009; PÉREZ, 2010; VERDAD ABIERTA, 2010).

La concentración de la tierra y la violencia perduran en la región, exacerbadas en las últimas décadas por nuevas tensiones y conflictos en torno del control del territorio y los recursos por actores representados por propietarios, guerrillas, paramilitares, narcotraficantes, sectores políticos y fuerzas públicas con diversos intereses y articulados en cambiantes alianzas. De acuerdo con recientes informes gubernamentales, la mayor parte de la tierra abandonada en el país, está en el Caribe (38% del total), a causa de desplazamientos, intimidaciones, asesinatos y violación de los derechos humanos entre 1996-2005 (Encuesta Nacional de Verificación 2008 en GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA, 2010, p.51). A esto se suma la informalidad de la tenencia de la tierra manifiesta en el bajo número de predios con títulos formales y en la predominancia de propiedades registradas bajo categorías como: poseedor, ocupante o tenedor (Ibid). Valga anotar que consuetudinariamente gran parte de las transacciones rurales, tanto de grandes como de pequeños predios, se hicieron independientemente del estado y la institucionalidad pública, y se rigieron por los principios de la confianza, la palabra, la honra, el respeto y las lealtades familiares y de clase. Otras, como se señaló, estuvieron signadas por otros mecanismos como el engaño, la presión y la violencia.

5- La ANUC se creó en 1967 como parte de las medidas reformistas y de modernización del agro del presidente Carlos Lleras. En Sucre, la acción de la ANUC se nutrió del trabajo del Partido Comunista y del Movimiento Popular de Unidad Liberal liderado por Apolinar Díaz Callejas, quien en calidad de gobernador, impulsó la reforma agraria en el departamento y la adjudicación de tierras a campesinos desposeídos.

Legislación agraria, derechos de facto y economía moral

En la Mojana los conflictos por los baldíos y las tierras comunales se agudizan, no por la ausencia de legislación, sino por la debilidad y ambigüedad del estado para resolver las inequidades rurales y garantizar derechos a los más débiles y desposeídos, especialmente en espacios y bienes de naturaleza transitoria como las ciénagas (CAMARGO, 2010). Respecto a la legislación de unos y otros, existen diferencias en su definición, que tienen implicaciones para su regulación y para el ejercicio del derecho público sobre el patrimonio nacional. Veamos: Los baldíos son bienes inmuebles de propiedad de la Nación, hacen parte de la reserva territorial del estado y por lo tanto son inembargables e imprescriptibles (Ley 160 de 1994). No obstante, son adjudicables por vía administrativa a entidades de derecho público para la construcción de obras de infraestructura o para la provisión de un servicio público, y a personas naturales que las hayan ocupado y empleado productivamente (VELÁSQUEZ, 2008). La posesión de un baldío no confiere el derecho de dominio y su adjudicación debe responder tanto a la función social de la propiedad como a la redistribución equitativa de la tierra y la integración de los campesinos en situación de desventaja a la sociedad. Por tal razón no se puede titular baldíos a personas naturales o jurídicas que tengan propiedades o posesiones rurales en el país.

De otra parte, las tierras comunales se dividen en: playones comunales que son terrenos baldíos que periódicamente se inundan con las aguas de las ciénagas que los forman, o con las de los ríos, y las sabanas comunales que son terrenos baldíos y planos, cubiertos por pastos naturales. Ambos son reservas territoriales del estado, imprescriptibles y no adjudicables⁶. Tampoco pueden ser objeto de cerramientos por ser bienes de uso público que deben estar disponibles para el aprovechamiento individual y colectivo por los vecinos del lugar, quienes tradicionalmente los han ocupado para actividades agropecuarias de pequeña escala (Ley 160 de 1994). Como se observa, tanto los bienes baldíos como los de uso público son del estado y son inembargables e imprescriptibles. Pero mientras los primeros son enajenables por vía de la adjudicación, los segundos son inalienables en tanto se afecta un servicio público (VELÁSQUEZ, 2008). En esta condición, las ciénagas no solo gozan de la protección especial del estado para su conservación sino de la comunidad, quien tiene la posibilidad de apelar a la vía judicial para su defensa.

Ahora bien, al lado de las categorías jurídicas y los modelos normativos que definen el tipo de tenencia del patrimonio público, existe una normatividad de hecho asociada con las prácticas sociales de acceso y control de las tierras comunales, como el “derecho de ciénaga”, que refleja las lógicas de cómo la gente, usa y maneja la propiedad de manera informal, ilegal o extra-legal, de acuerdo con sus percepciones e intereses de corto, mediano y largo plazo. Y es que en la vida cotidiana se abren espacios para distintas prácticas de privatización de facto, algunas de ellas con legitimidad social, que se terminan regularizando y normalizando, configurando nuevas formas de poder, diferenciación y desigualdad social.

Estos derechos de facto, además de justificarse con argumentos económicos, ambientales y legales, y en muchos casos con represalias y de manera forzosa, también se han sustentado en razones de tipo cultural y moral, no solo por parte de sectores con poder sino por una variedad de actores, desde los pequeños campesinos y los desposeídos, hasta quienes más recientemente han suplantado la autoridad del estado y han ejercido el poder con las armas.

En el caso de los campesinos y los pescadores mojaneros, quienes han ocupado estacionalmente las tierras abonadas con fines agrícolas, de pastoreo y extracción de recursos varios, e incluso han desviado, delimitado y apropiado áreas en ríos, caños y ciénagas para la pesca, el dominio espacial sobre tierras comunales y aguas se ha justificado no solo por el derecho consuetudinario de acceso los bienes públicos, sino por el derecho moral a la supervivencia propia y de sus familias al que apelan los pobres y desposeídos. A diferencia de quienes han tenido recursos y medios materiales para restringir el acceso a las ciénagas y playones, los campesinos han reivindicado el uso libre y comunal de estos patrimonios locales invocando una larga tradición de economía moral opuesta a lo privado y lo estatal, que apela a valores culturales centrados en la familia, la comunidad, la reciprocidad, la palabra, el respeto y la solidaridad para su reproducción física y social. A esto se suma lo que se podría considerar una moralidad ambiental, dada por la relación afectiva de los agricultores y pescadores con la naturaleza, el territorio y los recursos que

6- En 1956 el decreto 1963 designó las tierras conocidas como playones y sabanas comunales en los departamentos de Magdalena y Bolívar como reservas de la nación (REYES, 1978, p.75), pero en 1988 la Ley 30, determinó que por no ser bienes de uso público podían considerarse como baldíos y por lo tanto ser delimitados y adjudicados (CAMARGO, 2010). Esta normatividad se anuló con la ley 160 de 1994 que es la legislación vigente.

sustentan sus modos de vida y su cultura, que resuena con la retórica conservacionista y con los principios constitucionales de la función social y ecológica de la propiedad.

Por su parte, las élites han justificado las acciones de apropiación e individualización de las tierras comunales con base en una condición de superioridad social, racial, de género y cultural dada no solo por pertenecer a una clase social ganadera y hacendaria, blanca o “cariblanca”, de ascendencia española, sino por encarnar valores como la decencia, la formalidad, la hidalguía, el refinamiento cultural y el honor. Estas virtudes les han conferido no solo el derecho sino el deber moral de conquistar y colonizar territorios incivilizados y mejorarlos, mediante acciones como el control de la dinámica hídrica con el fin de optimizar las condiciones productivas. Para quienes la Mojana ha sido equivalente al África, una tierra lejana y con gentes extrañas, la consolidación de un paisaje más parecido al de las sabanas, libre de montaña (bosque primario o vegetación profusa) ha sido un imperativo. La estética resultante es una matriz con predominio de potreros y praderas para la ganadería, campos de cultivo y arrozales y más recientemente, humedales cercados para la cría de búfalos.

Culturalmente, la estructura paternalista y clientelista caribeña, expresada en favores, servicios y dádivas de los “buenos patrones” que velan por el bienestar del territorio rural y de sus gentes ha legitimado el despojo y la concentración (OCAMPO, 2007; REYES, 1978). El préstamo de semillas y tierra, o el alquiler de una parcela o maquinaria son algunos de los dispositivos sociales mediante los cuales los patrones reafirman las relaciones de dependencia y lealtad de los subalternos. Este es un modelo de economía moral donde no cabe el estado y que se nutre de unas representaciones culturales del Caribe como un mundo sensual y festivo exento de conflicto, donde conviven élites tradicionales y campesinos folclóricos y dóciles en relaciones informales y pacíficas (FIGUEROA, 2009).

Como lo señala Figueroa (2009), modelos e imaginarios como este invisibilizan las múltiples formas de exclusión (económica, social, racial, de clase y de género) y debilitan la construcción de lo público, en la medida en que hechos que afectan la esfera pública se domestican o silencian. Entre éstos se cuentan los efectos socio-ecológicos de la apropiación, privatización e individualización de tierras y aguas públicas mediante el cierre de las bocas de las ciénagas y caños, la desviación de cursos de agua o la construcción de terraplenes, que afectan la dinámica de las inundaciones periódicas, con la consecuente destrucción de viviendas, cultivos y ahogamiento de animales en terrenos que permanecían secos antes de las alteraciones del paisaje. Estos hechos son una forma de despojo material, simbólico y moral. Y es en este sentido que es posible afirmar que con la desestructuración y fragmentación de las relaciones de arraigo e identificación con el territorio, el paisaje y el patrimonio natural y social, se producen nuevas geografías de lo público, nuevas nociones del patrimonio y nuevas formas de diferencia y desigualdad social.

Paisaje y patrimonio: un asunto público

La crisis ambiental, económica y social que se produjo en la Mojana a raíz de las prolongadas, intensas y devastadoras lluvias e inundaciones de finales de la primera década del 2000, redundó en la visibilización de la región y en una proliferación de discursos, planes y acciones para valorar, reconstruir y proteger este gran paisaje. Algunas de las iniciativas económicas, turísticas y culturales que se proponen, se enmarcan en el campo patrimonial y exaltan los valores y potencialidades de la diversidad cultural, el paisaje, la gastronomía y la oferta recreativa del lugar. A tono con el actual auge mundial del patrimonio, éste se proyecta como una fuente de identidad, sentido de pertenencia y orgullo. En el plano económico, se promueve como una nueva alternativa de desarrollo económico y social para una región históricamente marginada y caracterizada por una gran inequidad y exclusión social. Sin duda la Mojana representa un patrimonio arqueológico, ambiental y cultural único en el país, que amerita reconocimiento, valoración y conservación. Sin embargo, la definición sobre qué es patrimonio y qué tipo de acciones de investigación, protección y preservación se deben desarrollar, cómo, con quién para el beneficio de quién, amerita una discusión pública. Una discusión que no puede ignorar los procesos históricos de apropiación, privatización y transformación material y simbólica del paisaje y de los bienes de uso público que constituyen un patrimonio común. Es decir, una discusión sobre lo patrimonial y lo público que considere no solo los posibles beneficios colectivos, sociales y económicos, derivados de los

paisajes y bienes comunes, sino la integridad de esos bienes y de quienes dependen directamente de ellos en su vida cotidiana.

Referencias bibliográficas

AGUILERA, María. La Mojana. Riqueza natural y potencial económico. **Documentos de Trabajo sobre Economía Regional**, N. 48. Cartagena: Banco de la República. 2004.

BASSO, Keith. “Wisdom sits in places: Notes on a Western Apache Landscape”. In: BASSO, Keith K. H. y FELD, Steve, ed. **Senses of Place**, Santa Fe: School of American Research Press. 1996. p. 13-52.

BENDER, Barbara, ed. **Landscape: Politics and Perspectives**. Providence: Berg. 1993

CAMARGO, Alejandro. **Nuevas tierras que nacen del agua: una ecología política de la propiedad en las llanuras del Caribe colombiano**. 2010. Tesis de Maestría en Geografía. Universidad de los Andes. Bogotá.

CHAVES, Margarita; MONTENEGRO, Mauricio y ZAMBRANO, Marta, comps. 2014 **El valor del patrimonio: mercado, políticas culturales y agenciamientos sociales**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.

DÍAZ Callejas, Apolinar. **Colombia y la reforma agraria. Sus documentos fundamentales**. Cartagena: Universidad de Cartagena. 2002.

DNP, FAO, DDT. **Programa de Desarrollo Sostenible de la Mojana**. Bogotá: Gente Nueva Editorial. 2003.

FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la costa III. Resistencia en el San Jorge**. Bogotá: El Áncora editores. 2002.

FIGUEROA, José Antonio. **Realismo mágico, vallenato y violencia política en el Caribe colombiano**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2009.

GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA. **La tierra en disputa. Memorias de despojo y resistencia campesina en la costa Caribe (1960-2010)**. Bogotá: Editorial Aguilar. 2010.

HERRERA, Marta. **Ordenar para controlar. Ordenamiento espacial y control político en las llanuras del Caribe y en los Andes Centrales Neogranadinos. Siglo XVIII**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia. 2002.

HERRERA, Luisa Fernanda; ROJAS, Sneider y MONTEJO, Fernando. “Poblamiento prehispánico de la Depresión Momposina: Un sistema integrado de manejo sostenible de los ecosistemas inundables”. In RESTREPO R. A. (Comp.) **Saberes de Vida. Por el bienestar de las nuevas generaciones**. Siglo del Hombre editores. UNESCO. 2004. p. 148-173.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill**. London & New York: Routledge, Taylor & Francis Group. 2001.

JIMÉNEZ, Orian y PÉREZ, Egdardo. **La Mojana medio ambiente y vida material en perspectiva histórica**. Medellín: Universidad de Antioquia. 2007.

LEGRAND, Catherine. “Campesinos y asalariados en la zona bananera de Santa Marta, 1900-1935”. In BELL LEMUS G. (comp.), **El Caribe colombiano**. Barranquilla: Ediciones Uninorte. 1988.

LEGRAND, Catherine. **Colonización y protesta campesina en Colombia 1850-1950**. Bogotá: Universidad Nacional. 1988.

MÁRQUEZ, Germán. **El hábitat del hombre caimán y otros estudios sobre ecología y sociedad en el Caribe. Corporación Parque Cultural del Caribe y Universidad Nacional de Colombia**. Bogotá: Editorial Nomos. 2008.

MITCHELL, Don. **The Lie of the Land: Migrant Workers and the California Landscape**. Minneapolis: University of Minnesota Press. 1996.

OCAMPO, Gloria Isabel. **La instauración de la ganadería en el valle del Sinú: la hacienda Marta Magdalena 1881-1956**. Medellín: Imprenta Universidad de Antioquia. 2007.

PARSONS, James. Los campos de cultivos pre-hispánicos del bajo San Jorge. **Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales**, v. 12, n. 48 p. 449-458. 1966.

PATIÑO, Victor Manuel. **La tierra en la América Equinoccial**. Bogotá: Presidencia de la República. 1997.

PLAZAS, Clemencia y FALCHETTI, Ana María. **Asentamientos prehispánicos en el Bajo Río San Jorge**. Bogotá: Fundación de Investigaciones Arqueológicas Nacionales, Banco de la República. 1981.

QUIROGA, Marcela. **Exploración documental en los archivos relativa a los pueblos zenúes y malibúes en el siglo XVI y la primera mitad del siglo XVII. Informe Final**. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá. 2012.

REYES, Alejandro. **Latifundio y poder político: la hacienda ganadera en Sucre**. Bogotá: Editorial CINEP. 1978.

TOVAR Pinzón, Hermes. Los baldíos y el problema agrario en la costa Caribe de Colombia (1830-1900). **Revista Fronteras** v. 1, n. 1 pp. 35-55. 1997.

TUAN, Yi-Fu. **Space and Place: The Perspective of Experience**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. 1977.

VEGA Cantor, Renán. **Gente muy rebelde: Indígenas, campesinos y protestas agrarias. Tomo 2**. Bogotá: Ediciones Pensamiento Crítico. 2002.

VELÁSQUEZ, Luis Guillermo. **Bienes**. Bogotá: Temis. 2008.

VERDAD ABIERTA. **El precio que pagó la Anuc por querer la tierra que trabajaban**. 2010.

<http://www.verdadabierta.com/las-victimas/42-asesinatos-selectivos/2677-el-precio-que-pago-la-anuc-por-querer-la-tierra-que-trabajaban>. Accesado el 12 de marzo de 2014.

ZAMOSC, León. **La cuestión agraria y el movimiento campesino en Colombia: luchas de la Asociación Nacional de Usuarios Campesinos (ANUC), 1967-1981**. Cinep. Bogotá: Unrisid. 1987.



Paisagem, Natureza e Conhecimento: políticas hidráulicas na Espanha setecentista e oitocentista

Simonne Teixeira*

Resumo: Entendemos que a paisagem não é apenas um dado da Natureza, e sim um produto da interação humana com a Natureza, ou seja, uma construção humana, considerada tanto em seus aspectos físicos, como nos aspectos mentais que permitem a sua interpretação. Tendo como foco a paisagem cultural e seu estudo do ponto de vista histórico, passo a definir a matéria sobre a qual se dá este estudo; ao tema da paisagem se agrega, pois o tema da água e da natureza. Busca-se compreender como se construíram estes discursos sobre a natureza, tendo como foco a área geográfica do rio Guadalquivir. De destacada importância econômica, esta bacia hidrográfica esta no centro de disputas importantes que se referem à melhor forma de aproveitamento deste recurso hídrico. Os projetos ali desenvolvidos deixam entrever os discursos que se constroem.

* Doutora em Filosofia y Letras (História) pela Universitat Autònoma de Barcelona, Pós-doutorado na Escuela de Estudios Hispano Americanos/CSIC – Sevilla. Atua como professora e pesquisadora no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil. Vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais. Coordena desde 2004 a Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural/LEEA-UENF. Contato: simonne@pq.cnpq.br

Landscape, Nature and Knowledge: hydraulic policies and society in Spain in the eighteenth and nineteenth-century.

Abstract: It is our understanding that the landscape is not just a given fact of life, but a product of men interacting with nature, that is, a human construction, from the point of view of its physical aspects, as well as the mental aspects that allow its interpretation. Focusing on the cultural landscape and its study from the historical point of view, we define the subject matter of this article as adding an approach of the landscape closely connected with themes such as water and nature. We seek to understand how the various discourses on nature were built, focusing on the geographic area of the Guadalquivir river, in Andalusia-Spain. Being of great economic importance, the Guadalquivir watershed is at the center of major disputes relating to the best use of its waters, and projects now being developed allow glimpses on to the discourses that are built.

Palavras chave: Paisagem cultural, rio Guadalquivir, século XIX, engenharia.

Key-Words: Cultural landscape, Guadalquivir river, nineteenth century, engineer.

Introdução

El paisaje nació, como la filosofía lo hiciera de la perplejidad, da la admiración por el mundo tal como es (MARTINEZ DE PIZÓN, 2008, p.16).

Termo polissêmico, paisagem assume diferentes sentidos, podendo designar um território definido e sua jurisdição, um tipo específico de pintura, extensão de terreno que se observa de um lugar (CIVANTOS, 2008, p.19), ou na visão do poeta, um estado d'alma¹. Se por um lado podemos considerar que se trata de uma experiência estética, por outro é um dado concreto, ou seja, o lugar em que vivemos. É esta <paisagem concreta>, com edifícios históricos, estruturas agrárias, povoados, caminhos e vestígios arqueológicos, é uma paisagem que além de olhar, podemos pesquisar e utilizar como plataforma para nossas atividades (RENES, 2009, p.58).

1- “Todo estado de alma é uma paisagem. Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente uma paisagem” (PESSOA, 1992, p.101).

A paisagem não é apenas um dado da Natureza, e sim um produto da interação humana com a Natureza, ou seja, uma construção humana, considerada tanto em seus aspectos físicos, como nos aspectos mentais que permitem a sua interpretação. Se no aspecto material está constituída de água, pedra, areia e vegetação, no aspecto cultural esta feita de memórias, identidades e representações.

As paisagens culturais entendidas como produtos históricos, são o resultado das atividades de nossos antepassados; construídas ao longo do tempo, como resultado das diferentes práticas sociais (culturais, simbólicas, políticas e econômicas principalmente) que se plasmam no território (embora este não deva ser entendido como um mero suporte para as atividades humanas), o que lhe reafirma o componente histórico. A paisagem enquanto expressão visível da natureza transcende sua materialidade; “no es una mera entidad física y estática, es por tanto una construcción social, en movimiento continuo y enraizada con la cultura” (CRIADO, 1993, p.12 apud GIANOTTI GARCÍA, 2004, p.261). Para Civantos, é necessário ler as paisagens “como una construcción de generaciones sucesivas de experimentación y modificación humana y de relación con los elementos materiales y los procesos naturales” (2008, p.23). As paisagens são os vestígios desta experimentação. No nosso entender e, de acordo com Buxó (2006), faz-se necessário entender as paisagens como consequência da co-evolução socioambiental a longo prazo, o que também reafirma sua historicidade.

Tendo em conta este forte componente histórico, é preciso considerar seu componente simbólico, onde no limite, se tocam aspectos tão inconciliáveis como pode ser o sentimento e a razão. Todas paisagens são simbólicas (ainda que a ligação entre o símbolo e o que ele representa pareça tênue), porque são resultado da apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano (COSGROVE, 2006), e como símbolos, possuem códigos de comportamento, costumes e valores culturais implícitos, que são transmitidos tacitamente. Além do mais, as paisagens são

también consecuencia de prácticas e imperativos ideológicos específicos. Como tales, representan una cadena continua de fuerzas creadoras o limitadoras gestionadas por los sucesivos regímenes político-económicos que se sucedieron desde los orígenes de la agricultura hasta el presente inicio del siglo XXI (BUXÓ, 2006).

Do ponto de vista espacial, este estudo foca os principais projetos de intervenção no tramo inferior do rio Guadalquivir (Andaluzia, Espanha), e sua relação com as principais correntes de pensamento que dominavam na Espanha nos séculos XVIII e XIX. Tomamos a cidade de Sevilha e os problemas relativos à sua navegabilidade, como problema privilegiado em nossa análise. Buscamos por meio dos discursos formulados por políticos, engenheiros e acadêmicos (naturalistas e geógrafos), entender o modo como era vista a natureza e suas irregularidades, e as soluções para seu maior aproveitamento. Entender estes discursos, é entender a lógica das intervenções propostas. As obras, de pedra e cal, resistem ao tempo, e conformam a paisagem regional, combinando os fatores naturais e os sociais. Entendidas como artefatos, estas intervenções na paisagem, estão vinculadas ao uso e apropriação dos recursos hídricos, assim como os discursos que as sustentam.

Entendemos que as obras de engenharia se juntam a outros elementos na conformação de uma paisagem. No caso de intervenções em ambientes aquáticos podem produzir importantes mudanças no território, que tanto pode ser acolhida e assimilada, quanto torná-lo irreconhecível.

Estas obras, são parte dos conteúdos perceptivos da paisagem e possibilitam novos lugares de contemplação, “al tempo que transforma la manera de verlo y entenderlo” (AGUILÓ, 2008, p.237). O interesse histórico pela engenharia hidráulica, busca melhorar o conhecimento sobre as atividades hidráulicas em períodos históricos determinados, a aplicação de diferentes técnicas e às demandas específicas, atendendo-se ao meio ambiente e às necessidades dos diferentes grupos sociais. Este conhecimento deve ser balizado considerando-se as motivações políticas, econômicas, técnicas e sociais que impulsionaram. Buscamos aprender com os erros e os sucessos do passado para as tomadas decisões no presente.

Apesar de nosso estudo centrar-se nas intervenções hidráulicas do século XIX, faz-se necessário entender alguns dos antecedentes históricos, que se referem à consolidação de uma visão científica a respeito da natureza, que produzem importantes mudanças na percepção das paisagens. Entende-se que os precedentes destas mudanças, estão fortemente assentados no século anterior, o chamado “Século das Luzes”. A ilustração supõe uma emancipação do homem frente à religião, aceitando como base da consciência as normativas sociais, valorizando deste modo as “luzes” e a “razão”. A natureza e o homem voltam a ser o foco de atenção dos humanistas, passando a valorizar os métodos de organização social, baseados na racionalidade (sobretudo no que tange à política e à economia), definido uma nova relação do homem com o meio ambiente.

A Ilustração na Espanha

A Espanha no início do século XVIII pode ser caracterizada como um país fortemente rural, com uma produção artesanal, baseada na transformação dos recursos naturais, apresentando ainda, baixo índice demográfico. Este panorama tende a mudar com a instalação de um governo, comandado pela Casa de Bourbon, em 1700, em que se deu um maior incentivo à implantação de indústrias e a melhora dos meios de comunicação e transporte.

À dinastia dos Bourbons, é atribuída algumas inovações, que pretendiam arrancar, a este território da estagnação que se encontrava. É fato que neste período, a administração será capaz de levar a cabo, ainda que temporariamente, uma efetiva união dos reinos em Espanha, gerando um sentimento de pertencimento a uma comunidade nacional.

A noção de progresso na perspectiva iluminista, privilegia a idéia de superioridade do homem frente à natureza, sustentando uma atitude agressiva com relação a esta. Deste modo, a expansão da agricultura neste período, levou a cabo uma sistemática derrubada de bosques e a abertura de novos terrenos para a expansão desta atividade econômica. A abertura de novos terrenos não foi, no entanto, acompanhada do desenvolvimento técnico das práticas e dos instrumentos agrícolas, de modo que, apesar da abertura de novas áreas para a agricultura, os resultados foram pouco significativos. É importante destacar, no entanto, que os ilustrados parecem haver se dado conta que o maior problema para o desenvolvimento da agricultura era a estrutura da propriedade da terra (MANTERO, 2001, p.122), ao que se somava os atrasos técnicos e o mal aproveitamento do solo. Além do mais, na Espanha setecentista, a maior parte das terras estavam em mãos da nobreza ou da Igreja.

Corresponde a este período, um certo crescimento no âmbito industrial (manufaturas), ainda que de forma desigual, tanto do ponto de vista de sua distribuição territorial, quanto diversidade de produto. Um maior impulso foi dado à indústria têxtil – seda, linho, lã e sobretudo algodão – embora sempre destinada ao consumo local. Em Sevilla é instalada a Real Fabrica de Tabaco, que logo se converte na mais importante indústria andaluza.

A ascensão de Carlos III ao trono, impulsionou o movimento reformista iniciado por Felipe V. Em seu governo se destaca o ministro Conde de Floriblanca, ferrenho defensor dos ideais iluministas, que pretendia reformar a sociedade, a economia e até mesmo os costumes, desde que, a iniciativa das mudanças estivessem nas mãos das autoridades. Floriblanca e outros dois ministros de estado (os condes de Aranda e de Campomanes), incentivaram a criação de Sociedades, que começam a se multiplicar por todo o território espanhol, cuja preocupação era desenvolver estudos sobre os recursos naturais, tornando-os produtivos e ao mesmo tempo difundir “as luzes”². Os ilustrados incentivaram também uma maior abrangência para a educação e o desenvolvimento das ciências aplicadas, que deviam refletir-se em melhoras técnicas para agricultura, para a indústria e

2- Conhecidas como Sociedades Económicas de Amigos del País. As origens destas Sociedades estão nas tertúlias e reuniões promovidas pelos indivíduos mais cultos da comunidade, sobretudo nas cidades mais importantes. Em Sevilla, por exemplo, o clima cultural era impulsionado pelos intelectuais humanistas. As tertúlias entorno a Pablo de Olavide, que se realizavam no Alcázar de Sevilla, tratavam de temas que inquietavam aos convivas: literatura, filosofia, jurídico, os progressos científicos e técnicos. Mas também a problemas sociais e necessidade de reformas, como a reforma penal, os filhos ilegítimos e o campo Andaluz (GADOW, 2009, p.14).

o comércio. O desenvolvimento das artes e da ciência, deveriam contribuir para a melhoria da vida cotidiana. Neste século foram criadas escolas, oficinas e Academias Reais, como a de Medicina de Sevilha (1700), a Sevilhana de Buenas Letras (1751) e a Real Escuela de las Tres Nobles Artes (1775).

Era então idéia corrente entre os governantes, a necessidade de se construir uma rede de vias navegáveis por toda a Espanha, que favorecesse ao desenvolvimento agrário, industrial e comercial (DÍAZ-MARTA PINILLA, 1999, p.2). Os países europeus vizinhos serviram de inspiração. A abertura de canais de grande porte para a navegação, tal qual o canal do Midi na França, eram frequentemente mencionados como modelo e ideal. O reformismo borbônico acreditava na organização do espaço territorial Espanhol, por meio destas hidrovias para unificar o mercado agrícola. No entanto, neste período as particularidades dos terrenos e condicionante físicos do país eram pouco conhecidos, não sendo, em muitas ocasiões avaliados adequadamente os importantes desníveis do terreno e a irregularidade das precipitações pluviométricas (GIL OLCINA, 2002, p.2; GIL OLCINA, 1992, p.154), o que inviabilizava a execução dos projetos que se propunham.

Datam deste período, numerosos projetos de intervenção que pretendiam uma ampla melhora nas comunicações interiores. Por um lado, foram empreendidas obras destinadas a construir uma rede de estradas que, desde Madri, se comunicaria com as principais cidades de Espanha. A ênfase da administração na construção de grandes obras hidráulicas, se concretizou em projetos como o canal Imperial de Aragón e o canal de Murcia e aquele que veio a ser o mais utópico de todos, o canal de Guadarrama. Se privilegiava então a navegação em detrimento da irrigação. Mas houveram também projetos hidráulicos voltados para o uso agrícola, entre os quais mencionamos o canal de Castilha, a Acéquia Real de Júcar, e os reservatórios de Puentes, Valdeinferno y Tauste. Importante assinalar o fracasso da maioria destas obras, que nunca chegaram a alcançar aos objetivos a que de destinavam. No entanto, a navegação por canais no país, enfatizadas no século XVIII pelos ilustrados, somente adquiriu importância a meados do século XIX e não por muito tempo, posto que “la competencia del ferrocarril redujo el empleo de los canales navegables en el transporte” (DÍAZ-MARTA PINILLA, 1989, p.17).

Ao progresso correspondia então, uma visão mais pragmática da natureza, que deixa de ser percebida como um mero suporte para as atividades humanas, passando a ser vista como fundamental para o progresso económico e social, principalmente por alguns de seus mais importantes expoentes na Espanha, como é o caso de Gaspar Melchor de Jovellanos. Para ele o trabalho humano e sua ativa intervenção sobre o meio físico – dessecando os pântanos, abrindo novas vias de comunicação – melhora e aformosa o meio natural (URTEAGA, 1985, p.29-30); a intervenção humana, “debe la naturaleza grande mejoras. A doquiera que se vuelva la vista, se ve hermoçada y perfeccionada por la mano del hombre” (JOVELLANOS, apud URTEAGA, 1985). Suas ideias, onde a ação humana se faz necessária para vencer a rusticidade da natureza, ficam bem explicitas neste trecho do Informe sobre la Ley Agraria, de 1794:

Por todas partes descuajados los bosques, ahuyentadas las fieras, secos los lagos, acanalados los ríos, refrenados los mares, cultivada toda la superficie de la tierra y llena de alquerías y aldeas y de bellas y magníficas poblaciones, se ofrecen en admirable espectáculo los monumentos de la industria humana y los esfuerzos del interés común para proteger y facilitar el interés individual (JOVELLANOS, 1794).

Neste mesmo informe, ele enumera os “estorbos físicos ó derivados de la naturaleza”, que prejudicam o desempenho da agricultura na Espanha, que seriam: falta de irrigação, falta de comunicações (por terra e por água) e falta de portos de comércio; reafirmando os ideais iluministas.

A dinastia dos BORBONS em Espanha, que de acordo a seu tempo, incentivou o processo e a modernização do país, teve fortes repercussões na Andaluzia, região que se apresentava então, como uma das mais pobres de Espanha. O crescimento demográfico que se segue na Andaluzia, revitaliza uma região dizimada por guerras e epidemias, ao tempo que faz crescer a demanda por produtos, seja manufaturados, seja agrícolas; “sus tierras son ricas y variadas, sus recursos mineros importantes, la industria artesana tiene a sus espaldas una larga y fecunda tradición” (GADOW, 2009, p.11).

A Andaluzia era a região onde se dava a maior concentração de terras aráveis em território Espanhol, sendo que, no entanto, três quartos da sua população estava formada por jornaleiros sem terra e arrendatários, em condições de existência precária (MANTERO, 2001, p.121). Zenón de Somodevilla y Bengoechea, Marques de la Ensenada e conselheiro de Carlos III, manifestava o desejo de melhorar as condições de vida dos camponeses do sul de Espanha, - onde zonas inteiras estavam dedicadas à criação de animais (defendiam a agricultura sobre a pecuária). O progresso econômico na região, e a melhoria das condições sociais dependiam, segundo o conselheiro, de uma reforma agrária e, por esta razão, sua atuação se centrou em ambiciosos projetos de colonização interior na Andaluzia. A proposta de criação de novas povoações na região de Sierra Morena, pretendiam por um lado, melhorar a situação dos campos andaluzes, região em que predominavam as grandes propriedades, onde a terra estava mal repartida e os rendimentos dos jornaleiros eram baixos, com um número exorbitante destes vivendo na miséria; e por outro, dar segurança à principal rota para sul (Madrid-Cádiz), em seu passo pela região, tomada por grupos bandoleiros. O projeto era uma utopia da ilustração, a criação de colônias ao longo dos trechos mais despovoados do caminho real. O encarregado de desenvolver o plano foi Pablo de Olavide. Este incentivou o cultivo de cereais e da oliveira, estimulou a irrigação, favorecendo às hortas de legumes (batata, milho, tomate e cana de açúcar) e aos pastos, incentivando ainda as manufaturas. Olavide aspirava também melhorar a navegação do rio Guadalquivir, como garantia ao comércio dos produtos andaluzes. Por esta razão, foi um grande entusiasta dos projetos de acondicionamento do rio, favorecendo a importantes investimentos, sobretudo no que diz respeito à obras de infraestrutura.

Não obstante os esforços para a melhoria das condições de vida da população, não houve mudanças profundas. Si bem é verdade que, se observado do ponto de vista político, romperam-se alguns obstáculos que até o momento haviam impedido uma maior mobilidade dos setores mais dinâmicos da população (MANTERO, 2001, p.119). No entanto, contraditoriamente ao esperado, a nobreza não só, não diminuiu, como apresentou um crescimento a cargo da concessão de novos títulos, ou mesmo da compra de títulos; e a base econômica desta classe, seguia pautada na propriedade de grandes extensões de terra que lhes rendiam importantes somas (op.cit.).

A necessidade de desenvolver esta região de grande potencial econômico fez com houvesse importantes investimentos, sobretudo no que diz respeito à obras de infraestrutura, tais como pontes, melhorias nos portos, obras hidráulicas, estadas e etc. Para sua realização, estas obras demandava um tipo de profissional com saber especializado: o engenheiro.

Os engenheiros eram profissionais considerados capazes de entender e atuar sobre o espaço natural, disciplinando as irregularidades deste, com fins a assegurar o avanço do progresso e o desenvolvimento econômico. Dentre estes se destacam, no caso específico da Espanha, os “engenheiros militares”, profissionais do estudo do espaço terrestre, que se destacam pela “intervención espacial que han tenido y la importancia de sus análisis territoriales y de sus descripciones geográficas” (CAPEL et alli, 1988, p.11) no pensamento ilustrado.

No século XVIII se destacaram importantes engenheiros na elaboração e execução dos projetos ilustrados, dentre estes os franceses Juan Agustín Badin e seu filho Luís Miguel (canal Imperial de Aragão e canal de Murcia), Carlos Lemaury (reservatório de Puentes e Valdeinferno e canal de Guadarrama), e o espanhol de Tenerife, Agustín de Betancourt y Molina, que teve a seu cargo a inspeção do canal Imperial de Aragão, mas se destacou por impulsionar a criação da Sociedade de “Estudios de la Inspección General de Caminos” que deu origem à Escuela de Ingenieros de Caminos y Canales, a princípios do século XIX.

Estreitamente vinculados ao avanço das técnicas e do pensamento científico da época, associado ao desenvolvimento do capitalismo nascente, mais que em outros campos em desenvolvimento neste momento, os engenheiros tomaram para si, a missão de qualificar os espaços, com obras destinadas a corrigir os “defeitos” da natureza. Os legados do trabalho dos engenheiros neste momento são principalmente, o “desarrollo de reflexión del espacio”, a “contribución a la representación cartográfica o bien a algún tipo de intervención espacial que implique en la transformación de la superficie terrestre” e por fim, a “institucionalización en el desarrollo de la ciencia” vinculado à corporações profissionais (CAPEL et alli., 1983, p.5). Mas talvez, como bem observa González Tascón, uma das mais importantes conseqüências deste legado, foi sem dúvida, a notória melhoria nos planos e representações do território (1990, p.484).

É também a finais do século XVIII, que se consolida uma visão mais totalizante da natureza,

2- Al menos que se especifique lo contrario los subrayados son míos

quando se deixa de lado as observações detalhadas, as análises dissecadoras, as classificações taxonômicas pormenorizadas. Científicos, geógrafos, naturalistas e engenheiros abandonam uma percepção anterior de paisagem, entendida como mero pano de fundo para as atividades humanas, para adquirir perfis mais integradores (AGUILÓ, 2008). A paisagem se inscreve no horizonte cultural do romantismo, e a natureza se torna a chave para entender o mundo que nos rodeia; há uma ordem natural que compreende ao ser humano, a qual devemos descobrir e conhecer, sendo a paisagem a expressão visível desta ordem natural (ORTEGA CANTERO, 2008).

O século XIX

Na Espanha, o século XVIII termina marcado pelo movimento de emancipação das colônias americanas, pela permanência em seu território peninsular de tropas francesas, e pela redução de seu domínio territorial com a perda de ilhas no atlântico e no pacífico. Estes acontecimentos podem explicar um certo retrocesso político pelo qual passou o país nos primeiros anos do século XIX, traz os esforços dos reformistas ilustrados em modernizar as estruturas sócio-políticas.

Em realidade nos primeiros anos do século XIX, entre 1812 e 1833, o período entre a promulgação da Constituição Monárquica e a morte de Fernando VII, o poder político oscilou entre o absolutismo e o liberalismo. A Constituição, de 1812³, afirmava a soberania da nação, instituindo o direito ao sufrágio instaurando um regime representativo, o que lhe dava um caráter democrático, acelerando o desmantelamento do Antigo Regime, de caráter senhorial. Significou, a diminuição dos privilégios da Igreja e a perda dos direitos de propriedade e de jurisdição da nobreza através de lei específica. Sua importância somente pode ser medida à longo prazo e no decorrer do século XIX, onde em diversas ocasiões, se lutou para que fosse efetiva sua vigência. Andaluzia foi protagonista na crise do Antigo Regime, que deu passagem a novas formas políticas onde se buscava uma sociedade mais igualitária (MANTERO, 2001, p.127).

Se por um lado os avanços parecem colocar a Espanha no caminho das nações liberais, por outro, os retrocessos que reestabeleciam o poder absoluto, devolveram à nobreza seus direitos à propriedade (mas não os direitos de jurisdição) e à Igreja os privilégios eclesiásticos donde, voltam a instalar-se a Inquisição, as Ordens Religiosas e a cobrança dos dízimos.

Em meados do século XIX predominou um governo moderado e, apesar da instabilidade vivida em razão dos conflitos políticos o país conheceu alguns avanços importantes. O principal deles, sem sombra de dúvidas, foi a desamortização produzindo uma significativa transformação na propriedade em algumas regiões da Península. As desamortizações pretendiam solucionar a crise financeira do Estado, gerada pela guerra, com a apropriação das terras eclesiásticas e sua posterior venda em subastas públicas. Uma vez em mãos de particulares a terra era considerada livre (MANTERO, 2001, p.134). Mas em algumas regiões, em lugar de favorecer a massa de trabalhadores sem terra, fortaleceu o regime de latifúndio onde os proprietários puderam aumentar a extensão de suas terras, aumentando suas propriedades. Este é o caso de regiões como Andaluzia, Estremadura e Castela la Nueva (atual la Mancha), onde os resultados não foram satisfatórios, ocorrendo um processo massivo de proletarização do campesinato e não produzindo mudanças significativas na estrutura de propriedades. Posteriormente Isabel II, também desamortizou terras (desta vez dos municípios), que mais uma vez não favoreceu para uma melhor divisão da terra. Na Andaluzia, este processo propiciou o surgimento de uma burguesia agrária (MANTERO, 2001, p.135), e atrelado a ela, um proletariado rural. A situação do camponês e as condições de trabalho pioraram. A taxa de analfabetismo entre estes, girava entono a 70-90% da população. Essa configuração do campesinato andaluz, perdura até o início do século XX: a existência de um amplo proletariado agrícola, trabalho sazonal, nível de vida miserável, salários baixos e intermitentes, analfabetismo, dura repressão a cada tentativa de se organizar e a permanência de uma classe de proprietários de grandes extensões de terra (MANTERO, 2001).

Na outra ponta, datam deste período o crescimento das cidades, acompanhando o crescimento populacional, que impulsiona a demolição das antigas muralhas e a projetam para fora, por sobre os campos mais próximos. É neste período que se elaboram planos urbanísticos para as principais cidades espanholas. A começar pelo plano urbanístico de Idelfonso Cerdá para Barcelona (1858-1869), outras cidades, inspiradas no que ocorria em Paris e Londres

3- A Constituição Espanhola também chamada de Constituição Liberal de Cádiz, ou simplesmente La Pepa, foi promulgada pelas Cortes Generales em 1812, sendo a primeira constituição espanhola. Caracterizava-se por possuir um caráter mais liberal entre suas homólogas na Europa, e influenciou fortemente as constituições na América Latina, incluindo a brasileira de 1824. Teve vida curta, estando em vigor apenas entre os anos de 1812 e 1814.

desenvolvem seus projetos urbanísticos. Madri, Valencia, Sevilha, Valladolid, San Sebastian e Palma de Mallorca, seguem os passos iniciados pela capital catalã⁴. As cidades anseiam por um aspecto mais moderno, privilegiando a higiene e a salubridade, a segurança e o aformoseamento de seus lugares públicos. Nas cidades surgem os teatros, os jardins, praças e passeios⁵ e os primeiros serviços de iluminação pública.

É também o período em que começa a instalar as vias ferroviárias por todo o país, associado ao desenvolvimento da indústria e que alcançam as cidades, conectando-as. Na Andaluzia o primeiro tramo construído, em 1859, ligava as cidades de Córdoba e Sevilha. Cresce a exploração mineira, e renovam as obras de estradas, portos e canais. Em Sevilla é construída a primeira ponte de ferro sobre o rio Guadalquivir (Puente de la Reina). O aparecimento da eletricidade dá um novo incentivo à industrialização, contribuindo para uma base de mecanização do setor e o aparecimento de grandes indústrias, especialmente a indústria têxtil em Barcelona. Com relação à Andaluzia há o aparecimento de diversas indústrias relacionadas à produção de ferro, minério abundante na região, que aproveita o vazio deixado pela desorganização da produção na região norte do país em razão das guerras. Para alimentar os altos fornos, se derrubaram amplas extensões de bosque em Marbella. Acabados os bosques se importou carvão de Astúrias o que tornou a produção muito onerosa e levou a decadência. Também se implantou na região indústrias têxteis, cerâmica (La Cartuja), fundições (relacionadas a estaleiros), e vinícolas (MANTERO, 2001).

O Romantismo consolida uma imagem de Espanha, especialmente da Andaluzia, a partir de um olhar estrangeiro. Os viajantes buscavam no exotismo das paisagens e das pessoas, nas histórias e culturas de um passado distante, aventuras em uma terra considerada perigosa (MANTERO, 2001, p.139). O exótico Espanhol, foi para uma Europa que sofria um forte impacto industrial, um lugar ainda pouco domesticado, segundo o gosto burguês. A Espanha do século XIX possuía todas as características que o viajante romântico esperava encontrar ao longo de sua viagem:

exotismo en sus habitantes y sus costumbres, irracionalidad en sus creencias y actitudes, exuberancia o grandiosidad en algunos de sus paisajes; y allí donde la España real no podía cubrir todas las expectativas, porque a pesar de todo, formaba parte de Europa, surgía la España inventada que algunos viajeros presentaron, perpetuando imágenes exageradas o, en el peor de los casos, inexistentes (MAR SERRANO, 1993).

As imagens construídas por estes viajantes foram tão fortes, que algumas das representações construídas no contexto andaluz, chegaram a aplicar-se a toda Espanha (toureiros, ciganos, bandoleiros). Ao mesmo tempo, alguns andaluzes se identificaram tão fortemente a elas, que terminaram por cultivá-las (MANTERO, 2001).

Por outro lado, estas viagens de naturalistas, estimulavam o conhecimento das ciências naturais que se afirmava como campo de observação autônomo. A paisagem como expressão visível da ordem natural, a qual se inclui o ser humano, é vista e analisada sob a ótica de uma expressão estética e sensitiva, ao mesmo tempo é perscrutada de modo científico, em busca de um conhecimento exato e preciso da natureza.

No século XIX, enquanto se assistia à elaboração e a realização de importantes projetos de canais navegáveis⁶, as políticas hidráulicas promovidas pelo Estado Espanhol eram bem mais prudentes que a do século anterior. Foi abandonado os grandes projetos utópicos, e buscado soluções mais pontuais a problemas mais locais.

Se no século XVIII foram os países europeus, notadamente a França, que serviram de modelo para os projetos de canais, no século XIX se destaca os Estados Unidos da América como referência para o incentivo à construção de canais. Este modelo, valoriza notadamente a capacidade humana de domínio da natureza, bem acorde aos princípios positivistas, conforme vemos em um artigo,

En los Estados Unidos se verifica principalmente el transporte interior por los ríos, canales y ferrocarriles, no habiéndoles quedado a las carreteras sino cortísima parte. (...) Pero es propio de la índole humana, y sobre todo de anglo-sajona, no saciarse de los dones de la naturaleza, por liberal que sea, hasta ver multiplicado su valor a fuerza de ingenio e industria (R.O.P. (1853) 1, tomo 1(2), p.20-23).

4- Apesar de haver inúmeros projetos de reforma urbana no período, muitos deles somente serão, de fato, levadas a cabo no final do século XIX, início do século XX, em razão da crise financeira dos cofres públicos.

5- Em geral ocupando os espaços de antigas hortas de terrenos amortizados.

6- No âmbito internacional se destaca a construção de dois importantes e emblemáticos canais: o Canal de Suez (1859-1869), com 163 km de extensão, entre Ásia e África no istmo de Suez, Península do Sinai; e o Canal do Panamá (1880-1914), com 81 km de extensão, que liga o Oceano Atlântico ao Pacífico, atravessando o Panamá. Cabe aludir ainda, ao Canal Campos-Macaé (1837-1872), com 106 km de extensão e considerado maior obra de engenharia no Brasil durante o século XIX, e que visava o tráfico de gentes e mercadorias (sobretudo o escoamento de produção açucareira no norte fluminense), e unia as duas cidades que lhe dá o nome.

Ao final deste século conturbado com guerras constantes, com a presença da Inquisição e de governantes estrangeiros e despóticos, com um sem-fim de revoluções, predomina uma sensação de decadência generalizada, e a visão que os espanhóis fazem de si mesmo não é das melhores. Do ponto de vista do pensamento, pautado num darwinismo social, esta decadência era fruto de uma doença congênita da raça, afetando todas suas gentes e ao país como um todo. Decadência da nação, degeneração da raça: são as condições ingratas da geografia nacional, a causa dos males deste povo. A Espanha se encontra refém de uma forte crise moral ao final do século XIX.

Predomina no período (1875-1936), uma corrente de pensamento “dilatada e plural” (GÓMEZ MENDONZA, 1992, p. 231), que ficou conhecida como regeneracionismo. Para Gómez Mendonza, foi “algo más que una corriente de opinión y un programa: fue un talante, una sensibilidad que impregnó las actitudes – intelectuales, éticas y estéticas – de aquella época” (ídem., 232). A crise moral vivida pelos espanhóis, andava a par uma crescente ansiedade por encontrar soluções capazes de restaurar a economia do país. Do ponto de vista de uma política hidráulica nacional, buscavam fornecer um suprimento adequado de água para todos os agentes sociais, com fins a desenvolver e modernizar o país (MORAL ITUARTE, 2010). De fato este processo se encontra no centro de um debate que reclama fortes intervenções na natureza, para superar as dificuldades naturais imposta por uma paisagem infértil, de extrema aridez, submetida a um sistema pluviométrico irregular e, pelo baixo desenvolvimento alcançado pela sua gente. O regeneracionismo busca se legitimar através de uma ampla política hidráulica

Sevilha e seu rio: intervenções no Guadalquivir

A cidade de Sevilla, situada às margens do rio Guadalquivir, mantém com este, ao longo de sua história um estreito laço do ponto de vista econômico. Desde a Antiguidade Clássica, a cidade se serviu de seu leito para a navegação e de suas águas para o abastecimento urbano e a irrigação dos campos.

O rio Guadalquivir é o menor em extensão considerando-se os cinco rios mais importantes de Espanha⁷. Junto ao rio Guadiana é uma das mais importantes e emblemáticas artérias fluviais do sul da Península, destacando-se ainda como um rio propriamente andaluz, visto que toda sua bacia – desde seu nascimento na Serra de Carzola, a 1.400 metros de altitude, até sua desembocadura na província de Cádiz – se encontra em território da Andaluzia. Emblemático por que às suas margens, podemos encontrar cidades tão importantes como Córdoba e Sevilha, que se destacam no cenário histórico do país. Quanto a sua navegabilidade, H. Capel observa que o Guadalquivir⁸ é “el único rio navegable de la España peninsular” (1991:533). Depois de percorrer algo mais que 600 km desde sua nascente, alcança a desembocadura no Oceano Atlântico, em uma região de estuário, conhecida como “Marismas del Guadalquivir”, cuja maior parte na atualidade se encontra protegida sob a rubrica do Parque Nacional de Doñana.

Considerando a bacia hídrica deste rio, nos interessa, como delimitação do âmbito de estudos, a chamada zona da Cuenca Baja del Guadalquivir (ou Bacia inferior do Guadalquivir), que possui como centro urbano articulador a cidade de Sevilha. Para a delimitação da área de estudos, tomamos como referência a seguinte delimitação, proposta por Moral Ituarte,

Desde la confluencia del río Genil con el Guadalquivir a la altura de Palma del Río, hasta la desembocadura de este último en el Atlántico, en Sanlúcar de Barrameda, incluyendo las subcuencas de los afluentes de la derecha (desde el Bembézar hasta el Guadiamar y la Madre de las Marismas del Rocío), y de la izquierda (desde el curso bajo del propio Genil hasta los Salados de Morón y de Lebrija) (1991, p.27).

Com respeito a questão da navegação pelo rio Guadalquivir, os problemas enfrentados pela cidade de Sevilla não eram tão diferentes dos que se enfrentavam outros portos fluviais europeus, como por exemplo, Rotterdam, Amsterdam, Bremen, Hamburgo e Nantes entre outros. A navegabilidade do rio Guadalquivir, sobretudo em sua zona estuarina se fazia a cada dia mais difícil, a causa de um intenso processo de assoreamento e especificidades hidrológicas do rio. No entanto, as tonelagens dos navios seguiam sua evolução. Já a meados do século XVII, se podia observar “el triunfo de los grandes veleros de 500 a 1500 toneladas” (GONZALEZ DORADO,

7- Aqui se consideram os rios com mais de 500 km de extensão: rio Tajo/Tejo (1.007 km); rio Ebro (910 km); rio Guadiana (967 km); rio Duero/Douro (895 km) e rio Guadalquivir (657 km).

8- As Marismas do Guadalquivir atingem cerca de 1.400 km² de extensão. Caracteriza-se como uma extensa planície alagavel periodicamente, em razão das chuvas e de transbordamentos do rio.

1975, p.95), que significava navios com maior calado, que necessitavam de uma maior profundidade do leito dos rios para uma boa navegação. Proporcionalmente as dificuldades para a navegação iam se agravando, enquanto aumentavam os esforços para transferir o monopólio portuário à cidade de Cádiz.

Aqui cabe uma breve explicação sobre a relação contenciosa entre Sevilha e Cádiz, que ainda nos dias de hoje se rivalizam com descuidada discrição. A eleição de Sevilha como principal porto do comércio das Índias deveu-se a sua localização, ainda que a navegação pelo Guadalquivir nunca tenha sido simples. Mas, a existência de um porto fluvial, bem abrigado e seguro, com bom acesso às estradas que o conectavam com o resto da Espanha, fez com que esta escolha vigorasse por 200 anos. No entanto, esta situação privilegiada de Sevilha (monopólio no comércio com as Índias) não era compartilhada por outras cidades que também ansiavam servir de porto, como a cidade de Cádiz. Ao longo dos séculos XVI e XVII tem lugar uma crescente disputa entre as duas cidades, que se conclui com a perda do monopólio de Sevilha, em 1790. Não resta dúvidas de que, embora a questão estivesse colocada em base técnica, com respeito à navegabilidade (acondicionamento da barra do Guadalquivir), os interesses particulares de comerciantes e contrabandistas jogaram um papel importante nesta disputa (GIRARD, 2006, p.164). Um século depois a cidade Cádiz havia se convertido numa cidade cosmopolita, recebendo todo tipo de pessoas (marinheiros, mercadores, viajantes), vindos das mais diferentes partes do globo terrestre. Este caráter será fundamental para o papel que a cidade irá desempenhar ao longo do século XIX, abrigando as forças progressistas e liberais que defenderam a Constituição.

Apesar da cidade haver perdido a prerrogativa sobre o porto, os anseios por recuperá-los seguiram movendo uma classe comercial desejosa de não perder o controle sobre o comércio de ultramar.

Os projetos propostos de acondicionamento do rio estiveram sempre voltados a recuperar a navegabilidade do rio, sobrepujando quaisquer outros interesses e necessidades. Segundo Cruz Villalon,

La conveniencia, cuando no la necesidad, de corregir el curso del Guadalquivir históricamente ha sido sentida antes que la de actuar sobre las Marismas; a razón de mantener la navegabilidad de Ría hasta el puerto de Sevilla y preservar la ciudad de las inundaciones; con todo un análisis de los proyectos y obras hidráulicas llevadas a cabo, sobretodo anteriores al siglo XX, se observa que el objetivo era el de impulsar la navegación en detrimento de la prevención de inundaciones (CRUZ VILLALON, 1988, p.114).

A bacia do Guadalquivir foi objeto de inúmeros planos e inversões públicas com o intuito de melhorar tanto a navegação por seu leito, quanto a expansão da área irrigada⁹. No que diz respeito à sua seção marítima, os problemas relativos aos acondicionamentos hidráulicos do rio Guadalquivir, tratam ordinariamente dos problemas de sua navegabilidade. Toda ação estatal ou mesmo àquelas promovidas por empresas privadas, privilegiavam os projetos de navegação em detrimento dos investimentos para o aproveitamento das águas para uso agrícola, ou aquelas destinadas à prevenção contra as inundações que atingiam a cidade e sua região. Estes projetos refletem, em seu momento, os ideais herdados da Ilustração, que coadunam com os da nascente corrente de pensamento positivista. As normativas de regulamentação do uso da água se perderam nas discussões que envolviam a questão da reserva de volume de água para assegurar a navegação de Sevilha ao mar, que, segundo Moral Ituarte foi praticamente esquecida nas análises contemporâneas sobre os acondicionamentos do rio Guadalquivir (1990, p.13). Nos debates empreendidos pelos diferentes agentes que participam dos projetos e sua execução, se destacam os homens públicos que têm a seu cargo a administração e os engenheiros com seu planos e projetos afincadas no saber científico da época, e que em alguns casos, é também o administrador.

O tema da navegação do rio Guadalquivir, remete a uma narrativa explicativa, que se nutre da convicção de que esta, só não se desenvolvia, porque havia uma oposição de pessoas e empresas cujos interesses não eram compatíveis com esta proposta. De modo contrário, “los grandes tratadistas del Guadalquivir de la primera mitad del siglo XIX (Larramendi y García Otero) combatieron esta posición”, coadunando com o pensamento científico da época, e apontando que,

en este caso, las principales dificultades se hallaban en la naturaleza y no en los intereses particulares que, en su opinión, nunca habrían bastado para impedir una actividad tan prioritaria. Para demostrarlo tuvieron que empezar desmontando un mito profundamente arraigado en la consciencia de una

9- Se aplica a toda bacia do Guadalquivir, particularmente entre os anos 1850 e 1933. Em realidade este será um debate premente ao longo do século XIX, sobre a melhor forma de realizar as inversões públicas, que se estenderá até pelo menos os anos 1936, quando tem início a Guerra Civil espanhola.

Neste período a discussão se centra principalmente na capacidade de aproveitamento do recurso hídrico, levando em conta a economia regional. A criação da Companhia de Navegação em 1815 e a atuação do engenheiro Jose Augustín de Larramendi, são elementos importantes para a compreensão deste debate. Este, embora contratado pela Companhia para desenvolver a navegação no rio Guadalquivir, irá tornar-se um grande defensor do uso das suas águas para a irrigação, depois de constatar a dificuldade natural de sua navegabilidade.

A Larramendi, é solicitado a elaboração de um relatório e de um projeto que desse conta da navegação entre Sevilha e Córdoba. Ao que tudo indica, sobretudo a partir de dados arqueológicos, até o período Romano (antiga Hispalis) este tramo era perfeitamente navegável. Para o engenheiro, apesar de ter havido navegação nesta parte do rio, como mencionam alguns escritores, não ha razão para recuperá-la, buscando,

adoptar sin más fundamento en el estado presente de conocimientos una cosa tan imperfecta. Sin embargo, tal es la influencia de la veneración que se tiene á todo lo antiguo que sin pensarlo nos arrastra á las veces á la adopción de muchos pensamientos sin hacer la debida distinción de la notable diferencia del estado de cosas: así es que la mayor parte de los reconocimientos que se han hecho e el Guadalquivir hasta estos últimos tiempos, han sido la idea de habilitarle para la navegación (LARRAMEDI, 1820, p.3).

Sua proposta é a de se construir um canal paralelo ao rio, entre as cidades de Córdoba e Sevilha apoiando-se em uma proposta anterior, elaborada pelo engenheiro francês Carlos Lemaur. Seu relatório/projeto mantém a lógica que visa assegurar-se que o canal sirva tanto a navegação, quanto e sobretudo, a irrigação. Assim que, no intuito de encontrar soluções para superar as irregularidades do terreno em alguns trechos, procura sempre equilibrar seu argumento entre navegação e irrigação, buscando novas soluções, mas com clara inclinação à segunda:

[...] el grande objeto que creí debía fijar la atención de todos era los reconocimientos y examen de las vegas del Guadalquivir desde esta ciudad á la de Córdoba, con el fin de facilitar la navegación y entablar un sistema general de irrigación entre dichos puntos; porque, debiendo ser este el objeto mas vasto y transcendental de todos los que están a cargo de la Compañía, estas indispensables operaciones preliminares debían servir de fundamento a la resolución general del problema (LARRAMEDI,1820, p.1).

10- GARCIA OTERO, José. Reconocimiento del río Guadalquivir entre Córdoba y Sevilla. Madrid: Ministerio de Comercio, Instrucción y Obras Públicas. 1847.

De fato, a Companhia de navegação vinha descuidando-se da execução das obras necessárias, manifestando uma opinião de que não era possível fazer nada para melhorar a navegação (GONZALEZ DORADO, 1975, p.102). Enquanto isso, inclusive os barcos construídos expressamente pela Companhia, de baixo calado, tinham problemas para navegar e deviam aproveitar as marés (GONZALEZ DORADO, 1975, p.103). São projetadas e levadas a cabo propostas de retificação de trechos do rio, sobretudo alguns meandros considerados perigosos à navegação e à segurança da cidade em períodos de chuva, como a corta Fernandina em 1816.

No período 1842/1844, José García Otero, retoma o projeto de Larramedí, e realiza um reconhecimento¹⁰ do Guadalquivir. O resultado de seu Reconhecimento sobre o rio, demonstra que o engenheiro possuía um bom conhecimento do meio natural. Com riqueza de detalhes, descreve as diversas estruturas hidráulicas existentes no tramo entre Sevilla e Córdoba, analisa os aspectos naturais, como os referentes às margens, aos desníveis do terreno, à velocidade de fluxo, profundidade, etc. (MORAL ITUARTE, 1991). Por fim, em seu Reconhecimento, conclui que “ni por volumen de aguas, ni por la pendiente el Guadalquivir es naturalmente navegable” (GARCÍA OTERO apud MORAL ITUARTE, 1991, p.142), o que o leva a inclinar-se pela construção de um canal lateral em lugar de acondicionar o leito do rio para a navegação (op.cit.142).

No ano de 1852, o governo suprimiu a Companhia de Navegação do Guadalquivir, declarando Sevilha como porto de primeira classe e assumindo ele mesmo a responsabilidade e direção das obras, través do Ministério de Fomento. Para tanto nomeou ao engenheiro Canuto Corroza, para novo estudo geral e de melhoramentos para o estuário do Guadalquivir. Corroza defendia uma superioridade dos portos fluviais em detrimento dos marítimos, e com tal pensamento,

partia do pressuposto que os condicionantes naturais do estuário não deviam se opor à navegação. Seus projetos terão por foco, a habilitação deste trecho do rio favorecendo à navegação. Para ele a revitalização do porto de Sevilla implicaria em reafirmar a posição desta cidade como uma metrópoles, capaz de conduzir a um generalizado progresso regional.

Os investimentos na capacidade de navegação do rio Guadalquivir, supuseram ao longo de todos estes anos, importantes somas, investidas tanto pelo setor privado quanto, e sobretudo pelo Estado. Parte dos projetos se tornaram obsoletos com a introdução das estradas de ferro, a partir do final dos anos 1850.

Já por estes tempos, último quartel século XIX, o pensamento regeneracionista começa a se impor entre políticos e engenheiros especialmente envolvidos na busca de soluções para enfrentar aos problemas da natureza. Gómez Mendonza nos lembra que, o regeneracionismo não se restringia apenas à um amplo projeto de restauração produtiva e económica baseado nos recursos naturais, mas também em uma revitalização moral e intelectual dos espanhóis, o que devia estimular diversos projetos de cunho científico e educacional (1992, p.232-233). No contexto destes programas pulsava o anseio por uma política hidráulica que contemplasse os regadios por toda a Espanha.

Aqui tem início um estímulo ao desenvolvimento de estudos sobre a geografia do país. A geografia aqui, entendida como “o conhecimento da natureza”, tende a incorporar os processos, formulando de modo mais acabado a ideia de meio. Os fatos sociais são lidos sob os mesmos quadros com que se lê a realidade física, os homens se moldam aos desenhos e formas desenhados pela natureza. O sucesso dos projetos hidráulicos ou de qualquer intervenção, dependiam do grau de conhecimento científico dos terrenos sobre os quais pretendiam intervir.

Dentre os mais eminentes defensores do regeneracionismo, de destaca o nome de Joaquim Costa, intelectual polivalente. Os discursos de Costa e de toda uma linhagem de intelectuais e políticos¹¹, se centravam em enumerar os diversos aspectos negativos da natureza espanhola, visíveis em uma paisagem desoladora: rugosidade do relevo, aridez dos solos, secas avassaladoras, correntes atmosféricas abrasadoras, rigidez das costas e a desequilibrada distribuição das chuvas. A estas características se uniam o próprio povo espanhol. Joaquim Costa, em 1880, durante o Congresso de Agricultores, vaticina “nuestro clima es de los peores, nuestro suelo de los menos fértiles [...] la planicie central y acaso la mitad de España es una de las más secas del globo, después de los desiertos de África y Asia” (COSTA apud GÓMEZ MENDONZA, 1992, p.237).

As comparações com outros países europeus parece inevitável, e eram utilizadas com frequência para reforçar esta visão negativa da península. Não faltaram exemplos em suas falas, sobre a existência de uma auspiciosa natureza em países vizinhos – como a França, reiteradamente tomada como exemplo pelos espanhóis – que favorecem ao pleno desenvolvimento produtivo e econômico. Mais do que isso, faltaria aos espanhóis o vigor da raça que pudesse haver possibilitado uma intervenção vigorosa na natureza, capaz de efetivamente subjuga-la à sua vontade.

Para Joaquim Costa e demais partidários do regeneracionismo era necessário elaborar um plano de intervenção em grande escala que impulsionasse o seu desenvolvimento. Era necessária uma “política hidráulica”, que devia ser entendida como uma expressão sublimada de “política agrária”, ou mais amplamente de “política econômica” (GIL OLCINA, 2002). Seguindo uma lógica em que se protagoniza o papel do Estado, não apenas no aspecto político, mas como promotor do desenvolvimento, se opunham a concessão dos serviços relacionados às obras hidráulicas, avaliando que no interstício de 1849 a 1883, as concessões teriam apresentado resultados ínfimos (GIL OLCINA, 2002). Para outro expressivo regeneracionista, Lucas Mallada o problema das águas e o problema da agricultura são derivados principalmente da falta de regos, que junto a fatores como, a falta de abonos agrícolas, capitais, crédito e serviços ferroviário, agravam a desordem administrativa (CANTERO, 1984, p.112).

11- Outros nomes do regeneracionismo: Segismundo Moret y Prendergast (político), Ricardo Macías Picavea (jornalista), Rafael Torres Campos (geógrafo), Joaquín Sánchez de Toca Calvo (político), Lucas Mallada y Pueyo (engenheiro de minas), dentre outros.

Entre todos los remedios aplicables a la curación de los males mencionados ninguno puede ofrecer tanta seguridad de mejorar la suerte de los pueblos como la construcción de canales y pantanos; y si los resultados de los sacrificios impuestos por algunos de los ya existentes no fueron inmediatos, nadie dudara que la riqueza aportada por el agua habrá de dar sus frutos en ventajosa relación con los sacrificios que impusiera (MALLADA apud CANTERO, 1984, p.113).

As discussões sobre os projetos para o país vão trazer à luz um debate extremamente interessante sobre o meio ambiente. Muitos regeneracionistas apontam o contínuo desmatamento nos montes, ao longo de tantos séculos, como o principal fator dos problemas enfrentados para uma eficiente política agrária. Ao lado de uma “patriotismo hidráulico, havia um “patriotismo arbóreo” (GÓMEZ MENDONZA 1992, p.244). Para Mallada,

la general escasez de arbolado es otra causa evidente de la pobreza de nuestra patria, no sólo porque lleva consigo la carestía de leña y de maderas e implica el poco desarrollo de industrias derivadas, sino porque acentúa en extremo la sequedad del territorio, (...) (MALLADA apud CANTERO 1984, p.113).

12- Utilizo o termo andalusí, em referência à população de al-Andalus, como forma de diferenciar dos andaluzes, ou seja, os nascido na atual Andaluzia.

Por fim, Mallada chega a afirmar que, o ressecamento do solo engendra a secura do espírito e a rudeza do povo (GÓMEZ MENDONZA, 1992, p.245).

A discussão que se estabelece diz respeito à capacidade de influência da ausência dos bosques no processo de assoreamento dos reservatórios e o tempo para a reposição da cobertura vegetal. Discussão que, em última instância, chega a indispor engenheiros de montes (o engenheiro florestal) e engenheiros de caminhos e canais (o engenheiro civil), levando os primeiros a se opor aos grandes projetos hidráulicos. Como alternativa, sugerem a elaboração de pequenas represas, e perímetros de regos com menores dimensões, semelhante ao modelo tão recorrente na Espanha, instalados no período andalusí¹², e ainda em uso em muitos rincões do país.

Estes debates e polémicas se davam principalmente em foros qualificados, como os diversos congressos de ciência ocorridos em toda a Espanha nestes momentos. Ambos os grupos representavam um saber científico enormemente valorado do ponto de vista social, que ademais buscavam superar os ideais da ilustração setecentistas. A ideia utilitarista da natureza ligada ao iluminismo – onde apesar de ser a medida de todas as coisas, deveria servir aos anseios da humanidade; uma natureza inesgotável, em que os bosques poderiam ser dizimados, pois sempre haveria outros –, dava lugar a uma concepção não menos utilitarista, mas condicionada a uma visão negativa respeito às qualidades da natureza. Além do mais o regeneracionismo é também um sentimento com relação à pátria. Gómez Mendonza, observa que por meio século esta discussão entre engenheiros “de montes” e engenheiros “de caminhos” não permitiu o progresso do discurso científico e técnico sobre a real influência dos montes e dos bosques, na distribuição das águas (1989, p.88). Para os engenheiros de caminhos, os bosques não teriam nenhuma influência sobre os terrenos, apenas poderiam evitar a força das descidas torrenciais das águas.

Muitos foram os benefícios individuais, sociais e econômicos que os defensores do regeneracionismo pretenderam alcançar com seus projetos (CANTERO, 1984, p.114). Havia de fato, em todos os setores da sociedade espanhola uma clara ideia sobre a necessidade urgente de uma política hidráulica eficiente. A tradição da irrigação na península não dava margens às dúvidas. O crescimento populacional e uma maior demanda na produção de alimentos, reclamava uma política de estado que desse conta do desenvolvimento. No entanto, o discurso regeneracionista não alcançou o ponto crucial, que era a questão agrária, sobretudo na Andaluzia onde a concentração de terras nas mãos de um número reduzido de proprietários era marcante ainda nos primeiros anos do século XX. O aspecto científico das discussões, não abrangia os problemas de cunho social.

Neste estudo busco relacionar os conceitos de paisagem, natureza e conhecimento, inseridos na agenda das discussões sobre as intervenções no rio Guadalquivir ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo como pano de fundo as políticas estatais voltadas especialmente para os recursos hídricos, notadamente na Andaluzia. É claro que este estudo deixa de fora uma enormidade de temas e abordagens relativos às políticas hidráulicas na Espanha e mais particularmente na bacia do Guadalquivir. O texto não pretende esgotar o assunto. Muito pelo contrário, seu objetivo é deixar as portas abertas para novas e contínuas abordagens, no marco do projeto que venho desenvolvendo.

Com isso reafirmamos nosso ponto de partida, onde as paisagens culturais devem ser entendidas como produtos históricos, resultantes das atividades humanas sobre o território. Dentre estas atividades observamos as proposições relativas às grandes obras de engenharia, com potencial poder de produzir novos conteúdos perceptivos às paisagens, podendo mesmo resignificá-las completamente. No plano dos discursos, buscamos entender, dentro dos grandes marcos dos processos políticos na Espanha, de que forma se aderem seus promotores intelectuais

(políticos e saberes técnico e científico), a uma estrutura mental de compreensão do mundo (da natureza e do ser humano), em pleno processo de evolução. Me refiro ao pensamento Iluminista e seu desdobramento ao longo do século XIX. Além do mais, busquei ressaltar as condições sociais em que estes acontecimentos tiveram lugar, demarcando que as paisagens só nos interessa desde o ponto de vista sociocultural. As relações sociais, em geral desiguais, estão plasmadas no território. Por último, tentei observar o desdobramento deste ideário na virada do século XIX para o XX, mencionando o movimento regeneracionista, cujo eixo de análise passa por uma morfologia comparada cuja lógica parece ser a de, se a paisagem é ruim, o homem é ruim. Podendo-se intervir e mudar a paisagem, pode-se melhorar o homem.

Referências bibliográficas

AGUILÓ, Miguel. “Ingeniería y recuperación del paisaje”. In: MARTINEZ DE PISÓN, Eduardo y ORTEGA CANTERO, Nicolás. **La recuperación del paisaje**. Madrid: Fundación Duques de Soria/UEM Eds., 2008, p. 237-252.

BUXÓ, R “Paisajes culturales y reconstrucción histórica de la vegetación” [Editorial invitada]. **Ecosistemas** 15 (1). Móstoles: Departamento de Biología y Geología/Universidad Rey Juan Carlos, 2006. http://www.revistaecosistemas.net/index_frame.asp?pagina=http%3A/www.revistaecosistemas.net/articulo.asp

CANTERO, Nicolás Ortega. “Las propuestas hidráulicas del reformismo republicano: del fomento del regadío a la articulación del Plan Nacional de Obras Hidráulicas”. **Revista Agricultura & Sociedad**, 32, p. 109-152, julio/septiembre, 1984.

CAPEL, Horacio. “**Remediar con el arte los defectos de la naturaleza. La capacitación técnica del Cuerpo de Ingenieros Militares y su intervención en Obras Públicas**”. **Antiguas Obras Hidráulicas en América**. Madrid: CEHOPU, 1991, p. 507-541.

CAPEL, Horacio; SANCHEZ, J.E. y MONCADA, O. **De Palas a Minerva. La formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en la España del siglo XVIII**. Barcelona: Ed. del Serbal/CSIC, 1988.

CAPEL, Horacio; GARCÍA, L.; MONCADA, O.; OLIVÉ, F.; QUESADA, S.; RODRIGUEZ, A.; SANCHEZ, J.E.; TELLO, R. **Los ingenieros militares en el siglo XVIII. Repertorio biográfico e inventario de su labor científica y espacial**. Barcelona: Ed. y Publ. de la U.B., 1983 (Colección GEO-CRITICA. Textos de apoyo).

CIVANTOS, José Ma. Martín. “Arqueología y recursos naturales: notas para la arqueología del paisaje”. In: CIVANTOS, J. Ma. Martín (Ed.): **Medio ambiente y arqueología medieval**. Granada: Alhulia, 2008, p. 17-39.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L. et ROSENDAHL, Zeny (Ed.): **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-122.

CRUZ VILLALÓN, Josefina. “La intervención del hombre en la Ría y Marismas del Guadalquivir”. **ERIA**, 16. Oviedo: Universidad de Oviedo, 1988, p.109-123.

DÍAZ-MARTA PINILLA, Manuel. “Evolución de las políticas hidráulicas españolas desde la ilustración hasta nuestros días”. In: **Congreso Ibérico sobre Gestión y Planificación de Aguas**, (1º) - El agua en debate desde la Universidad: hacia una nueva cultura del agua. Zaragoza, Anale, 1999, p. 67-78.

DÍAZ-MARTA PINILLA, Manuel. **Las Obras Hidráulicas en España**. Aranjuez: Ed. Rústica, 1997.

DÍAZ-MARTA PINILLA, Manuel. “Esquema histórico de la Ingeniería y la gestión del agua en España”. **Obras Públicas**, 13; Otoño, 1989, p. 8-21.

GADOW, Marion Reder. **La Andalucía de Carlos III**. Cuadernos del Museo/Edad Moderna. Granada: Caja-Granada, 2009.

GIANOTTI GARCÍA, Camila. “La prospección como estrategia metodológica para el estudio del paisaje monumental en las tierras bajas uruguayas”. **Arqueología Espacial** 24-25. Teruel, 2004, p. 259-282.

GIL OLCINA, Antonio. “**Perduración de los Planes Hidráulicos en España**”. Boletín CF+S, 2002. <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n27/aagil.html>>

GIL OLCINA, A., et MORALES GIL, A. (Ed). **Hitos históricos de los regadíos españoles**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1992.

GIRARD, Albert. **La rivalidad comercial y marítima entre Sevilla y Cádiz hasta finales del siglo XVIII**. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces/Ed. Renacimiento, 2006.

GÓMEZ MENDOZA, Josefina. “Regeneracionismo y regadíos”. In: GIL OLCINA, A., et MORALES GIL, A. (Ed). **Hitos históricos de los regadíos españoles**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1992, p. 231-262.

GÓMEZ MENDOZA, Josefina. “La discusión técnica en torno a política hidráulica y la política forestal antes del Plan Nacional de obras Hidráulicas”. In: **Los paisajes del agua**. Libro Jubilar dedicado al profesor Antonio López Gómez. Valencia: Universitat de València y Alicante: Universidad de Alicante, 1989, p. 85-95.

GONZALEZ DORADO, Antonio. **Sevilla: centralidad regional y organización interna de su espacio urbano**. Sevilla: Servicio de Estudios del Banco Urquijo, 1975.

JOVELLANOS, Gaspar Melchor de. **Informe sobre la Ley Agraria**. 1794.

LARRAMENDI, Don José Agustín de. **Informe y proyecto de un canal de navegación y Riego desde Sevilla á Córdoba**. Madrid: Ibarra, Impresor de Cámara de S.M., 1820.

MANTERO, Rafael Sánchez. **Historia Breve de Andalucía**. Madrid: Sílex, 2001.

MARTINES DE PIZÓN, Eduardo. “La recuperación del paisaje. Una mirada al proceso de retorno desde la geografía española”. In: MARTINES DE PIZÓN, Eduardo y ORTEGA CANTERO, Nicolás (Ed.) **La recuperación del paisaje**. Madrid: UAM Editores/Fundación Duques de Soria, 2008, p. 9-39.

MORAL ITUARTE, Leandro. “The Hydraulic Paradigm and Production of a New Geography in Spain: Origins and Historical Evolution Between the Sixteenth and the Twentieth Centuries”. In: **Rivers and Society: From Early Civilizations to Modern Times**. Londres: I.B. Tauris, 2010, p. 440-462.

MORAL ITUARTE, Leandro del. **La Obra Hidráulica en la cuenca baja del Guadalquivir (siglos XVIII-XIX). Gestión del agua y organización del territorio**. Sevilla: Universidad de Sevilla/Consejería de Obras Públicas y Transportes/Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1991.

MORAL ITUARTE, Alejandro del. “La pugna por el agua en el valle del Guadalquivir”. **Obras Públicas**, (1) 3291; mayo, 1990, p.13-33.

MORAL ITUARTE, Leandro del. “Un intento frustrado de acondicionamiento del Guadalquivir: la actuación de la Real Compañía de navegación en la primera mitad del siglo XIX: nuevas aportaciones y replanteamiento geo-histórico de un tema polémico”. **Melanges de la Casa de Velázquez**. Tomo 25, 1989, p. 327-353.

ORTEGA CANTERO, Nicolás. “Visiones históricas del paisaje: entre la ciencia y el sentimiento”. In: MARTINEZ DE PIZÓN, Eduardo y ORTEGA CANTERO, Nicolás. **La recuperación del paisaje**. Madrid: Fundación Duques de Soria/UEM Eds, 2008, p. 41-63.

PESSOA, Fernando. “[Cancioneiro] Nota preliminar”. In: **Obra Poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

RENES, Johannes. “Paisajes europeos: continuidad y transformaciones”. In: MADERUELO, Javier (Ed.): **Paisaje e Historia**. Madrid: Abada Ed./CDAN, 2009, p. 53-88.

REVISTA DE OBRAS PÚBLICAS. “Los medios de transportes por agua y por ferro-carriles en los Estados Unidos”, numero 1, tomo I (2), 1853: p. 20-23. <<http://ropdigital.ciccp.es/public/index.php>>

TOSCO, Carlo. “El paisaje histórico: instrumentos y métodos de investigación” In: MADERUELO, Javier (Ed.): **Paisaje e Historia**. Madrid: Abada Ed./CDAN, 2009, p. 89-110.

URTEAGA, Luis. “Explotación y Conservación de la naturaleza en el pensamiento ilustrado”. **GeoCrítica**, 50. Publicación bimensual de la Cátedra de Geografía Humana de la Universidad de Barcelona, marzo, 1984p. 7-40.



Os projetos e obras do engenheiro Saturnino de Brito e mudança na paisagem urbana

Teresa de Jesus Peixoto Faria*

Resumo: Nos projetos e obras do engenheiro sanitário Saturnino de Brito, remarcamos que suas preocupações ultrapassam as questões de salubridade e saneamento. Brito se preocupa também, com a expansão, o embelezamento e o ordenamento espacial das cidades em harmonia com o sítio geográfico. Este artigo visa identificar em que medida os elementos técnicos adotados por Brito, como os canais, equipamentos sanitários, espaços públicos, podem também ser pensados como elementos constitutivos da paisagem e da memória urbana e, por conseguinte enquanto patrimônio, destacando além da reconhecida contribuição de Brito para os estudos de engenharia e urbanismo, sua contribuição para os estudos de paisagem..

* Doutora em estudos urbanos, com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, é professora/pesquisadora do Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

The projects and sanitation Works of the engineer Saturnino de Brito and the changes of the urban landscape.

Abstract: In the projects and sanitation works of the Engineer Saturnino de Brito, we highlight that he didn't limit himself to questions of health and sanitation. Within his projects and works one can discern a concern for expansion, the beautification and spatial organization of cities, all while in harmony with their geographical location. This paper seeks to identify the extent to which the technical elements employed by Brito, such as canals, sanitation infrastructure, and public space, may also be conceived as constituent elements of urban landscape and memory and, therefor, as heritage sites, featuring beyond his widely recognized contribution to the study of engineering and urbanism, Brito's contribution to the study of landscape.

Palavras chave: Saturnino de Brito, engenharia sanitária, paisagem, memória

Key-Words: Saturnino de Brito, sanitary engineering, landscape, heritage.

Introdução

Entende-se de forma geral, que a produção da paisagem da cidade é o resultado da soma de elementos elaborados pela natureza e de elementos urbanos, formas artificiais provenientes das atividades humanas, como os edifícios, estradas, pontes, considerando as interações do homem com o meio. Nas palavras de Laurie (1983, p. 17), “a paisagem é um reflexo dos sistemas climáticos naturais e sociais”.

No renascimento a palavra paisagem surgiu para indicar a relação dinâmica entre seres humanos e a natureza expressa através da pintura. Os pintores de paisagem eram chamados de paisagistas.

No Brasil, são conhecidos os artistas trazidos por Maurício de Nassau, no século XVII, ao Recife, como exemplo mais famoso temos Frans Post (1630-54). No século XIX a Missão Artística francesa, no Rio, trazida por D. João VI, em 1816: Grandjean de Montigny e Tunay. No Recife, em 1890, destacam-se o francês Lassailly e Telles Júnior. No processo de construção da nação e do território e sua relação com o espaço construído, não compreende apenas a dimensão do caráter exótico da paisagem. Na formação da nação se conformam elementos que vão ser importantes na definição de um conjunto orgânico de paisagem construída por um determinado povo num momento histórico concreto.

A expressão paisagismo data do século XX, e paisagista do francês *paysagiste* é empregada desde 1844. Mas o surgimento, na França, da palavra paisagem tal como conhecemos hoje, tem origem pelo menos no século XVI, proveniente do francês *paysage* (CUNHA, 1998). Mas o termo só foi de fato instituído em 1863, a partir da criação do Central Park, em Nova York, pelo arquiteto paisagista americano Frederick Law Olmsted. Baseado na concepção médica que girava em torno de que os ares pútridos provenientes dos miasmas pantanosos como provocadores de doença, Olmsted criou o termo “pulmões da cidade”.

A prática de se projetar jardins deu origem a escolas paisagísticas que definiram princípios orientadores do projeto paisagístico. As escolas: italiana (de meados do século XV, conserva os jardins renascentistas cuja intenção era criar cenários para destacar elementos arquitetônicos); a francesa (do século XVII, onde os jardins transmitiam ideia de monumentalidade e amplitude, com traçado rígido e simétrico, sendo executados para os grandes castelos e palácios); a inglesa (do século XVIII, cujos jardins inspirados no movimento romântico, imitavam a natureza com traçado sinuoso, também eram executados em castelos e palácios)¹, exerceram grande influência na produção dos jardins no ocidente. A partir do século XIX os parques passaram a ser públicos.

Desde então, passam a surgir parques franceses, os jardins contemplativos na Inglaterra, as Parkways e parques americanos; os passeios públicos no Brasil, depois também chamados de parques. Destacam-se os trabalhos de Alphand, na França, de Humphry Repton e John Nash na Inglaterra e Calvert Vaux e Frederick Law Olmsted nos Estados Unidos (BURGER, 2008).

O Landscape urbanism dentro das análises voltadas para a estética, resulta de uma influência do movimento dos *gardenings* inglês. Segundo Quinto Jr. (2002), a contribuição do movimento dos parques na cultura urbanística americana está no caráter do parque urbano como elemento estruturador e planejador da cidade. Este não possui um caráter de cenário urbano como os parques ingleses, mas como elemento de estruturação e planejamento urbanístico e democrático.

Conhecer as escolas paisagísticas e européias e de parques americana pode contribuir para o entendimento das correntes de pensamento que influenciaram a construção do urbanismo moderno brasileiro, que certamente, no século XIX, foi muito inspirado pelo pensamento europeu, em particular nos trabalhos de Haussmann para Paris.

No Brasil, o interesse pelos jardins despertou ainda no século XVII, com o objetivo de preservação e cultura das espécies. O primeiro jardim de destaque foi o Passeio Público criado por mestre Valentin, em 1779, e reformado em 1879 por Auguste Glaziou, com características inglesas, cujo traçado em linhas curvas se coadunava com as ideias higienistas da época (TERRA, 2000).

Francisco Saturnino Rodrigues de Brito ou Saturnino de Brito (como é mais conhecido), foi um dos maiores expoentes do urbanismo brasileiro e até hoje é referência para os estudos urbanos e da paisagem das cidades para as quais realizou projetos (ANDRADE, 1991; MENDONÇA, 2006; BURGER, 2008).

1- “Para descrição mais detalhadas das características específicas de cada escola ver Laurie (1983, p. 41-53).

O propósito deste artigo é identificar até que ponto o conhecimento técnico de Saturnino de Brito, aplicado na prática ao sanitarismo, relacionava soluções técnicas com o tratamento da paisagem. Desse modo, me proponho ressaltar os aspectos e elementos da paisagem, tal qual a entendemos hoje, que estão inseridos na obra de Brito, assim como identificar qual era a sua compreensão de paisagem.

O trabalho se insere na linha de estudos de história da cidade e de fundamentos do urbanismo. Não pretendemos realizar uma história do paisagismo, mas buscar difundir e contribuir com os estudos da obra de Brito no que se refere à sua contribuição às idéias e práticas profissionais e do urbanismo enquanto ciência, e também aos estudos da paisagem, no Brasil.

A modernização das cidades e o movimento higienista

A modernização da sociedade e da economia brasileira se centra na economia do complexo agro-exportador que foi fundamental para a estruturação das relações capitalistas no Brasil, impondo a instauração de um projeto modernizador. Aqui temos que entender as particularidades da modernização no Brasil que foi conservadora, se restringindo às cidades do litoral. Por outro lado, as cidades, os portos e a infra-estrutura eram obsoletos, não tendo capacidade para atender o grande fluxo de mercadorias e de pessoas. O que provoca uma enorme crise na capacidade de absorção física destes, esta crise se reflete num colapso em todos os sentidos, falta de moradias, falta de infraestrutura.

As primeiras cidades a entrar em colapso foram os portos e as cidades localizadas nas baixadas litorâneas sujeitas a um meio-ambiente formado por grandes mangues, pântanos e áreas alagadiças que com os períodos de verão se tornam grandes áreas atingidas pela proliferação de insetos transmissores de doenças contagiosas.

Podemos citar o caso da total interrupção do transporte das mercadorias do complexo agro-exportador em função dos surtos epidêmicos que impediam os navios estrangeiros de atracarem e carregarem os produtos como café, açúcar, carnes, tabaco etc. Este período vai aproximadamente de 1850 a 1910, quando a economia do Complexo Agro-exportador se consolidava provocando uma reestruturação da rede urbana e a montagem de uma nova infra-estrutura baseada na ferrovia.

Diante dessa problemática, ou seja, executar obras de infra-estrutura para atender às exigências do capitalismo nascente numa cidade com graves problemas sanitários e estrutura colonial, as elites sentiram necessidade de “regenerar a cidade”, ou seja, a desconstrução da cidade colonial e sua reestruturação sob os projetos modernizadores defendidos pela República. No final do século XIX, a economia brasileira estava com grandes superávits na balança comercial (este persiste até 1913), possibilitando os governos federais e estaduais contratar grandes obras de urbanização e infraestrutura. Desse modo, coube aos médicos e aos engenheiros a tarefa de transformar as cidades onde ainda predominavam a estrutura colonial e tomá-las símbolos do progresso e da civilização.

Assiste-se, então, a um movimento de crítica e de modernização social e espacial acompanhado de mudanças sensíveis na composição social e nos fundamentos do sistema produtivo brasileiro. Os discursos sobre a higiene vão orientar as intervenções urbanas com evidentes repercussões na paisagem.

Em consequência das concepções higienistas, os planos urbanos incluíam áreas verdes para purificar o ar e avenidas largas para favorecer a propagação dos ventos, drenagem das áreas pantanosas, criação de cursos d'água, lagos e caminhos sinuosos.

Durante esse período, o engenheiro civil se tornou responsável por todas as obras de ferrovias e portos, obras de saneamento, reformas, melhoramentos, extensão ou criação de cidades (ANDRADE, 1994). Dentre os inúmeros profissionais que atuavam na época, o engenheiro Saturnino de Brito se destacou, pois dava aos seus projetos um sentido de racionalidade técnica e econômica. Ele vê e analisa a cidade, interpretando seus problemas urbanos e apontando soluções, desse modo se tomou responsável por vários planos para diversas cidades brasileiras como desse modo se tornou responsável por vários planos para diversas cidades brasileiras como Vitória (1895-1896), Campinas (1896-1897), Petrópolis (1898), Campos dos Goytacazes (1902-1903), Santos (1905-1910), Recife (1910-1917), João Pessoa (1913), Pelotas (1926-1929).

A concepção de cidade e a compreensão da paisagem em Brito

A tarefa do engenheiro civil, na virada do século XIX para o século XX, era de um profissional que atuaria em áreas diversificadas da engenharia, que segundo Andrade implicava em um amplo leque de projetos, de ferrovias, portos, obras de saneamento, infra-estrutura, reformas ou planejamento de cidades. Finalmente, cabia aos engenheiros com sua racionalidade técnica intervir no espaço físico para por fim ao atraso colonial.

O engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, nasceu em Campos dos Goytacazes, em 1864, e estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde as idéias positivistas e republicanas estavam em voga. Seus projetos, relatórios, textos técnicos, reflexões e memórias, foram reunidos na coleção intitulada *Obras Completas de Saturnino de Brito*, composta de 23 volumes².

Para Saturnino de Brito, a cidade deveria ser vista como um sistema onde era essencial a visão clara de conjunto. O “Plano Geral” complementado pelos “Planos de Conjunto” representam sua metodologia de planejamento que prezava pela unidade de concepção em todas as dimensões, sejam elas projetual, técnica, administrativa ou política.

Nos seus “Planos Gerais” para as cidades pode-se observar os elementos de composição da paisagem: o traçado obedecendo à topografia do sítio, hidrografia e vegetação. Os parques e jardins tinham função de embelezamento, saneamento, mas também de estruturadores do espaço urbano.

O Novo Arrabalde, em 1896, projetado para a cidade de Vitória, uma importante cidade-porto e capital da Província do Espírito Santo, foi o primeiro projeto de expansão para a referida cidade, idealizado como um novo bairro a partir dos preceitos sanitaristas da época, alterando sua paisagem e morfologia urbanas (MENDONÇA, 2006). Tendo sido também, o primeiro projeto no campo do urbanismo realizado integralmente por Saturnino de Brito.

As obras de Brito foram realizadas num contexto do processo da modernização brasileira apoiada no desenvolvimento industrial. As mudanças técnicas e novas instalações urbanas vão criar oportunidades nos vários setores da indústria, especialmente, assim os canais urbanos apresentam então duas funções importantes e indissociáveis: embelezamento urbano e saneamento.

No projeto de saneamento para a cidade Campos³ de 1902, Brito (1943a) inseriu o canal Campos-Macaé (inaugurado em 1872), como um elemento de referência do desenho urbano e também projetou um parque de eucaliptos às margens do canal o qual mais tarde se tornou o Jardim de Alah que após reforma, nos anos 1980, passou a chamar-se Parque Alberto Sampaio.

Logo na introdução do projeto Saneamento de Campos, Brito anuncia seus propósitos positivistas: “Preocupa-nos, digamo-lo desde já, chamar a atenção para a necessidade de educar as populações nos bons princípios da higiene” (BRITO, 1943a, p. 17).

No plano de Santos (BRITO, 1943a), em especial, Brito projetou os canais de drenagem que constituem elementos estruturadores do espaço urbano.

Para Recife, Brito realizou projeto de saneamento e concebeu um plano de melhoramentos (BRITO, 1943b; BRITO, 1943c).

Carlos Roberto Monteiro de Andrade (1992) reconhece a presença do pinturesco nos projetos de Brito, notadamente no projeto O Novo Arrabalde. E quanto à presença da paisagem inserida nos projetos de Brito, Andrade destaca os principais elementos que a evidenciam:

Seus projetos constituíam uma nova paisagem urbana marcada pela presença de equipamentos sanitários pela configuração de uma nova cidade ordenada e limpa, instaurando novos espaços públicos em uma nova cenografia urbana. Da neoclássica Avenida Parque, Brito formulará a concepção de avenida ao longo dos canais, muitas vezes navegáveis, com pontes e calçadas arborizadas e exigência de grandes recuos frontais para os edifícios (ANDRADE, 1992, p. 78).

Consideramos que o conhecimento sobre drenagem urbana que existia no século dezenove tem como grande referência às cidades dos países baixos. Aqui entramos num aspecto importante na construção dos referenciais urbanísticos em várias cidades que tiveram projetos de Saturnino de Brito, seguem este partido, o canal como elemento estruturador do seu projeto urbanístico e sanitário. Não negando as possíveis influências de Camillo Sitte nos trabalhos de Saturnino de

2- Ministério da Educação e Saúde/Fundação Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

3- O projeto foi publicado nas *Obras Completas de Saturnino de Brito*, com o título “Projetos e Relatórios. Saneamento de Campos” (BRITO, 1943). Este estudo é considerado uma obra que inaugura uma nova leitura sobre a cidade enquanto organismo em crescimento e como meio em relação ao qual o engenheiro deverá intervir, redefinindo suas condições de salubridade

Brito no que diz respeito ao traçado das vias, no repúdio ao crescimento não planejado das cidades queremos também destacar neste artigo, conforme já apresentado em Faria e Quinto Junior (2008), a evidente influência do urbanismo holandês, no que diz respeito aos seus projetos de canais.

A compreensão de paisagem em Brito: os Projetos para Santos e Recife

A cidade de Santos localiza-se na ilha de São Vicente que na sua porção ocupada da ilha é uma grande restinga que se formou nos últimos 10 mil anos com o final da última glaciação, a Serra do Mar, denominada Paranapiacaba possui, nesse trecho, uma pluviosidade média de 3300 mm de chuvas anuais, assim temos alguns rios que descem da serra como o rio Cubatão de Cima, Mogi e Quilombo que vão ter um importante papel na formação da restinga. A ilha é cortada por um grande afloramento que forma uma montanha (Morro de Santos), desse modo, esta formação foi fundamental para a estruturação da restinga que não tem mais de 1 metro de elevação. O primeiro núcleo fundado por Brás Cubas ficava na área mais protegida do estuário do lado oposto das praias e mais elevado, típico das escolhas portuguesas de sítios urbanos, cidade alta e cidade baixa e que será refúgio para os vários ataques estrangeiros como o de Cavendish, em 1680. A cidade permaneceu neste sítio por três séculos quando o boom econômico da segunda metade do século XIX obrigou a expansão urbana para a área da restinga. Esta era totalmente inadequada para a ocupação urbana dada às características de terras inundáveis, nesta área existia somente um córrego importante denominado do Soldado onde hoje esta a bacia do mercado, que captava as águas que caíam nas encostas leste e sul dos morros.

O Porto de Santos é o principal porto meridional brasileiro, pois desde o período pombalino ele era a conexão com o hinterlândia paulista incluindo Goiás, Mato Grosso, Paraná e partes de Minas Gerais. Com a instalação da ferrovia Santos-Jundiá em 1867, vai ocorrer uma mudança na estruturação dos caminhos, os portos como Ubatuba, Parati, Iguape e Cananéia rivalizavam com Santos. A ferrovia estruturaria o papel de centralizar o território em torno do porto de Santos e da cidade de São Paulo.

A história do porto de Santos tem uma forte relação com ciclo do açúcar que se inicia com administração Pombalina no século XVIII. Reflexo disso será a construção da Calçada do Lorena em 1792 e depois, em 1820, a construção de um aterro ligando Cubatão a Santos. Nesta data desciam a Serra do Mar mais de 200 mil mueres carregados de açúcar (LANGENBUCH, 1971).

Quando do ressurgimento agrícola que ocorreu a partir de 1840, a cidade de Santos já era um dos principais portos do Brasil.

A chegada da ferrovia São Paulo Railway, em 1867, vai provocar a reestruturação do Bairro do Valongo, obrigando a demolir parte do Seminário da Igreja Santo Antonio, neste lugar será construída a Estação Ferroviária e a modernização do cais serão os primeiros 122 metros de um píer moderno. A este respeito Prestes Maia aponta que: o Segundo impulso decisivo à cidade de Santos foi a construção do Porto. Lei imperial de 1869 autorizou a construção dos portos em todo país mediante condições favores determinados. Após alguns decretos especiais para Santos, que ficaram inoperantes, a concorrência de 1888 atribuiu a construção e uso do cais à sociedade de Pinto de Oliveira, Cândido Gaffré e Eduardo Guinle. O primeiro cais não chegava a um quilômetro. Em 1892, foram inaugurados os primeiros 200 metros; em 1909 completavam 4.720 metros, eleva-se hoje a cerca de 5.200 metros.

O terceiro impulso à cidade foi dado pelo saneamento. Santos até essa época continuava vítima das epidemias periódicas, que além de prejuízos imediatos, desmoralizavam o Estado no estrangeiro. As obras do cais iniciaram o saneamento em grande escala. Sendo a ação municipal impotente, o governo estadual, interveio no serviço de esgotos, que teve seu período decisivo de 1905 a 1912, com projeto e execução de Saturnino de Brito. Conforme esclarece o engenheiro Francisco Prestes Maia⁴, o Plano incluía algumas medidas urbanísticas, que sofreram várias modificações após discussões muito brasileiras com a municipalidade e outros interessados (MAIA, 1950, p.37-38).

O olhar de Prestes Maia sobre as obras e projetos realizados por Saturnino de Brito, demonstra a dimensão de sua importância, pois ele considera o projeto de Brito como o terceiro período da história urbana de Santos (MAIA, 1950). Este terceiro período está ligado às obras de saneamento.

4- Exerceu o cargo de chefe da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo de 1926 a 1930. Prestes Maia concebeu planos de urbanização para Recife e para as cidades paulistas de Campos do Jordão, Santos e Campinas

Recife, capital da província de Pernambuco, historicamente importante por sua produção de açúcar. No período de ocupação holandesa (1630-1654), por ser uma cidade predominante plana, possuindo muitos mangues e brejos e área reduzida para expansão urbana, foram construídos diversos canais de drenagem. Diremos que estas soluções são típicas das cidades holandesas e belgas e que foram construídas de forma empírica ao longo de muitos séculos se transformaram em referência para as soluções de drenagem urbana. A rua, nas cidades holandesas, tem três dimensões: a primeira é o canal como elemento técnico de correção do problema da dificuldade da drenagem, segundo a rua e o canal estarem lado a lado como solução de desenho urbano, e a terceira que é o alinhamento urbano (QUINTO JR., 1988).

Posteriormente mais terras urbanizadas foram conquistadas através de aterros e obras de melhoramentos como as executadas no governo de Francisco do Rego Barros (1837-1844) conhecido como Conde de Boa Vista. Foram construídos estradas, pontes, cais e o teatro Santa Isabel, projetados pelo engenheiro francês Vauthier, em 1844. Assim, em meados do século XIX, Recife se apresentava como uma cidade moderna ao mesmo tempo em que as atividades do porto se intensificavam com a produção e exportação de açúcar e algodão. Entretanto, não escapou a concepção de que também era uma cidade doente com um meio ambiente insalubre (BURGER, 2008).

A preocupação com o saneamento levou à criação, em 1870, da companhia de coleta de esgotos sanitário, a Recife Drainage Company, mas desde 1837, já havia sido criada a companhia de abastecimento de água Beberibe. Em 1905, o engenheiro inglês Douglas Fox realizou o levantamento da planta da cidade fixando seus limites. Em 1909 Saturnino de Brito foi convidado pelo governador de Pernambuco, Herculano bandeira a elaborar um plano de saneamento ara Recife, sob a supervisão de Saneamento do Recife recém-criada.

Além do projeto de saneamento, Brito executou, em 1917, um projeto de melhoramentos registrado em planta com o título “Saneamento de Recife. Projeto de Melhoramentos” (BRITO, 1943c), mostrando mais uma vez, como reafirma Burger (2008) que sua concepção de intervenção no espaço urbano ultrapassava a solução técnica de engenharia sanitária, pensando a cidade com um todo.

Brito propõe no projeto para Recife a construção de 2 canais de drenagem margeados por avenidas arborizadas, como os propostos para Santos, o canal Aurora-Madalena e o canal Taquary-Jiquiá e incluía também plano geral de arruamento, aterros, avenidas e parques em áreas inundáveis, propôs ainda normas para construção de habitações salubres e higiênicas, como no projeto proposto para Campos dos Goytacazes.

Considerações finais

É na circulação viária estrutural de Santos e Recife, ou seja, nas avenidas ao longo dos canais que nós identificamos a opção projetual de tradição holandesa que Saturnino vai acolher para seus projetos de canais, circulação terrestre e fluvial simultânea e paralela como foi o partido de incorporação dos canais como solução urbanística das cidades holandesas. Essa solução técnica e urbanística que os holandeses desenvolveram de fato apresenta uma funcionalidade ao colocar a possibilidade da circulação por água, por terra e a conexão das duas como um sistema intermodal harmonioso e funcional além das concepções estéticas. Diferente do sistema Italiano ou Francês que coloca a rua numa face do lote e na oposta a via fluvial.

Os projetos de Saturnino de Brito seguem sua metodologia baseada no melhor aproveitamento da geomorfologia do terreno, assim eram ressaltados os pontos estruturais do terreno visando o melhor aproveitamento dos condicionantes do sítio para a utilização destes como elementos de projeto.

No caso de Santos, para a drenagem natural era usada a linha de contorno das montanhas da ilha voltadas para o mar. Os canais são desenhados em linhas ortogonais que saem das praias Canal 1,2 e 3 que se conectam com o córrego do Soldado perimetral as montanhas. Serão construídos mais três canais na ponta da restinga que é denominado de Ponta da Praia são os canais 4,5 e 6 estes fazendo a capilaridade das praias com o Estuário. A grande inovação de Saturnino será utilizar as características físicas ambientais como elemento de orientação do traçado urbanístico.

Embora a cidade conte com 19 canais, com extensões variáveis de 50 a 3.450 m,

os que desaguam na praia são popularmente conhecidos com os números de 1 a 7 e servem como referência para qualquer lugar em que se queira chegar e constituem, sem dúvida, referenciais da paisagem e da memória urbana de Santos/SP.

No caso do Recife, como já havia uma estrutura urbana existente, Brito não realizou um plano geral como fez em Santos, o qual além do mais foi executado integralmente, dando mais visibilidade ao projeto e a obra. Porém a cidade é reconhecida pelos seus rios, pontes e canais que se destacam como elementos marcantes e distintivos de sua paisagem.

Ao observarmos nos projetos de Brito o recurso técnico aos canais margeados por avenidas arborizadas e parques como solução para drenagem, que são elementos importantes na definição de seus projetos e, por conseguinte da configuração urbana das cidades, ressaltamos que os elementos da paisagem – relevo, vegetação e água – têm um lugar central e terminam por conformar uma nova paisagem.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. “O Plano de Saturnino de Brito para Santos e a Construção da Cidade Moderna no Brasil”. In: IV Encontro Nacional da ANPUR, Salvador. **Anais**. Salvador, 1991, p. 565-563.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e O Plano. O Urbanismo Sanitarista do Engenheiro Saturnino de Brito**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU/USP, São Paulo, S.P, 1992..

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Campos”. In: **Obras Completas de Saturnino de Brito, Vol. VI**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Santos”. In: **Obras Completas de Saturnino de Brito, Vol. VII**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943 a.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de: “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Recife”. In: **Obras Completas de Saturnino de Brito, Vol. VIII**, Tomo 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 b.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de: “Projetos e Relatórios. O Saneamento de Recife”. In: **Obras Completas de Saturnino de Brito, Vol. IX**, Tomo 2 Tomos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943 c.

BURGER, Juliana Bandeira. **A paisagem nos planos de saneamento de Saturnino de Brito: entre Santos e Recife (1905-1917)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, FAU/UFPE, Recife, PE. 2008.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. “O Plano Saneamento de Campos: o higienismo redentor de Saturnino de Brito”. In: FARIA, Teresa de Jesus Peixoto Faria (org.): **Anais do Seminário Saturnino de Brito 100 anos do Projeto Saneamento de Campos**. Sta Cruz do Rio Pardo: Ed.Viena, 2004. p. 19-33.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto/ QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo). “Os canais como estruturadores do espaço urbano: Os projetos de Saturnino de Brito para Campos dos Goytacazes/RJ e Santos/SP. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais**. Capa. Anais do X Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Vol. 1, série 2, 2008. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/issue/view/61>

LANGENBUCH, Juergen Richard. **A Estruturação da Grande São Paulo: um estudo de geografia urbana**. Rio de Janeiro: IBGE. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona, Gustavo Gilli Editor, 1983.

MAIA, Prestes. **Plano Regional de Santos**. São Paulo. Edição do Autor, 1950.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. “Mudança na paisagem em Vitória-ES pelo projeto de Saturnino de Brito. Argumentos metodológicos para análise e construção de paisagem. In: IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2006, São Paulo. **Anais**. 1 CD-Rom, São Paulo, 2006, p. 1-15.

PEQUENO ATLAS FOTOGRÁFICO DA HOLANDA. Centro de Documentação e Informação da Geografia da Holanda. Universidade Real de Utrecht. Ministério das Relações Exteriores, 1977.

QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo. **Revisão das Origens do Urbanismo Moderno: A importância da experiência Alemã no questionamento da historiografia do Urbanismo.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. FAU-UnB. Brasília, DF, 1988.

QUINTO JUNIOR, Luiz de Pinedo. **Dimensão social do urbanismo moderno no Brasil: a gênese conservadora.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo FAU/USP, São Paulo, SP, 2002.

TERRA, Carlos. **O Jardim no Brasil no século XX: Glaziou revisitado.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Belas Artes, 2000.



Geografia e Heráldica: lendo a representação da paisagem nos brasões de armas dos estados brasileiros.

Tiago José Berg*

Resumo: Foi com a Constituição Republicana de 1891 que os Estados brasileiros poderiam ter legalmente uma bandeira, brasão e hino próprio desde que não omitissem os símbolos nacionais. A partir de então, as unidades federativas passaram a ostentar símbolos heráldicos representativos de suas características regionais, onde os aspectos da paisagem aparecem de forma proeminente. Este artigo procura realizar um debate em torno da representação da paisagem, sua imagem e imaginário na construção das identidades territoriais, mostrando como a heráldica revela múltiplas conexões com o espaço geográfico para uma nova perspectiva na análise deste tema junto à geografia histórica e cultural, auxiliando também no ensino e pesquisa.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Rio Claro-SP. Contato: tiago_berg@yahoo.com.br.

Geography and Heraldry: reading the representation of the landscape in the coats of arms of the Brazilian states.

Abstract: Was with the Republican Constitution of 1891 that Brazilian States could have legally an own flag, coat of arms and anthem since they not omitted the national symbols. Since then, the Brazilian federal units began to show heraldic symbols representative of their regional characteristics, where aspects of the landscape appear prominently. This article conducts a debate on the representation of landscape, its image and imaginary on the construction of territorial identities, arguing as heraldry reveals multiple connections with the geographic space on a new perspective and analysis of this issue by the historical and cultural geography, assisting too in teaching and research.

Palabras-clave: Paisagem, Heráldica, Símbolos, Estados, Brasil.

Key-Words: Landscape, Heraldry, Symbols, States, Brazil.

Introdução

A heráldica pode ser considerada como a ciência, arte e estudo dos brasões, para se referir aos emblemas usados desde a Idade Média nos escudos dos cavaleiros e combatentes para identificá-los no campo de batalha (PEREYRA, 1947; SANTOS, 1978; SLATER, 2007). O termo também é usado para designar o saber dos arautos, nome dado aos oficiais que dirigiam os torneios desportivos na Idade Média e fiscalizavam a qualidade dos cavaleiros; eles também eram responsáveis por registrar e criar novos brasões e mais precisamente da observância de suas leis. Como a heráldica usa regras precisas, além de termos e desenhos específicos que permanecem inalterados até os dias atuais, sua linguagem é capaz de descrever os mais diversos brasões sem ambigüidade, lembrando que em tese cada entidade territorial, pessoa ou autoridade deve possuir um símbolo heráldico diferente do outro.

Théry (2013) identifica duas relações entre a heráldica e geografia: a primeira é que seu objeto principal, os brasões, ainda existem e são produzidos no mundo inteiro para simbolizar identidades territoriais (cidades, províncias, regiões, estados e países), transmitindo a visão de que seus autores e patrocinadores querem dar ao território representado pelo brasão. Outra utilidade é que a sua linguagem precisa e rigorosa pode ser usada para descrever de maneira sintética as configurações territoriais que aparecem em mapas e modelos gráficos.

Além disso, a heráldica divide-se em três ramos principais: a chamada heráldica de família (que trata dos brasões dos reis, duques, nobres, etc.); a heráldica eclesiástica (que trata dos brasões dos papas, bispos, arcebispos, cardeais, etc.) e a heráldica de domínio, que é a de maior interesse para a geografia, pois aborda os brasões de entidades territoriais e seus atributos característicos, como os acidentes geográficos (rios, lagos, mares, montanhas, montes, promontórios, enseadas, etc.), plantas e animais típicos, a produção agrícola e industrial, além de monumentos e personagens históricos que dão memória aos lugares, bem como lendas, mitos e demais associações com a toponímia, fundação ou origens.

Em geral, a heráldica de domínio e suas mais diversas escalas espaciais cumprem uma função associada ao papel dos símbolos nacionais, como parte de um conjunto de tradições que correspondem ao “cartão de visita” de uma nação (CERULO, 1993), devendo ter “a capacidade de traduzir o sentimento coletivo, de expressar a emoção cívica dos membros de uma comunidade nacional” (CARVALHO, 1990, p.127). Mais do que isso, símbolos e rituais são fatores decisivos no processo de criação da identidade nacional, pois a nação, como uma forma de comunidade, implica tanto na semelhança entre seus membros, quanto na diferença em relação aos estranhos (GUIBERNAU, 1997), pois o Estado nacional “estimula a invenção de rituais e símbolos de reforço” (BREEN, 2008, p.93), para que a nação torne-se visível (ELGENIUS, 2011).

Guibernau (1997) mostra que os símbolos são eficientes por serem imprecisos, e essa imprecisão converte-se em uma neutralidade de discurso quando eles apresentam a natureza como um vetor passivo (CHAUÍ, 2000; LUCHIARI, 2001). Os símbolos também mascaram a diferença e põem em relevo a comunidade, criando um sentido de grupo, pois as pessoas constroem a comunidade de uma forma simbólica e transformam-na como um referencial de sua identidade (GUIBERNAU, 1997). Nessa perspectiva, a representação da paisagem como um discurso neutro torna-se um recurso usado pelo Estado para reforçar a identidade nacional, regional ou mesmo local, pois à medida que ela torna-se expressão em um símbolo oficial como fruto de sua ação política, acaba também por diluir o povo e a sociedade no território (MORAES, 1988), cuja estratégia é criar uma concepção não antagonica das diferenças de classe na sociedade (ESCOLAR, 1996).

A formação da nação brasileira após a independência se deu através do discurso calcado nos rituais cívicos em que os brasileiros idealizavam sua comunidade política no começo do Império conforme lembra Kraay (2008), assumindo em seu discurso nacionalista no final do século XIX a concepção de que a nacionalidade flui de uma base espacial, que qualificam a nação e o Estado através das potencialidades de seu território no lugar do povo e da sociedade (MORAES, 1988) para criar uma representação homogênea e de unidade fraterna que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Ela foi legitimada pelo discurso geográfico (ESCOLAR, 1996), apoiado na sagração da natureza e na exaltação das potencialidades naturais do Brasil conforme atenta Chauí (2000), projetando a idéia de uma federação harmônica, cuja equidade de sua representação viesse

a abrandar os contrastes regionais, que só apareciam, como diz Andrade (1999) nos momentos de crise, quando os sentimentos separatistas tornavam-se mais aguçados.

Costa (2001) lembra que a unidade nacional teve que ser “costurada” durante os primeiros anos do Brasil imperial e, dado aos ressentimentos regionais, os símbolos nacionais ganharam muito maior força na cultura cívica do Brasil nesse período. Esse discurso envolvendo o imaginário da nação e a implantação dos símbolos regionais veio com o advento da República no Brasil (1889) e mais precisamente após a implantação da Constituição de 1891 (fortemente inspirada no modelo da constituição federalista norte-americana), as províncias foram transformadas legalmente em Estados federados e poderiam ter bandeira, hino e brasões próprios sem deixar de omitir os símbolos nacionais (ANDRADE, 1999). Pode-se dizer que é a partir desta carta constitucional que começa a história oficial da implantação e uso de símbolos pelos Estados brasileiros nas diferentes fases do período republicano¹.

Conforme observou Ribeiro (1933), os brasões estaduais criados a partir desse período são muito mais alegóricos do que simbólicos do ponto de vista da prática heráldica no Brasil em relação à europa, possibilitando que a maioria dos Estados adotasse símbolos cuja estrutura representativa evocasse imagens relativas às mais diversas características regionais. Estes documentos heráldicos podem ser analisados dentro da perspectiva da geografia histórica e cultural, de forma a reconstruir suas práticas e imaginários na cultura cívica no Brasil através do uso da paisagem como tem central de suas representações.

1 - Com exceção do período compreendido pelo Estado Novo (1937-1945), onde os símbolos regionais foram proibidos pelo regime do presidente Getúlio Vargas, as unidades federativas do Brasil adotaram seus símbolos em três grandes períodos: o primeiro vai da implantação da República até a implantação do Estado Novo (1889-1937); o segundo começa com a nova constituição republicana até o fim do período militar (1937-1988), quando se inaugura o terceiro período, com a implantação da nova Constituição e a criação de novas unidades federativas

Paisagem e identidade

As últimas décadas do século XX assistiram a volta do interesse pela paisagem nos estudos dos geógrafos, tanto pelo número de publicações, quanto pelas associações com o tema (SALGUEIRO, 2001). Mais do que um retorno à velha geografia (DOMINGUES, 2001) ou mesmo das novas perspectivas em torno dela na geografia cultural (CLAVAL, 2002), a paisagem volta a estar inserida nos estudos geográficos a partir da década de 1970 com uma abordagem diferente (MELO, 2001).

Historicamente, a paisagem aparece identificada com a fisionomia de uma dada área e sua expressão visível na pintura a partir dos séculos XVI-XVII, passando depois a ser objeto de interesse de escritores, poetas e romancistas. Em fins do século XIX não apenas pintores e escritores, mas também militares e geógrafos passaram a se interessar pela paisagem e sua real representação (LACOSTE, 2003). O estudo da paisagem enquanto conceito para os geógrafos foi feito numa época em que a geografia se afirmava uma disciplina de charneira nas ciências físicas e humanas (DOMINGUES, 2001), síntese resultante da relação entre as condições naturais e a ação do homem. Além disso, “as paisagens eram patrimônio cultural, elemento imprescindível da identidade de um povo ou até um modelo de coesão do Estado-Nação” (DOMINGUES, 2001, p. 56).

Lowenthal (1994), ao analisar as paisagens no âmbito do nacionalismo europeu mostra como elas ainda permanecem como fortes ícones de identidade nacional, pois estão ligadas à memória, ao ambiente rural e ao regionalismo, e mesmo em lugares onde foram transformadas há muito tempo, elas continuam a inspirar afeição, mostrando que a geografia ainda é valorizada em grande parte pelas lentes da nação. A organização da paisagem reflete a existência de um sistema de poder (CLAVAL, 2002), pois existe uma relação entre o país como criação política e a paisagem como expressão da personalidade do grupo social que a torna um ícone da nação.

O imaginário em torno da paisagem consiste, assim, não de um conjunto aleatório de representações das mesmas, mas é construído a partir de imagens de paisagens pré-selecionadas, alocadas para um determinado papel na narrativa e suportadas por um conteúdo temático, como uma distintiva técnica de visualização e naturalização (HÄYRYNEN, 2008). A maioria das nações possui paisagens que são de importância na sua iconografia e podem ser cruciais para a integração social, uma vez que elas fazem parte de memórias, idéias e sentimentos compartilhados (PAASI, 1997; 2003). Elas também fornecem a base material concreta para o simbolismo nacional abstrato representado em pinturas, poemas e romances. Além disso, a idéia de um local específico ou de identidade regional também é usada para traçar uma ligação entre povo, memória e território (PAASI, 1997).

Na heráldica, a paisagem está disposta de forma simplificada devido às regras de representação dos brasões, portando-se como uma imagem sintética e visual da nação/região em suas mais diversas escalas. Ela torna-se um mosaico discursivo da ação política do Estado pela combinação de uma série de símbolos e signos heráldicos que são ressignificados em um conjunto de imagens e imaginários da paisagem apreendidos sob uma determinada perspectiva do recorte espacial (terra, província, região, país), possibilitando uma leitura através da geografia.

2 - Em relação às demais unidades federativas e sua representação geográfica, uma análise aprofundada pode ser encontrada em minha dissertação de mestrado: "Território, cultura e regionalismo: aspectos geográficos em símbolos estaduais brasileiros?". Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brc/33004137004P0/2009/berg_tj_me_rcla.pdf

3 - Para Cerulo (1993), a mensagem projetada pelo símbolo pode ser analisada em duas vias. Em primeiro lugar, através do conteúdo simbólico, que são as cores ou emblemas usados em uma bandeira ou brasão, por exemplo, uma faixa vermelha representando o sangue derramado; pode-se decifrar a mensagem de cada componente do símbolo, isolando seus elementos e focando-se no significado de cada um deles, que seria a análise semântica. Secundariamente, estuda-se o desenho ou configuração de um símbolo, como por exemplo, de que forma as cores e emblemas ocupam posições determinadas em uma bandeira ou brasão, o número de faixas e suas seções, etc. Quando se examina o significado carregado por estas estruturas (sua configuração e a relação entre as partes) emprega-se uma análise sintática dos símbolos

4 - Com o tempo, ela foi substituída por uma palmeira, um coqueiro e até uma bananeira conforme se descaracterizavam os desenhos do brasão original. No período de 1897-1937 e 1947-1967 o escudo estava ladeado por um ramo de algodão e outro de fumo, ambos dispostos em suas cores naturais e atados por uma fita vermelha na base, representando as principais riquezas agrícolas do Ceará (RIBEIRO, 1933; VRIES, 2013).

Lendo a paisagem nos brasões de armas dos estados brasileiros

Dentre as 27 unidades federativas do Brasil, o presente artigo procura analisar a representação da paisagem nos brasões de seis entidades estaduais cuja representação geográfica² é mais evidente quanto ao tema da paisagem: Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná. Através de uma leitura na perspectiva da geografia cultural e histórica, com base na análise sintática e semântica aplicada por Cerulo (1993)³ procura-se decifrar papel exercido pela paisagem como forma discursiva na estrutura heráldica dos símbolos estaduais, agregando características regionais que envolvem os aspectos geomorfológicos, biogeográficos, da economia agrícola e industrial, bem como a importância dos recursos naturais presentes no período que envolve o final do século XIX e início do século XX.

No caso do Estado do Ceará, o primeiro brasão foi instituído através da lei n.º 393, de 11 de setembro de 1897 (RIBEIRO, 1933) e sua última alteração ocorreu através da lei n.º 13.897 de 21 de junho de 2007 (figura 1).



Figura 1 - Brasão de armas do Ceará

Na versão inicial, as armas do Ceará eram compostas de um escudo em estilo polonês em verde, com uma bordadura em prata. O plano inferior do escudo estava semeado de estrelas brancas, dispostas quantos fossem os municípios cearenses conforme o texto da lei (VRIES, 2013); o plano superior era adornado por uma pomba estilizada em prata. Acima do escudo havia um forte de construção antiga, na cor dourada lembrando a origem do nome "Fortaleza", que se remete ao forte como local onde se formou a primeira vila do Ceará. Completando o desenho, havia uma elipse no centro do escudo, onde se destacava o litoral do Estado, com a enseada e o farol do Mucuripe, que se localizam na capital cearense. Na linha do horizonte, figurava o sol nascente e sobre o oceano Atlântico uma jangada ao vento, simbolizando a relação dos cearenses com os recursos providos do mar e o trabalho da pesca. Sobre a praia havia originalmente uma carnaúba (*Copernicia prunifera*) verde, símbolo das riquezas naturais do Estado⁴.

As correções no brasão feitas em 2007 incluem as estrelas na metade inferior do escudo reduzidas para sete e que representam, atualmente, as mesorregiões do Estado:

a Metropolitana de Fortaleza; Jaguaribe; Sertões; Noroeste; Norte; Centro-Sul e Sul Cearense. O desenho da antiga fortaleza foi estilizado no alto do escudo, assim como a paisagem que ocupa a posição de destaque no escudo. Na linha do horizonte, manteve-se o sol nascente com seus raios brilhando sobre o farol do Mucuripe (agora um patrimônio histórico), representando a orientação, o porto seguro e a luz noturna que guiava aos que chegavam e partiam. A pomba branca – símbolo da paz e da liberdade – foi deslocada para o interior do escudo oval em relação à primeira versão do brasão. A faixa litorânea manteve sua representação original, junto com a jangada, que passou a recordar a figura do “Dragão do mar” (herói jangadeiro do pioneiro processo abolicionista cearense no século XIX).

O destaque na paisagem está na retomada da figura da carnaúba como símbolo natural e oficial do Estado, iniciada através do decreto n.º 27.413 de 30 de março de 2004, voltando seu discurso para o interior do Ceará, como forma de abarcar em uma única imagem todos os elementos naturais e econômicos do Estado. Os carnaubais estão presentes nas planícies aluviais do semi-árido cearense; por se tratar de uma planta adaptada ao clima semi-árido, essa espécie oferece a possibilidade de atividades econômicas mesmo durante os períodos de estiagem, tratando-se de importante alternativa na composição da renda familiar das comunidades rurais (SECULT, 2008). Complementam a figura, a representação das serras em verde (em especial a região da Serra do Maciço de Baturité), como referências à beleza natural do Ceará.

No brasão de armas do Rio Grande do Norte (figura 2), adotado pela lei n.º 201, de 1º de julho de 1909, o escudo traz uma paisagem está disposta em campo aberto, cujo plano inferior possui a representação do mar onde navega uma jangada com sua vela enfunada ao vento, simbolizando a indústria do sal e a atividade tradicional da pesca, sob um céu matutino (RIBEIRO, 1933). No terço superior do escudo figuram sobre uma faixa prateada dois capuchos de algodão ao centro – como produto de importância na economia agrícola do Estado – que estão ladeados por duas flores de algodoeiro. Como ornamentos exteriores, ladeiam o escudo um coqueiro (Cocos nucifera), à sua direita e à sua esquerda uma carnaubeira (Copernicia prunifera), tendo os troncos ligados por dois feixes de cana-de-açúcar atados por um laço nas cores verde e amarelo. Tanto as flores quanto as espécies que acompanham o escudo representam a flora típica do Rio Grande do Norte conforme a descrição legal e a estrela acima do escudo simboliza o Estado como membro da federação

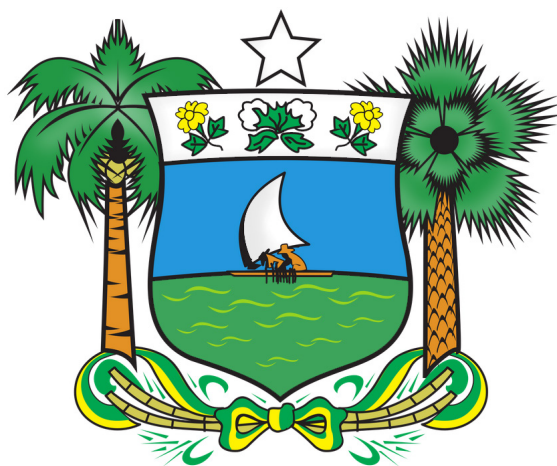


Figura 2: brasão de armas do Rio Grande do Norte

Neste caso, a paisagem está representada ao estilo de uma descrição regional das atividades típicas que compreendiam a extensão de sua economia extrativista desde o século XIX, em que as duas espécies vegetais realizam, por seu simbolismo, uma forma de abarcar seu território por completo, com a contraposição e complementação entre a flora típica do litoral e interior do Estado. O coco como representante da vegetação litorânea entre as dunas que formam a costa do Rio Grande do Norte versus a carnaúba, que além de figurar nas áreas e brejos úmidos da floresta caducifólia não espinhosa (IBGE, 1977a) da região correspondente ao agreste, passaria a ser produto de exploração econômica desde o início do século XIX (ALVES FILHO, 2000).

A representação da cana-de-açúcar e do algodão revela a atividade econômica de caráter complementar na economia do Rio Grande do Norte em uma fase industrial incipiente⁵ que foi captada pelo simbolismo heráldico.

5 - Seja como for, a cultura algodoeira, em franca expansão desde o início do século XIX, assim como a extração de sal, finalmente liberada por decreto de 1808, iriam contribuir para a retomada da economia do Rio Grande do Norte. Aliás, desde as secas de 1845 e, sobretudo, aquelas de 1877 e 1880, que os setores dominantes locais optam por um maior apoio ao cultivo do algodão (uma planta nativa, do conhecimento dos índios) e da cana-de-açúcar. Porém, essa reciclagem não era aparentemente isenta de marchas e contramarchas: a produção açucareira, por exemplo, seria fortemente atingida pelo processo que iria conduzir à abolição do trabalho escravo. Em um primeiro momento, a industrialização parecia que iria se beneficiar com o desmoronamento da velha ordem. Afinal, no mesmo ano de 1888, seria inaugurada a primeira fábrica têxtil da província [...] (ALVES FILHO, 2000, p.175).

A paisagem histórica aparece no brasão de armas de Alagoas (figura 3), adotado pela lei n.º 2.628, de 23 de setembro de 1963, cujo simbolismo de seu escudo revela as antigas vilas que deram origem ao Estado: à direita do escudo, sobre um fundo prateado, há um rochedo na cor vermelha sustentando uma torre de mesma tinteira, representando a cidade de Penedo, no sul de Alagoas, como referência ao forte Maurício de Nassau (construído pelos holandeses que se apossaram da região entre 1637-1645); deve-se notar que a base em azul com ondas em prata alternadas relembra o rio São Francisco e sua posição estratégica para a região. À esquerda do escudo, sobre um fundo também prateado, há três morros vermelhos unidos, dispostos sobre oito faixas, alternadas em prata e azul, que fazem alusão à Porto Calvo, sua região serrana e o mar no norte de Alagoas. Na parte superior do escudo, há três tainhas nadando sobre um fundo azul, que se referem à antiga Vila de Alagoas, representando a atual Maceió, capital do Estado.



Figura 3: brasão de armas de Alagoas.

Tanto a representação das tainhas, quanto dos montes, figuravam nos brasões que os holandeses concederam às capitanias nordestinas durante o Brasil Holandês (1630-1654), sendo que Alagoas foi o único Estado a preservar tal herança simbólica. Uma haste de cana-de-açúcar encontra-se à direita do escudo e, à esquerda do mesmo, um ramo de algodoeiro representam os principais produtos agrícolas de Alagoas da época da adoção do símbolo. Abaixo do escudo, uma fita verde traz o lema em latim: AD BONUM ET PROSPERITATEM, significando: Pelo Bem e pela Prosperidade. Acima do mesmo, uma estrela prateada representa o Estado como membro da federação brasileira. Os símbolos presentes no brasão mostram uma versão condensada das paisagens que compõem o território de Alagoas através da apropriação de emblemas históricos que remontam ao século XVII e do incremento dos símbolos da agricultura e da cultura como componentes da idéia de unidade e dinamismo econômico que regeram a região na primeira metade do século XX.

A representação da paisagem através da contemplação da natureza aparece no brasão do Estado do Rio de Janeiro (figura 4), cujo primeiro modelo foi instituído através do decreto n.º 3, de 29 de junho de 1892 (RIBEIRO, 1933) e o atual desenho foi sancionado através da lei n.º 5.558, de 5 de outubro de 1965. O brasão de armas compõe-se de um escudo oval, simbolizando os anseios cristãos do povo fluminense, cujo desenho está dividido em três partes. A primeira em azul, no alto do escudo, refere-se ao céu e simboliza a justiça, a verdade e lealdade, tendo como silhueta geográfica a Serra dos Órgãos, com destaque para o pico do “Dedo de Deus” (1.692m) como um dos símbolos naturais do Estado do Rio de Janeiro. A segunda, em verde, representa a Baixada Fluminense, caracterizada em seu aspecto físico por um relevo constituinte de uma extensa planície. Abaixo desta, há uma faixa em azul, lembrando o mar de suas praias. O escudo é, ainda, circundado por uma corda de ouro, simbolizando a união dos habitantes do Rio de Janeiro (VRIES, 2013).



Figura 4: brasão de armas do Rio de Janeiro

Destaca-se, à frente, uma águia prateada, com suas asas abertas, em atitude de alçar vôo, representando o governo forte, honesto e justo, portador da mensagem de confiança, esperança e ação aos mais longínquos rincões do Estado. Ela carrega sobre suas garras um escudo redondo, tendo as inscrições “9 DE ABRIL DE 1892” – lembrando a promulgação da primeira Constituição do Estado do Rio de Janeiro – e, circundando esta, escrita em latim: *RECTE REMPUBLICAM GERERE* (Gerir a coisa pública com retidão). No interior do escudo redondo há uma estrela prateada que representa a cidade do Rio de Janeiro. Representando suas principais culturas agrícolas aparecem, à direita do escudo, uma haste de cana-de-açúcar e à esquerda do mesmo um ramo de café frutificado. Os ramos cruzados na parte inferior são atravessados por uma fita de prata onde se lê o nome: ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A Serra dos Órgãos caracteriza-se como uma extensão de altas e escarpadas vertentes com blocos falhados, o que resultou no imenso paredão que acompanha a planície costeira que caracteriza a baixada fluminense (IBGE 1977b). Em seu relevo destacam-se os grandes desníveis, das quais sobressaem na paisagem as rochas do escudo cristalino, cuja resistência e tectônica produziram formas acidentadas na região Sudeste do Brasil, ressaltadas na figura do Dedo de Deus e seu entorno, da qual Ab’Sáber (2003) destaca os setores de mares de morros alternados com pães-de-açúcar ao longo das regiões costeiras do Rio de Janeiro.

Tais elementos da geografia física, associados com a representação do mar, contribuem para que a imagem do brasão de armas do Rio de Janeiro revele em seu desenho a contemplação de uma paisagem onde a natureza-jardim a qual discute Chauí (2000) seja eleita e exposta como o foco de sua representação. Embora no primeiro plano apareça a águia como símbolo da ação governamental, portanto do papel do “Estado forte”, o elemento humano e sua ocupação desigual que resultam nos espaços urbanos característicos da área metropolitana da cidade do Rio de Janeiro ausenta-se desta representação. Como recorda Mohammed (2002, p.56) questões de identidade são “sempre exercícios de memória seletiva e quase sempre envolvem o silenciamento de algo a fim de permitir que se diga algo mais sobre o outro”.

Com relação à paisagem regional, o brasão de armas do Estado de Mato Grosso, criado por iniciativa do governador Francisco de Aquino Corrêa através da resolução n.º 799, de 14 de agosto de 1918, preenche a idéia de um monumento natural. Ele compõe-se de um escudo em estilo português com fundo azul que apresenta no centro um morro de ouro de dois cabeços⁶, um maior e outro menor, tendo uma base em verde que representa as terras mato-grossenses, em especial na região da depressão cuiabana. Sobre o fundo azul, que representa o céu, aparece a figura dominante de um braço armado a empunhar uma bandeira com a flâmula quadridentada ornada com a cruz da Ordem de Cristo. Este símbolo foi derivado do brasão da cidade de São Paulo (1917) e simboliza os bandeirantes paulistas que desbravaram o Estado (figura 5).

Como ornamento exterior ao escudo aparece uma fênix dourada a renascer sobre as chamas em brasa (simbolizando a imortalidade) e que foi insígnia usada no primeiro brasão de armas concedido à Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá (1727). As riquezas naturais do Estado de Mato Grosso e sua configuração territorial na época em que o brasão foi adotado aparecem com o dese-

6 - Não é mencionado na lei o nome do referido morro, mas trata-se da representação do Morro de Santo Antonio de Leverger, distante aproximadamente 35 quilômetros de Cuiabá, estando a 500 metros acima do nível do mar e já presente no brasão de armas dado à Cuiabá em 1727.

nho de um ramo de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) à direita do escudo, que representava os ervais do Sul do Estado (atualmente em Mato Grosso do Sul) e um ramo de seringueira (*Hevea brasiliensis*) à sua esquerda, reportando-se aos seringais do Norte (o presente Estado de Rondônia). Os ramos estão enlaçados por uma faixa, na cor vermelha, onde se lê, por divisa, com letras em ouro, a frase em latim: *VIRTUTE PLUSQUAM AURO* (Mais pela virtude do que pelo ouro).



Figura 5: brasão de armas de Mato Grosso

A frase quer expressar que Mato Grosso será grande pela virtude e pelo trabalho de seus filhos, pelo seu ideal de justiça e patriotismo, e não apenas por suas riquezas naturais e minerais (JUCÁ, 1994). Dessa forma, o brasão de armas procura representar através de seus elementos (as peças heráldicas), a idéia de uma região vasta e rica em recursos naturais (morro de ouro, ramos de seringueira e erva mate), que teve sua história moldada pela ação humana heróica através de um mito de fundação (braço armado bandeirante), onde a região passou por ciclos de renascimento econômico (simbolizado pela ave fênix), constituindo-se de uma paisagem que busca corporificar o território do Estado através de ícones.

No brasão de armas do Estado do Paraná (figura 6), estabelecido pela lei n.º 2.457, de 31 de março de 1947, encontra-se a figura toda em prata de um lavrador que segura um alfanje, em atitude de trabalho, voltado para a direita do escudo, que representa a destinação agrícola do Estado (STRAUBE, 1987; 2002). A roupagem que o cobre (calça, sapatos e chapéu) é o tipo de vestimenta do homem do campo e o alfanje simboliza o trabalho frutífero e as colheitas. A cor vermelha indica a terra, tanto no ato de ser cultivada, como também o valor e a nobreza do solo paranaense, oriundo da decomposição das rochas basálticas que formam, sobretudo, o terceiro planalto paranaense e conferem o melhor exemplo da denominada terra roxa.



Figura 6: brasão de armas do Paraná

Na posição superior do escudo encontra-se o sol nascente em amarelo-ouro com nove raios sob um fundo azul, como o símbolo da glória, da fama e de um futuro promissor. Os três montes prateados à direita do escudo representam, por sua ordem decrescente, o relevo que forma os três planaltos do Estado do Paraná no sentido de Leste-Oeste: o Oriental ou de Curitiba, o Central ou dos Campos Gerais e o Ocidental ou de Guarapuava, com suas altitudes de 900, 1.215 e 1.365 metros respectivamente, conforme assinala Straube (1987; 2002). Para Ab'Sáber (2003, p.19) “trata-se de planaltos de altitude média, variando entre 800 e 1300 m, revestidos por bosques de araucárias de diferentes densidades e extensões [...]”.

Pousado sobre o escudo, encontra-se um gavião real ou harpia (*Harpia harpyja*) de asas abertas – maior ave brasileira e cujo habitat preferencial são as florestas tropicais, entre elas, a mata Atlântica⁷. Ladeiam o escudo um ramo de erva mate (*Ilex paraguariensis*), à sua direita, e um ramo de araucária (*Araucaria angustifolia*) à sua esquerda. Ambos são indicativos da flora característica do Estado e das riquezas naturais do Paraná, já que no quesito econômico, o Estado desde a Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1950 adquiriu importância no extrativismo vegetal do Brasil, especialmente pelo valor alcançado pela exploração das araucárias, por ser uma mata mais homogênea e economicamente mais fácil de explorar e em particular do mate, por suas condições ecológicas locais (IBGE 1977c).

A análise do brasão do Estado do Paraná mostra que a importância da representação da paisagem não está ligada apenas às feições regionais e à contemplação da natureza local, mas adquire lógica em relação à expansão pelo interior do território por meio da agricultura, simbolizada pelo dinamismo da figura humana como agente de trabalho e expansão agrícola. A importância do relevo com a imagem dos montes prateados, bem como das matas de araucária e dos ervais como elementos de sua expansão econômica, retratando os aspectos dominantes de sua geografia física, conferiu ao símbolo a ‘cristalização de sua imagem’, mesmo durante o período em que o brasão estadual foi alterado (1990-2002)⁸.

Conclusões

Os brasões de armas projetam mensagens que podem ser desvendadas através da análise de suas estruturas gráficas (CERULO, 1993), propiciando uma melhor compreensão de como eles ressignificam as referências espaciais e atuam na construção do imaginário territorial através da eleição da paisagem em seus mais variados aspectos geográficos. No Brasil, a concepção de nação em torno do território (MORAES, 1988) e da potencialidade dos recursos naturais e da natureza sagrada em seu mito de fundação (CHAUÍ, 2000), junto com a influência do discurso republicano (CARVALHO, 1990) e amparado pelas idéias de federação e constituição (ANDRADE, 1999), atuaram como fatores de forte influência na criação dos brasões de suas unidades federativas a partir do final do século XIX para simbolizar identidades territoriais.

Na heráldica, a paisagem está disposta de forma simplificada, portando-se como uma imagem sintética das entidades territoriais em suas mais diversas escalas. Ela é formada por um mosaico discursivo da ação política do Estado através da combinação de símbolos e signos ressignificados em um conjunto de imagens pré-selecionadas que produzem uma narrativa espacial harmônica e homogênea. Além disso, sua iconografia torna-se uma estratégia para traçar uma ligação entre povo, memória e território (PAASI, 1997), refletindo a existência de um sistema de poder (CLAVAL, 2002) e permanecendo como um forte ícone de identidade nacional (LOWENTHAL, 1994).

O estágio em que se encontrava o processo de evolução dos brasões no Brasil demonstra que já se vivia uma prática da heráldica com um tom muito mais alegórico do que propriamente abstrato, “influenciados, talvez inconscientemente, pelas peculiaridades do espírito coletivo das diferentes regiões do nosso país” (RIBEIRO, 1933, p.320). Este fato propiciou com que muitas das paisagens comuns ao imaginário coletivo fossem associadas à estrutura gráfica dos brasões das unidades federativas brasileiras, mostrando que o papel da geografia e sua temática, mesmo que informal ou espontânea (MORAES, 1988), atuou de forma essencial no discurso projetado pelos símbolos como imagens de sua ação política.

A representação da paisagem nos brasões nos Estados brasileiros procura construir uma noção identidade territorial cujo imaginário regional está alicerçado nas noções de natureza e nos

7 - A gralha azul (*Cyanocorax caeruleus*) é a ave-símbolo do Paraná, conforme a lei estadual n.º 7.957, de 12 de novembro de 1984. Na época que o artista Alfredo Andersen elaborou o terceiro brasão do Estado (1910), resolveu colocar a harpia uma ave nobre usada na heráldica.

8 - Em 24 de setembro de 1990, a lei complementar n.º 52 alterou os símbolos do Estado do Paraná (bandeira e brasão de armas) para melhor se adaptarem às regras da representação heráldica. O fundo do brasão passou da cor vermelha para a verde e o trabalhador com o alfanje foi substituído pela imagem de um semeador. Os três montes foram substituídos por um perfil topográfico colocado à esquerda do escudo e o sol reposicionado à sua direita; a harpia ganhou novos traços e as guirlandas de erva-mate e de folhas de araucária tiveram uma representação botânica mais “realística”. Entretanto, o decreto-lei n.º 5.713, de 27 de maio de 2002, restaurou o desenho da bandeira e do brasão do Paraná criados no ano de 1947.

recursos econômicos concebidos em seu espaço físico, onde os elementos humanos atuam como ícones culturais e patrimoniais. Nesse sentido, os brasões de armas portam-se como importantes estruturas comunicativas das entidades políticas, atuando como um mosaico de símbolos e signos cujo caráter visual no espaço-tempo revela, em suas múltiplas conexões com o geográfico, uma nova perspectiva na análise deste tema junto à geografia histórica e cultural.

Referencias bibliográficas

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALVES FILHO, Ivan. **História dos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ANDRADE, Manuel Corrêa de. **As raízes do separatismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP; Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Geografia do Brasil: região nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977a.
- BRASIL, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Geografia do Brasil: região sudeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977b.
- BRASIL. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Geografia do Brasil: região sul**. Rio de Janeiro: SERGRAF/IBGE, 1977c.
- BREEN, Timothy Hall. Interpretando o nacionalismo no Novo Mundo. In: PAMPLONA, Marco; DOYLE, Don (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo – a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, pp.71-98, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CEARÁ, Secretaria da Cultura do Estado do. **A história do brasão de armas do Estado do Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2008.
- CERULO, Karen. “Symbols and the World System – National Anthems and Flags”. **Sociological Forum**, New Jersey, v. 8 [nº2], pp.243-271, 1993.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CLAVAL, Paul. “A volta do cultural na geografia”. **Mercator**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará v.1 [nº1], pp.19-28, 2002.
- COSGROVE, Dennis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.
- COSTA, Wanderley Messias da. **O estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DOMINGUES, Álvaro. “A paisagem revisitada”. **Finisterra**, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, v.34 [nº72], pp.55-66, 2001.
- ELGENIUS, Gabriella. **Symbols of nations and nationalism: celebrating nationhood**. London: Palgrave Macmillan, 2011.
- ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HÄYRYNEN, Maunu. A kaleidoscopic nation: the finnish national landscape imagery. In: JONES, Michael; OLWIG, Kenneth (Eds.). **Nordic landscapes: region and belonging on the northern edge of Europe**. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2008.
- JUCÁ, Pedro Rocha. **Os símbolos oficiais do estado de Mato Grosso**. Cuiabá: Memórias Cuiabanas, 1994.
- KRAAY, Hendrik. Nação, estado e política popular no Rio de Janeiro: rituais cívicos depois da Independência. In: PAMPLONA, Marco; DOYLE, Don (Org.) **Nacionalismo no Novo Mundo – a formação dos Estados-nação no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Record, pp.329-354, 2008.

LACOSTE, Yves. “Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem?” **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v.1 [nº79], pp.115-150, 2003.

LOWENTHAL, David. European and English landscapes as national symbols. In: HOOSON, David. **Geography and national identity**. Oxford: Blackwell Publishers/The Institute of British Geographers, pp.15-38, 1994.

LUCHIARI, Maria Tereza Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.9-28, 2001.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.29-48, 2001.

MODAMMED, Patricia. “Taking possession: symbols of empire and nationhood”. **Small Axe**, Baltimore: Durham, v.6 [n.11], Março, 2002.

MORARES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

PAASI, Ansii. “Geographical perspectives on Finnish national identity”. **GeoJournal**, Dordrecht: v.43 [nº 1], p.41–50, September, 1997.

_____. “Region and place: regional identity in question”. **Progress in Human Geography**. Thousand Oaks/London, v.27, [n.4], p.475–485, 2003.

PEREYRA, Alejandro de Armengol y. **Heráldica**. Barcelona-Madrid: Editorial Labor, 1947.

RIBEIRO, Clóvis. **Brazões e bandeiras do Brasil**. São Paulo: Editora São Paulo, 1933.

SALGUEIRO, Tereza Barata. “Paisagem e geografia”. **Finisterra**, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, v.34 [nº72], pp.37-53, 2001.

SANTOS, Waldemar Baroni. **Tratado de Heráldica**. São Paulo: ed. autor, 1978.

SLATER, Stephen. The complete book of heraldry: an international history of heraldry and its contemporary uses. In: SLATER, Stephen; ZNAMIEROWSKI, Alfred. **The world encyclopedia of flags & heraldry**. Londres: Lorenz Books, 2007.

STRAUBE, Hernani da Costa. **Símbolos do Paraná: evolução histórica**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1987.

STRAUBE, Hernani da Costa. **Símbolos: Brasil, Paraná e Curitiba (histórico e legislação)**. Curitiba: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, 2002.

THÉRY, Hervé. “Heráldica e geografia”. **Mercator**, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará v.12 [nº29], pp.07-22, 2013.

VRIES, Hubert de. **National Arms and Emblems: past and present**. Disponível em: <http://hubert-herald.nl> (20 de março de 2013).